

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO - PPGEC
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO

A INTERFACE ENTRE A CONDUÇÃO DE VISITANTES E A INTERPRETAÇÃO
AMBIENTAL: PERSPECTIVAS PARA O USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DA
CHAPADA DOS VEADEIROS, GOIÁS

NATÁLIA DE OLIVEIRA MABONI

Rio de Janeiro

2021

NATÁLIA DE OLIVEIRA MABONI

A INTERFACE ENTRE A CONDUÇÃO DE VISITANTES E A INTERPRETAÇÃO
AMBIENTAL: PERSPECTIVAS PARA O USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DA
CHAPADA DOS VEADEIROS, GOIÁS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do
grau de Mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues;

Coorientador: Prof. Dr. Celson Roberto Canto Silva

Rio de Janeiro

2021

M112 Maboni, Natália de Oliveira
A interface entre a condução de visitantes e a interpretação ambiental: perspectivas para o uso público no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Goiás / Natália de Oliveira Maboni. -- Rio de Janeiro, 2021.
199p

Orientador: Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues.

Coorientador: Celson Roberto Canto-Silva.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação, 2021.

1. Condução de visitantes. 2. Parques Nacionais.
3. Interpretação ambiental. I. Rodrigues, Camila Gonçalves de Oliveira, orient. II. Canto-Silva, Celson Roberto , coorient. III. Título.

NATÁLIA DE OLIVEIRA MABONI

A INTERFACE ENTRE A CONDUÇÃO DE VISITANTES E A INTERPRETAÇÃO
AMBIENTAL: PERSPECTIVAS PARA O USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DA
CHAPADA DOS VEADEIROS, GOIÁS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do
grau de Mestre.

Aprovado(a) em: 17 de novembro de 2021.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues - Orientadora

Prof. Dr. Celson Roberto Canto-Silva – Coorientador (IFRS)

Profa. Dra. Eloise Silveira Botelho (UNIRIO)

Dr. Prof. André de Almeida Cunha (UnB)

AGRADECIMENTOS

São tantas as pessoas a quem devo gratidão a esse momento, mas começo os meus agradecimentos aos meus pais.

À minha Mãe, por suas palavras antes da minha mudança de Porto Alegre ao Rio de Janeiro, e que ecoaram na minha cabeça inúmeras vezes nos momentos difíceis, me servindo como um abraço apertado em meio à pandemia: “meu pai me deixou o que ele podia e julgava o correto, e eu, a maior herança que eu posso deixar para você e seu irmão, é o conhecimento”.

Ao meu Pai, por sempre despertar em mim a paixão da história, da reflexão crítica e das filosofias de vida junto à uma generosa xícara de café.

As minhas amigas de andanças no Rio Grande do Sul, Beatrís, Leticia, Samira e Liara, por todos os anos de amizade, risadas e apoio nesse momento como tantas outras fases das nossas vidas.

A minha irmã de coração, Sarah, que esteve comigo na Chapada dos Veadeiros, no Rio de Janeiro e onde nossa história começou: Porto Alegre.

A Luciana minha amiga de Brasília, que foi um encontro de almas no momento da carona para a Chapada dos Veadeiros, das nossas aventuras nas trilhas e nos forrós em Brasília.

As minhas incríveis colegas de mestrado Stella e Grazielle que fizeram do RJ minha morada e meu lar, desde virar peixinhos no azul do mar das praias da cidade a acordar às 5 horas da manhã para observar passarinhos.

Ao meu amigo e companheiro de morada, Kim, que esteve de mãos dadas comigo no processo e faz parte das minhas memórias mais significativas.

A todos os meus amigos do Rio de Janeiro que me mostraram músicas, museus, trilhas e todos os cafés da manhã tomados em uma caneca compartilhada nas cachoeiras do Parque Estadual da Pedra Branca.

A minha orientadora Camila Rodrigues, por toda humanidade, paciência e sabedoria nessa caminhada da escrita e construção profissional do mestrado.

Ao meu Coorientador Celson Canto-Silva por acreditar em mim e oferecer incentivo, acompanhando meu crescimento na profissão desde a época da graduação.

Aos condutores locais e analistas ambientais que fizeram parte desse trabalho, dedicando seu tempo e apoio, e que me transportaram de volta à Chapada dos Veadeiros através das suas falas, compartilhando suas vivências, suas opiniões e seu amor pelo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

RESUMO

A condução de visitantes realizada por moradores que vivem na região de abrangência de parques nacionais vem se consolidando na dinâmica do turismo. Promovida como uma alternativa socioeconômica para conciliar a conservação da natureza e geração de trabalho e renda, os órgãos gestores de parques nacionais vêm promovendo cursos de capacitação em condução de visitantes. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO (PNCV), se insere no contexto da atividade, representando uma das primeiras unidades de conservação a propor um curso nesse sentido, em 1991. A presente pesquisa buscou compreender o papel da condução de visitantes na dinâmica de visitação do PNCV, considerando a contribuição para a interpretação ambiental (IA) e os desafios para a melhoria da atividade no Parque. A partir da realização de levantamento e análise de referencial bibliográfico, com destaque para pesquisas recentes realizadas na região, e de entrevistas com condutores locais e analistas ambientais do PNCV, os resultados da pesquisa demonstraram a atuação de diferentes perfis de condutores de visitantes que acompanharam as dinâmicas sociais e ambientais desde o primeiro curso de capacitação. Os resultados evidenciaram uma relação positiva entre a gestão do PNCV e os condutores de visitantes, constatada pela atuação do condutor em diferentes projetos e contextos, embora tenham sido registrados os questionamentos acerca da não obrigatoriedade da condução na área. As diferentes perspectivas do significado do PNCV para os condutores locais, também, se conectam aos laços afetivos estabelecidos com a área protegida, à conservação do cerrado e à sua história com o local. A IA realizada por condutores locais é mediada por questões que envolvem a proteção do cerrado, da cultura local e do PNCV, a importância econômica e a busca da prática do ecoturismo, as suas motivações pessoais para se tornar condutor, conectadas às experiências enquanto visitantes, voluntários e moradores locais. Foi identificada uma tendência pelos condutores em relacionar o PNCV com a história local, com ênfase nas atividades tradicionais de ex-garimpeiros e raizeiros, valorizando os saberes locais associados às plantas medicinais do cerrado. Destaca-se na pesquisa a relevância dos cursos de capacitação de condutores e os de curta duração, como uma importante etapa na formação profissional e como instância de integração e diálogo entre as associações de condutores de visitantes locais, as instituições de ensino superior e o órgão gestor.

Palavras chaves: Condução de visitantes, parques nacionais, interpretação ambiental.

ABSTRACT

The guiding visitors activity carried out by residents living in the protected areas coverage region has been consolidating itself in the tourism dynamic. Seen as a socioeconomic alternative to conciliate nature preservation and the generation of employment and income sources, national park management bodies have been promoting visitor's guiding training courses. The Chapada dos Veadeiros National Park – GO (PNCV), is part of this activity's context, representing one of the first conservation units to propose a training programme in this area, in 1991. This research sought to understand the role of the visitor's conduction in the visitation dynamics of the PNCV, considering the contribution to environmental interpretation (EI) and the challenges for the Park's activity improvement. Through the research and analysis of bibliographic reference, highlighting the most recent works in the region, and through interviews carried out with local guides and environmental analysts of the PNCV, the results of the research demonstrated the performance of different profiles of visitor guides who followed the social and environmental dynamics since the first training course. The subjects presented a positive relationship between the PNCV management, and the visitors guides, which was proven by the guide's acting in different projects and contexts, although some questioning about the area's guiding not being necessary has been registered. The different perspectives on the meaning of the PNCV for visitor guides, also relates to the affective bonds established between them and the protected area, the conservation of the cerrado and the history of local guides with the place. The EI carried out by local guides is mediated by questions involving the protection of the cerrado, local and PNCV culture, the economic importance and the search for the ecotourism practice, their personal motivations to become a guide, in addition to their experiences as visitors, volunteers and local residents. It was also identified by the guides a tendency in relating the PNCV to the local history, especially with traditional activities of former gold miners ("garimpeiros") and "roots experts" (raizeros), valuing, thus, the local knowledge associated with medicinal plants of the cerrado. It is highlighted in the research the relevance of guides training programs and short-term courses as an important step in the professional formation and as an integration and dialogue instance between local visitor guide associations, higher education institutions and the management body.

Keywords: Guiding visitors, national parks, environmental interpretation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma de desenvolvimento das etapas para a realização das entrevistas semiestruturadas com os interlocutores	25
Figura 2 - Fluxograma técnica de contato Snowball	27
Figura 3 - Rota da trilha do Vale da Lua	80
Figura 4 - Vale da Lua.....	80
Figura 5 - Intervenção artística, parede da Vila São Jorge.....	80
Figura 6 - Intervenção artística, parede da Vila São Jorge.....	80
Figura 7 - Vista da Vila São Jorge para a estrada GO - 239	81
Figura 8 - Rua da Vila São Jorge.....	81
Figura 9 - Jardim de Maytrea, estrada GO - 239, Alto Paraíso de Goiás, Vila São Jorge	81
Figura 10 - Fazenda Morada do Sol, Alto Paraíso de Goiás	81
Figura 11 - Cachoeira do Cordovil, Fazenda Volta da Serra, Alto Paraíso de Goiás	82
Figura 12 - Interior da Igreja São Jorge, Vila São Jorge	82
Figura 13 - Exterior da Igreja São Jorge, Vila São Jorge.....	82
Figura 14 - Placa de entrada do PNCV	110
Figura 15 - Crata de exploração mineral Trilha dos Saltos PNCV	111
Figura 16 - Mapa da Trilha Saltos, Carrossel e Corredeiras	112
Figura 17 - Atrativo das Corredeiras, PNCV	113
Figura 18 - Atrativo das Corredeiras, PNCV	113
Figura 19 - Cânion II vista de cima, PNCV	114
Figura 20 - Cânion II vista de cima, PNCV	114
Figura 21 - Postagem de agosto de 2020 da ONG Chapada Solidária.....	122
Figura 22 - Certificado do primeiro curso de capacitação de condutores de visitantes no PNCV, 1991.....	132
Figura 23 - Registro fotográfico do segundo curso de capacitação de condutores de visitantes da Chapada dos Veadeiros, 1994.....	133
Figura 24 - Linha do tempo dos cursos em capacitação de condutores de visitantes	135

QUADROS

Quadro 1 - Relação de eventos no mundo online	21
--	----

Quadro 2- Grupo dos interlocutores entrevistados na pesquisa	24
Quadro 3 - Relação de interlocutores entrevistados por grupo	28
Quadro 4 - Atividades realizadas para coleta de dados.....	29
Quadro 5 - Categorias e códigos elaborados para análise do conteúdo dos resultados	30
Quadro 6 - Estudos de casos de realização da atividade de condução de visitantes em UC brasileiras.....	48
Quadro 7 - Contribuições econômicas do Parque Nacional Da Chapada Dos Veadeiros - GO	70
Quadro 8 - Países e estados brasileiros que mais visitaram o PNCV no período de 2017 a 2019	71
Quadro 9 - Relação com o órgão gestor do PNCV (aspectos negativos).....	86
Quadro 10 - Relação com o órgão gestor do PNCV (aspectos positivos).....	97
Quadro 11 - Relação com a SOCIPARQUES (aspectos positivos).....	101
Quadro 12 - Relação com a SOCIPARQUES (aspectos negativos)	102
Quadro 13 - Responsabilidades associadas à prestação de serviços de apoio ao turismo pela concessionária e autorizados, e os objetivos e orientações o plano de manejo do PNCV	106
Quadro 14 - Motivação pessoal para se tornar condutor de visitantes.....	117
Quadro 15 - Importância da atividade de condução para a comunidade local.....	119
Quadro 16 - Condutor de visitantes enquanto sujeito ecológico em formação.....	121
Quadro 17 - Conhecimentos e informações apresentadas para os visitantes	124
Quadro 18 - Interpretação ambiental.....	126
Quadro 19 - Questões mais perguntadas pelos visitantes	127
Quadro 20 - Motivação do visitante para contratar o condutor.....	129
Quadro 21 - Relação dos conteúdos obrigatórios pela Portaria ICMBio nº 769 de 2019 e os cursos de capacitação de condutores de visitantes da chapada dos veadeiros.....	136
Quadro 22 - Conteúdos desejáveis nos cursos de condutores de visitantes segundo a Portaria do ICMBio nº 769 de 2019.....	137
Quadro 23 - Cursos de capacitação de condutores (percepções negativas)	138
Quadro 24 - Cursos de capacitação de condutores (percepções positivas)	139
Quadro 25 - Estágios obrigatórios como prática de ensino.....	141
Quadro 26 - Cursos de curta duração realizados pelos entrevistados	142

LISTA DE SIGLAS

ACECE	Associação de Condutores em Ecoturismo de Cavalcante e Entorno
ACVCV	Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros
AGENDAS	Associação Guia em Ecoturismo no Desenvolvimento Ambiental e Sustentável
AGTURC	Associação de Guias do Turismo e do Desenvolvimento do Parque Nacional do Catimbau
AGQK	Associação de Guias Quilombo Kalungas
APA	Área de Proteção Ambiental
AITP	Associação dos Informantes de Turismo de Piaçabuçu
APACA	Associação Porto Alegre de Condutores Ambientais
AVE	Associação de Amigos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
EA	Educação Ambiental
BA	Estado da Bahia
CADASTUR	Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos
CEIA	Centro de Informação e Educação Ambiental
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
Embratur	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
Funatura	Fundação Pró-Natureza
GAUPUC	Gestão Ambiental do Uso Público de Unidades de Conservação
IA	Interpretação Ambiental
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN	Instrução Normativa
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
OPAP	Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas
PARNA	Parque Nacional
PNSC	Parque Nacional da Serra da Capivara

PNCV	Parque Nacional Chapada dos Veadeiros
ROVUC	Rol de Oportunidade de Visitação em Unidades de Conservação
RPPNs	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SERVITUR Veadeiros	Associação dos Prestadores de Serviços em Ecoturismo da Chapada dos Veadeiros
SMAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UC	Unidades de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF Brasil	Organização Não Governamental <i>World Wide Fund for Nature</i> Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
METODOLOGIA	18
1 PARQUES NACIONAIS: PERSPECTIVAS DE CONSERVAÇÃO E USO PÚBLICO	33
1.1 PARCERIAS ENTRE AS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA EM PARQUES NACIONAIS E A DIVERSIDADE DE OPORTUNIDADES RECREATIVAS	37
1.2 A ATIVIDADE DE CONDUÇÃO DE VISITANTES EM ÁREAS PROTEGIDAS E A REPERCUSSÃO NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO LOCAL	40
2 INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E SEUS SIGNIFICADOS	54
2.1 INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E O CONDUTOR DE VISITANTES.....	60
3 COMPREENDENDO O CAMPO E OS SUJEITOS DE PESQUISA: PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS	65
3.1 PARQUE NACIONAL: DE TOCANTINS À CHAPADA DOS VEADEIROS	65
3.2 TURISMO E VISITAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS E REGIÃO	69
3.3 APONTAMENTOS SOBRE O HISTÓRICO DA CHEGADA DA ATIVIDADE DE CONDUÇÃO DE VISITANTES NA CHAPADA DOS VEADEIROS	73
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	79
4.1 OS CAMINHOS DA RELAÇÃO PARQUE NACIONAL E CONDUTORES DE VISITANTES	79
4.2 AS TRILHAS ABERTAS PARA A VISITAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS	110
4.3 O CONDUTOR DE VISITANTES ENQUANTO INTÉRPRETE E SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	116
4.3.1 A estrutura dos cursos de capacitação de condutores de visitantes.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	163
APÊNDICES	174
ANEXOS	196

INTRODUÇÃO

Sobre a trajetória profissional e o processo de aprendizagem

As questões que permeiam a temática ambiental abrangem diversos contextos e setores da sociedade. Trabalhar na área ambiental significa compreender o ambiente para além da visão fragmentada em que este é visto somente pelos fatores físicos, químicos e biológicos. O trajeto da minha história profissional e acadêmica, enquanto Gestora Ambiental, permitiu a reflexão do que o meio ambiente representa em um país rico em culturas e biodiversidade.

Transitar por diferentes espaços profissionais, entre setores públicos, privados e organizações não governamentais, contribuiu para formar minha opinião, fazendo parte da construção do meu processo educativo e direção da área em que gostaria de atuar enquanto Gestora Ambiental. Assim, destaco a importância da Educação Ambiental (EA) em minha vida acadêmica e profissional, pois a partir dela cheguei ao tema das áreas protegidas.

Comecei a trabalhar na área de EA na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre (SMAM), onde tive o primeiro contato com o tema interpretação ambiental. O município de Porto Alegre é uma das cidades metropolitanas mais arborizadas do Brasil, com diversas áreas verdes, contendo 667 praças e nove parques urbanos, sendo inerente à cultura do gaúcho metropolitano ocupar os espaços verdes da cidade para socializar em rodas de chimarrão.

Partindo dessa perspectiva, uma das atividades de EA construídas no Centro de Informação e Educação Ambiental (CEIA) da SMAM foi à condução e implementação de trilhas interpretativas nos parques urbanos da cidade, para escolas, e a realização de cursos de educação e interpretação ambiental, tendo como base as dinâmicas criadas pelo Joseph Cornell, autor do livro *Vivências na Natureza*.

O autor busca, a partir de jogos na natureza, trazer 50 atividades com diferentes propósitos educacionais em que este atribui, desde atividades que buscam momentos mais introspectivos e de concentração, a oportunidades de partilha de saberes e atividades enérgicas, procurando contemplar diferentes perfis de crianças e adultos (CORNELL, 2008).

A experiência na SMAM proporcionou uma parceria fundamental para minha trajetória, entre a Secretaria e a minha faculdade, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, através da contribuição em um curso de formação continuada para condutores no Parque Natural Morro do Osso. Esta parceria despertou meu interesse pela

atividade de condução de visitantes, participando algumas vezes das reuniões da Associação Porto Alegrense de Condutores Ambientais (APACA).

Entretanto, foi no último ano de faculdade que comecei a me aproximar mais aos assuntos relacionados à gestão e ordenamento do uso público em áreas protegidas, a partir da construção do tema do trabalho de conclusão de curso (TCC). Também destaco a importância da participação no grupo de estudos/programa de extensão, denominado como Grupo de Apoio ao Uso Público em Unidades de Conservação (GAUPUC), que visa atuar no fortalecimento do uso público em conjunto aos órgãos gestores e parceiros que contribuem com a prestação de serviços de apoio a visitação de unidade de conservação (UC).

Através do processo de elaboração do TCC, sobre o perfil de associações e cooperativas de condutores de visitantes de parques brasileiros, comecei a compreender as questões que envolvem a inserção social de comunidades locais na participação dos processos de tomada de decisão na gestão UC e os conflitos atrelados à criação de áreas protegidas.

Foi a partir dessa construção das etapas iniciais da minha trajetória acadêmica e finalização da graduação com o TCC, voltado para a temática da atividade de condução de visitantes em parques nacionais, que decidi entrar no processo seletivo do Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

O mestrado profissional, nesse sentido, ampliou meus conhecimentos para a compreensão dos diferentes desafios e faces da demanda pública acerca da visitação e gestão de parques nacionais. Além disso, durante a elaboração da pesquisa destaca-se o aprendizado colaborativo durante a minha participação no grupo de pesquisa “Observatório de Parcerias em áreas Protegidas (OPAP)”, que tem como propósito viabilizar e fomentar o debate acerca do tema das parcerias em UC e contribuir para o desenvolvimento e orientação de políticas públicas relacionadas ao tema.

Apontamentos introdutórios da pesquisa

Os diferentes usos previstos para cada categoria de manejo de unidade de conservação previstos na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), influenciam a forma como a gestão de uma determinada área protegida deve funcionar e como esta dialoga com a população local. No que se refere à categoria de manejo “Parque Nacional”, objeto de pesquisa desta dissertação, as ações que

mobilizam a sua gestão, a realização de pesquisa e de turismo devem considerar os aspectos culturais, ambientais e históricos destas áreas protegidas.

Partindo desta conjuntura, a relação entre a comunidade local e a gestão de uma determinada Unidade de Conservação (UC) é permeada por diferentes interesses, visões de mundo e conflitos que podem gerar entraves e/ou benefícios para ambos os lados. A criação de uma UC, independentemente da categoria de manejo, impacta a comunidade a partir das limitações e modificações de usos no território.

Neste sentido, aspectos como a cultura, história local e economia, sendo essa de subsistência ou não, acabam sendo restringidas e/ou suprimidas devido aos regramentos da categoria de manejo “parque”. Esse processo acarretou diferentes conflitos envolvendo as comunidades locais, que passaram a conviver com áreas naturais protegidas em seus territórios, ainda que dentro da dicotomia em que culturas, saberes e subsistência das populações tradicionais foram discriminadas em razão da conservação dos parques nacionais em âmbito global (DIEGUES, 2001).

As discussões acerca do tema no Brasil vêm mobilizando, ao longo dos anos, diferentes correntes teóricas e estratégias, envolvendo movimentos sociais representados por populações locais que reivindicam seus direitos de território, instituições públicas responsáveis pela gestão de UC, organizações ambientalistas, iniciativa privada, dentre outras. (BRITTO, 2000; IRVING, 2015). Neste processo, em 1992, o governo brasileiro firma a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) que reconhece, em seu art. 8º, a importância de a gestão de áreas protegidas considerar a conservação integrada ao respeito às populações locais, bem como o reconhecimento de seus saberes e práticas que contribuam com a proteção e utilização sustentável dos patrimônios naturais (MMA, 2000).

A CDB no art. 8º adota, ainda, a necessidade de os órgãos gestores fomentarem o desenvolvimento alinhado ao viés sustentável em suas áreas adjacentes, a partir de medidas que ofereçam condições para a compatibilização entre o usufruto dos recursos naturais que ocorrem nas áreas de abrangências da UC com a proteção da biodiversidade local (MMA, 2000).

Neste campo de mudanças e adaptações do uso e da ocupação da área de uma UC, o turismo e as atividades de lazer em contato com a natureza têm funcionado como formas de utilização indireta dos recursos naturais. Além disso, no contexto das políticas públicas de conservação da natureza e de turismo, o ecoturismo em UC é incentivado como uma das alternativas para a geração de emprego e renda nas áreas de influência dos parques nacionais (FERREIRA; COUTINHO, 2010).

Em sua reflexão sobre as possibilidades para a realização do turismo em parques nacionais no Brasil, Irving (2015) aponta a existência de diversas alternativas a serem implementadas e que venham a incluir as populações locais no processo de tomada de decisão da atividade turística. Entretanto, a autora ressalta, também, o complexo desafio de se concretizar políticas públicas institucionais voltadas ao tema turismo e inclusão social em um país plural em cultura e biodiversidade.

As autoras Rodrigues e Godoy (2013), ao destacar os objetivos da visitação pública em um parque nacional, ressaltam a importância de se estruturar os serviços de apoio correspondentes considerando os efeitos ambientais e socioeconômicos do turismo nos territórios.

Nesse contexto, a oferta e prestação de serviços de apoio à visitação em áreas protegidas tem promovido, por parte dos órgãos gestores, a adoção de diferentes modalidades de parcerias entre as esferas pública e privada, representadas por uma diversidade de arranjos institucionais com organizações da sociedade civil e empresas (RODRIGUES; GODOY, 2013).

A inserção social e o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, conforme propõem Botelho e Rodrigues (2016), deve, em seu processo de ações, buscar fomentar o turismo nas unidades de conservação e integrar diversos atores sociais como ponto fundamental para a garantia do acesso e uso sustentável dos recursos de modo justo e equitativo.

É dentro deste contexto de parcerias público-privadas que a realização de serviços de apoio à visitação, mediada pelos órgãos gestores, se insere em um amplo debate que envolve, por um lado, a formalização do regramento dessa relação e, por outro, o universo das discussões acerca da inclusão social através do turismo em áreas protegidas, dos conflitos territoriais, da valorização dos saberes culturais e do uso para a subsistência das populações locais.

Nesse sentido, a atividade de condução de visitantes em parques nacionais compreende uma das possibilidades acordadas entre os órgãos gestores e as populações locais, representando uma das alternativas de trabalho e renda em face da proibição do uso direto dos recursos naturais da UC. Atualmente, a atividade está regulamentada pela Portaria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) nº 769, de 08 de julho de 2019. Além de formalizar a parceria, a Portaria do ICMBio traz diferentes obrigações e responsabilidades que a população local deve cumprir em seu papel de condutor. Cita-se, como exemplo, a promoção da educação e interpretação ambiental nos parques nacionais.

No âmbito da atividade de condução de visitantes, o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros (PNCV) marca o contexto histórico como referência das primeiras iniciativas, junto

ao Parque Estadual de Intervales, no estado de São Paulo, a propor a capacitação de condutores de visitantes para a população local (FERREIRA; COUTINHO, 2010).

O processo de implantação do PNCV, na década 1960, foi acompanhado de diversos conflitos envolvendo as diferentes formas de uso e ocupação do território. A população que vive na área de abrangência do Parque é composta por agricultores, garimpeiros e quilombolas do Território Quilombola Kalunga. Nesse sentido, a chegada do Parque, em 1961, proibindo a atividade de garimpo, a extração de plantas para usos medicinais e a agricultura, gerou conflitos entre a comunidade local e órgão gestor responsável na época, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (SARAIVA, 2006). Uma das saídas adotadas pelo órgão gestor, para manejar os conflitos e buscar alternativas de renda para a comunidade local, foi a promoção da atividade de condução de visitantes no Parque.

Assim, em 1991, foi realizado o primeiro curso de capacitação de condutores de visitantes para os moradores locais, coordenado pelo Ibama, em parceria com o terceiro setor, contextualizando uma das iniciativas que fez parte do processo de ordenamento do uso público da área na época (SARAIVA, 2006; ICMBio, 2009; ANDRADE, 2014).

Atualmente, a região do entorno do Parque tem como umas das principais atividades o turismo, acarretando uma nova dinâmica de uso e ocupação do território, com impactos sobre a economia, o contexto social e a qualidade ambiental. A composição da população e sua cultura foram mudando no decorrer dos anos, gerando um novo grupo de moradores locais ligado ao movimento hippie e esotérico, o que tem resultado, também, em um novo perfil de condutores de visitantes que acompanhou a dinâmica das demandas sociais.

Diante do contexto apresentado, o trabalho buscou por meio da pesquisa qualitativa (entrevistas, campo exploratório e levantamento de dados secundários) cumprir como objetivo geral, compreender o papel do condutor de visitantes na dinâmica de visitação do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros (PNCV) - GO, considerando a contribuição para a interpretação ambiental e os desafios para a melhoria da atividade no Parque. E, como objetivos específicos, foram definidos:

- Contribuir para a compreensão sobre a interface entre a educação e interpretação ambiental e a condução de visitantes em Parques Nacionais;
- Identificar e analisar os aspectos sociais, ambientais e político-institucionais que permeiam a condução de visitantes no contexto da visitação no PNCV; e
- Gerar subsídios para aprimorar a prática de condução de visitantes no contexto da visitação no PNCV.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. Os dois capítulos iniciais apresentam o referencial teórico, em que se procurou discutir como a atividade de condução de visitantes se integra no campo de estudo que envolve as parcerias público-privadas em áreas protegidas sob a ótica da prestação serviços de apoio à visitação e da contribuição para a educação e interpretação ambiental.

O terceiro capítulo discorre sobre a realidade da atividade no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, sob a perspectiva da dinâmica do turismo em sua área de abrangência, das pressões que atravessam a ampliação do PNCV e o cenário histórico que contextualizou a implementação da atividade de condução de visitantes realizada por moradores locais. Por fim, o último capítulo apresenta os resultados e a discussão desenvolvida através do caminho metodológico da presente pesquisa.

METODOLOGIA

A conexão do tema de pesquisa com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

A escolha do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) como área de estudo sobre a condução de visitantes e repercussão na interpretação ambiental (IA) deu-se a partir de dois pontos principais, além da pertinência e relevância do tema, conforme apresentado na introdução. O primeiro ponto conecta-se ao fato do caso de o PNCV ser emblemático no sentido da atuação do órgão ambiental de instituir a obrigatoriedade de condução de visitantes e liderar um processo de qualificação dos condutores para atuarem na área. A condução de visitantes foi, durante anos, uma condição para a visita ao Parque.

O segundo ponto considerado para a seleção da área foi o interesse da gestão do Parque em apoiar a pesquisa. No momento da apresentação da proposta de pesquisa para a equipe do Parque, foi identificada a possibilidade de contribuição no contexto da elaboração do Plano de Interpretação Ambiental da área. Compreendeu-se que a pesquisa poderia subsidiar e fortalecer a discussão sobre o papel e a contribuição dos condutores no processo de educação e interpretação ambiental.

Cumprе salientar que a escolha do PNCV como local de estudo também se deu em virtude da proximidade de Brasília, facilitando a logística e acesso. Contudo, em virtude da pandemia COVID-19, o planejamento inicialmente delineado para a pesquisa de campo teve que ser readequado.

Levantamento e análise de referencial teórico e coleta de dados secundários

Na intenção de atender aos objetivos da presente pesquisa, no ano de 2019 foi planejado como caminho metodológico a realização de dois campos, o primeiro campo realizado em junho de 2019 e o segundo seria realizado no período de abril a junho de 2020. A proposta de campo contemplava uma observação mais aprofundada e o registro, a partir de métodos etnográficos, sobre a relação entre os condutores e o PNCV, o cotidiano de atividades e a realização de trilhas com os condutores para compreender como e quais conhecimentos são transmitidos nas trilhas do Parque Nacional.

Além destas observações e registros, o campo previa, também, a realização de entrevistas com os interlocutores da pesquisa. No entanto, em virtude da impossibilidade da

execução de um segundo campo, o levantamento de informações foi reestruturado e contemplou as seguintes fontes principais:

- resultados obtidos no campo exploratório de 2019;
- a realização de entrevistas semiestruturadas de forma online e;
- dados secundários;

A primeira etapa, após a definição da área de estudo, envolveu o levantamento, a sistematização e a análise de referencial teórico e de dados secundários, centrada em três vertentes principais: condução de visitantes; interpretação ambiental; inclusão social e parques nacionais. Esta parte da metodologia abarcou o levantamento de trabalhos acadêmicos, livros e artigos que tratam dos temas principais da pesquisa e serviram como caminho teórico metodológico para a preparação do trabalho de campo. As principais plataformas de busca foram o repositório de dissertações e teses da Universidade Federal de Brasília (UnB), *Research Gate*, *Academia.edu*, *Scielo*, documentos oficiais do ICMBio e Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre outros.

Este passo, além de buscar compreender os debates acerca da interpretação em UC brasileiras, também teve como objetivo analisar artigos que envolvessem a experiência de áreas protegidas na realização da atividade de condução de visitantes pela comunidade local. Com base nessa coleta de dados secundários foi realizado um quadro, que será apresentado no primeiro capítulo, com os principais desafios e questões que permeiam a modalidade de parceria entre o ICMBio e os condutores para a prestação de serviços de apoio à visitação e seus aspectos político-institucionais.

Destaca-se que um dos desafios desta etapa envolveu a compreensão das diferenças entre os condutores locais e guias de turismo, em alguns casos utilizados como sinônimo em trabalhos acadêmicos, o que incitou a discussão no subcapítulo 1.2 sobre a definição das profissões do guia de turismo, condutor local e condutor de visitantes.

A importância de acompanhar e entender a dinâmica da atividade de condução de visitantes no PNCV, criando conexões de como isso se incorpora ao condutor enquanto sujeito social, considerando as diferentes interfaces das suas relações: com os visitantes; com a comunidade local; e com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, desencadeou uma outra frente de levantamento de informação, por meio da etnografia virtual, para complementar as entrevistas semiestruturadas e caderno de campo exploratório.

A crescente interação social do "mundo online" trouxe novas formas de comunicação e dados para as pesquisas de cunho social e qualitativa. Os autores Silva e Limongi (2019), ao

discutirem a metodologia da etnografia virtual, a reconhecem como uma ferramenta necessária para se buscar a realização da pesquisa etnográfica contemporânea.

Ao inserir na realidade da pandemia as plataformas de mídias sociais, que já estão introduzidas culturalmente dentro da sociedade em âmbito global, estas passaram a ser o principal meio de comunicação e interação social. É dentro deste contexto que a etnografia virtual passa, cada vez mais, a ser uma metodologia essencial nos estudos etnográficos, representando a adaptação da etnografia tradicional, concentrada dentro do espaço virtual, apesar de os limites e o abismo entre os mundos online e offline não estarem delimitados ainda (SILVA; LIMONGI, 2019).

Entender que as realidades vividas estão, cada vez mais, estabelecidas de forma online, permite ao pesquisador pensar este espaço como um diferente nível de "habitação dos sujeitos" (SILVA; LIMONGI, 2019, p. 8), o que possibilita explorar diversas plataformas de interação social. A realização da etnografia virtual compreende acompanhar eventos ligados aos sujeitos e aos temas de interesse da pesquisa na internet, em que se observa e se aprende sobre suas atividades, integradas em seus ambientes naturais e construídos (SILVA; LIMONGI, 2019).

O processo de pensar na etnografia virtual surgiu a partir das entrevistas semiestruturadas, onde assuntos elencados pelos entrevistados, datas e eventos foram surgindo, como as parcerias para a manutenção de trilhas no PNCV pelos condutores, cursos de capacitação de condutores de visitantes, divulgação profissional e educativa por meio das redes sociais, agências de turismo e Geoparque. Desta forma, esta etapa consistiu na utilização das plataformas sociais como: Facebook, Instagram, documentário na plataforma da Netflix, Youtube, sites de agências de turismo local, sites de associações de condutores de visitantes e notícias de jornais digitais.

As informações coletadas nas entrevistas, embora tenham subsidiado uma parte relevante da análise da pesquisa, também trouxeram questões investigativas que motivaram a necessidade de complementação: Como os cursos realizados com a professora de Geologia se conectaram ao Geoparque? Em que ano foi realizado o último de curso de capacitação e qual foi o seu valor? Como funcionam as agências locais de turismo citadas pelos entrevistados? Como é a mobilização dos condutores em suas mídias sociais? Como a relação entre o PNCV e condutores acontece nos espaços construídos no mundo online?

Partindo destas questões, foi construído o Quadro 1 (Apêndice A), como um dos métodos de organização utilizado para a análise de conteúdo, integrando as informações obtidas aos principais temas elencados na pesquisa.

Quadro 1 - Relação de eventos no mundo online

Data	Questão	Evento	Local
Postagem de 08 de junho 2020	Como os cursos realizados com a professora de Geologia se conectaram ao Geoparque?	Postagem PNCV: dia mundial dos oceanos “A Chapada do Veadeiros já foi mar”	Instagram do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
Postagens de abril a junho de 2020	Como é a mobilização dos condutores nas mídias sociais?	Postagens das ações realizadas pela Organização não Governamental (ONG) Chapada Solidária na pandemia	Instagram da ONG Chapada Solidária
Postagem de 11 de abril 2021	Como a relação entre o PNCV e condutores acontece nos espaços construídos no mundo online?	Postagens da abertura de trilhas para a cachoeira do Sertão Zen	Instagram do PNCV e da Associação de Amigos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (AVE)
Postagem de 31 de agosto de 2020	Como é a mobilização dos condutores nas mídias sociais?	Webinar “Mulheres no desenvolvimento do ecoturismo”	Canal do Youtube: GEF Áreas Privadas

Fonte: A autora (2021).

Os limites da presente pesquisa, nesta etapa metodológica, relacionam-se ao aprofundamento da etnografia virtual e o que ela representa em toda sua complexidade. Silva e Limongi (2019) destacam que a etnografia virtual se move entre os mundos online e offline, de modo a complementar e representar uma extensão do mundo offline, enfatizando que o pesquisador não deve ter seu foco somente em plataformas de mídias sociais específicas.

Contudo, a etnografia virtual foi utilizada como uma forma de apoiar a investigação de dados secundários para complementar os resultados coletados nas entrevistas e no campo exploratório. Nesse sentido, buscou-se entender de que forma os interlocutores se apresentam e interagem nestes espaços (SILVA; LIMONGI, 2019), observando em que medida os dados coletados confirmavam informações e foram divergentes no universo estabelecido para fazer a pesquisa.

Campo exploratório

Durante o campo exploratório foi utilizado o caderno de campo (Apêndice B) como forma de descrever e registrar situações, cenários e sujeitos envolvidos na dinâmica de visitação no PNCV, sobretudo na condução de visitantes. Esse tipo de registro foi inspirado em Geertz

(2017), em sua contribuição sobre a descrição densa. Para o autor, esta é uma descrição interpretativa que busca compreender o sentido dos discursos, com enfoque em salvar a possibilidade do que foi falado, e que, sem dar a interpretação etnográfica, poderia extinguir-se (GEERTZ, 2017).

O campo teve como objetivo principal uma pesquisa exploratória da região durante 20 dias, em junho de 2019, sendo o primeiro contato com o local e objeto de estudo. Esta fase exploratória foi importante para delimitar a direção e os rumos da pesquisa.

As informações obtidas neste período motivaram as seguintes perguntas de pesquisa: Quais são os temas, as narrativas e os conhecimentos compartilhados e expressos pelos condutores durante a prática de condução no PNCV? Quais temas e conteúdo são abordados nos cursos de capacitação, para além do mínimo previsto na Portaria do ICMBio nº 769, de 2019, que dispõe sobre as normas e procedimentos administrativos para autorização da atividade em UC? Como o grupo de condutores mais recente interage com os condutores mais antigos? De que forma os condutores de visitantes podem contribuir como parceiros do Parque no manejo, monitoramento e ordenamento do uso público da área protegida?

Temas como a dinâmica local dos condutores e sua interação com as associações representativas da atividade, a gestão do Parque, a visitação e a percepção dos moradores locais quanto à atividade de condução compuseram o foco principal dos registros no caderno de campo. Foi possível, assim, descrever e registrar situações do ambiente local e do dia a dia da Vila de São Jorge que, posteriormente, foram aprofundadas por meio das entrevistas.

Cumprir destacar que o campo exploratório coincidiu com o período de início das atividades da concessionária (julho de 2019) contratada para a prestação de serviços de apoio ao turismo no Parque. Neste sentido, a pesquisa buscou contemplar, também, o entendimento de como a concessão poderia afetar a atividade de condução de visitantes, além de compreender a composição institucional no contexto da visitação no PNCV.

Entrevistas semiestruturadas

A realização do campo exploratório, no ano de 2019, permitiu à pesquisadora identificar as questões e os principais temas que caberiam para a próxima etapa da pesquisa, a partir do método de entrevista semiestruturada.

A entrevista semiestruturada, conforme Triviños (1987), está pautada em teorias e questões investigadas pelo pesquisador e que sejam de interesse da pesquisa, fomentando

indagações à medida que os entrevistados respondem. As perguntas realizadas servem como um norte, sendo a sua base os temas escolhidos, em que o sujeito, ao compartilhar seus pensamentos e experiências acerca do assunto, contribui na coleta de dados primários.

Esse método tem como característica a flexibilidade para sua realização em um formato de conversa informal entre a pesquisadora com os entrevistados, onde a duração das entrevistas varia o tempo entre 30 e 50 minutos. As autoras Boni e Quaresma (2005) salientam que, por possibilitar uma proximidade entre o entrevistador e o entrevistado, esta permite que ocorra a troca de afetividade e a possibilidade de o pesquisador falar sobre assuntos complexos e delicados.

Dessa forma, a utilização desse procedimento metodológico buscou possibilitar a investigação dos aspectos afetivos e valorativos, significados pessoais das ações e comportamento dos interlocutores entrevistados, conforme sinalizam os autores (BONI; QUARESMA, 2005), levando em consideração que, para a elaboração do roteiro, Triviños (1987) alerta que a entrevista semiestruturada, em seu viés qualitativo, é resultado não somente das teorias estudadas pela pesquisadora, mas, também, da coleta de informações em campo; do levantamento de dados secundários; da coleta de contatos; e da identificação dos entrevistados.

As entrevistas foram realizadas com analistas ambientais do PNCV e condutores de visitantes que moram nos municípios abrangidos pelo Parque e que atuam no PNCV (Quadros 1 e 2). O roteiro de entrevista (Apêndice C e D) buscou contemplar os seguintes temas:

- a relação entre os gestores do PNCV e os condutores no contexto da gestão da visitação e de outros assuntos relevantes para o Parque;
- o papel dos condutores na interpretação ambiental e para a comunidade local;
- de que forma os condutores entendem sua atividade na dinâmica de visitação do Parque;
- curso de capacitação de condutores de visitantes;
- a repercussão da chegada da concessionária na dinâmica de visitação no Parque;
- a não obrigatoriedade da contratação de condutor para a visitação; e
- de que forma o plano de interpretação ambiental do Parque, que está em processo de elaboração, pode inserir a atividade de condução de visitantes para promover a sensibilização e um maior conhecimento sobre a área.

A proposta de classificação dos interlocutores entrevistados foi desenhada, após o primeiro campo de caráter exploratório, a partir das interlocuções com condutores de visitantes e moradores locais, possibilitando traçar três grupos e perfis de condutores de visitantes atuantes

no Parque. Considerando que os analistas ambientais do ICMBio atuantes no PNCV também foram selecionados para as entrevistas, os interlocutores foram categorizados em quatro grupos, conforme apresentado abaixo no Quadro 2.

Quadro 2- Grupo dos interlocutores entrevistados na pesquisa

Interlocutores entrevistados	
Interlocutores do grupo 1	Condutores de visitantes que nasceram nos municípios que compõem a região da Chapada dos Veadeiros. Neste grupo de entrevistados encontram-se moradores locais, ex-garimpeiros que participaram do primeiro curso de condução de visitantes organizado pelo Ibama e a Fundação Pró-Natureza (Funatura) e <i>World Wide Fund for Nature</i> Brasil (WWF Brasil), em 1991 e 1994.
Interlocutores do grupo 2	Condutores de visitantes que atuam há cerca de 20 anos no Parque. Neste grupo encontram-se moradores locais que participaram dos primeiros cursos de condução (exceto o primeiro e segundo curso) e se mudaram para a Chapada dos Veadeiros, vindo de outras regiões do Brasil.
Interlocutores do grupo 3	Condutores de visitantes que atuam em média há 10 anos ou menos no Parque. Pertencem a este grupo moradores recentes, vindos de outras regiões do Brasil, condutores que pertencem à terceira/quarta geração em seu núcleo familiar e que realizaram os cursos de capacitação a partir de 2010.
Interlocutores do grupo 4	Analistas ambientais do ICMBio que trabalham no setor de uso público do Parque, educação ambiental e pesquisa.

Fonte: A autora (2020).

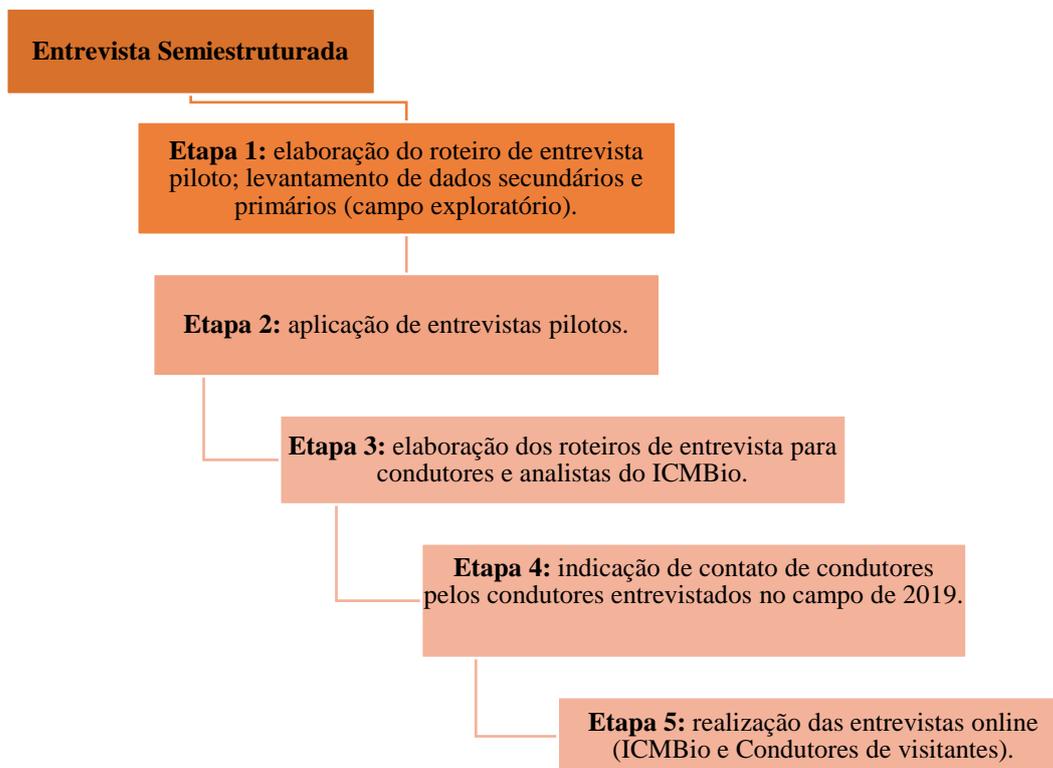
Além das constatações do primeiro campo, os autores Ferreira e Coutinho (2010), Oliveira Junior (2013) e Andrade (2014) confirmam a existência de diferentes gerações de condutores no PNCV, baseando-se na chegada de novos moradores locais e registro da mudança do perfil a partir do segundo curso de capacitação de condutor, principalmente no que se refere aos grupos 1 e 2.

O recorte do grupo 3 foi definido com o propósito de compreender como os condutores do grupo 1 e 2, que já estão consolidados e atuando há mais tempo dentro do Parque, interagem com a chegada destes novos condutores e a dinâmica existente nesta relação. Essa categorização, também, buscou apontar as diferentes opiniões sobre o papel dos condutores e como a compreensão da condução de visitantes e sua interface com a interpretação ambiental foi mudando ao longo do tempo.

Dado ao contexto da impossibilidade da realização do segundo campo em virtude da pandemia COVID-19, as entrevistas semiestruturadas foram desenhadas como fonte principal de coleta dos dados primários para a pesquisa. No ano de 2020, com base em todas as informações coletadas em 2019, a pesquisadora adaptou as entrevistas para o formato online.

Desta forma, o caminho metodológico percorrido envolveu as seguintes etapas, conforme o fluxograma abaixo:

Figura 1 - Fluxograma de desenvolvimento das etapas para a realização das entrevistas semiestruturadas com os interlocutores



Fonte: A autora (2021).

As etapas quatro e cinco, embora estejam alinhadas com as etapas anteriores no intuito de buscar a coerência teórico-metodológica, foram desafiadoras e construídas ao mesmo tempo de forma intuitiva. Devido à readaptação das entrevistas para o formato online, a estratégia de contato escolhida foi a partir do método de indicação conhecido como "bola de neve".

A autora Albuquerque (2009), descreve a técnica da bola de neve (*Snowball*) como uma estratégia eficiente quando existe a impossibilidade de coletar informações sobre todos os membros da rede (network), ou a coleta de dados a partir de uma amostra aleatória dos grupos entrevistados.

Ao mesmo tempo, o método utiliza como abordagem cadeias de contato, o que permite a contribuição de informações sobre os indivíduos participantes e as relações entre os entrevistados (ALBUQUERQUE, 2009). A incorporação desta técnica consistiu em nomear o

interlocutor que seria considerado a “semente”, estabelecendo os primeiros contatos e referências para a continuidade das entrevistas.

Os condutores de visitantes contatados, e que aceitaram a realização da entrevista online, são denominados como “frutos” e, aqueles que recusaram, porém indicaram outros condutores, são considerados como “sementes intermediárias”.

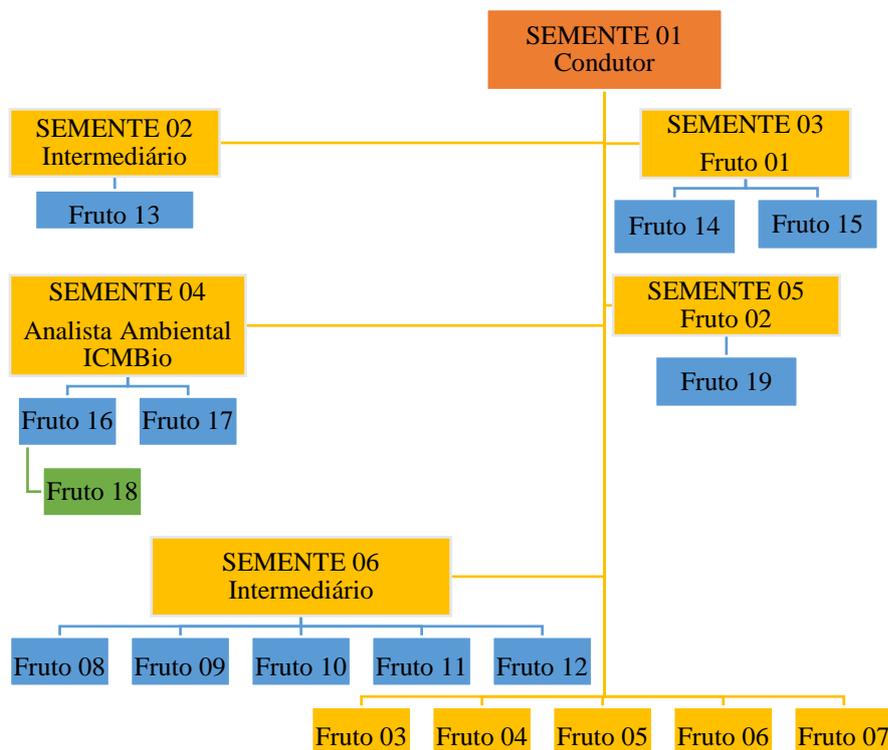
Neste sentido, em julho de 2020, a pesquisadora iniciou o contato, a partir de um dos condutores da entrevista realizada no campo exploratório, utilizando a plataforma de comunicação e mídia social WhatsApp. Este primeiro passo permitiu a coleta de 17 possíveis entrevistados, denominados como frutos no método bola de neve.

Com base nos primeiros frutos, gerados do contato inicial (semente 1), foi desenvolvida uma tabela contendo as seguintes informações: nome; telefone para contato; situação da entrevista; e indicação. Após a coleta inicial e organização das indicações na tabela pela primeira semente, a pesquisadora passou a entrar em contato com os entrevistados seguindo o padrão de mensagens via WhatsApp, em que o limite de encaminhamentos convidando os condutores indicados foi de três mensagens.

O resultado deste passo foi a realização de sete entrevistas online. Apesar de dez condutores não terem aceitado, dois contribuíram repassando contatos que, em suas percepções poderiam colaborar com a pesquisa, conforme demonstra a Figura 2. Desta forma, o método foi replicado após a realização das primeiras entrevistas, contabilizando um total de seis sementes e 19 frutos.

A definição final do conjunto de entrevistados foi pautada no processo de "saturação" definido por Albuquerque (2009), em que as formas de acessar contatos para realização da entrevista acabam reiterando, onde o termômetro principal foi a repetição de nomes indicados e identificação de padrões de respostas.

Figura 2 - Fluxograma técnica de contato *Snowball*



Fonte: A autora (2021).

Foram realizadas, no total, 22 entrevistas com condutores de visitantes, considerando os três perfis delimitados na presente pesquisa, sendo que 19 destas entrevistas ocorreram em formato online e três durante campo exploratório.

Além disso, apesar dos primeiros contatos com os gestores do parque terem ocorrido no ano de 2019, somente no ano de 2020 foi possível a execução online das entrevistas com dois analistas ambientais do PNCV, contabilizando o total de 24 entrevistas realizadas.

Para organizar o formato online das entrevistas foi utilizado como meio de comunicação principal o aplicativo WhatsApp, por meio do qual foram realizados os contatos e as ligações para marcar entrevistas e disponibilizar ligações gratuitas. Para o registro das informações, a pesquisadora adotou a gravação a partir de dois gravadores de voz, anotações no caderno de campo durante a interlocução e a transcrição das respostas dadas pelos entrevistados.

Em razão desta pesquisa considerar entrevistas com gestores e informações obtidas em uma UC federal e, ponderando a utilização das entrevistas como fonte principal de informação, ela foi cadastrada no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), por meio da autorização de atividades com finalidade científica ICMBio nº 68914/1, prorrogada

pela autorização nº 68914/2. O trabalho, também, foi avaliado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), através da Plataforma Brasil, tendo seu Certificado de Aprovação de Apreciação Ética (CAAE) pelo nº 26766719.2.0000.5285.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros consta um universo de 190 condutores cadastrados. Além disso, o Observatório do Turismo em 2019 realizou o inventário da oferta de turística do município de Alto Paraíso, registrando o total de 207 guias cadastrados no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), sendo 87 destes, condutores de visitantes da Associação de Condutores de Visitantes (ACVVCV) e 74 da Associação de Guias e Prestadores de serviços em Ecoturismo da Chapada dos Veadeiros (SERVITUR) (Mtur, 2019).

Contudo, a partir das informações coletadas durante as entrevistas e considerando as demais associações de condutores da região não contabilizadas no inventário, pode-se estimar que existem em média 300 condutores atuantes na região da Chapada dos Veadeiros, e que não estão necessariamente cadastrados no PNCV.

O trabalho apresenta nesse sentido, a perspectiva e vivência de 22 entrevistados, os quais representam, em sua maioria, os interlocutores do grupo 2 e 3, integrantes da ACVVCV, da SERVITUR, da Associação Guia em Ecoturismo no Desenvolvimento Ambiental e Sustentável (AGENDAS) e da Associação de Condutores em Ecoturismo de Cavalcante e Entorno (ACECE), conforme apresentado no Quadro 2 e Apêndice E.

Quadro 3 - Relação de interlocutores entrevistados por grupo

Entrevistados	Nº de entrevistados por grupo	Associação de Condutores/ Instituição	Nº de entrevistados por Associação
Interlocutores do grupo 1	3	ACVVCV	15
Interlocutores do grupo 2	7	SERVITUR	4
Interlocutores do grupo 3	12	AGENDAS	2
		ACECE	1
Interlocutores do grupo 4	2	Analistas ambientais do ICMBio que trabalham no setor de uso público do Parque, educação ambiental e pesquisa.	-

Fonte: A autora (2021).

Análise de conteúdo

Para o tratamento dos dados obtidos e análise dos resultados da pesquisa foi escolhido como método a análise de conteúdo, descrita por Bardin (2016). A autora considera três pontos principais para a organização dos documentos e resultados: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, inferência e a sua interpretação (BARDIN, 2016).

Neste sentido, as observações feitas no caderno de campo, entrevistas, etnografia virtual e dados secundários foram organizados em consonância com os objetivos e questões norteadoras do trabalho, demarcando a etapa de pré-análise da pesquisa, conforme apresentado no Quadro 4 de atividades:

Quadro 4 - Atividades realizadas para coleta de dados

Ano	Etapa	Onde	Materiais
2019	Elaboração do roteiro de entrevista piloto; Levantamento de dados secundários.	-	-
2019	Aplicação de entrevistas pilotos e levantamento de dados primários (campo exploratório).	Vila São Jorge; PNCV.	Caderno de campo e gravador de voz
2020	Elaboração dos roteiros de entrevista para condutores e analistas do ICMBio.	-	-
2020	Indicação de contato de condutores pelos condutores entrevistados no campo de 2019.	WhatsApp	Planilha Excel WhatsApp web e celular
2020-2021	Realização das entrevistas online (ICMBio e Condutores de visitantes); Transcrição e categorização dos temas abordados nas entrevistas.	WhatsApp; Software de análise qualitativa Atlas.ti e Excel	Celular, gravador de voz e caderno de campo
2020-2021	Pesquisa investigativa nas plataformas de mídia social em que os sujeitos se apresentam	Instagram; Facebook; Youtube; notícias de jornais locais entre outros	Planilha Excel

Fonte: A autora (2021).

O caminho metodológico para análise de todos os conteúdos e exploração do material consistiu na separação e organização a partir de temas que buscassem responder aos objetivos da pesquisa. Entretanto, embora tenha se criado uma estrutura inicial, a transcrição e análise das 24 entrevistas guiaram a composição dos dados em uma planilha Excel, representando, ainda, a base da elaboração das categorias temáticas e códigos que estruturaram e alimentaram esta planilha de resultados (Apêndice F).

Na etapa de exploração da base material (entrevistas) foram definidas três grandes categorias temáticas que abordassem as questões levantadas na pesquisa, a partir da avaliação

e da codificação das narrativas trazidas pelos entrevistados no software de análise qualitativa Atlas.ti.

A determinação das categorias e códigos, com base nas entrevistas realizadas com os condutores e analistas ambientais, permitiu a análise dos trechos das entrevistas que traziam as percepções dos sujeitos relacionados aos temas apontados no Quadro 5, a seguir. O processo de codificação foi realizado de forma livre, identificando, nos discursos dos entrevistados, assuntos que se repetiam, passando pelo processo de reconhecer e “filtrar” os códigos que mais apareciam nas falas dos entrevistados.

Considerando que a relação de número de condutores foi significativamente maior do que as entrevistas com os analistas ambientais, a categorização dos temas elencados para a discussão e interpretação dos resultados, se deu a partir dos trechos selecionados das respostas dos condutores, onde se identificou opiniões similares nos assuntos elencados no Quadro 5.

A análise temática dos trechos das entrevistas foi construída, dentro da lógica de contagem segundo Bardin (2016), em que são contabilizados diversos temas em uma unidade de codificação, podendo estas unidades, ainda, serem ramificadas em novas codificações. Partindo desse entendimento, a diversidade de assuntos tratados nas entrevistas, dentro das três categorias de análise, originou unidades de codificação que foram sendo ramificadas, e organizadas, por fim, em subcategorias e suas respectivas unidades de codificação temática (ramificação).

Quadro 5 - Categorias e códigos elaborados para análise do conteúdo dos resultados

Categorias	Subcategorias	Unidades de codificação temática
Condutor enquanto sujeito social	Motivação pessoal	econômica, missão de vida, estilo de vida, influência da família
	Relação com a comunidade local	intermediário, intérprete, econômico e guardião
Relação com o Parque Nacional	Relação com o Parque Nacional	percepções positivas e percepções negativas
	Relação com a concessionária	percepções positivas e percepções negativas

Fonte: A autora (2021).

Quadro 5 – (Continuação) Categorias e códigos elaborados para análise do conteúdo dos resultados

Categorias	Subcategorias	Unidades de codificação temática
Interpretação Ambiental	Cursos de capacitação de condutores	percepções positivas do curso, percepções negativas do curso e estágio como prática educativa
	Cursos de curta duração	geologia, geografia, observação de aves, resgate, busca e salvamento, primeiros socorros, florais, garimpo histórico, entre outros
	Conhecimentos compartilhados com o visitante	biodiversidade, história e cultura, geologia, geografia, Parque Nacional e interpretação ambiental
	Curiosidades dos visitantes	história, cultura local, curiosidades sobre o condutor, queimada, agricultura, ufologia, biodiversidade, geografia, geologia e segurança
	Motivação do visitante para contratar o condutor	segurança, informação, indicação/mídias sociais

Fonte: A autora (2021).

A análise estatística dos resultados deu-se por meio da contagem da quantidade de entrevistados e das narrativas que foram organizadas em unidades de codificação a partir das subcategorias. A partir disso, foi realizada a distribuição das suas frequências, sendo apresentadas de duas formas:

- identificação da frequência relativa da quantidade de entrevistados que abordaram o conteúdo da unidade de codificação; e
- identificação da frequência relativa da quantidade de narrativas que identificadas para cada unidade de codificação.

Nesse sentido, no que tangencia à análise temática das entrevistas, esta consistiu em duas partes principais: a avaliação do contexto dos trechos das respostas identificadas em determinada categoria e a assimilação semântica atribuída aos assuntos tratados nas entrevistas, os quais foram definidos e observados sob a ótica das conotações dos polos positivos e negativos acerca de determinada subcategoria temática.

A análise das oposições é descrita por Bardin (2016), neste contexto, por dois universos opostos em que determinadas palavras, expressões e assuntos são atribuídas às questões que representam conotações positivas e negativas pelos entrevistados, pertinentes à categoria Relação com o Parque Nacional e subcategoria Curso de capacitação de condutores de visitantes, da categoria Interpretação ambiental.

A proposta de investigação através da análise temática das entrevistas foi aplicada, também, na categoria de ‘Interpretação ambiental’ e em suas subcategorias que correspondem

aos conhecimentos que são compartilhados com os visitantes, a curiosidade dos visitantes e motivos de contratação.

A escolha desse método foi utilizado com o objetivo de entender o que significava falar sobre a história local, sobre o Parque Nacional, sobre a biodiversidade, além de identificar em quais momentos da entrevista, os condutores traziam em suas narrativas a interpretação ambiental acerca das informações compartilhadas.

Procurando compreender o condutor de visitantes enquanto sujeito social, a partir da sua motivação para realizar o curso de capacitação, e de que forma estes percebem a importância da atividade de condução para a população local, a pesquisadora investigou como os interlocutores estão enquadrados nas duas funções descritas por Gentile, Franco e Sayago, (2016).

Em suas análises referentes à atividade de condução de visitantes na região de abrangência do PNCV, especificamente no município de Alto Paraíso, os autores Gentile, Franco e Sayago (2016) reconhecem as potencialidades dos condutores “acionadas mais ou menos conscientemente por aqueles que desenvolvem o trabalho” (GENTILE; FRANCO; SAYAGO., 2016, p.181), a partir das funções de intérprete e intermediário.

A concepção do que representa um sujeito ecológico em formação, descrita por Carvalho (2012), foi debatida na categoria ‘Condutor enquanto sujeito social’, e suas respectivas subcategorias, buscando explorar como o condutor está incluso nos três perfis do sujeito ecológico identificados pela autora. Referente a interação do condutor com a natureza e cultura, enquanto cidadão político, em seu papel de gestor social e a partir de sua cosmovisão do mundo.

Assim, com base no caminho metodológico apresentado, buscou-se a organização e apresentação dos resultados em estreita relação com as referências conceituais e as categorias de análise utilizadas na pesquisa.

1 PARQUES NACIONAIS: PERSPECTIVAS DE CONSERVAÇÃO E USO PÚBLICO

A criação de parques nacionais no Brasil, como tipologia de conservação da biodiversidade, tem sua origem nos ideais preservacionistas norte-americanos dos séculos XVIII e XIX, onde a preservação de áreas naturais desabitadas e da vida selvagem¹ eram enaltecidas a partir das perspectivas estéticas e espirituais. Através desta concepção, no imaginário da época permeava a visão de uma natureza intocada, dissociada do homem (DIEGUES, 2001).

Contudo, o processo de amadurecimento da criação das Unidades de Conservação (UC) no Brasil e no mundo, incorporou novas concepções acerca das áreas protegidas, levando em consideração, para além da relevância estética e beleza cênica desses locais, a importância da conservação da biodiversidade (BRITTO, 2000; LEUZINGER, 2007).

Os parques nacionais compõem uma categoria de manejo de unidade de conservação, que têm como característica principal a proteção integral dos recursos naturais, permitindo em seus limites apenas atividades de uso indireto, voltadas para a pesquisa, a educação e interpretação ambiental, a promoção do turismo e a recreação em contato com a natureza (BRASIL, 2000; DIEGUES, 2001; BENSUSAN 2006;).

A prioridade atribuída à preservação da biodiversidade e bancos genéticos em parques nacionais, segundo Britto (2001), contribuiu para a visão do ideal dicotômico entre homem e natureza, restringindo a presença humana nestes locais. Entretanto, parte das UC de proteção integral, foram decretados em áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades locais, acarretando conflitos e disputa pela utilização do território (BRITTO, 2000; LEUZINGER, 2007).

A revisão e criação de novos instrumentos políticos na década de 1970 contribuiu para a criação de unidades de conservação com o propósito estratégico de desenvolvimento do país. Sob a influência do regime de ditadura militar, as áreas naturais protegidas foram implementadas dentro da ótica desenvolvimentista e de controle do território brasileiro. Concomitantemente à criação destas áreas, surge o processo de mobilização das comunidades

¹ A noção de "wilderness"(vida natural/ selvagem), subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era de grandes áreas não-habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação (DIEGUES, 2001, p.15).

locais que passaram a resistir e lutar pelo seu território ancestral (DIEGUES 1999; MEDEIROS IRVING; GARAY, 2006).

O crescimento dos movimentos ambientalistas em escala nacional, na década de 1980, influenciados pela agenda ambiental planetária e o processo de redemocratização do país, contribuíram para inserção e abertura de espaço das pautas sociais e das minorias dentro das políticas ambientais (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2006).

Este processo colaborou para a criação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) em 1981, antecedendo a Constituição Brasileira de 1988, que contempla o Capítulo VI do Título VIII, da Ordem Social, dedicado a área ambiental. A criação do atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) tem como uma de suas bases estruturais o Capítulo II da Lei da PNMA, delegando aos Municípios, Estados, Distrito Federal e a União, o papel de definir e gerir áreas prioritárias relativo à qualidade ambiental e equilíbrio ecológico (BRASIL, 1981; THEODORO; BARROS, 2011).

Em consequência disso, desafios na parte financeira e estrutural da gestão das UC geraram demandas para o Estado garantir o funcionamento e manutenção destas áreas protegidas, conforme apontam os autores Medeiros, Irving e Garay (2006):

A falta de recursos humanos e financeiros constitui um problema crônico no modelo brasileiro que impôs sérias restrições ao funcionamento de muitas Unidade de Conservação. Muitas sobreviveram apenas “no papel”, sem que qualquer intervenção fosse realizada ou mesmo que seus Planos de Manejo fossem elaborados (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2006, p. 35).

A criação de áreas protegidas é uma política pública que requer uma composição de recursos e ações condizentes com a sua magnitude. Contudo, ao longo dos anos os governos têm sido pautados por políticas macroeconômicas, que ocasionaram a diminuição dos investimentos na área ambiental, em especial nas políticas públicas de conservação da natureza, e no enfraquecimento dos órgãos ambientais que tem o papel de gerir as unidades de conservação (PASSOLD; KINKER, 2010; MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2006; RODRIGUES; ABRUCIO, 2019).

É neste contexto de busca por alternativas econômicas para apoiar a gestão de áreas protegidas que o turismo tem sido defendido em políticas nacionais e internacionais como uma oportunidade, através do ecoturismo, que acompanha “um cenário de crescente demanda por lazer e transformação social, no plano global” (IRVING; MATTOS; RODRIGUES, 2015, p. 30).

No bojo dos conceitos associados ao uso público indireto dos parques nacionais para visitação, a prática do ecoturismo em áreas naturais desponta em dois processos históricos principais: o movimento ambientalista e o movimento de contracultura das décadas de 60 e 70 (PIRES, 2008).

O conceito de ecoturismo nasce, assim, neste campo complexo formado por uma rede de diferentes sujeitos sociais, que passam a mediar os desafios, os conflitos, os espaços democráticos e as estratégias de manejo e conservação que integram o turismo para fins educacionais, de inclusão social e conservação dos recursos naturais (PIRES, 2008; IRVING MATTOS; RODRIGUES, 2015). Nesse sentido, no final da década de 80, foram promovidos os primeiros cursos de guias especializados em atrativos naturais.

Contudo, foi sob a influência da Rio 92 que o ecoturismo passou a ganhar reconhecimento, impulsionando seu crescimento a partir de estratégias de mercado e geração de novos segmentos no turismo (Mtur, 2010). Em, 1994, a Política Nacional de Ecoturismo define o termo no Brasil, que também foi adotado pelo Ministério do Turismo (Mtur) como:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MTur, 2010, p. 17).

No ano de 2006, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), na publicação "Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação", elaborou orientações para a participação e o envolvimento da comunidade local, a partir da promoção de iniciativas que estimulem o diálogo, a sensibilidade e respeito entre a comunidade local, os visitantes e gestores das UC (MMA, 2006). Neste contexto, o processo de amadurecimento e as experiências das instituições gestoras das áreas protegidas buscam fortalecer a visitação como uma estratégia de conservação, além de promover seu viés educativo e socioeconômico (PIRES, 2008; IRVING MATTOS; RODRIGUES, 2015).

O documento "Turismo e Gestão da Visitação em Áreas Protegidas – diretrizes para sustentabilidade", publicado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em 2019, destaca que as iniciativas que buscam propiciar engajamento e benefícios através do turismo focado nos parques nacionais devem procurar entender as comunidades locais, seus direitos, suas tradições e as suas atividades de subsistência, assim como as partes interessadas que esta reconhece como parceiros (LEUNG et al., 2019).

Cabe salientar que a associação das áreas protegidas ao desenvolvimento socioeconômico e redução da pobreza, requer o reconhecimento das potencialidades de

atividades como o turismo, mas também de seus respectivos impactos e múltipla conjuntura. Não obstante, conforme destacam Rodrigues (2009) e Nascimento e Costa (2015), os possíveis benefícios advindos da implementação de unidades de conservação somente serão percebidos com a inserção social das comunidades locais no processo e na união dos esforços de diferentes setores do Estado.

Para os autores Rodrigues e Abrucchio (2019) as instituições que fazem a gestão das áreas protegidas, quando incentivam a visitação por meio do turismo, devem buscar, também, ferramentas e estudos que atendam às particularidades da realidade de cada categoria de manejo e à conservação dos aspectos culturais e naturais.

Com o objetivo de orientar o planejamento e o ordenamento da visitação em UC, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) elaborou o documento “Rol de Oportunidade de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC)”. O documento evidencia o espectro de oportunidades recreativas a partir dos objetivos de cada categoria de manejo, considerando aspectos de manejo e conservação, da dinâmica do turismo e das localidades que abrangem áreas protegidas. No conjunto de possibilidades de visitação, o ROVUC destaca, também, a pluralidade de usos públicos e negócios na promoção do turismo enquanto instrumento para conservação destas áreas e desenvolvimento socioeconômico (ICMBio, 2018a):

Potencializar os benefícios econômicos e sociais do turismo nas unidades de conservação, que apenas em 2017 gerou mais de 8,6 bilhões de reais em vendas para visitantes e 80 mil empregos diretos, depende do uso de ferramentas de planejamento que maximizem o aproveitamento deste potencial turístico, oportunizando maior diversidade de atividades recreativas e de negócios associados ao turismo em áreas protegidas, desde turismo de base comunitária e serviços de baixa complexidade até grandes concessões e serviços especializados (ICMBio, 2018a, p. 7).

As parcerias e concessões em áreas protegidas, conforme citado acima, integram a gestão do uso público dentro de um contexto desafiador, amparado em questionamentos e ideais que expressam diferentes posicionamentos quanto à gestão e uso destas áreas (RODRIGUES; ABRUCCIO, 2019). Assim, compreender as diferentes propostas de parcerias existentes em unidades de conservação, principalmente em parques nacionais, é um campo de pesquisa necessário para a contribuição das políticas públicas voltadas ao uso público e a repercussão nos diferentes territórios envolvidos.

1.1 PARCERIAS ENTRE AS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA EM PARQUES NACIONAIS E A DIVERSIDADE DE OPORTUNIDADES RECREATIVAS

O projeto de Estado mínimo na década 1990 ocasionou um processo de descentralização, desestatização e terceirização de serviços, aumentando cada vez mais o papel da iniciativa privada na prestação de serviços para a sociedade. Estas medidas influenciaram diversos campos das políticas públicas, repercutindo na área ambiental a partir da publicação do "Marco Conceitual e Diretrizes para Terceirizações Administrativas em Unidades de Conservação", em 1999 (RODRIGUES; GODOY, 2013; IRVING; MATTOS; RODRIGUES, 2015).

Assim, as parcerias entre as esferas pública e privada vêm sendo incentivadas em diferentes países e setores do Estado. No contexto das unidades de conservação, sobretudo em parques nacionais, as parcerias são formalizadas a partir de diferentes arranjos institucionais, com e sem fim lucrativos, que buscam, através da prestação de serviços, apoiar a visitação e o turismo em áreas protegidas (RODRIGUES; ABRUCIO, 2019).

A crescente visitação em áreas protegidas, com registro de mais de 15 milhões de visitas no ano de 2019 (ICMBio, 2019)², expressou, também, um aumento na demanda turística no que diz respeito à variedade de atividades e serviços disponíveis nestas áreas. Neste sentido, os fatores que influenciam a gestão do uso público nas UC contemplam o desenvolvimento e a intensidade de infraestrutura, os tipos de serviços, as conveniências oferecidas aos visitantes, junto com as normas e os regulamentos que integram as experiências de visitação (ICMBio, 2018a).

Para Rodrigues e Abrucio (2019), as parcerias em áreas protegidas envolvem esta complexa conjuntura de planejamento e gerenciamento das práticas de visitação. O poder público, ao implementar estas áreas como um instrumento de política pública ambiental, deve assegurar as condições básicas necessárias para os responsáveis pela administração das UC.

Especificamente na área ambiental, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, alterada pela Lei 13.668, de maio de 2018, estabelece a possibilidade de concessão de serviços, áreas ou instalações de unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação voltadas à conservação e proteção da UC, precedidos ou não da execução de obras de infraestrutura, por meio de licitação, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (BRASIL, 2018).

² Dados coletados no Painel Dinâmico do site oficial do ICMBio referente ao número de visitantes em UC federais no ano de 2000 e 2019. Disponível em: http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opensdoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

Cabe, ainda, destacar a recente Portaria do ICMBio nº 289, de 3 de maio de 2021, que trata sobre as normas gerais que devem ser instituídas no planejamento e implementação do uso público nas áreas naturais protegidas. Em seu art. 2º, inciso V, a Portaria 289, de 2021, prevê que a delegação dos serviços de apoio à visitação pode ser realizada a partir de contrato entre a Administração Pública e a concessionária, ou ato unilateral representado pela permissão e autorização de uso.

O art. 4º da Portaria 289, de 2021, define que as áreas protegidas, como bens de uso comum da sociedade, cumprem, a partir do uso público, um caminho para o usufruto da sociedade, tendo como princípios a proteção dos patrimônios naturais, históricos e culturais; a inclusão social, o acesso democrático e o planejamento participativo; e a valorização das comunidades locais, sua forma de existência e sua cultura.

O planejamento e a implementação das atividades de apoio à visitação e uso público, conforme destaca Souza et al. (2018), são consideradas tarefas laboriosas em que as parcerias em áreas protegidas podem servir como uma ferramenta para articular o interesse dos diferentes atores e arranjos.

Partindo desta lógica, estas devem ser delineadas com base no reconhecimento e representatividade de diferentes sujeitos afetados neste processo, além de articular o senso de pertencimento, aprendizado social e diálogo com as relações já estabelecidas no território (ZAOUAL, 2009).

A fundamentação destas condições é considerada de grande relevância para a construção das relações com a população local, considerando a realidade das unidades de conservação brasileiras, que possuem como um dos seus maiores desafios o conflito da sobreposição das áreas protegidas em territórios tradicionalmente ocupados por comunidades locais, além dos impasses quanto à utilização dos recursos naturais (SOUZA et al., 2018).

Nesta linha, Botelho e Rodrigues (2016) salientam que a inserção de iniciativas lideradas pelas comunidades locais das UC, em formato de arranjos que estejam respaldados em micro e pequenos negócios, constitui um campo de debate fértil para a discussão de qual turismo que se almeja dentro dos parques nacionais e suas áreas de influência:

Algumas iniciativas relacionadas ao turismo de base comunitária, cooperativismo e autogestão, apontam caminhos alternativos para fortalecer as capacidades locais no que tange à autonomia, qualificação e formalização dos empreendimentos de base local (BOTELHO; RODRIGUES, 2016 p, 289).

Com base neste argumento, os órgãos gestores de parques nacionais, ao realizar o planejamento da visitação em conjunto com os atores locais, devem incentivar e contribuir para

o fortalecimento destas formas de gerir a economia de maneira qualificada e contextualizada com o território (BOTELHO; RODRIGUES, 2016).

Partindo dessa premissa, a busca por uma proposta alternativa ao turismo de massa, compreende em atribuir mudanças de valores em suas manifestações econômicas. E, a necessidade de incorporar no viés econômico, no caso de comunidades locais que vivem em UC, temas como equidade, repartição de bens de forma igualitária e proteção do patrimônio cultural e ambiental – contribui para novas concepções e formas de organização do turismo, a exemplo do turismo solidário, do turismo intercultural, do turismo da natureza, do ecoturismo, do turismo durável, do turismo de proximidade, do turismo de memória e de história (ZAOUAL, 2009).

Para Souza et al. (2018), é importante analisar os desafios e as dificuldades de implementar as parcerias em um contexto em que os conflitos permeiam as relações entre a gestão e a comunidade residente. Desse modo, os autores classificam os possíveis obstáculos de implementação dos arranjos, relacionados à: questão fundiária e direitos do território; organização embrionária de iniciativas locais; falta de infraestrutura e incentivos para micro e pequenas iniciativas; dificuldades de venda e inserção no mercado turístico; a morosidade, por parte do Estado, no processo de formalização das iniciativas; a desigualdade na tomada de decisão e no acesso de informações; além da regularização fundiária (SOUZA et al., 2018).

Dentre os arranjos entre a esfera pública e privada possíveis para ordenar a visitação, a autorização tem se caracterizado como um instrumento para viabilizar a participação de iniciativas locais na prestação de serviços de pequeno porte como itens de alimentação, aluguel de equipamentos, venda de artesanato, transporte embarcado e condução de visitantes, tema central desta pesquisa. Contudo, para que a autorização seja concedida, as iniciativas devem cumprir diversos requisitos, a exemplo das exigências relacionadas à qualificação dos profissionais envolvidos, à utilização de equipamentos necessários e ao porte de documentação adequada. Em consequência dessas demandas, os impactos quanto “a composição da oferta local, tanto em termos da qualidade, quanto em termos da capacidade das iniciativas locais de manterem suas autorizações” (OPAP, 2020, p. 437), evidenciam a busca pela articulação e composição de diferentes iniciativas locais para o planejamento do uso público.

Neste contexto, as autorizações concedidas aos condutores de visitantes cumprem, a partir dos cursos de capacitação fornecidos em parceria com os órgãos gestores, uma das estratégias de envolvimento das comunidades locais no processo de planejamento do turismo em parques nacionais. Desde o primeiro curso de capacitação de condutores pela gestão do

Ibama, em 1991, diversas iniciativas em parques nacionais foram promovidas, com repercussão em diferentes dimensões da dinâmica socioeconômica local e nas relações estabelecidas com os órgãos gestores de UC (FERREIRA; COUTINHO, 2010; BOTELHO; RODRIGUES, 2016; CANTO-SILVA; SILVA, 2017).

1.2 A ATIVIDADE DE CONDUÇÃO DE VISITANTES EM ÁREAS PROTEGIDAS E A REPERCUSSÃO NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO LOCAL

Na investigação sobre a condução de visitantes em áreas protegidas no Brasil foram identificadas algumas iniciativas precursoras, a exemplo dos Parques Nacionais (PARNA) da Chapada dos Veadeiros em Goiás, da Serra da Capivara no Piauí e o Parque Estadual de Intervales, no estado de São Paulo. (FERREIRA; COUTINHO, 2010; COTES; ERLER; SCHIAVETTI, 2021).

Na década de 1970, com o objetivo de conhecer os locais em que se encontravam as pinturas rupestres na cidade no município de São Raimundo Nonato, a arqueóloga Niède Guidon foi conduzida por um morador, popularmente chamado de "mateiro", afirmando para a comunidade local que retornaria com investimento para a população com a identificação dos sítios arqueológicos encontrados (COTES; ERLER; SCHIAVETTI, 2021). Os mateiros são conhecidos pela sua habilidade de abrir caminhos e conduzir as pessoas em áreas com matas fechadas e que ainda estão sendo desbravadas.

A partir de estudos coordenados pela Niède Guidon e sua equipe, estes constataram a importância da criação de um Parque Nacional no local, dado ao seu valor enquanto patrimônio histórico, cultural, arqueológico e natural, além de constatar as alterações no ecossistema devido aos impactos socioeconômicos. Assim, em 1979, o Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC) foi criado com o objetivo de preservar o bioma caatinga e o patrimônio cultural (BUCCO, 2014). No decorrer do ano seguinte a de sua implementação, em 1980, o PNSC passa a dialogar com a população local, no sentido de evitar os impactos devido à “presença de posseiros, dos incêndios que destruíram vários sítios com pinturas rupestres, da caça ilegal e do desmatamento descontrolado de espécies nobres” (BUCCO, 2014, p. 35).

A Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm), em 1986, começa a atuar no PNSC em duas principais estratégias, o fomento à pesquisa científica plural e multidisciplinar, junto a um projeto que tinha como objetivo integrar e valorizar a população local através de sua autossustentação (BUCCO, 2014; COTES; ERLER; SCHIAVETTI, 2021):

No início de implantação do PNSC, em paralelo ao trabalho de pesquisa arqueológica, havia uma demanda por condutores para acompanhar os pesquisadores e os visitantes. Para tanto, os estudantes da capacitação tinham todo apoio, desde o deslocamento até a alimentação para realizar o curso em São Raimundo Nonato. Nesse período, os pesquisadores que desenvolviam trabalhos no parque tinham como contrapartida ministrar algum tipo de capacitação aos condutores, inclusive a própria Guidon (COTES; ERLER; SCHIAVETTI, 2021, p. 192).

Em paralelo a esta iniciativa, Ferreira e Coutinho (2010) constatarem um dos primeiros registros da condução no estado de São Paulo, no Parque Estadual de Intervales, e no estado de Goiás, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Embora estes dois casos tenham histórias e contextos diferentes de como chegaram à formação de condutores, ambos compartilharam do mesmo objetivo de profissionalizar a atividade de condução de visitantes para moradores locais que possuíam conhecimento da região em sua vivência e cultura local, como caminho para mediação dos conflitos de usos da área.

A condução surge, então, como uma proposta da implementação de uma parceria entre área protegida e a comunidade local, em que uma nova fonte econômica para os moradores é estabelecida a partir da visitação, como uma substituição e um tipo de compensação em virtude da proibição das atividades de garimpo na Chapada dos Veadeiros, e das atividades de extração de palmito e minério de calcário em Intervales (FERREIRA; COUTINHO, 2010).

Entretanto, apesar destas referências estarem registradas como marco inicial da atividade, o primeiro curso de capacitação de condução de visitantes realizado pelo Ibama, em 1991, foi no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, conforme constatarem Ferreira e Coutinho (2010), como resultado do processo de ordenamento da visitação pública no Parque.

Paralelo e esse contexto histórico, é importante ressaltar que os projetos voltados para a formação de guias de natureza e condutores de visitantes originam-se como fruto de ações conjuntas dos órgãos ambientais responsáveis por administrar as UC brasileiras e o terceiro setor, como a Fundação Pró-Natureza (Funatura), que contribuiu com a formação de condutores de visitantes no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros (PNCV). A profissionalização das populações locais como condutores de visitantes nasce no cerne das discussões feitas acerca do ecoturismo, principalmente no que se refere à Rio 92 e os debates conflitantes acerca da dicotomia dos ideais, que refletiram na criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (PIRES, 2008; MTur, 2010; BRAGA 2013; IRVING; MATTOS; RODRIGUES, 2015).

No ano de 2005, o Ministério do Meio Ambiente publicou uma cartilha de "Noções Básicas para a Condução de Visitantes em Áreas Naturais", reconhecendo este profissional

como elemento fundamental “para uma mudança de atitude do turista, em relação ao ambiente que está sendo visitado” (MMA, 2005, p. 53).

As "Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação" (MMA, 2006), concebem o condutor de visitantes como um importante profissional do turismo em áreas protegidas, ao apontar que as UC devem considerar que os condutores desempenham “um importante papel na experiência do visitante, proporcionando um incremento educativo e interpretativo durante a visita” (MMA,2006, p.27).

Com o crescimento dos cursos de capacitação nas áreas protegidas, o ICMBio editou a Instrução Normativa nº 08, de 2008, com o objetivo de autorizar a atividade de condução de visitantes nas áreas protegida, sendo esta e a Instrução Normativa ICMBio nº 02, de 2016, revogadas pela Portaria do ICMBio nº 769, de dezembro de 2019, que conceitua o condutor de visitantes como:

Pessoa física autorizada pelo ICMBio a atuar na condução de visitantes na unidade de conservação, desenvolvendo atividades informativas e interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de contribuir para o monitoramento dos impactos nas áreas de visitação (Portaria do ICMBio, nº 769 de dezembro de 2019).

Além das comunidades residentes nas áreas de abrangência da UC, o condutor de visitantes muitas vezes pode ser representado por guias de turismo e diversos profissionais que tenham realizado o curso de capacitação. Nesse sentido, cabe aqui discutir pontos das complexas diferenças e similaridades entre o guia de turismo, que também atua na condução de visitantes, e aquele que possui como sua base de formação a capacitação de condução fornecida, geralmente, pelo órgão gestor da unidade de conservação (NOGUEIRA, 2011).

Para Nogueira (2011), diversas nomenclaturas foram definidas aos indivíduos que conduzem visitantes em unidades de conservação, sendo estas: guia, mateiro, guia de selva, monitor ambiental, condutor de visitantes, guia local, condutor local, guia de ecoturismo, condutor ambiental e guia de turismo especializado em atrativo turístico. Contudo, há diferença regulatória entre as três principais definições, dado ao seu reconhecimento jurídico, sendo estas o guia de turismo, o condutor de visitantes e o condutor local.

O guia de turismo é regulamentado pela Lei nº 8.623, de 1993, e pelo Decreto nº 946, de 1993, que o define como o profissional cadastrado pela Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) e que exerce as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações às pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas. Estes ainda podem ser definidos como:

I- guia regional - quando suas atividades compreenderem a recepção o traslado, o acompanhamento, a prestação de informações e assistência a turistas, em itinerários ou roteiros locais ou intermunicipais de uma determinada unidade da federação para visita a seus atrativos turísticos;

II - guia de excursão nacional - quando suas atividades compreenderem o acompanhamento e a assistência a grupos de turistas, durante todo o percurso da excursão de âmbito nacional ou realizada na América do Sul, adotando, em nome da agência de turismo responsável pelo roteiro, todas as atribuições de natureza técnica e administrativa necessárias à fiel execução do programa.

III - guia de excursão internacional - quando realizarem as atividades referidas no inciso II, deste artigo, para os demais países do mundo;

IV - guia especializado em atrativo turístico - quando suas atividades compreenderem a prestação de informações técnico-especializadas sobre determinado tipo de atrativo natural ou cultural de interesse turístico, na unidade da federação para qual o mesmo se submeteu à formação profissional específica (BRASIL, 1993, art. 4°).

No ano seguinte da edição da Lei que regulamenta a profissão de guia em caráter nacional, a Deliberação Normativa nº 326, de 13 de janeiro de 1994, surge com o propósito de orientar os órgãos oficiais de Turismo a estabelecer normas próprias para cadastro, classificação, controle e fiscalização de prestadores de serviços que não estão inclusos na Lei nº 8.623, de 1993, no intuito de aperfeiçoar a qualidade do produto turístico estadual (BRASIL, 1994).

O condutor local é compreendido como a pessoa física, prestadora de serviços turísticos, cuja atuação profissional é destinada a atender aspectos característicos e específicos do patrimônio e de infraestrutura turísticas locais. Os campos de atuação, segundo o critério da norma, são: selva amazônica, pantanal, parques nacionais ou outros locais em equilíbrio ambiental; dunas, cavernas ou outros atrativos ecológicos específicos; locais de atrativos náuticos; empreendimentos considerados de valor histórico e artístico, pelas autoridades governamentais competentes (BRASIL, 1994):

Considerar-se-ão incluídos no disposto no artigo anterior, entre outras, as pessoas físicas cuja prática, decorrente do tempo de vivência e experiência em determinado atrativo ou empreendimento turístico, próprio de certa região, lhes permita conduzir o turista, com segurança, em seus passeios e visitas, ao local, prestando-lhes orientação e informação específica e tornando mais atrativa sua programação (BRASIL, 1994, art. 2°).

A condução local, nestes termos, previa o credenciamento nos Órgãos de Turismo, habilitados pela Embratur. A deliberação normativa surge como uma demanda de regularização considerando a realidade do país, em que diversas iniciativas já estavam sendo fomentadas, a exemplo da condução de visitantes em parques nacionais.

Neste sentido, embora a IN nº 08, de 2008, do ICMBio seja considerada a primeira norma voltada exclusivamente para condutores de visitantes que atuam em áreas protegidas, a

Deliberação Normativa nº 326 de 1994 representa um importante instrumento legislativo no contexto histórico (FERREIRA; COUTINHO, 2010; BUENO et al., 2011; NOGUEIRA, 2011).

De acordo com a Portaria nº 27, de 2014, do Ministério do Turismo, o condutor de visitantes em unidades de conservação é aquele que recebe capacitação específica para atuar em uma determinada área protegida, cadastrado devidamente pelo órgão gestor. Além de conduzir visitantes em áreas legalmente protegidas, “apresentando conhecimentos ecológicos vivenciais, específicos da localidade em que atua, estando permitido conduzir apenas nos limites desta área” (MTur, 2014, Art. 8º).

A Portaria 27, de 2014, em seu art. 8º § 3º especifica que é de responsabilidade do guia nacional analisar as regras da unidade conservação no que compete a obrigatoriedade ou não de contratação de um condutor de visitante com sua formação específica para aquela área protegida.

Não obstante, atenta-se ao que está descrito na Portaria nº 769, de 2019, que em seu art. 11 assinala que guias de turismo devidamente cadastrados no Ministério do Turismo, no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), estão dispensados das capacitações indicadas em seu art.10, devendo o interessado realizar as matérias obrigatórias, referentes ao conteúdo específico da UC (CANTO-SILVA; SILVA, 2017; ICMBio, 2019a).

Partindo desta questão, os autores Canto-Silva e Silva (2017) assinalam que as normativas do âmbito estadual seguiram como referência a legislação federal pertinente à autorização da atividade em UC, onde não denominam um profissional específico para sua concretização.

A atuação de guias e condutores em uma mesma área protegida é permeada de conflitos quanto ao mercado de trabalho, gerando um campo de disputa entre estes dois atores. Nogueira (2011) destaca que a formação de guia de turismo envolve, em alguns casos, cursos que são inacessíveis pela distância entre as comunidades locais e as cidades polos, além do valor do mesmo não condizer com o padrão econômico das populações locais.

De modo geral, os condutores de visitantes, quanto às suas obrigações profissionais, compartilham os mesmos objetivos que os guias em uma área protegida no sentido de orientar e transmitir informações às pessoas ou grupos em visitas. Ainda, Bueno et al. (2011), caracterizam que, além das atribuições legais de um guia de turismo, o condutor de visitante deve: conhecer os atrativos da área protegida; saber as questões que envolvem as problemáticas ambientais da região; conhecer as normas de conduta de visitação da área protegida e as propostas do seu plano de manejo; compreender o perfil do visitante que está conduzindo;

conhecer os objetivos da condução; ter conhecimentos de primeiros socorros; e saber passar a informação e ser um intérprete enérgico.

O artigo 28, da Portaria ICMBio nº 769, de 2019, evidencia que compete ao condutor de visitantes credenciado na unidade de conservação atuar e contribuir, como contrapartida, na manutenção de trilhas, mutirões de limpeza, monitoramento da visitação e apoio às atividades de busca e salvamento (ICMBio, 2019a, art. 28). Neste cenário, o condutor de visitantes, enquanto parceiro da UC, tem obrigações no sentido amplo da prestação de serviços (ICMBio, 2019a).

Conforme destaca Nogueira (2011), o tema da obrigatoriedade de contratação de condutor de visitantes vem sendo discutido pelo seu conflito, tanto na disputa de mercado de trabalho entre condutores e guias de turismo, quanto no âmbito legislativo. O primeiro documento a tratar do assunto foi as "Diretrizes para visitação nas unidades de conservação", que caracteriza a necessidade de avaliação e critérios com objetivos justificáveis para impor a obrigatoriedade ou não na área protegida (MMA, 2006).

Os aspectos que devem ser observados para compreender a necessidade de um condutor de visitantes em determinada trilha e/ou atrativo da UC, ou a necessidade de contratação para a realização da visitação estão relacionadas à:

Fragilidade do local; segurança do visitante; perfil dos visitantes e compreensão de quais são suas demandas e experiências; as dificuldades técnicas de determinada atividade; e necessidade ou não de equipamentos específicos para realização da atividade (MMA, 2006, p. 27).

O estabelecimento da primeira normativa – Instrução Normativa do ICMBio nº 08, de 2008, atualmente revogada para a Portaria do ICMBio nº 769, de 2019, - além de regularizar, mediante a autorização, o exercício da atividade dentro da UC, trouxe o amadurecimento das questões que envolvem a obrigatoriedade, com base no que foi descrito nas diretrizes de visitação (MMA, 2006; ICMBio, 2008; ICMBio, 2019a).

Trazendo como exemplo a regulamentação da atividade no estado de São Paulo, Nogueira (2011) destaca que a resolução da Secretaria do Meio Ambiente do Estado (Resolução SMA n. 32 59 de agosto de 2008), foi fruto de reivindicações das populações residentes das áreas protegidas, em conjunto com as agências e operadoras que atuavam historicamente nestas UC:

Esta Resolução estabeleceu, também, que será expedido um documento fixando para cada área protegida as atividades e os locais onde o visitante poderá se locomover sem a presença do monitor ambiental ou do guia, em trilhas autoguiadas, e os locais de alto risco onde somente será permitida a visitação com a supervisão destes profissionais, salvo se os visitantes, nestes

locais, dispensar o acompanhamento do monitor ou do guia, assinando um termo de reconhecimento de risco (NOGUEIRA, 2011, p. 71).

A atual Portaria do ICMBio, nesse sentido, foi editada com base no processo evolutivo acerca das discussões que envolvem a não obrigatoriedade e institui, em seu art. 4º, dois princípios para o estabelecimento da atividade nas áreas protegidas: a contratação facultativa do condutor de visitante e a recomendação, por parte do ICMBio, para a sua contratação (ICMBio, 2019).

Em suas análises sobre as regulamentações da atividade nos sistemas de parques estaduais do Brasil, Nascimento et al. (2016) destacam que “embora a maioria das bases legais exija a assinatura do profissional em um termo que exonera a UC de qualquer problema relacionado a sua atividade no interior da área protegida” (NASCIMENTO et al., 2016, p. 525), não existe um regime legal ou ato administrativo, que regule a atuação do condutor.

No sentido de normatizar e suprir esta demanda o ICMBio, por meio de portarias específicas relativas à execução da prestação do serviço em uma determinada unidade, vem implementando nos documentos requeridos para o cadastro e credenciamento dos condutores as autorizações de uso que acordam a parceria entre o órgão gestor e o condutor, e a prestação de serviço comercial de condução de visitantes (NASCIMENTO et al., 2016).

A prestação de serviço de apoio à visitação realizada por condutores possui um potencial “na geração de recursos para a sustentação dos Sistemas de UCs e a potencialização da sustentabilidade nas comunidades residentes no interior e no entorno destes territórios” (NASCIMENTO et al., 2016, p. 528). Para estes autores, apesar de o Brasil ter na maioria de suas áreas protegidas um grande potencial para atividades relacionadas ao uso público, existe um longo caminho nos avanços das bases legais que regulamentam a atividade de condução de visitantes dentro destas áreas protegidas:

O desenvolvimento seguro da atividade deve ser realizado através da criação de normas e procedimentos que ao mesmo tempo incentivem a visitação e a atuação de condutores qualificados e propiciem o alcance do principal objetivo das UCs, a conservação da biodiversidade (NASCIMENTO et al., 2016, p. 528).

Além das diretrizes da visitação (MMA, 2006), a Portaria atual também prevê como competência do órgão ambiental incentivar e articular as parcerias com o objetivo de promover a capacitação qualificada, de acordo com as diretrizes gerais da legislação vigente, assim como, em caráter específico, atendendo às particularidades da área protegida em que atua, conforme constar no Plano de Manejo da UC (ICMBio, 2019a). Dentro das diretrizes de visitação,

complementa-se que o conhecimento e as técnicas de manejo da visitação devem ser reciclados e atualizados e, conforme se julgue necessário, as unidades conservação devem:

- Incentivar que os guias, condutores e monitores adotem as normas técnicas de competência pessoal definidas no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- Estabelecer, em parceria com as entidades de classe correspondentes, um sistema de avaliação e desempenho dos condutores de visitantes, com vistas à qualificação e adequação dos serviços oferecidos (MMA, 2006, p. 27).

A realidade dos parques nacionais, em regiões menos populosas, é de conceder um maior número de autorizações em vista das reais demandas de turismo do local. A condução de visitantes é vista, assim, como uma “janela de oportunidade” (BOTELHO; RODRIGUES, 2016, pag. 288) dentro do contexto econômico que o turismo pode trazer, incentivando o crescimento do número de associações e cooperativas (BOTELHO; RODRIGUES, 2016).

Em estudo recente sobre a condução de visitantes nos parques brasileiros, Canto-Silva e Silva (2017) constataram que mais da metade (52,13%) das áreas é atendida exclusivamente por condutores locais e que esses profissionais estão envolvidos na condução de visitantes em 81,25%, dos 64 parques estudados na pesquisa. Ou seja, segundo os autores, os condutores locais têm um papel relevante na condução de visitantes nos parques brasileiros.

Além de envolver a comunidade local, a condução de visitantes em UC brasileiras tem promovido, também, o associativismo entre os integrantes dessas comunidades. Canto-Silva e Silva (2017) observaram que em 39,06% dos 64 parques brasileiros que participaram da pesquisa, a atuação dos condutores de visitantes ocorre de forma associativa, sendo registrado um total de 32 coletivos de condutores, entre associações, cooperativas e outros.

Nesse sentido, Ferreira e Coutinho (2010) dividem o perfil de condutores em três grupos. O primeiro é formado por membros das comunidades locais, entre a faixa etária de 40 anos e com baixo nível de escolaridade por morarem em áreas mais remotas, com dificuldade de acesso a transportes. “Contudo, eles mantiveram forte vínculo com o faixa ambiente natural e cultural de suas localidades; por isso, em algumas regiões brasileiras são denominados mateiros” (FERREIRA; COUTINHO, 2010, p. 362).

O segundo grupo é composto por jovens, comumente de uma geração mais nova do que o grupo anterior, que enxergam na atividade uma forma de manter-se em sua localidade de origem e visualizam a condução como uma oportunidade de emprego e renda familiar. Por fim, o terceiro grupo difere-se dos dois últimos por virem de localidades diferentes, atraídos pelo ecoturismo, geralmente provenientes de grandes centros urbanos e geralmente com alguma formação acadêmica (FERREIRA; COUTINHO, 2010).

Entretanto, deve-se considerar que cada área protegida, além de ter suas diferentes regras de uso e manejo, está inserida em lugares com populações locais que compartilham de semelhanças e diferenças, devido à diversidade étnica e cultural enquanto população tradicional, conforme destacado por Diegues (2001). Os autores Cotes et al. (2018), relacionam esta questão com os diferentes perfis e particularidades dos condutores de visitantes, conforme as características da UC e da sua cultura local.

No intuito de compreender e encontrar a partir de estudos de caso, os desafios e caminhos da condução de visitantes em diferentes locais no Brasil o Quadro 6, abaixo, foi elaborado a partir de artigos identificados para compreensão da atividade de condução de visitantes em áreas protegidas do Brasil.

Quadro 6 - Estudos de casos de realização da atividade de condução de visitantes em UC brasileiras

Publicação	Ano	Pontos Principais
Planejamento e implantação participativos de programa de interpretação em trilhas na “RPPN Paiol Maria”, Vale do Ribeira (SP) - Zysman Neiman, Eliana Cardoso-Leite, Diego Sotto Podadera	2008	<ul style="list-style-type: none"> - Cursos que incentivem a educação emancipatória e fomentem a participação dos condutores; - A capacitação da comunidade local em condução de visitantes associada a melhoria da autoestima e empoderamento através da formação; - O planejamento do turismo associado às questões econômicas, sociais, territoriais e ambientais, com intuito de integrar os condutores enquanto comunidade local e fomentar sua participação na tomada de decisão.
Comunicação popular dos Índios Pataxós do Extremo Sul da Bahia Através da condução de visitantes no Parque Nacional do Monte Pascoal - Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira e Odilon Pinto de Mesquita Filho.	2009	<ul style="list-style-type: none"> - O estabelecimento da atividade de condução como forma de transmissão de conhecimento, comunicação e informação para o visitante sobre a cultura através da perspectiva do condutor enquanto representante da comunidade. - A condução enquanto forma de assegurar e transmitir os saberes de suas culturas e tradições; - A importância de acordos institucionais entre os índios Patoxós da aldeia Pé do Monte, para o diálogo e fortalecimento da atividade.
Envolvimento Comunitário no planejamento do Uso Público do Parque Nacional do Pau Brasil: ações para o desenvolvimento humano das comunidades rurais e guias regionais do entorno. - Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira	2010	<ul style="list-style-type: none"> - Importância da organização dos condutores de visitantes através de associações e cooperativas; - Planejamento e desenvolvimento do turismo na comunidade local, para dentro do município para que não fique concentrado e restrito apenas nos limites próximos ao Parque; - Interiorização das questões ambientais como questão pública neste caso destas comunidades rurais, empresários e profissionais do Turismo que residem e trabalham na área de abrangência do Parque Nacional.

Fonte: A autora com base nos autores citados no Quadro 6 (2020).

Quadro 6 – (Continuação) Estudos de casos de realização da atividade de condução de visitantes em UC brasileiras

Publicação	Ano	Pontos Principais
Conduzindo Visitantes na Foz do Rio São Francisco: o caso da Associação dos Informantes de Turismo de Piaçabuçu-AL - Francismara Costa Torres Silvana Pirillo Ramos	2015	- Importância do ordenamento turístico para a fiscalização da capacidade de carga, tempo de permanência, preservação ambiental, serviços ofertados, além da existência de fluxo de veículos no local;
Associativismo Em Áreas Protegidas: Restrições E Possibilidades Na Experiência Dos Guias De Turismo Do Catimbau, Pernambuco - Joseline Henriques Da Silva E Maria Luiza Lins E Silva Pires.	2016	- Desenvolvimento do turismo local em conjunto com as lideranças comunitárias, buscando o aproveitamento das oportunidades geradas por meio de produtos e serviços turísticos de qualidade e a promoção do bem-estar social; - A implementação de associações de condutores com o objetivo de fortalecer e contribuir com o desenvolvimento do turismo local; - A necessidade de fomento e articulação entre o poder público e as associações para o fortalecimento da gestão das entidades locais, bem como a consolidação da atividade realizada pela comunidade local.
Perfil de condutores de trilhas de longa duração em parques nacionais brasileiros - Marcial Cotes, William das Neves Salles, Vinicius Zeilmann Brasil, Tayná Iha, Alexandre Schiavetti ¹ e Juarez Vieira Nascimento.	2018	- A importância da formação qualificada e contínua do condutor de visitantes para que seus propósitos estejam alinhados com U.C., e preparado para atender as diferentes propostas de experiências que as atividades na natureza podem trazer no seu espectro esportivo, de ensino e lazer; - A necessidade de regulamentação e padronização dos cursos de capacitação, sob um olhar interdisciplinar junto a inserção da educação física na grade curricular.

Fonte: A autora com base nos autores citados no Quadro 6 (2020).

Os pontos principais do Quadro 6 apresentam o resumo de alguns dos debates e conclusões sobre aquele estudo de caso realizado pelos autores. Entretanto, estes temas ainda podem ser tratados de forma abrangente, no sentido de compreender em quais aspectos, determinada área protegida passa por essa mesma experiência, ou não.

Limita-se, ainda, as discussões realizadas neste subcapítulo relacionadas aos seguintes pontos elaborados na tabela: a importância do fortalecimento dos vínculos entre a gestão e os condutores; as associações e cooperativas enquanto potência para a participação social dentro dos conselhos gestores e; o planejamento turístico em conjunto com os condutores e com a implementação do desenvolvimento turístico na comunidade local a partir das lideranças locais. Assim, sobre a questão que envolve a condução em seu viés educativo, a discussão teórica se dará no capítulo terceiro desta dissertação.

Dentro deste contexto, os aspectos que conectam a importância do planejamento e desenvolvimento do turismo na comunidade local estão vinculados à integração do Município, a partir das Secretarias Municipais de Turismo e Meio Ambiente, para que o turismo não se concentre apenas nos limites próximos à área protegida. Os autores Silva e Pires (2016)

destacam a importância da inserção das iniciativas e lideranças locais nos projetos do ordenamento turístico local e do uso público da UC, como estratégia que contribui através de “oportunidades a partir de produtos pelos produtos e serviços turísticos de qualidade, com o objetivo de promover o bem-estar coletivo” (SILVA; PIRES, 2016, p. 179).

Os autores ressaltam esta questão ao constatar, através dos resultados do estudo de caso desenvolvido, que apesar da implementação do Parque Nacional do Catimbau (PE) ter favorecido a criação de uma associação, com intuito de organizar a atividade turística, a Associação de Guias do Turismo e do Desenvolvimento do Parque Nacional do Catimbau (AGTURC) passa por desafios. Por não receber apoio através de arranjos institucionais fortalecidos entre o órgão gestor e o município, os condutores ficam “à mercê da própria sorte. O que, de certa forma, reflete o risco das falsas participações e das participações induzidas” (SILVA; PIRES, 2016, p. 179):

Essas questões refletem, portanto, os limites de uma organização que tem um reconhecimento local, mas que esbarra na inoperância da gestão interna e na ausência de apoio institucional para ampliar a sua importância na atividade turística do Parque, bem como para alavancar um projeto de desenvolvimento local. Se o incremento do turismo representará uma diminuição das atividades tradicionais é um caso que merece ser investigado (SILVA; PIRES, 2016, p. 180).

A problemática da ausência e falta de incentivos através do apoio institucional é tratada, também, por Torres e Ramos (2015) no contexto da atividade de condução de visitantes realizada na Área de Proteção Ambiental (APA) Federal de Piaçabuçu (AL), localizada na Foz do rio São Francisco. Os condutores da Associação dos Informantes de Turismo de Piaçabuçu (AITP) sofre com o descaso da prática turística desordenada. Um dos fatores que acentua esta situação é a categoria da UC permitir diferentes usos na área protegida, o que acarreta conflitos relacionados “a capacidade de carga, tempo de permanência, preservação ambiental, serviços ofertados, além da existência de fluxo de veículos no local. Tornando-se evidente a inexistência de uma fiscalização” (TORRES; RAMOS, 2015, p. 574). Os autores afirmam que:

Desta forma, os informantes acabam assumindo a responsabilidade de tentar organizar a atividade turística na área da foz do rio São Francisco, assumindo o papel da gestão pública, algumas vezes sofrendo até ameaças por tentar inibir serviços ilegais que lá são ofertados (TORRES; RAMOS, 2015, p. 574).

Como contrapartida a este cenário, Oliveira (2010) observou em seu estudo sobre o envolvimento comunitário na implementação da visitação no Parque Nacional do Pau Brasil - BA, através da oferta de cursos de capacitação de condutores para a população residente, que o fortalecimento organizacional dos condutores locais contribui para a conquista de espaço e representatividade no setor turístico da região. Além disso, a organização a partir de associações

e cooperativas de condutores de visitantes incentiva, por parte dos atores, a tomada de decisão junto aos órgãos gestores da UC, possibilitando a proposição de ações para desenvolvimento local do turismo, por parte dos sujeitos (OLIVEIRA, 2010):

As atividades realizadas em espaço interno e externo resultaram, além dos conhecimentos adquiridos sobre condução de visitantes em UC's, na sensibilização dos guias regionais participantes em pensar e planejar o turismo não só em áreas naturais como também em todo o município com princípios e objetivos de sustentabilidade e que para isso concluíram que são necessárias ações de envolvimento e compromisso de diferentes atores inclusive deles que assumiram terem problemas de organização (OLIVEIRA, 2010, p. 84).

Dentre os resultados da pesquisa o autor relata que, a partir das sugestões apontadas nos questionários respondidos pela população local que realizou curso de capacitação de condutores de visitantes proposto no projeto, os condutores visam as seguintes ações para uma gestão na implementação do uso público do parque e no conselho consultivo: capacitar a comunidade para o fomento a atuação qualificada e produtiva; inserir no planejamento a geração e distribuição de renda local; diversificar as experiências de visitação; mobilizar o planejamento de trilhas interpretativas com inclusão da história e cultura local; organização do turismo a partir do cadastro de agências, guias e condutores que realizaram capacitações; e identificar as particularidades da área natural protegida (OLIVEIRA, 2010).

Paralelamente, os autores Silva e Pires (2016) ressaltam que, apesar das dificuldades, no caso da Associação de Guias do Turismo e do Desenvolvimento do Parque Nacional do Catimbau (AGTURC) no Parque Nacional do Catimbau (PE), os condutores identificam a organização por meio de associações e cooperativas como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da atividade e ampliação de renda dos associados.

As análises sobre a prática do turismo em áreas protegidas devem considerar as questões que englobam os aspectos econômicos, ambientais, sociais e territoriais, com o objetivo de incentivar a participação social, promover a distribuição de renda de forma equitativa e melhorar a qualidade de vida, em especial das classes sociais menos favorecidas (OLIVEIRA, 2010).

Partindo desta premissa, para a compreensão de qual o melhor arranjo de uso público em determinada área protegida, é preciso identificar os atores sociais envolvidos e seus diferentes perfis, levando em consideração os aspectos positivos e negativos dos impactos sociais e ambientais que envolvem os atores e a sua relação com a área protegida (SALVATI, 2003; COTES et al., 2018; NASCIMENTO; COSTA, 2015).

Nesse sentido, Salvati (2003) indica as questões que devem ser levantadas nas primeiras etapas de planejamento dos planos de uso público em uma unidade de conservação em conjunto com a comunidade local, quais sejam:

[...] a comunidade quer mudar seu ritmo de vida? muito trabalho, estresse e maior rentabilidade, ou trabalho menos intensivo com menor rentabilidade? criação de empregos ou de microempresas? visitantes o ano todo ou concentrados em uma determinada época? visitantes passeando por locais de trabalhos comunitários ou em locais próprios somente para o turismo? qual é a melhor opção para a comunidade? (SALVATI, 2003, p. 53).

Para Irving, Mattos e Rodrigues (2015), olhar a inserção do ecoturismo em áreas protegidas deve levar em consideração a dinâmica social do local, também, para fora dos limites territoriais em que se encontra a unidade de conservação, ponderando que independentemente da categoria de manejo, a gestão da área protegida é influenciada pela atividade socioeconômica em que está inserida.

Assim, deve-se refletir que a condução de visitantes é uma possibilidade que tem suas fragilidades e impactos socioambientais. A condução de visitantes, enquanto potência para o diálogo dos órgãos gestores com a população local e desenvolvimento socioeconômico da região, deve ser considerada como uma das estratégias e ferramenta de implementação do turismo e não como único meio para a mediação de conflitos que envolvem a comunidade local e a área protegida (RODRIGUES; BOTELHO, 2016; SALVATI, 2003; SOUZA et al., (2018).

Em seus estudos sobre a atividade de condução de visitantes nos Parques Nacionais da Serra da Capivara e de Caparaó, Cotes et al. (2018) destacam que um dos impactos sociais positivos é a possibilidade que a formação tem de contribuir para o aumento da autoestima da população residente “principalmente daqueles que vislumbram uma ocupação profissional que possibilite a permanência em sua comunidade” (COTES et al., 2018, p. 175):

Além disso, investigações de caráter qualitativo poderiam explorar com maior aprofundamento os sentidos e os significados atribuídos à própria prática profissional por condutores de atividades na natureza atuantes em distintos biomas (Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado, Marinho, Caatinga e Pantanal), contextualizando a cultura e a economia locais e evidenciando as similaridades e as diferenças das respectivas intervenções profissionais. Finalmente, considerando o caráter multidisciplinar da formação e da atuação profissional com atividades na natureza, tais investigações poderiam explorar o processo de desenvolvimento desses profissionais em suas carreiras, identificando as diferentes situações e contextos de aprendizagem nos percursos formativos (Cotes et al., 2018, p.176).

Destaca-se que um dos objetivos da visitação nestes ambientes naturais, segundo o SNUC (2000), é educar os visitantes sobre a relevância ecológica das áreas visitadas,

promovendo a sensibilização ambiental e conhecimento da importância da existência de unidades de conservação para preservação da biodiversidade (BRASIL, 2000).

Uma das estratégias de Educação Ambiental (EA) em unidades de conservação é a Interpretação Ambiental (IA), sendo as trilhas guiadas um dos meios interpretativos mais utilizados e incentivados pelo ICMBio. Nestas, o intérprete é aquele que faz o intermédio e facilita o contato entre o visitante e o ambiente, atividade geralmente desenvolvida por condutores de visitantes (ICMBio, 2018b).

As “Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação” (ENCEA), incluem a interpretação ambiental em sua segunda diretriz, em que essa visa atender ao objetivo de fomentar a participação social na construção da comunicação e demais ferramentas e meios de comunicação da UC (MMA, 2011).

As diretrizes reconhecem, em seus princípios, o fomento do pensamento crítico a partir de uma educação ambiental que busque incentivar a interpretação do mundo a partir dos contextos históricos e sociais, ações que busquem transformar e responsabilizar os sujeitos na intervenção de forma consciente na realidade (MMA, 2011).

Neste contexto, Botelho et al. (2015) ressaltam a importância da inserção da educação ambiental crítica nos cursos de capacitação de condutores, para que estes possam, por meio da interpretação ambiental, promover a reflexão e pensamento crítico dos visitantes acerca dos temas: área protegida, comunidades locais e as demandas da gestão da UC.

2 INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E SEUS SIGNIFICADOS

A interpretação ambiental (IA) em UC surge como um convite aos visitantes para que conheçam e compreendam as áreas protegidas, considerando diferentes campos do conhecimento, tais como ecologia, patrimônio ambiental e cultural, direitos sociais, turismo, lazer, educação ambiental, dentre outros (VASCONCELLOS, 2006). Neste sentido, este capítulo contempla as referências de como a IA está inserida na agenda de visitação dos órgãos gestores e, também, apresenta aspectos conceituais da vertente crítica da educação ambiental considerados relevantes para o estudo sobre a interface entre IA e a condução de visitantes.

Uma das referências do tema da interpretação ambiental, aplicada à gestão da visitação em UC, é a obra de Freeman Tilden (1957), que destaca o caráter educativo da IA onde se “propõe revelar significados e inter-relações por meio de uso de objetos originais, do contato direto com os recursos e de meios ilustrativos, em vez de simplesmente comunicar informação literal” (TILDEN, 1957, p. 8). O autor compreende a IA a partir de seis princípios que contribuíram para nortear a interpretação ambiental enquanto atividade prática e as pesquisas relacionadas à área em questão:

- I. Qualquer interpretação que não relacione de alguma forma o que está sendo exibido ou descrito a algo dentro da personalidade ou experiência do visitante, será estéril;
- II. Informação, em si não é Interpretação. Interpretação é a revelação baseada em informação. São completamente diferentes. No entanto, toda interpretação inclui informação;
- III. Interpretação é uma arte que combina muitas artes, quer os materiais apresentados sejam científicos, históricos ou arquitetônicos. Qualquer arte é ensinável em algum grau;
- IV. O objetivo principal da interpretação não é a instrução, mas a provocação;
- V. A interpretação deve ter como objetivo apresentar um todo, em vez de uma parte e deve se dirigir à pessoa como um todo ao invés de uma parte dela;
- VI. A interpretação dirigida a crianças (digamos, até a idade de doze anos) não deve ser uma diluição da apresentação para adultos, mas deve seguir uma abordagem fundamentalmente diferente. Para estar no seu melhor, será necessário um programa separado. (TILDEN, 1957, p. 9).

Inspirado nestes princípios, e a partir de uma visão mais instrumental da IA, Ham destaca em seu livro "*Interpretación Ambiental: Un Guía Práctica para Gente con Grandes Ideas y Presupuestos Pequeños*" (1992) a interpretação a partir dos temas da agricultura, recursos naturais e ambiente. Para o autor, a interpretação é uma forma de comunicação que as pessoas enxergam como um processo de tradução (HAM, 1992). Este define, ainda, a IA como:

A tradução da linguagem técnica de uma ciência natural ou área relacionada em termos e ideias que as pessoas em geral, que não são científicas, podem entender facilmente, e implica fazê-lo de uma maneira divertida e interessante para eles. (HAM, 1992 p.3).

No Brasil, a IA foi reconhecida pela primeira vez nos documentos oficiais, no Regulamento de Parques Nacionais, em 1979. Após a criação do SNUC, a atividade foi incluída nos objetivos que compõem a Lei. (IKEMOTO, 2008; ICMBio, 2018). Nesse contexto, a primeira definição nacional de IA foi estabelecida no documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação”, publicada pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2006, que a conceituou como “uma maneira de representar a linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e a natureza, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local.” (MMA, 2006, p. 10).

Neste sentido, o ICMBio vem trabalhando com o reconhecimento da influência da IA em áreas protegidas trazendo o tema para a agenda pública da Instituição. No ano de 2012, o órgão ambiental estabeleceu uma parceria com o departamento de Programas Internacionais do Serviço Florestal dos Estados Unidos, para o fomento desta atividade nas UC. Atualmente, a Instituição conta em sua estrutura organizacional com um núcleo de interpretação ambiental, que tem como objetivo conduzir treinamentos sobre interpretação ambiental para agentes públicos, parceiros e condutores comunitários. (ICMBio, 2018b):

Para internalizar a interpretação ambiental como uma das ferramentas a serem utilizadas pelo ICMBio e conferir a ela identidade institucional, foi estabelecida, em 2016, uma equipe técnica ampliada junto à Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP). A equipe atua na proposição de diretrizes e orientações para desenvolvimento de ações de interpretação no Instituto, na capacitação de condutores de visitantes, servidores e parceiros e na elaboração de planos e projetos interpretativos em UC de diferentes biomas (ICMBio, 2018, p. 14).

Resultado dos processos desenvolvidos nessa temática, a publicação do livro “Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação” define como o órgão ambiental entende a IA como uma ferramenta de gestão. Assim, para o ICMBio, a interpretação ambiental é “um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido” (ICMBio, 2018, p. 14).

A IA, ainda, se correlaciona com a perspectiva do Rol de Oportunidades de Visitação – ROVUC, no sentido da diversidade de experiências fornecidas para a visitação das UC, a exemplo de Parques Nacionais:

A diversificação de experiências amplia a possibilidade de satisfazer as expectativas e as motivações que conduzem o visitante a selecionar aquela UC como destino de sua visita. Isso é importante, uma vez que os visitantes satisfeitos são aqueles que retornam outras vezes e contribuem economicamente com a região, podendo se tornar apoiadores da conservação destas áreas protegidas (ICMBio, 2018a, p. 14).

A IA é reconhecida como uma importante ferramenta para o manejo do uso público das UC, que visa sensibilizar o visitante sobre a temática ambiental que envolve as áreas protegidas, a partir de propostas de ações e atividades interpretativas. Entretanto, sob a ótica do ICMBio, a IA tem como principal público-alvo visitantes que se relacionam com o local em seus momentos de lazer e recreação, optando ou não para abrir-se à realização de atividades interpretativas (ICMBio, 2018a).

Neste contexto, o ICMBio diferencia a IA da educação ambiental pautando-se nos diferentes perfis de visitantes, considerando que as ações de educação ambiental nas UC devem ser trabalhadas dentro de um processo contínuo com indivíduos específicos, enquanto o público da IA tende a mudar constantemente (ICMBio, 2018b). Esta perspectiva da IA em UC indica a utilização de alguns parâmetros como a duração da visita e o tipo de instrumento de interpretação envolvido.

Entretanto, fundamentar a interpretação ambiental em informações que promovam a observação, a reflexão e ação conforme aponta Vasconcellos (2006), compreende um dos objetivos da interpretação. “Se a interpretação não envolvesse informação seria apenas entretenimento. O propósito da interpretação é a revelação do sentido, do significado, do conhecimento” (VASCONCELLOS, 2006, p. 50).

Em concordância com a autora, Irving (2015) evidencia que a tendência das relações entre visitante e visitado em áreas protegidas, segundo a lógica do mercado, observa os sujeitos que vivem no local sob o imaginário coletivo de natureza virgem e selvagem, projetando arquétipos do imaculado e do inocente, ao mesmo tempo que exclui as populações locais nas tomadas de decisões do turismo que se almeja na UC. Em contra ponto, o turista é visto como aquele que vem de fora, entendido como um sujeito ausente de experiência, de vivência e de reflexão do mundo.

Contudo, discordar do raciocínio que conduz à promoção do turismo de massa em UC, significa visualizar o visitante como sujeito autônomo e passível de reflexão crítica e de transformação social. Caso contrário, corre-se o risco da IA cair na racionalidade mercadológica (IRVING, 2015):

Nesta linha de análise, por pressupostos, só ocorreria realmente o ecoturismo em áreas protegidas se o turista estiver efetivamente conectado com o compromisso de inclusão social e se não forem reconhecidos vítimas e/ou algozes no processo. E, por esta via de interpretação, todos os envolvidos (“quem está”, “quem chega”, e os eventuais “agentes” de intermediação entre essas duas instâncias) são, simultaneamente, sujeitos e objetos de processo, não apenas meras peças de uma engrenagem operada à distância por controle remoto (IRVING, 2015, p. 63).

Neste contexto, é importante observar o que se propõem descobrir, compartilhar e comunicar com a IA e a dimensão educativa envolvida, independentemente da motivação do visitante e do tempo de duração da visita, por exemplo. Revelar os significados e inter-relações da IA é compreender, segundo Menghini (2005), que ela é um instrumento para o saber pedagógico a partir da vivência no meio natural:

Assim, entendemos que a interpretação ambiental não é mera transmissão de informações, mas sim uma construção de valores, troca de sentimentos e cuidados para com o local visitado, visando enriquecer, desenvolver atitudes críticas e saberes necessários para a vida dos seres humanos entre si e para com a natureza. Deve-se ter acima de tudo, sensibilidade para tratar de assuntos tão complexos e difíceis, voltados à problemática ambiental que tanto nos aflige desde a época de nossa colonização, utilizando-se dos mais variados tipos de abordagens, desde teatro a placas ilustrativas (MENGHINI, 2005, p. 42).

Trabalhar a IA com o objetivo de fornecer ao visitante uma experiência que contribua para instigar a sua sensibilização acerca do tema da conservação das UC, através do estabelecimento de laços afetivos com as áreas naturais protegidas, não deve excluir a possibilidade de realizar trilhas interpretativas com o teor educativo (VASCONCELLOS, 2006; NEIMAN; CARDOSO-LEITE; PODADERA, 2008; XIMENES, 2015).

Nesse sentido, Vasconcellos (2006) entende que a IA, aliada à educação e recreação, é um instrumento pedagógico eficiente para ser trabalhado em áreas protegidas, que pode atingir diferentes propostas de experiências vivenciadas na UC. A autora chama a atenção para que os programas de educação e interpretação ambiental incorporem atividades recreativas, com o intuito de alcançar diferentes perfis de visitantes, contribuindo para a sensibilização a partir de conhecimentos sobre a área protegida e a história e cultura da população local, além de promover a compreensão sobre as questões ambientais em seus contextos sociais e de conservação (VASCONCELLOS, 2006).

Por esta via, as atividades de IA, elaboradas no contexto das estratégias de educação ambiental podem, ainda, estar fundamentadas na vertente crítica, promovendo a reflexão sobre as relações sociais que estão no cerne da questão ambiental (XIMENES, 2015).

Para entender como a vertente crítica da educação ambiental entra para a arena de debates no contexto das áreas protegidas é preciso observar, principalmente, o processo de criação da UC, sobretudo da categoria de manejo de proteção integral, em áreas que são tradicionalmente ocupadas por populações tradicionais (DIEGUES, 2001). Neste contexto, a situação de conflito gerada por diferentes visões de mundo e concepções sobre a relação entre sociedade e natureza tem sido estudada por diferentes campos do conhecimento e, com base na concepção Freiriana do pensamento crítico (FREIRE, 1967), a educação ambiental tem um papel relevante na compreensão sobre a função e as diferentes formas de apropriação das áreas protegidas.

Para Loureiro (2004), a compreensão de educação ambiental em seu viés crítico significa captar que o movimento ambientalista e as concepções do significado de desenvolvimento sustentável variam conforme os grupos sociais, posicionamentos políticos, bem como suas relações de apropriação dos recursos naturais e o significado de meio ambiente para os diferentes sujeitos.

Nesse sentido, diversos autores da educação ambiental abordam a vertente crítica como aquela que tem o dever de instigar o olhar e a reflexão do indivíduo sobre o contexto e o ambiente em que este se insere. Sauv  (2005) define esta linha da educa o ambiental como uma corrente que insiste:

Na análise das dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais: análise de intenc es, de posi es, de argumentos, de valores explícitos e implícitos, de decisões e de a es dos diferentes protagonistas de uma situa o (SAUVÉ, 2005, p. 30).

Assim, a vertente crítica da educa o ambiental em UC está alinhada ao processo de questionamento sobre os diferentes significados do que representa uma área protegida, vislumbrando a conexão da sua fun o na conserva o da socio biodiversidade brasileira. Partindo dessa premissa, Loureiro, Azaziel e Franca (2007) referem que a educa o nesses espaços necessita buscar a transforma o social, colocando indivíduos e atores sociais sob a perspectiva de “novas estruturas institucionais, como base para a constru o democrática de “sociedades sustentáveis” e “novos modos de se viver na natureza (embora sempre respeitando as categorias das UC e seus objetivos de manejo específicos)” (LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2007, p. 32).

As metodologias educativas cumprem o dever de legitimar os atores sociais, com o objetivo de garantir, nos espaços democráticos, a diversidade de olhares e representa es sob o meio ambiente e seus diferentes usos, assegurando o bem-estar social atrelado   prote o da

natureza. Para isso ocorrer, Loureiro e Cunha (2008) ressaltam que não são mais passíveis de adoção, para o despertar da consciência crítica e transformação social, os projetos inseridos na ótica ecológica que aderem a uma visão simplista das relações sociais, mobilizando ações que não agregam a complexidade social:

Uma ação em educação ambiental em UCs exige, portanto, a transparência nas relações e processos instituídos entre os grupos sociais envolvidos com a gestão e o fortalecimento do Estado, sob controle social, para se garantir: (1) reversão dos processos privatistas-mercantis da natureza; (2) mobilização e organização popular para o atendimento a necessidades materiais básicas e à justiça distributiva, associado às necessidades de conservação (visando a sustentabilidade democrática); e (3) problematização historicizada da realidade socioambiental e busca de alternativas econômicas com os grupos sociais, particularmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioambiental, garantindo a devida autonomia aos mesmos (LOUREIRO; CUNHA, 2008, p. 242-243).

Nesse sentido, Ximenes (2015) defende a valorização do potencial da educação em áreas protegidas a partir de uma gestão participativa e de práticas vivenciais, que venham a contribuir na transformação do que se compreende das inter-relações sociais estabelecidas com o meio natural, através da atividade de IA nas UC. Para a autora, “é importante discutir o papel da interpretação ambiental, como um instrumento no âmbito das práticas de educação ambiental, desenvolvidas junto às UC, buscando uma interlocução com a vertente crítica” (XIMENES, 2015, p 37).

Refletir sobre o papel IA pelo olhar crítico é, também, integrar dentro dos princípios fundamentais descritos por Tilden (1957) no que o intérprete deve ater-se. Observar a IA, a partir do fundamento que esta é uma arte que combina muitas áreas do conhecimento, em que se deve estimular a provocação através da instrução com o foco de apresentar um todo, se dirigindo ao indivíduo como integrante desse todo (TILDEN, 1957), é um campo fértil para a promoção da vertente crítica da educação ambiental e da interpretação do ambiente natural.

Nesta linha, Carvalho (2012) argumenta que as leituras feitas pelos sujeitos sobre o ambiente estão ligadas ao contexto e interpretação de mundo conectado aos aspectos culturais e históricos:

A interação com o ambiente ganha o caráter de inter-relação, na qual aquele se oferece como um contexto do qual fazemos parte, envolvidos que somos pelas condições ambientais circundantes, ao mesmo tempo que nós, como seres simbólicos e portadores de linguagem, produzimos nossa visão e nossos recorte dessa realidade, construindo percepções, leituras e interpretações do ambiente que nos cerca. Assim, inscrevemos as condições em que vivemos em nosso mundo de significados, transformando a natureza em cultura (CARVALHO, 2012, p. 69)

No que tange à questão das trilhas interpretativas em UC, Carvalho (2012) destaca que estas tendem a trazer uma leitura naturalista e conservacionista do que representa o ambiente, justamente por sua origem vir desta base. Contudo, a autora reconhece que há uma busca pela incorporação dos temas socioambientais da IA realizada em UC:

Em termos de orientação pedagógica, as trilhas de interpretação têm, cada vez mais, incorporado questões socioambientais, demonstrando atualmente uma abertura para a superação da ênfase exclusivamente conservacionista e explicativa que marca a origem dessa técnica. (CARVALHO, 2012, pág. 81).

Uma das possibilidades para se pensar a interpretação ambiental inspirada na vertente crítica é a partir do questionamento sobre as formas de participação das comunidades locais no turismo em áreas protegidas. Para Botelho et al. (2015) é possível conceber a IA, amparada nos pressupostos da corrente crítica da educação ambiental, como um caminho para o desenvolvimento do turismo sob a ótica dos atores sociais envolvidos para além do turista (BOTELHO et al., 2015).

Considerando a perspectiva da vertente crítica da educação ambiental na IA em parques nacionais, o condutor de visitantes assume um papel que vai muito além de um prestador de serviço, autorizado pelo ICMBio para conduzir, com segurança e informação, o visitante. A condução se insere em uma perspectiva de atuação em parceria com o ICMBio, a partir do conhecimento e do olhar sobre o local protegido, interligado com sua experiência e relação enquanto morador local (ICMBio, 2019a).

2.1 INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E O CONDUTOR DE VISITANTES

Iniciar a reflexão sobre a maneira como o condutor de visitantes se insere nas discussões que envolvem a proposta de interpretação ambiental requer observar a inclusão social no turismo e a representação dos diferentes sujeitos sociais na gestão participativa das áreas protegidas. Partindo dessa premissa, as ações que têm como objetivo o incremento do turismo em UC devem incentivar a integração de diversos atores sociais no intuito de promover o acesso e o uso dos recursos naturais de forma justa e equitativa (BOTELHO; RODRIGUES, 2016).

Compreender a educação ambiental crítica e sua relação com o turismo, significa encarar uma autocrítica da atividade e dos mitos embasados no olhar positivista que tende a existir na relação turismo e inclusão social. Normalmente, os discursos acerca do tema inclinam-se a olhar mais para os potenciais da inclusão social a partir do viés socioeconômico,

o que pode representar um equívoco de interpretação da complexidade que é esta atividade (NASCIMENTO; COSTA, 2015).

A atividade de condução de visitantes, para o ICMBio, está inserida como parte de uma construção participativa de planos e produtos interpretativos, demonstrando importante “aproximação e melhoria das relações entre a gestão de unidades e os atores locais, em especial os moradores, instituições parceiras e profissionais ligados à atividade turística” (ICMBio, 2018b, p. 15).

Propor a perspectiva crítica da interpretação ambiental pelo olhar dos condutores de visitantes permite revisitar o conceito proposto por Tilden (1957) do que é a interpretação para o intérprete em sua contemplação privada: “Para si mesmo: A interpretação é a revelação de uma verdade maior que está por trás de qualquer declaração de fato” (TILDEN, 1957, p. 9).

Ao direcionar a ênfase ao viés crítico da interpretação ambiental pela atividade de condução, é preciso que o condutor não só incorpore em seu discurso os questionamentos que envolvem o contexto socioambiental que se relacionam à sua atividade, à comunidade local e à conservação da área protegida, mas que permaneça em sua fala esta reflexão enquanto uma vivência da realidade que o envolve, dentro do seu próprio entendimento do que significa a UC (BOTELHO et al., 2015):

Por sua vez, os guias e condutores de visitantes poderiam atuar de forma mais engajada na gestão do parque nacional, por meio de sua participação nos conselhos e nas câmeras de turismo, o que proporcionaria uma oportunidade para que esses atores possam internalizar as questões da área protegida em suas práticas profissionais. Consequentemente, seria possível que guias de turismo e condutores de visitantes transformassem suas práticas de guiamento e condução, por meio da interpretação ambiental, em um processo de ensino-aprendizagem crítico e criativo (BOTELHO et al., 2015, p. 198).

O morador local, que passa a participar de forma ativa na gestão de parques nacionais por meio de iniciativas de parceria entre condutor de visitante e UC pode ser visto sob a perspectiva do que representa a concepção do sujeito ecológico em formação. Este através dos seus saberes e conhecimentos acerca das questões que permeiam os aspectos socioambientais do lugar, pode vir a incentivar os visitantes a percorrer o mesmo caminho, utilizando a IA como ferramenta de sensibilização e educação ambiental em seu campo crítico (CARVALHO, 2012; BOTELHO et al., 2015):

O sujeito ecológico, nesse sentido, é um ideal que sustenta a utopia dos que creem nos valores ecológicos, tendo, por isso, valor fundamental para animar a luta por um projeto de sociedade bem como a difusão desse projeto. Não se trata, portanto, de imaginá-lo como uma pessoa ou um grupo de pessoas completamente ecológicas em todas as esferas de suas vidas ou ainda como

um código normativo a ser seguido e praticado em sua totalidade por todos os que nele se inspiram (CARVALHO, 2012, p. 67).

Assim, para Carvalho (2012), o sujeito ecológico compõe diversos princípios e ideais que promovem diferentes perfis. A autora divide os perfis destes sujeitos sociais que pensam na ecologia integrados às visões política, holística e enquanto gestão social:

Em sua versão política, poderia ser apresentado como sujeito heroico, vanguarda de um movimento histórico, herdeiro de tradições políticas de esquerda, mas protagonista de novo paradigma político-existencial. Em sua versão Nova Era, é visto como alternativo, integral, equilibrado, harmônico, planetário, holista. Em sua versão gestor social, supõe-se que partilhe em uma compreensão política e técnica da crise socioambiental, sendo responsável por adotar procedimentos e instrumentos legais para enfrentá-la, por mediar conflitos e planejar ações (CARVALHO, 2012, p. 67).

Apesar de cada perfil contribuir de forma diferente para o pensar e agir de forma ecológica do sujeito, Carvalho (2012) observa que o encontro dos três perfis está na conduta e no fomento ao pensamento crítico das questões que envolvem a exploração dos recursos naturais para consumo de bens materiais, a desigualdade social e de acesso aos bens naturais.

As autoras Botelho e Rodrigues (2016), neste contexto de parcerias entre o “público-comunitário” e as parcerias entre o público e o privado, pontuam a diferença entre o turismo fundamentado na base comunitária e o turismo convencional. A proposta da visitação em áreas protegidas a partir do turismo de base comunitária pode vir a permitir uma relação entre visitante-visitado mediado pelo diálogo e por suas singularidades:

Entende-se que, para que os serviços turísticos possam fomentar as relações interpessoais entre visitantes e visitados, é preciso superar o modelo de viagens em que as relações sociais são programadas previamente. Para tanto, é fundamental que turistas e anfitriões sejam críticos com relação às imposições de modelos de serviços “pré-fabricados” que o mercado convencional do turismo exerce no processo de organização e consumo dos serviços. É preciso resgatar o sentido das viagens turísticas, que é o diálogo por meio do encontro com a alteridade. (BOTELHO; RODRIGUES, 2016, p. 291).

O viés crítico da interpretação ambiental pode instigar a reflexão sobre questões sociais e políticas públicas de conservação da natureza, estimulando o pensamento crítico do visitante na sua rotina (XIMENES, 2015). A interpretação, deste modo, não deve estar presente somente no sentido lúdico e recreativo, transmitindo conhecimentos sobre a conservação e os sujeitos locais de forma óbvia, o que não sugere um caminho fácil, levando em consideração que a promoção de uma educação crítica, também, é um desafio para os educadores que usam esta metodologia pedagógica (FREIRE, 1967; BOTELHO et al., 2015; XIMENES, 2015).

Face ao exposto, pode-se refletir na percepção Freiriana da educação para a emancipação e despertar das massas para uma consciência crítica. O condutor de visitantes, na posição de

morador local e parceiro de um parque nacional, pode vir a propor essa interação entre visitante-condutor/visitado. Portanto, a busca é por uma interpretação ambiental que em sua experiência proporcione, a partir da mediação feita pelo condutor, questionamentos que venham tocar o visitante por pertencer a sua realidade, mesmo que de forma indireta (FREIRE, 1967; BOTELHO et al., 2015; XIMENES, 2015). Partindo desta perspectiva, destaca-se analogicamente o relato de Freire sobre como alinhar este tipo de educação dentro do processo de alfabetização:

[...] pareceu-nos que a primeira dimensão deste novo conteúdo com que ajudaríamos o analfabeto, antes mesmo de iniciar sua alfabetização, na superação de sua compreensão mágica como ingênua e no desenvolvimento da crescentemente crítica, seria o conceito antropológico de cultura. A distinção entre os dois mundos: o da natureza e o da cultura. O papel ativo do homem em sua e com sua realidade. O sentido de mediação que tem a natureza para as relações e comunicação dos homens. A cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como o resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana (FREIRE, 1967, p. 108).

A IA, a partir deste debate, pode contribuir para ampliar a visão de mundo do visitante sobre as diversas relações socioambientais existentes em diferentes contextos. Deve-se estimular, portanto, a participação da comunidade local em todo o processo do programa de interpretação ambiental da área protegida, do planejamento ao monitoramento, como fator essencial para que promova essa reflexão (XIMENES, 2015; BOTELHO et al., 2015).

Em sua corrente crítica, a IA é uma atividade educativa que tem como foco a troca e o diálogo. Visa estimular o envolvimento dos sujeitos com as áreas protegidas em toda amplitude que a área natural representa, incentivando o debate sobre os diferentes significados de uma UC para a comunidade local e a sociedade em geral, mobilizando para atuação e participação dos diferentes atores e manifestações da realidade de cada um (XIMENES, 2015).

Atenta-se, deste modo, conforme Botelho et al. (2015), sobre a importância do incentivo, nos cursos de condução, da vertente crítica da educação ambiental, instigando os condutores de visitantes a refletir sobre questões relacionadas aos conflitos vividos na relação entre a comunidade local e a UC, os desafios de gestão enfrentados pela própria UC e a promoção do pensamento crítico quanto à relevância de se conservar a biodiversidade, em diálogo com as questões sociais (BOTELHO et al., 2015).

Em seu projeto para o planejamento e implantação participativa de um programa de interpretação em trilhas na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Paiol Maria, Vale do Ribeira (SP), Neiman, Cardoso-Leite e Podadera (2008), ressaltam a formação de

condutores com base nas premissas de uma educação ambiental emancipatória, como meio de melhora da autoestima e como caminho para a participação dos condutores nas etapas de planejamento associado às questões econômicas, sociais, territoriais e ambientais.

Assim, o processo educativo nos cursos de capacitação de condutores de visitantes deve buscar, como objetivo pedagógico, a sensibilização dos condutores para um olhar crítico, no intuito de incentivar sujeitos ecológicos em seu processo de formação, cidadãos autônomos e ativos na participação nos conselhos gestores, bem como na construção e planejamento das atividades interpretativas da UC (NEIMAN; CARDOSO-LEITE; PODADERA, 2008; CARVALHO, 2012; BOTELHO et al., 2015).

3 COMPREENDENDO O CAMPO E OS SUJEITOS DE PESQUISA: PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

3.1 PARQUE NACIONAL: DE TOCANTINS À CHAPADA DOS VEADEIROS

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) localiza-se a nordeste do Estado de Goiás, entre os Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma e São João d'Aliança, a 260 km de Brasília, capital federal do Brasil (Mapa 1). O Parque encontra-se no bioma Cerrado, com uma área de 240.611 hectares. Originalmente, o PNCV foi criado pelo Decreto 49.875, em 11 de janeiro de 1961, com o nome de Parque Nacional do Tocantins e com 625 mil hectares de terra (SARAIVA, 2006).

Dotado de conflitos territoriais de uso e ocupação da região, o Parque foi criado em um contexto político e econômico em que projetos para o desenvolvimento do cerrado estavam sendo incentivados na política “50 anos em 5”, do Presidente da República Juscelino Kubitschek (SARAIVA, 2006). Segundo o Plano de Manejo, a implementação desta área protegida integrou a “segunda geração” de Parques Nacionais que criou onze unidades no total entre 1959 e 1961:

Essa geração de parques teve duas características notáveis: (a) incidiu pela primeira vez em trechos então mais remotos do interior brasileiro, no caso, a região Centro-Oeste (acompanhando a política de interiorização político administrativa capitaneada pela construção de Brasília e pela sua inauguração como capital nacional); (b) incluiu as primeiras unidades de conservação a proteger trechos do bioma cerrado, juntamente com os Parques Nacionais das Emas, do Araguaia e de Brasília (ICMBio, 2009, p. 212).

Ao longo dos anos, a área protegida passou por diversas mudanças quanto aos seus limites. Em 1972 o PNCV teve sua área reduzida para 171.924 hectares por uma comissão do Ministério da Agricultura, acarretando a mudança do nome de Parque Nacional do Tocantins para Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em consequência de os novos limites não chegarem ao rio Tocantins. As propostas de redução da área e mudança do nome da UC foram normatizadas pelo Decreto nº 70.492, de 11 de maio de 1972 (SARAIVA, 2006; ICMBio, 2009;):

De modo geral, as causas que geraram essa redelimitação foram: as pressões de proprietários de terra e de dirigentes políticos das Prefeituras Municipais de Alto Paraíso de Goiás e de Cavalcante, bem como a demora do IBDF para iniciar a regularização fundiária e procedimentos indenizatórios (SARAIVA, 2006, p.163).

Na década de 80 foi realizada outra redução da área, conforme constata o Plano de Manejo, devido às novas pressões organizadas pelas comunidades locais junto ao Projeto Alto Paraíso. Com a edição do Decreto nº 86.596, de 17 de novembro de 1981, o PNCV teve sua área reduzida para 65 mil hectares, perdendo parte do território da Serra de Santana, as áreas da Fazenda Bona Espero e as confluências do rio Preto e do rio Claro (ICMBio, 2009).

Reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no ano de 2001 a área do PNCV teve um aumento para 235.000 hectares. Contudo, devido às falhas no processo de consulta pública, o Supremo Tribunal Federal suspendeu o Decreto que ampliou o Parque, retornando a 65.000 hectares (OLIVEIRA JUNIOR, 2003; SARAIVA, 2006; LIMA, 2009).

O processo do estabelecimento do limite da área protegida, bem como sua ampliação, vem instigando debates e conflitos entre a população local e o PNCV há quase duas décadas. A criação e gestão do PNCV passaram por dois momentos marcantes na sua relação com a comunidade do entorno:

- o primeiro foi o estabelecimento do conflito territorial referente à desapropriação de imóveis de moradores, proibição e criminalização das atividades de subsistência da comunidade local para sua implantação e;
- o segundo, quando a gestão do PNCV iniciou o ordenamento do uso público, incentivando a atividade turística da região a partir de diferentes iniciativas. (ALBUQUERQUE, 1998; OLIVEIRA JUNIOR 2003; SARAIVA 2006; ANDRADE, 2014).

Atualmente, o Parque se encontra em fase de ampliação passando de 65.000 hectares para 240.611 ha, segundo o Decreto s/n, de 05 de junho de 2017, conforme demonstra o Mapa 1.

Mapa 1 - Novos limites do PNCV segundo o decreto s/n, de 05 de junho de 2017



Fonte: A autora (2020).

Um dos objetivos principais do PNCV é a conservação do bioma Cerrado, considerado como o segundo maior ecossistema do Brasil. O bioma contém significativa parcela da biodiversidade brasileira, sendo dividido em cinco grandes áreas: a área núcleo do cerrado e suas interfaces com a Amazônia, a caatinga, o pantanal e a mata atlântica (SILVA, 1998).

O cerrado é visto como um *hotspots*³ para a conservação da biodiversidade mundial, com uma riqueza de flora, de aves, peixes, anfíbios e insetos, com alto nível de endemismo. Apesar de a riqueza de mamíferos ser pequena, este abriga espécies da biodiversidade brasileira que estão ameaçadas de extinção como o tamanduá bandeira, a onça pintada e o lobo-guará (KLINK; MACHADO, 2005; GOMES, 2017).

A principal ameaça do cerrado está relacionada à expansão agrícola que se utiliza de práticas como a aplicação de fertilizantes e de calcário, poluindo rios e córregos, a limpa do cerrado através de queimadas e o uso de gramíneas africanas para a pastagem (KLINK; MACHADO, 2005). Nesse sentido, os principais impactos ambientais estão vinculados à

³ Termo usado para denominar lugares que apresentam uma grande riqueza natural e elevada biodiversidade. Comportam uma concentração de espécies com alto grau endêmico e que se encontram ameaçadas de extinção ou passam por um atual processo de degradação.

fragmentação dos habitats, erosão dos solos, poluição dos recursos hídricos, extinção de espécies, dispersão de espécies exóticas e alteração dos regimes de queimadas (MMA, 2010).

Apesar de o cerrado ser o segundo bioma com maior área territorial no Brasil, com uma área total de 2.040.167 km², e uma área continental de UC de 11,46%, ele possui a menor porcentagem de áreas protegidas dentro das categorias de proteção integral do SNUC (SANTOS, 2018). “Se consideramos a proporção de UC em relação ao bioma, apenas 8,3% de sua área corresponde a essas unidades, 3% de proteção integral e 5,1% de uso sustentável, metade da meta proposta pela IUCN” (SANTOS, 2018, p.56).

Em seus estudos sobre o processo de conversão das unidades de conservação do cerrado brasileiro, Santos (2018), relata que a avaliação de criticidade geral, no que diz respeito às pressões e impactos sofridos nas UC do bioma, teve um aumento expressivo no período de 2005 a 2010. Todavia, representando umas das poucas UC, os Parques Nacionais da Ema e Chapada dos Veadeiros conseguiram manter índices favoráveis de conservação.

Um dos fatores que contribuiu para a relevância do PNCV foi o reconhecimento enquanto Patrimônio Natural da UNESCO. O título influenciou na mobilização da gestão do Parque com diferentes atores, representados por uma parte da população local e ONGs ambientalistas, defendendo a ampliação do mesmo como forma de conservar o cerrado diante dos impactos da expansão do agronegócio, da monocultura e especulação imobiliária (ANDRADE; SOUZA; CUNHA, 2020).

A região do Planalto Central, especificamente na Chapada dos Veadeiros, é onde está localizada a maior densidade da biodiversidade deste bioma (SILVA, 1998). O PNCV encontra-se na região nordeste de Goiás representando 11,39% do total do território com a menor densidade demográfica do Estado. A área se destaca por estar localizada em um ambiente rico em patrimônio natural com paisagens impressionantes, formado por um processo de milhões de anos de ações geológicas e geomorfológicas. Caracterizada por vales, paredões, chapadas, acompanhado de corredeiras e rochas compostas por minérios de quartzo que afloram para a superfície (GOIÁS, 2012; OLIVEIRA 2016).

3.2 TURISMO E VISITAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS E REGIÃO

A Microrregião da Chapada dos Veadeiros fica localizada em uma área de 21.475,60 km², que abrange os municípios de São João D’Aliança, Alto Paraíso de Goiás, Teresina de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Nova Roma e Monte Alegre de Goiás, com um total de 56.129 habitantes, sendo que 34.323 habitantes compõem a população urbana e 21.806 habitantes compõem a população rural. (OBSERVATÓRIO DO TRABALHO, 2014).

As atividades econômicas fomentadas pelo Polo Turístico da Chapada dos Veadeiros são ligadas à agricultura, agropecuária e ao setor de serviços e indústrias, além do ecoturismo, considerado o principal segmento para o desenvolvimento da região (GOIÁS, 2012).

Para Oliveira (2016), apesar das iniciativas que tentaram promover o desenvolvimento socioeconômico local, um quadro de vulnerabilidade socioeconômica ainda existe, trazendo a exploração do potencial turístico como alternativa, em especial na área de abrangência do PNCV.

Nesse sentido, o local é conhecido por ser o “*Chakra* cardíaco do planeta”⁴, atrelado à atrações naturais e minas de cristal. A região também é famosa pelo turismo esotérico, em especial no município de Alto Paraíso. Os principais segmentos turísticos estão relacionados ao ecoturismo, o desenvolvimento do turismo cultural e o turismo de aventura/esportes. A promoção desses tipos de turismo está fortemente ligada à presença do PNCV, aos atrativos e roteiros turísticos localizados no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, onde mora a população do Território Quilombola Kalunga, e a promoção de festas populares tradicionais (GOIÁS, 2012).

Segundo Gomes (2017), no período de 2006 a 2016 o PNCV teve um crescimento da visitação acumulado referente a 267%. O Relatório de Gestão do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros expõe que, nos anos de 2018 e 2019, a área protegida registrou 73.903 visitantes

⁴ O aumento na década de 1970 de movimentos místicos e esotéricos foi um fenômeno de influência global. Contudo sob a ótica da realidade brasileira, especificamente em Brasília, os movimentos espirituais, místicos e esotéricos observam a região centro oeste do Brasil como um lugar protegido pela energia cósmica e de visitação de extraterrestres. Destaca-se nesse sentido, a denominação de Brasília na década 1990, como “Capital do terceiro milênio” e a cidade de Alto Paraíso de Goiás – GO, município próximo a Capital, considerada consensualmente por diferentes grupos espirituais como *Chakra* Cardíaco do Planeta. O termo *Chakra* é de origem sânscrita, significando plexo. No hinduísmo *Chakra* está conectado a anatomia humana o qual possui setes *Chakras* que vem desde a base da coluna vertebral até o topo da cabeça. No contexto do planeta, existe um entendimento que a terra também possui sete *Chakras*, sendo o *Chakra* cardíaco o local considerado o coração da Terra (SIQUEIRA; BANDEIRA, 1998).

e 79.347, respectivamente (ICMBio, 2019b). Além do Painel Dinâmico⁵ do ICMBio apontar que, entre o período de 2017 a 2018, houve um aumento de 18% da visitação e de 7%, entre 2018 e 2019.

No ano de 2018, os seguintes dados de gastos dos visitantes locais e não locais do PNCV foram coletados pelo ICMBio no documento sobre as contribuições econômicas do turismo das áreas protegidas federais para a economia do País (ICMBio, 2019c).

Quadro 7 - Contribuições econômicas do Parque Nacional Da Chapada Dos Veadeiros - GO

Contribuições econômicas do turismo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO						
	Total de gastos dos visitantes	Impactos/Contribuição dos gastos dos visitantes				
		Total de vendas (R\$)	Total de remuneração (R\$)	Total valor agregado(R\$)	Total de Emprego	Total de Impostos (R\$)
Total de visitantes em 2018	7.427.531,28	16.215884,32	4.040.962,1	5.822.908,96	224	5.804.874,20
Visitantes não locais 2018	6.790.501,95	14.876.087,39	3.724.839,1	5.302.159,47	208	5.335.008,36

Fonte: A autora (2021). Elaborado com base nas informações retiradas do documento Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação para a Economia Brasileira (ICMBio, 2019c).

Em seus estudos sobre os alcances e desafios do turismo de experiências criativas na Vila São Jorge, Roriz (2019) aponta que a Chapada dos Veadeiros recebe visitação média anual de 65.000 visitantes, que buscam conhecer majoritariamente o PNCV, o Vale da Lua e as cachoeiras da Fazenda de São Bento. Segundo dados da Secretaria de Turismo de Alto Paraíso (SECTUR), os turistas apontam encantamento com as belezas cênicas e biodiversidade do cerrado na região, da gastronomia típica e a qualidade das habitações (RORIZ, 2019).

Em termos de hospedagem, Gomes (2017) relata como estrutura para o recebimento dos visitantes: pousadas, camping, albergues, aluguel de casas, casa de amigos/familiares, entre outros, levando em conta, ainda, que uma parte dos visitantes utiliza mais de uma forma de acomodação. Sendo os mais escolhidos as pousadas, campings, além dos aluguéis de casas e que, nos últimos dez anos, as reservas de acomodações por sites como Airbnb vêm aumentando (GOMES, 2017; RORIZ, 2019).

⁵ Dados coletados no Painel Dinâmico do site oficial do ICMBio referente ao número de visitantes no PNCV no ano de 2017, 2018 e 2019. Disponível em: http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymos=true. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

Em parceria com o Observatório do Turismo de Goiás o ICMBio, no ano de 2019, computou dados dos visitantes do PNCV, os quais apontam que turistas do exterior que mais visitaram o Parque são da França, Alemanha, Estados Unidos, Argentina e Itália, respectivamente, e dos estados brasileiros que mais visitaram, foram registrados em maior número, visitantes do Distrito Federal, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais, conforme demonstra o Quadro 8 abaixo.

Quadro 8 - Países e estados brasileiros que mais visitaram o PNCV no período de 2017 a 2019

Países que mais visitaram o PNCV (2017-2019)		Estados Brasileiros que mais visitaram o PNCV (2017-2019)	
França	13,8%	Distrito Federal	30,2%
Alemanha	12%	São Paulo	24,9%
Estados Unidos	11,4%	Goiás	16%
Argentina	9,1%	Rio de Janeiro	11,4%
Itália	5,4%	Minas Gerais	4%

Fonte: A autora (2021). Elaborado com base no relatório de Gestão (OBSERVATÓRIO DO TURISMO, 2019).

A Microrregião da Chapada dos Veadeiros abarca 15 Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), o Território Quilombola Kalunga e a Área de Proteção Ambiental (APA) de Pouso Alto (representando a zona de amortecimento do PNCV, conforme demonstra o Mapa 2) que contempla os municípios de Cavalcante, Colinas do Sul, Nova Roma, São João d'Aliança e Teresina de Goiás (LIMA, 2013).

A cidade de Alto Paraíso, entrada para a visitação do PNCV, representa a maior concentração de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) existentes na região, fator que tem ligação com o projeto “Implementação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN no Cerrado Brasileiro”, realizado pela Fundação Pró-Natureza (Funatura), o qual mobilizou diversas ações em conjunto com o PNCV para a conservação do bioma (ICMBio, 2009; LIMA, 2013).

A iniciativa, por parte de proprietários, de implementarem RPPNs em seus terrenos se conecta à influência do turismo e à visitação do PNCV, principalmente nos municípios que compõem os limites do Parque, a exemplo da cidade de Cavalcante, que no ano de 2013 implementou cinco RPPNs (Integra Parque, São Bartolomeu, Maria Batista, Ponte de Pedra e Catingueiro) (LIMA, 2013).

As RPPNs estabelecidas na Chapada dos Veadeiros têm como característica proprietários que participam prestando serviços de apoio à visitação como hospedagem, transporte e condução de visitantes. A área de abrangência do PNCV é composta por diversos

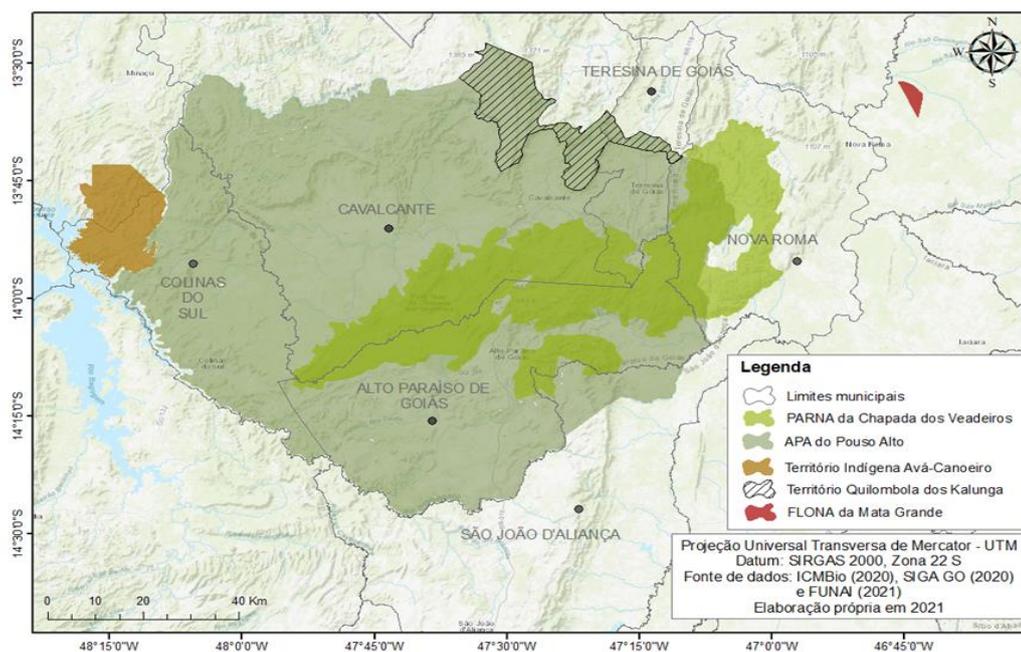
atrativos com cachoeiras em áreas particulares, sendo a previsão da abertura de uma entrada para a visitação no PNCV pelo município de Cavalcante um dos fatores que contribuiu para o estabelecimento das RPPNs na cidade (LIMA, 2013).

Entre os desafios da conservação do bioma cerrado na região há, também, a resistência da população na implementação de Pequenas Centrais Hidrelétricas, que afetam áreas como a APA Pouso Alto e importantes atrativos turísticos dos municípios de Alto Paraíso, de Cavalcante (rio das Almas, no território dos Kalungas) e de Colinas do Sul. Sendo considerado um dos conflitos que influenciam as zonas de amortecimento do PNCV, representando um obstáculo para a conservação local (MARQUES, 2018).

Os resultados da pesquisa de Marques (2018) evidenciam que, se por um lado a implementação das atividades do segundo setor e subsistência por parte de garimpos artesanais traz impactos à qualidade ambiental dos recursos naturais, principalmente nos recursos hídricos da região, estas, também, beneficiam o município de Cavalcante a partir da implementação de infraestrutura de rodovias municipais, o que contribui na receptividade da população local.

A microrregião da Chapada dos Veadeiros, além de ser composta por diversas RPPNs, o PNCV e o Quilombo Kalunga abrangem, ainda, a Terra Indígena Avá-Canoeiro no município de Minaçu, se observada sob a perspectiva do mosaico de unidades de conservação, conforme evidencia o Mapa 2 (SILVA, 2014; MARQUES, 2018;).

Mapa 2 - Relação da Terra Indígena Avá-Canoeiro com o mosaico de áreas protegidas da Chapada dos Veadeiros



Fonte: A autora (2021).

Nesse sentido, o turismo na região é influenciado pela visitação do Parque, sendo a década de 1990 marcada pelo fomento da atividade turística e da capacitação em condução de visitantes para moradores locais, estabelecendo no desenvolvimento turístico tanto a possibilidade de sustento quanto o incremento da renda para as populações residentes nos municípios de abrangência do PNCV (ICMBio, 2009; LIMA, 2013; ANDRADE, 2014).

3.3 APONTAMENTOS SOBRE O HISTÓRICO DA CHEGADA DA ATIVIDADE DE CONDUÇÃO DE VISITANTES NA CHAPADA DOS VEADEIROS

O processo de ocupação da Chapada dos Veadeiros se caracteriza pelo segundo período do ciclo minerador goiano e pela produção de trigo realizada por quatro engenhos, nos séculos XVIII e XIX. As comunidades locais foram ocupando espaços afastados do eixo viário que ia em direção a São Paulo, submetidas ao isolamento, característico do desenvolvimento de comunidades sertanejas no Brasil. Devido ao investimento tardio para extração de ouro na região, o desenvolvimento e o crescimento desta atividade ocorreram durante a decadência do seu ciclo no Estado (ALBUQUERQUE, 1998).

Segundo Albuquerque (1998), a ocupação da ecorregião do cerrado pode ser identificada em quatro etapas onde o processo de desenvolvimento está ligado à exploração dos recursos ambientais, caracterizando as etapas em cinco pontos principais:

1. A captura e escravização indígena;
2. A lavra de minerais preciosos;
3. Fazenda policultural pecuarista ultra extensiva;
4. A agricultura de áreas de cerrados;
5. O ecoturismo – Chapada dos Veadeiros (ALBUQUERQUE, 1998, p.224).

Partindo dessa premissa, a ocupação da Chapada dos Veadeiros tem como primeira população os indígenas da aldeia Avá-Canoeiro e Crixás. “Na gênese da sua colonização, as referências aos índios os localizavam nas zonas quentes em volta da Chapada” (LIMA, 2001, p. 82). Influenciados pelo ciclo minerador goiano, os bandeirantes chegaram em 1723 em busca do ouro, liderados pelo Anhanguera Bartolomeu Bueno da Silva, sendo fundado o primeiro município da região Cavalcante em 1737, por Francisco de Albuquerque Cavalcante, porém, oficializando a fundação da cidade só em 1740 por Domingo Pires. (LIMA, 2009; RORIZ, 2019):

Após o declínio de São Félix, hostilizados pelos canoeiros e palco de sangrentos conflitos, emerge Cavalcante como núcleo colonizador de todas as mesas de altitudes, as chapadas inclusive a dos Veadeiros. Notícias em 1783 do Julgado de Cavalcante e enviadas à Corte, já assinalavam as primeiras

investidas bandeirantes (sem datas sobre as lavras dos ribeirões Montes Claros e Brumado – hoje dentro da área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – e as minas do Rio São Bartolomeu e no Moinho, raízes do futuro povoado de Veadeiros, atual Alto Paraíso) (LIMA, 2009, p. 80).

O Povoado de Veadeiros, denominado atualmente como o município de Alto Paraíso de Goiás, foi fundado por Francisco de Almeida em 1750. Este se estabeleceu como fazendeiro em um sítio conhecido por Veadeiros. Neste sentido, o nome denominado como Chapada dos Veadeiros não tem sua origem devido a espécie de veado que tem como o seu habitat natural a região, mas, sim do cachorro que o farejava para caça (LIMA, 2009).

A exploração dos recursos naturais a partir dos garimpos de mineração foi acompanhada pelas atividades agropecuárias das fazendas policulturais que foram espalhando-se em sítios, posses e fazendas em volta das lavras de minérios, pelos vales das redondezas, buscando solos que fossem produtivos para agricultura com o objetivo de fornecer alimento para a população local mineradora (ALBUQUERQUE, 1998).

As fazendas policulturais da Chapada dos Veadeiros eram, segundo Albuquerque (1998), praticamente autônomas em sua produção e voltadas basicamente para o cultivo da cana de açúcar, café e gado com a finalidade de subsistência e comercialização dos excedentes, onde as fazendas mais importantes produziam açúcar e cachaça a partir dos engenhos.

No início do século XX, com as demandas da Segunda Guerra Mundial para fabricação de instrumentos de guerra, o cristal de quartzo começou a ter relevante valor de mercado. Migrantes de Minas Gerais e Bahia chegaram ao local para exploração do garimpo, tendo como registro do seu ápice em 1940 e de sua decadência em 1980. Assim, a Vila São Jorge, considerada atualmente parte integrante do município de Alto Paraíso, e onde fica localizada a entrada do PNCV para visitação, tem sua origem de fundação em 1912, a partir de um acampamento de garimpo, denominado Vila do Garimpão (SARAIVA, 2006; OLIVEIRA, 2016).

A década de 50 foi marcada por um impulso na demanda do garimpo durante a Guerra da Coreia, marco que envolveu o trabalho de 3.000 garimpeiros. O apogeu do garimpo foi alcançado em 1960 pelas exportações, observado nas décadas seguintes o declínio da atividade (SARAIVA, 2006; GENTILE; FRANCO; SAYAGO, 2016). “Nos momentos de expansão da atividade garimpeira, foram abertos muitos garimpos, corruptelas na região: Baixa, Garimpão, Varginha, Pedrão, Santana. Estiva, Silêncio, Fiandeiras, Raizama e Segredo, são alguns exemplos” (SARAIVA, 2006, p. 129).

Em seu estudo sobre os saberes tradicionais do cerrado brasileiro, focado na Vila São Jorge, Saraiva (2006) descreve a população tradicional como: fazendeiros e pequenos proprietários nascidos na Chapada dos Veadeiros, garimpeiros (atualmente ex-garimpeiros), lavradores da terra que se fixaram na Vila São Jorge, devido ao garimpo de cristal, e os seus filhos que ainda vivem no local e que trazem o conhecimento das plantas medicinais do cerrado pelos Raizeiros da comunidade local. Além do Território Quilombola Kalunga, localizada no município de Cavalcante e a Terra Indígena Avá-Canoeiro (SARAIVA, 2006; LIMA, 2014).

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros estabeleceu suas primeiras relações com a comunidade local dentro deste contexto social e histórico. Os limites da área do Parque faziam confronto com as áreas de garimpo e antigas fazendas (SARAIVA, 2006). Os primeiros conflitos surgiram com o tamanho da área delimitada para o Parque e as primeiras proibições feitas pelo Estado (OLIVEIRA JUNIOR, 2003):

Entre 1959 e 1960 veio à região um representante do governador da época, Mauro Borges, para escolher uma área para fazer o Parque. Com a sua criação, houve proibições que terminaram em perseguição dos garimpeiros que, juntamente com os agricultores, fizeram um abaixo-assinado para o presidente Costa e Silva, através do superintendente do IBDF, e depois um pedido ao então Ministro da Agricultura Íris Resende para liberar o garimpo, tendo sido liberada uma área que ia de São Jorge até a localidade de Santana. (OLIVEIRA JUNIOR, 2003, p. 194).

A importância da influência política na década de 1950, trouxe o impacto da mudança da capital do Brasil para Brasília, da política de “50 anos em 5” de Juscelino Kubitschek na região centro-ocidental do cerrado, vislumbrando tornar a nova fronteira das políticas desenvolvimentistas, as quais afetaram diretamente a região da Chapada dos Veadeiros (SARAIVA, 2006).

No período de 1959 a 1979 foi criado o instituto de crédito agrícola com o propósito de mecanização e utilização de novas técnicas junto à iniciativa privada agrícola. Em 1975, foi criado o POLOCENTRO que tinha como objetivo principal estimular o aumento da produção agropecuária no cerrado (SARAIVA, 2006; GENTILE; FRANCO; SAYAGO, 2016).

Em consequência disso, dois fatores principais marcaram a entrada da década de 80 e 90 na Chapada dos Veadeiros. O primeiro relaciona-se aos “investimentos, obras de infraestrutura (estradas, rede elétrica, redes de armazenamento e comercialização dos produtos agrícolas) e de assistência técnica (crédito agrícola, correção da fertilidade dos solos)” (GENTILE; FRANCO; SAYAGO, 2016, p. 173).

Junto a isso, em 1981, um projeto do governo dentro das políticas desenvolvimentistas agrícolas promoveu, também, a exploração do potencial turístico da região. Nesta época, a

criação da rodovia GO 239 reduziu o PNCV e foram entrando as grandes máquinas agrícolas trazendo impactos ambientais, asfaltamento de estradas, disponibilidade de água, luz e acesso a linhas telefônicas (LIMA, 2009).

O segundo fato está associado à chegada do Projeto Rumo ao Sol, em 1980. O projeto reuniu na fazenda Bona Espero 180 pessoas, oriundos do movimento de contracultura hippie que trouxeram para a Chapada “as sementes de um novo modelo de colonização, baseado nos pressupostos da preservação da natureza, da produção e consumo de alimentos naturais, do crescimento espiritual e da vida em comunidade” (LIMA, 2009, p. 96):

As mudanças provocadas pelo projeto do governo, principalmente o asfaltamento da GO – 118, a progressiva migração dos novos alternativos após o Projeto “Rumo ao Sol”, somadas as primeiras divulgações da mídia nacional evocando belezas cênicas e “poderes energéticos” produzidos pelo cristal; mais a crescente onda dos meios de comunicação com a ecologia, provocaram o “Boom de Ecoturismo”. (LIMA, 2009, p. 96).

Na década de 80, segundo Oliveira Junior (2003), o sentimento de recusa à área protegida cresceu com a medida do Ibama de proibir a entrada da população local. Essa situação estreitou a relação entre o Parque e a comunidade de forma negativa, gerando conflitos entre os moradores e o PNCV. “Enquanto os moradores do entorno eram proibidos de entrar na área protegida, visitantes de *fora* – falou-se em cinco mil visitantes por ano - que chegavam na vila de mochilas, entravam de carro no Parque e acampavam” (OLIVEIRA JUNIOR, 2003, p. 195).

O fechamento do Parque, em 1989, com intuito de conter a degradação do ambiente por meio da visitação e possíveis acidentes, conforme constata Andrade (2014), contribuiu para os investimentos do ordenamento do uso público do Parque e do turismo em suas áreas de abrangência, especificamente na Vila de São Jorge, resultando em sua reabertura no ano de 1991.

O diálogo entre o Estado e a população local foi sendo estabelecido a partir da mudança da postura de criminalização e proibição com os moradores locais. Através de “um processo político de conciliação de interesses entre o Poder Público e os ex-garimpeiros que lutavam em prol de uma renda para substituir o garimpo” (ANDRADE, 2014, p. 68), foi realizado o primeiro curso de capacitação de condutores de visitantes em conjunto a organização da sociedade civil Funatura, em 1991.

Estes fatores contribuíram para que, na década de 1990, cada vez mais grupos espirituais chegassem, estimulando o turismo esotérico e o crescimento de visitantes e de novos moradores. Desta forma, as primeiras ONGs ambientalistas instalaram-se na região com o objetivo de defender o patrimônio natural (LIMA, 2009).

Cita-se como exemplo o Projeto Veadeiros que tinha como foco trabalhar no desenvolvimento das áreas protegidas, ecoturismo, além de prestar apoio a Associação de Extrativistas de Flores – ASFLOR, a Associação Comunitária de São Jorge – ASJOR e a primeira associação de condutores, a Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros – ACVVCV (LIMA, 2009; ICMBio, 2009).

Nesta mesma década, o aumento do fluxo turístico anual do município de Alto Paraíso atingiu 20.000 visitantes no PNCV. No ano 1996 as mobilizações do Estado, fruto da parceria entre MMA, o Conselho Estadual do Meio Ambiente de Goiás e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, implementaram o Projeto: Criação de Quatro Polos Irradiadores de Desenvolvimento do Ecoturismo Microrregional, pautados nos ideais do ecoturismo e turismo sustentável. Foi a partir deste projeto que a ONG Grupo Nativa na Chapada dos Veadeiros, passou a realizar, em conjunto a Sebrae – GO, cursos de capacitação profissional e a construção de Centros de Atendimentos ao Turista (CATs) (MARQUES, 2018).

É neste contexto que na virada dos anos 2000, sob a influência do reconhecimento da Reserva da Biosfera do Cerrado pela UNESCO, que a criação da APA Pouso Alto contou com o financiamento da *World Wide Fund for Nature* Brasil (WWF Brasil) em parceria com a ONG Oca Brasil, o Grupo Nativa e o poder público dos municípios que compõem a área de abrangência (MARQUES, 2018).

Esse processo contribuiu para que a institucionalização do turismo ocorresse no município de Cavalcante por meio dos primeiros cursos de capacitação de condutores e treinamento em inventário da oferta turística, resultante das ações do Grupo Nativa com o Sebrae – GO, com uma carga horária de 120 horas. A capacitação da população local colaborou para a organização de uma das associações de condutores que compõem a região, sendo essa a Associação de Condutores em Ecoturismo de Cavalcante e Entorno (ACECE), criada em 2002 (MARQUES, 2018). Segundo Ferreira e Coutinho (2010), foi somente a partir do ano de 2001 que houve uma padronização dos cursos com o objetivo de se atingir qualidade na prestação deste serviço a visitação do Parque.

A contratação de condução de visitantes no Parque, segundo Andrade (2014), j a então consolidada como ordenamento do uso público no ano de 2008, ficou determinada como obrigatória para o acesso   área protegida até o ano de 2012, passando a contratação de condutores a ser facultativa no ano seguinte. Em contrapartida a esta medida, as associações de condutores e guias da Chapada dos Veadeiros movimentaram-se para garantir a obrigatoriedade do condutor na visitação do PNCV (ANDRADE, 2014).

O fato de a condução de visitantes ter permanecido obrigatória no Parque Nacional, até 2012, contribuiu para a cultura da visitação a partir da contratação de um condutor não só para o Parque Nacional, mas, também, para outros atrativos na região. A localização dos atrativos “muitas vezes não é divulgada e que nem sempre são de fácil acesso, o sistema turístico local ligado à natureza desenvolveu uma figura peculiar de operador turístico: o guia de caminhadas, ou acompanhador de visitantes” (GENTILE; FRANCO; SAYAGO, 2016, p. 176).

Os pesquisadores Gentile, Franco e Sayago (2016), em seu artigo sobre os condutores de visitantes da Chapada dos Veadeiros, constataram três principais funções atribuídas ao papel do condutor, levando em consideração os valores sociais, econômicos e culturais: a função de empreendedor; a função de intérprete; e a função de intermediário (GENTILE; FRANCO; SAYAGO, 2016).

O condutor de visitante, na função de intérprete, além de assumir o papel de guiar aos atrativos e realizar as trilhas do PNCV, compartilha saberes e experiências com os visitantes. “Ele desloca, faz transitar, os visitantes de um lugar para outro e, enquanto isso, por meio da experiência corpórea, faz transitar significados e valores, história e saberes, segundo a sua interpretação” (GENTILE; FRANCO; SAYAGO, 2016, p.181).

Este, por fim, a partir da sua vivência e existência enquanto morador local, condutor e intérprete, realiza mediação, servindo como intermediário entre o visitante e a comunidade local. “O campo de atuação da mediação é a atividade de exploração do meio natural, que é atrativo, meta e lugar de lazer para um (o turista), e casa, lugar da intimidade, recurso e meio de trabalho e subsistência para outro (o local/nativo)” (GENTILE; FRANCO; SAYAGO, 2016, p. 182).

Dentro deste contexto, os resultados do presente trabalho foram organizados de modo a entender como este processo histórico que implementou a atividade de condução de visitantes na região repercute atualmente com o PNCV, além de compreender a construção das narrativas dos condutores referente às informações e trocas presentes nas trilhas interpretativas e os valores atribuídos à atividade de condução.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo reúne as informações obtidas no campo exploratório de 2019 e nas entrevistas realizadas com condutores de visitantes e analistas ambientais do PNCV. Especificamente, o subcapítulo 4.1 foi elaborado com base nas observações do campo exploratório e nas entrevistas, nos assuntos que competem à relação dos condutores locais com a gestão do PNCV.

O subcapítulo 4.2 compreende as análises que envolvem as trilhas interpretativas abertas para a visita do Parque. Foi elaborado a partir das anotações feitas no campo exploratório, de dados secundários do site oficial do PNCV e de pesquisas voltadas para o uso público na UC. No que se refere ao último subcapítulo (4.3), este foi dividido em duas partes. A primeira parte é respectiva ao olhar do condutor em seus vínculos com a área protegida, com o cerrado e o contexto social e cultural, assim como as relações que esse estabelece com os visitantes e as informações compartilhadas durante as trilhas.

Reservado à segunda parte, no subcapítulo 4.3.1, os encaminhamentos realizados sobre o tema da interpretação ambiental, ligado ao processo de formação profissional dos condutores nos cursos de capacitação e cursos de curta duração. Por fim, salienta-se que o subcapítulo 4.3 teve como base de análise as entrevistas realizadas com os condutores e analistas, somado às informações colhidas a partir do método da etnografia virtual.

4.1 OS CAMINHOS DA RELAÇÃO PARQUE NACIONAL E CONDUTORES DE VISITANTES

Percorrer a rota que liga Brasília à Chapada dos Veadeiros, precisamente à Vila São Jorge, conecta às paisagens de contraste, representando duas realidades que coexistem interligadas por conflitos e disputa de território. O início da estrada compõe-se por nítidas monoculturas integradas ao sistema mecanizado do modelo agroindustrial.

Conforme vai se aproximando da Chapada dos Veadeiros, o cerrado compõe parte da viagem de forma mais presente no cenário. Apesar de Alto Paraíso não ser o primeiro município, esta é uma das cidades mais escolhidas por turistas para hospedagem junto à Vila São Jorge, em razão da entrada do PNCV estar localizada na Vila e conter uma parte dos atrativos do município de Alto Paraíso ao longo desta estrada, como o Vale da Lua (Figuras 3

e 4), a fazenda Bona Espero, as cachoeiras Almecegas I e II, Morado do Sol (Figura 10), a Fazenda Volta da Serra (Figura 11), entre outros.

Figura 4 - Vale da Lua



Fonte: A autora (2019).

Figura 3 - Rota da trilha do Vale da Lua



Fonte: A autora (2019).

O trajeto de 36 km que conecta Alto Paraíso à Vila São Jorge proporciona um momento de contemplação para o visitante. As formações geológicas que caracterizam a Chapada e o místico Jardim Maytreia (Figura 9), ponto turístico conhecido que fica na rodovia GO- 239, formam um cartão postal de boas-vindas para quem chega à região.

A vila São Jorge é uma mescla arquitetônica da estrutura que resgata, em alguns pontos, a antiga vila de garimpo, com a promoção do lado esotérico, das comunidades alternativas, dos espaços terapêuticos pautados nos ideais da medicina oriental e holística, eco aldeias, campings, pousadas, restaurantes e lojas voltadas para um público mais alternativo (Figuras 5 a 8). Interligado a movimentos e eventos culturais que abordam questões relacionadas à proteção do cerrado e a cultura local, com intervenções artísticas nas paredes da cidade.

Figura 5 - Intervenção artística, parede da Vila São Jorge



Fonte: A autora (2019).

Figura 6 - Intervenção artística, parede da Vila São Jorge



Fonte: A autora (2019)

Figura 7 - Vista da Vila São Jorge para a estrada GO - 239



Fonte: A autora (2019).

Figura 8 - Rua da Vila São Jorge



Fonte: Ion David (2019)⁶.

Figura 9 - Jardim de Maytrea, estrada GO - 239, Alto Paraíso de Goiás, Vila São Jorge



Fonte: A autora (2019).

Figura 10 - Fazenda Morada do Sol, Alto Paraíso de Goiás

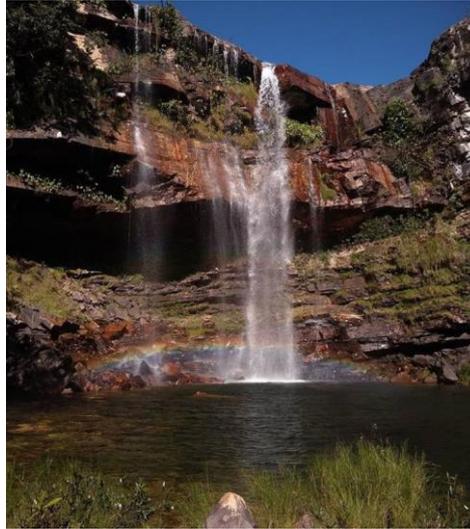


Fonte: A autora (2019).

A dependência econômica da atividade turística na região é notória. Além dos condutores locais, lojas, pousadas, restaurantes, artesãos compõem os serviços de apoio ao turismo. É comum ver cartazes com o nome de atrativos locais e de pousadas com indicação de condutores, do lado de dentro e fora dos estabelecimentos. Relato que aparece na fala da dos entrevistados aponta as formas de contratação por parte dos visitantes a partir das mídias sociais, indicação de clientes e pousadas, além dos Centros de Atendimento ao Turista – CAT.

⁶ Foto tirada por Ion David em seu perfil de fotografia no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BwncNesFeLc/> Acesso em 03 de março de 2021.

Figura 11 - Cachoeira do Cordovil, Fazenda Volta da Serra, Alto Paraíso de Goiás



Fonte: A autora (2019).

O primeiro curso de capacitação de condutores de visitantes realizado pelo Parque Nacional, na década de 1990, teve o objetivo de promover uma fonte de renda para os garimpeiros e realizar a troca da atividade de garimpo pela condução. Relatos sobre essa parte histórica, que liga o Parque Nacional à comunidade, foram encontrados em conversas informais com moradores da Vila São Jorge como uma visão positiva que contribuiu para o crescimento e desenvolvimento econômico da região.

Figura 12 - Interior da Igreja São Jorge, Vila São Jorge



Fonte: A autora (2019).

Figura 13 - Exterior da Igreja São Jorge, Vila São Jorge



Fonte: Ion David (2019)⁷.

⁷ Foto tirada por Ion David em seu perfil de fotografia no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bxwx7WwIFdG/> Acesso em 03 de março de 2021.

Em entrevista realizada no campo exploratório, o Condutor 19, filho de garimpeiro, trabalhando na época com a agricultura e um breve tempo com o garimpo, afirmou que estas atividades foram trocadas pela condução em acordo com o Parque:

[...] Na verdade, foi trocado o curso de guia, porque a maior parte do cristal e das minas estão no Parque Nacional. Aí, o chefe que chegou fez um acordo conosco: “você vão fazer o curso, você vão ser condutores de visitantes e nessa parte do parque não vão poder explorar mais. É uma reserva, não vão poder explorar mais”. Daí tivemos que trocar uma coisa por outra, deixamos de mexer na reserva para sermos condutores de visitantes (Condutor 19).

No campo exploratório, um momento registra o resgate da influência da condução na região, indo ao encontro da fala de condutores entrevistados: a capacitação da comunidade local para conduzir visitantes junto ao início da promoção do ecoturismo na região, contribuiu para ampliar a atividade turística não só dentro do Parque Nacional, mas também em propriedades privadas, em que os condutores mais antigos, tomados como referência e indicados para a realização de entrevista, foram explorando e “descobrimo” novos atrativos para além dos limites do Parque:

Nasci aqui em São Jorge. Foi uma transformação muito boa no geral. Foi muito importante para nós que fizemos esse curso, pois regularizou tudo direitinho, já veio mais gente para cá. Através do Parque foram abrindo esses outros atrativos, pois o Vale da Lua, aqui, não era conhecido (Condutor 19).

Diversos fatores parecem apontar a influência do crescimento e amplitude da atividade de condução de visitantes na região. O início da exploração do potencial turístico, junto ao movimento das comunidades alternativas, o surgimento do ecoturismo impulsionado pelos movimentos ambientais e a conferência Rio 92, foi preponderante para o desenvolvimento turístico da Chapada dos Veadeiros, registrado também por Gentile, Franco e Sarayago (2016).

Estes marcos históricos contribuíram para o desenvolvimento de diferentes perfis de condutores de visitantes. O primeiro perfil marca pessoas que tinham como base econômica, em sua maioria, o garimpo artesanal e agricultura de subsistência, formado por ex-garimpeiros da atual Vila São Jorge.

O segundo grupo identifica-se com a chegada de comunidades alternativas do Projeto “Rumo ao Sol”. Pertencem a esse grupo condutores que vieram para a Chapada dos Veadeiros a partir do turismo esotérico e o *boom* do ecoturismo, nas décadas de 80 e 90, integrados atualmente, como parte dos condutores antigos, junto aos filhos de condutores que pertencem à segunda geração dentro do núcleo familiar. Sendo o terceiro perfil uma variação do segundo, composto por gerações de condutores no núcleo familiar e condutores que atuam há menos

tempo e/ou se mudaram recentemente. Os perfis dos condutores de visitantes na região enquanto recorte temporal são observados por Ferreira e Coutinho (2010) ao descreverem a atividade.

Dentro desta perspectiva, se no começo a condução de visitantes surge com um propósito de acordo entre a população e o PNCV, segundo o resultado de respostas de 21 entrevistados, além dos fatores econômicos, as motivações para se tornar condutor de visitantes estão relacionadas, também, à visão da profissão como uma missão e estilo de vida, em especial os condutores pertencentes ao segundo e terceiro perfil.

No que tange ao fator econômico, 43% dos condutores trouxeram essa questão em seus discursos, relacionados à: troca do garimpo para a condução, em especial para os entrevistados pertencentes ao 1º perfil de condutores; a flexibilidade do trabalho autônomo; e a condução como uma das profissões mais lucrativas na região.

A atividade de condução de visitantes vem trazendo novos significados na perspectiva econômica local. O Parque Nacional, neste contexto, se insere como precursor: com a mobilização e parceria com ONGs, contribuindo com a viabilização dos primeiros cursos de condutores de visitantes. Além disso, o acordo realizado com os garimpeiros incentivou que os próprios condutores locais começassem a pensar em possibilidades e potenciais turísticos para a região.

Através do curso de condução mobilizado em conjunto com o Ibama e a Funatura a comunidade local, em especial a da cidade de Alto Paraíso e da Vila São Jorge, cresceu economicamente através do turismo. A partir da condução de visitantes realizada no Parque e exploração dos potenciais turísticos, moradores da Vila São Jorge desenvolveram seus próprios negócios como restaurantes, pousadas, camping e lojas de artesanato.

Nesse sentido, os benefícios da condução de visitantes para a comunidade local, sob o viés econômico, são apontados por 86% do total de 21 entrevistados, em que as falas dos condutores se vinculam à relação de dependência e como elo para o desenvolvimento da cadeia turística.

Isto coloca o condutor como ponte entre o visitante e o comércio de lojas, restaurantes, pousadas, atrativos particulares, entre outros estabelecimentos. Em consequência, há geração de renda para a comunidade do entorno do PNCV através de indicações e parcerias estabelecidas com esses locais:

Olha é uma situação bem, vamos dizer assim, é um ciclo em que um é dependente do outro: o guia ajuda a desenvolver a comunidade e ele depende da comunidade para poder fazer isso. A gente fala muito para donos de

pousadas, dono de restaurante, dono de bar e de mercado que, tipo, nós somos o elo, muitas vezes, entre o cliente e o estabelecimento (Condutor 2).

A microrregião da Chapada dos Veadeiros cresceu com a condução de visitantes expandindo sua atividade para além da cidade de Alto Paraíso. Se por um lado os condutores fazem a ponte entre a comunidade local e o turista, pontuando a importância da geração de renda para a população local e o crescimento da qualidade de vida através da atividade, por outro, a expansão e descoberta de novos atrativos influenciaram para que os moradores visualizassem benefícios econômicos a partir da conservação do cerrado.

Relato do Secretário de Meio Ambiente do município de Alto Paraíso, no ano de 2018, argumenta que a economia através do ecoturismo mobilizou renda maior para o local do que as atividades que vivem em constante conflito com o Parque Nacional. A entrevista foi realizada para o documentário "Ser Tão Velho Cerrado", em que são abordados os conflitos entre a conservação do bioma e a ampliação da agropecuária, a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e a mineração, em especial nos limites do PNCV e da APA Pouso Alto.

Os caminhos da relação entre o PNCV e os condutores foram passando por mudanças desde o primeiro curso de capacitação. Após a criação da primeira associação de condutores, a Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV), em 1991, outras associações foram sendo criadas, contando em 2021 com um total de cinco associações que estão representadas na lista de cadastro dos 190 condutores de visitantes autorizados pelo PNCV para atuarem dentro da UC. São elas: a Associação de Condutores de visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV), Associação de guias, condutores e prestadores de serviço em ecoturismo da Chapada dos Veadeiros (SERVITUR), Associação de Guias em Ecoturismo no Desenvolvimento Ambiental e Sustentável (AGENDAS), Associação de Condutores de Visitantes em Ecoturismo de Cavalcante e Entorno (ACECE) e a Associação de Guias Quilombo Kalungas (AGQK).

A relação dos condutores de visitantes com o Parque Nacional perpassa por diferentes perspectivas e temas de análise. No intuito de compreender as diferentes faces dessa relação, a categoria de análise 'Relação Parque Nacional' foi dividida em duas subcategorias que tratam os aspectos positivos e negativos que traduzem a relação do condutor com o Parque enquanto gestão e ICMBio, com o total de 21 condutores entrevistados, bem como sua relação com a Concessionária, embora esta se encontre em seu processo inicial.

Partindo desse entendimento, a relação dos condutores de visitantes com a gestão do Parque compreende, muitas vezes, diferentes opiniões que não necessariamente se anulam, mas

servem de termômetro para saber quais são os impasses dessa relação e de que forma se dá a participação e o envolvimento dos diferentes sujeitos.

Neste contexto, 88% dos condutores e das narrativas que evidenciaram questões negativas na relação com o órgão gestor – ICMBio (n=8) se referiram ao fim da obrigatoriedade da condução, conforme Quadro 9.

A obrigatoriedade, nesse sentido, apresenta-se como um dos pontos sensíveis dessa relação. No início da atividade de condução de visitantes, o PNCV tinha a contratação de condutores como obrigatória para a realização da visitação. Mudando no ano de 2012, após quatro anos da edição da IN do ICMBio nº 08, de 2008, que estabeleceu em seu art. 3º a obrigatoriedade em ambientes considerados sensíveis, sendo determinada no Plano de Manejo da área protegida.

O estabelecimento da não obrigatoriedade foi um dos marcos na relação dos condutores com a gestão, fator que gerou tensão, principalmente na época em que foi retirada a obrigatoriedade. Nas entrevistas esse assunto foi abordado pelos condutores de forma fluída. Apesar de não ter nenhuma questão direcionada a esse tema, o assunto apareceu quando os interlocutores foram questionados sobre sua relação com o Parque e com a comunidade local.

As falas dos condutores direcionam-se com ressentimento quanto ao assunto, conforme ilustra o Quadro 9. As percepções negativas da relação se conectam com essa questão, gerando, inclusive, um distanciamento por parte de alguns condutores com a área protegida.

Quadro 9 - Relação com o órgão gestor do PNCV (aspectos negativos)

Categoria Relação com o PNCV		
Subcategoria: relação com o órgão gestor – ICMBio (aspectos negativos) (Entrevistado e narrativas n= 8)		
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados e de respostas (%)	Exemplo de resposta
Obrigatoriedade	88	Só que agora, com a não obrigatoriedade, eu continuo guiando lá quando rola, quando existe um grupo que quer o meu acompanhamento. E, quando eu vou encontro lixo, porque antigamente você ia e não encontrava nenhuma bituca no chão, hoje em dia você encontra lixo, encontra gente pulando de lugares que não é para pular. São várias coisas que você vê erradas, infelizmente, mas se por exemplo, eu vejo lixo eu cato e depois eu deixo na portaria (Condutora 11).

Fonte: A autora (2021).

Quadro 9 – (Continuação) Relação com o órgão gestor do PNCV (aspectos negativos)

Categoria Relação com o PNCV		
Subcategoria: relação com o órgão gestor – ICMBio (aspectos negativos) (Entrevistados e Narrativas n= 8)		
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados e de respostas (%)	Exemplo de resposta
Parceria	12	dedicaram muito tempo em apoio e parceria ao Parque e, às vezes, existe um sentimento de que não é tão bem reconhecido. Podia ser mais bem reconhecido, ou valorizado, e os associados querem buscar um espaço maior de poder de decisão. Porque, afinal de contas, muita coisa no Parque se consolidou e existe por causa do trabalho de vários guias e da parceria formal, com parcerias formais entre a associação e o Parque. Comprometimentos, assim, que a Associação cumpriu e não acredita que o Parque cumpriu tão bem. Parcerias e tal (Condutora 18).

Fonte: A autora (2021).

Dentre os impactos negativos, os condutores entrevistados retratam a não obrigatoriedade como fator que contribuiu para a diminuição de demanda de trabalho, juntamente com a formação frequente de novos condutores locais. Outros afirmam que, a partir desse marco, a contratação por parte dos visitantes para conduzir dentro do Parque Nacional é baixa sendo, atualmente, os seus novos campos de atuação atrativos geralmente localizados em áreas privadas e fora do PNCV:

Muito rasa para falar bem a verdade, não é o lugar onde as pessoas mais me contratam para guiar, entendeu? Eu sendo sincera, nesses dois ou três anos aí atuando, se eu fui guiar 5 vezes foi muito, entendeu? Então, para mim, não tenho tanta procura de guiagem no Parque, comparado com outros atrativos que a gente tem na Chapada (Condutora 12).

O distanciamento por parte destes entrevistados com a gestão do Parque está relacionado à estrutura das trilhas autoguiadas, que possuem ao longo do caminho setas para direcionar os visitantes no percurso e fácil identificação das trilhas por cor e mapas para o visitante. Este é um dos fatores que, segundo os condutores, contribui para a pouca demanda da contratação do condutor no Parque Nacional, limitando a atividade com grupos de maior escala, mediante pacotes fechados em que o Parque está dentro da proposta de atrativos visitados.

Na visitação ao Vale da Lua foi possível observar a chegada de grupos de turistas junto a condutores que trabalhavam na agência Alternativas Ecoturismo Chapada dos Veadeiros. Segundo um dos interlocutores existem diversas agências de turismo na região que trabalham com condutores de visitantes e que, inclusive, pertencem a condutores locais.

Antes de entrar no Vale da Lua, os condutores explicaram a história da Chapada dos Veadeiros, realizaram dinâmica de apresentação com os visitantes e trataram da questão da

importância de se contratar um condutor. Esta fala, também, foi encontrada nas entrevistas atribuindo a importância no sentido de contribuir não só para a segurança do visitante, mas, inclusive, em seu papel de parceiro do Parque, garantido que os visitantes não joguem lixo na UC, removam a vegetação ou levem cristais dentro da sua mochila, ampliando este cuidado não somente para aqueles que são seus clientes.

Destaca-se que nem sempre a questão da obrigatoriedade foi encarada de forma negativa, de modo que 22% dos 9 entrevistados que trouxeram esta questão da obrigatoriedade, demonstraram uma percepção mais positiva sobre o tema, representados pelo segundo perfil de condutores, atuantes na região há 23 anos. Um destes condutores, atualmente, trabalha com parcerias dentro do Parque Nacional como sinalização de trilhas, planejamento de novos percursos, orientação e gestão de segurança, coordenação das equipes de busca e salvamento, preventivas e emergenciais:

Eu acho que, independentemente da questão, o marco que a gente teve dos guias com o Parque foi a questão da não obrigatoriedade. E, desde então, eu encarei o Parque como parceiro, porque a não obrigatoriedade foi vista por muitos como a extinção dos guias, mas eu já vi de uma forma diferente e me tornei um grande parceiro do Parque (Condutor 14).

Outro condutor que também acompanhou o processo de transição, e compreende a não obrigatoriedade como positiva, argumenta, entretanto, que a postura da Gestão com a comunidade local poderia ter sido mais acolhedora. Deixando a sensação de que o Parque não havia dado o suporte necessário para a transição ocorrer de forma tranquila e os condutores conseguirem garantir o sustento a partir da condução neste processo, em especial os mais antigos:

Mas, pensando em um lado bom, hoje em dia a Chapada cresceu, ampliou porque o foco era o Parque e, por causa de ter obrigatoriedade, a pessoa não vinha para cá. Hoje, por exemplo, eu tenho guiado para o Touros, para a Santa Bárbara, para o Prata, ou para o Vale da Lua. É raro eu ir para o Parque. Sério mesmo, quando alguém me chama para ir para o Parque eu vou feliz, porque é raro eu ir. Eu fico até surpreso. Claro, quero ir para o Parque “vamos”. Mas ao lembrar porque comecei guiando só no Parque, hoje eu vejo isso, para mim foi bom, só foi ruim para outra galera que estava lá em volta (Condutor 10).

As percepções da Gestão quanto a esse embate sinalizam a postura do ICMBio, no que diz respeito a não só ao direito de acesso do visitante, mas, também, às propostas de visitação alinhadas às políticas institucionais, a exemplo do ROVUC.

O contexto em que o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros se insere é como um marco histórico para a compreensão de como a dinâmica da parceria e as relações entre a população local com os órgãos gestores se estabelecem a partir da atividade de condução. Por

ser considerado pioneiro na construção desta parceria, os analistas afirmam que o PNCV era tomado como exemplo para a troca de experiências entre as gestões de parques nacionais e a compreensão de quais aspectos desta relação geravam conflitos.

A contratação facultativa do condutor de visitantes foi um dos pontos analisados que permaneceu em todas as legislações atualizadas sobre a atividade de condução realizada em áreas protegidas:

Até mais de perto do fim da obrigatoriedade que foi um momento, assim, foi um marco, não só para Veadeiros, mas o fim de obrigatoriedade de contratar condutor de visitantes em Veadeiros foi marco para o ICMBio. Foi uma nova lógica que foi colocada e, assim, em Veadeiros como tinha essa história há muito tempo, de ter obrigatoriedade de contratação de condutor, então por isso aqui em Veadeiros foi um marco para a história do Instituto até (Analista Ambiental 1).

Um dos fatores apontados pela gestão foi a tensão com a não obrigatoriedade. A analista afirma que no ano de 2014 a relação entre o Parque e os condutores locais ficou estremecida, devido aos desentendimentos quanto à contratação facultativa. O principal desafio pontuado vincula-se à dependência, tanto do visitante quanto da gestão, tinham do condutor para abrir o Parque para a visita:

Outra coisa, na época em que aqui no Parque a guiagem era obrigatória, só tinha uma entrada oficial, uma entrada no Parque. E se não tivesse guia, poderia ter 100 visitantes ali na porta que, como a guiagem era obrigatória, o gestor não poderia deixar os visitantes entrarem. Então, se por um acaso, por uma razão qualquer, não tivesse guia disponível e guias não quisessem guiar nesse dia, por qualquer razão particular, os gestores do Parque não poderiam deixar os visitantes entrarem, porque a norma obrigava a visita ser guiada. Então, isso também traz o desafio de gerir a visita. E além de toda essa questão da experiência, que é o principal. Tanto é que hoje é previsto, por exemplo, para alguns casos específicos, ter a guiagem obrigatória. Aí a gestão se adapta a essa guiagem, porque tem um recurso natural protegido que a exige. (Analista Ambiental 1).

A atual Portaria do ICMBio nº 769, de 10 de dezembro de 2019, prevê em seu art. 5º a adoção da obrigatoriedade mediante justificativa técnica e aprovação da Coordenação Geral de Uso Público e Negócio – CGEUP do ICMBio. Os principais critérios técnicos para a visita autorizada somente com acompanhamento por condutor de visitantes estão vinculados à proteção dos patrimônios históricos, arqueológicos, paleontológicos, espeleológico e culturais, nas unidades de conservação de categoria de uso sustentável e nas áreas de sobreposição de territórios (ICMBio, 2019a).

Destaca-se, também, além da portaria, a preocupação da gestão com a experiência do visitante. Os conceitos sobre a importância da experiência que o visitante se propõe vivenciar e de que forma a UC pode propiciar o acesso, segundo o Rol de Oportunidade de Visita –

ROVUC, é o segundo elemento abordado pela gestão quanto à importância de as áreas protegidas manterem a contratação facultativa, com determinadas exceções estabelecidas no art. 5º da Portaria do ICMBio nº 769, de 2019:

Então, é uma metodologia que foi adaptada dos Estados Unidos para a América Latina, e depois aqui para o Brasil. E aí, nesse documento, ele traz vários princípios de como que o ICMBio enxerga a questão da visitação e, desde antes desse documento, mais, desses poucos anos para cá, o discurso do ICMBio tem sido muito forte. Nos cursos de planejamento de uso público, na agenda de uso público de várias, e em sedes do ICMBio, a gente trabalha muito com as experiências. Então, o que a gente quer enquanto serviço público, enquanto Parque Nacional, enquanto ICMBio, proporcionar para o visitante? Uma experiência, no fim é isso. E a gente sabe que na sociedade existem inúmeros perfis, diversos perfis. O próprio ROVUC coloca isso. Tem gente que vem com a família para melhorar o convívio familiar, para fazerem os filhos se divertirem, ter um bom momento ali com o companheiro, com a companheira, e tal. Tem gente que é super da aventura, e procura um Parque Nacional para fazer canionismo, para escalar, para fazer algo que envolva riscos, tem gente que só vai para descansar. Aqui em Veadeiros mesmo tem gente que vai no atrativo mais próximo. que é as corredeiras, e fica a tarde inteira numa sombra ali, entra no rio e volta, ele quer descansar, ele quer a paz (Analista Ambiental 2).

Os princípios destacados pelo ROVUC quanto às unidades de conservação que proporcionam visitação, estão relacionados à conservação da biodiversidade, dos seus recursos naturais e socioculturais, vistos como principais formas de atrativos. Além disso, o ROVUC aponta que os programas para a visitação trabalhem nos pilares do ecoturismo, levando em consideração as expectativas e necessidades dos visitantes, a partir de diferentes propostas de visitação, com intuito de ampliar suas experiências nas UC (ICMBio, 2018a).

A gestão percebe a questão da obrigatoriedade dentro deste contexto, levando em consideração os princípios do ROVUC, caracterizando a visitação sob a perspectiva da existência de diferentes perfis de visitantes, expectativas e propostas de visitação que estes se dispõem a vivenciar na UC

O ROVUC meio que consolidou isso quando ele deixa bem claro esse olhar por experiência. Mas isso já estava sendo tratado no ICMBio antes. Inclusive, tem algumas experiências que podem nem ser compatíveis com a visita guiada. Pode ser que o visitante queira uma experiência tão de solidão, de avaliação da própria capacidade da natureza, que aquilo não seja compatível com a visita guiada (Analista Ambiental 2).

O ROVUC, nesse sentido, tenta contemplar os objetivos de um Parque Nacional no que tange à sensibilização e interpretação, dentro da proposta de garantir diferentes tipos de experiências ao visitante que uma área protegida pode fornecer. Partindo do princípio que para instigar a mobilização do visitante como um potencial parceiro da UC, este primeiro tem que estabelecer uma conexão emocional com a área protegida.

O uso público do Parque aborda a questão da contratação facultativa, não somente pautado pela Portaria 769, de 2019, mas, também, a partir dos princípios estabelecidos no ROVUC, posicionando-se no sentido de que, enquanto Instituição e seu propósito para a gestão do uso público do PNCV, a obrigatoriedade restringe a visitação a um determinado tipo de experiência.

O Parque Nacional é um bem público de uso especial, que deve promover o uso público, a visitação de forma acessível, a educação e interpretação ambiental e fomentar a diversidade de experiências para o visitante, estando ele acompanhado ou não por um condutor.

No contexto do histórico de como foram estabelecidos os vínculos da população local, em especial os ex-garimpeiros moradores da Vila São Jorge e município de Alto Paraíso, a obrigatoriedade pode ter sido um acordo que contribuiu para fortalecer os vínculos da comunidade local com a UC no começo da atividade.

Contudo, a dinâmica de condução vem se transformando desde a primeira geração de condutores formados. O condutor de visitantes, que no início tinha seu foco no Parque Nacional, como local com maior demanda de visitação, atualmente pode realizar sua atividade em toda a área que compõe os municípios da microrregião da Chapada dos Veadeiros, com atrativos em propriedades privadas, a exemplo da Fazenda São Bento e Morada do Sol e a visitação no Território Quilombo Kalunga, consistindo na menor procura por parte do visitante a contratação de um condutor para as trilhas do Parque.

Para um dos entrevistados, o aumento da visitação no PNCV serve de termômetro para as demais áreas do entorno. Através desta referência, segundo o entrevistado, pode se ter uma noção de quantas pessoas visitam a região, sendo o número de visitantes ampliado quando comparado com a microrregião que engloba a Chapada dos Veadeiros:

Tem novas cachoeiras, novos roteiros. Então, as pessoas têm que achar seu segmento do mercado, seu nicho, se preparar, fazer um curso de Rapel: “Ah, minha onda é o Rapel.”; “Minha onda é o passarinho.”; “Eu gosto muito de planta.”; “Eu gosto muito de trilha.”; “Eu gosto um pouquinho de tudo.”; “Ah, eu gosto de guiar criança.”; “Eu quero me especializar em maior de idade.”; “Eu quero propor um roteiro alternativo, feriado estava lotado, vamos para cachoeira que não tem ninguém”. Esse tipo de coisa é segmento que tem mercado hoje em dia, com Instagram, com mídia social. Quando eu comecei a guiar, demorava dois anos para alguém te ligar de volta, até o cara passar seu cartão e indicar para um amigo. Hoje em dia é instantâneo, o cara posta no Instagram, já te agradece, já encaminha para um amigo que vai vir para o fim do ano. Ele já liga para você e compartilha o que ele nem sabe. Então é muito rápida a propaganda agora (Condutor 20).

No contexto da demanda de trabalho, a opinião sobre o assunto é relativa a cada condutor, conforme assinalado por diferentes interlocutores. Entretanto, no total de 18

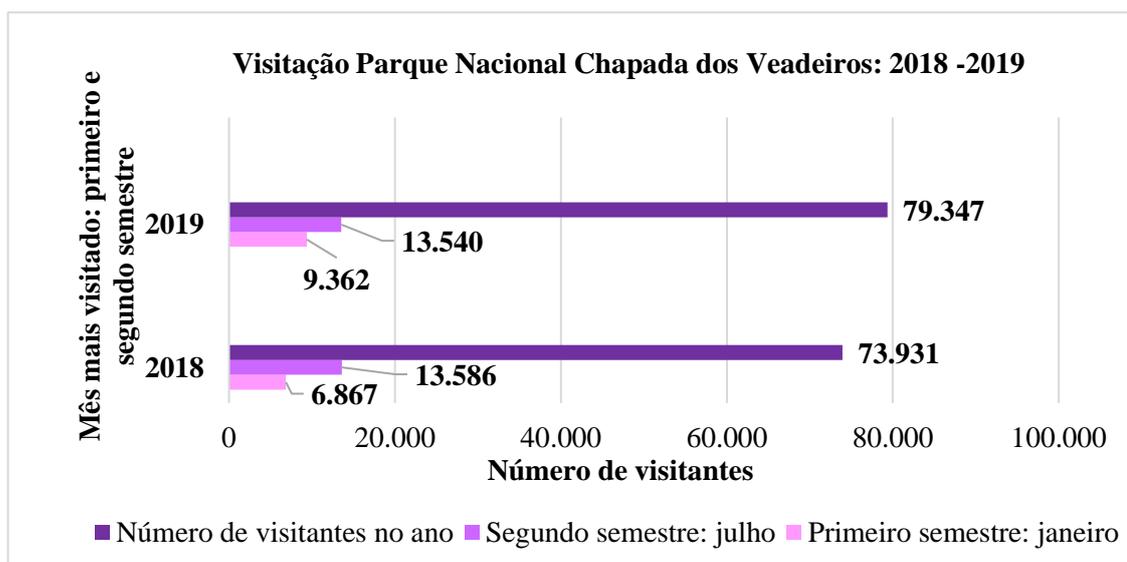
entrevistas, prevalecem os condutores que confirmam ter trabalho o ano todo representando 83% dos entrevistados, em que nos períodos de maior visitação, estes chegam a ficar 30 dias conduzindo.

Em campo, foi percebido na fala de moradores, a partir de conversas informais, que não atuavam na condução devido à alta demanda que a profissão exige. Nesse contexto, um dos condutores entrevistados afirma que existem profissionais que chegam a guiar até 300 dias no ano:

Então, na verdade essa história de turismo na Chapada é muito sazonal. Tem um turismo que é da elite, que tem sim o ano todo. Sem apontar dedos, mas direcionando, o pessoal que trabalha com operadora, por exemplo, eles têm o ano inteiro. Tem uma galera, que são guias, que tem esse trabalho o ano inteiro. Eu já vi guias que no final do ano fazer as contas de quantos dias guiou e dar 300 dias do ano, que tem 365. Então, é muita coisa. Ele trabalhou o ano inteiro. Mas um guia igual a mim, que não tem vínculo com operadora, que espera mais no feriado, espera um contato no WhatsApp. Trabalha hoje, por exemplo, eu trabalho muito com mídia social. Nessas mídias sociais tudo que eu consigo divulgar bastante meu trabalho. E tem diferencial sim, tem pessoas que vem e já me buscam já tem anos, enfim. Então, através disso eu já consigo estar guiando. Mas, é uma coisa mais focada em feriado ou férias. Aí o foco é maior, porque acaba que eu consigo guiar vários dias consecutivos, e consigo tirar uma quantidade de dinheiro junta, e daí direcionar e realizar alguma coisa, enfim (Conductor 10).

A informação quanto à visitação confirma-se com os registros do relatório da gestão (Gráfico 1), em que o ICMBio aponta o período com mais visitantes nos anos de 2018 e 2019, referentes ao mês de janeiro e julho.

Gráfico 1 - Relação dos meses de maior visitação no PNCV nos anos de 2018 e 2019



Fonte: A autora (2021). Adaptado com base no Relatório de Gestão ICMBio (2019).

Dentre as formas de contratação dos condutores pelos visitantes, os entrevistados apontam quatro meios, sendo as mídias sociais e a indicação de pousadas, restaurantes etc., representação significativa dos clientes. Seguido pela realização do trabalho através das agências de turismo na região e do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) dos municípios. Na percepção do Conductor 06 a composição quanto aos meios de contratação assim se compõe:

[...] Eu considero assim, 70% do meu público vem das redes sociais, Instagram, Facebook, Twitter, entendeu? Vem das redes sociais, WhatsApp. A maioria que contrata um guia hoje já vem pré-indicado de outra pessoa que tem uma experiência fantástica, e já indica para essa pessoa e vai com ela. Entendeu? 70%. Dez por cento vêm da indicação de pousadas, restaurantes, de amigos que trabalham em pousadas e já te indicam no cartãozinho, ou na rede social. Entendeu, 10% a 20% vem das agências de turismo. Eu não sou um guia que trabalha com agência de turismo, mas eu tenho vários amigos meus que trabalham na Chapada, condutores locais/guias nacionais, que trabalham por agência. Então, eu considero 10% a 20%, não estou tirando de mim, estou tirando da Chapada de quem eu conheço. De 10% a 20% vem das agências de turismo, mas a maioria dos guias da Chapada tem as redes sociais bombada. Setenta por cento da galera que é guia mesmo, que trabalha com isso e só vive disso, vem das redes sociais (Conductor 6).

Associado ao crescimento profissional a partir da condução, um dos interlocutores complementa que empreende na área de turismo como dono de restaurante, camping, sendo sócio fundador do grupo de busca e salvamento voluntário, guiando, atualmente, em condições especiais, como repórteres, embaixadores e políticos, na maioria das vezes de forma não remunerada, mas como voluntário.

A demanda de trabalho o ano todo representa a maioria dos entrevistados, enquanto que os condutores que dependem mais dos períodos com maior fluxo de visitação, como a época da seca (julho) e da chuva (janeiro), representam 17%. Infere-se, nesse sentido, que os fatores conectados às dificuldades de contratação, estão ligados à:

- visibilidade e uso de seus perfis individuais das mídias sociais como meio de atingir mais turistas;
- obtenção da contratação dos visitantes através de indicações por mais de um meio de comunicação;
- acesso aos recursos necessários e conhecimento técnico referente ao marketing digital⁸; e
- realização do trabalho a partir de agências locais.

⁸ Marketing digital é a área que estabelece as ações de comunicação que podem ser utilizadas nas redes sociais através das plataformas de mídias sociais como Instagram, Facebook, WhatsApp, que objetiva a divulgação e comercialização dos produtos ou serviços, em busca de novos clientes e rede de contatos.

Neste contexto, os condutores que recorrem aos CATs dos seus municípios como a principal forma de conseguir trabalho nem sempre garantem a contratação, sobretudo em épocas com pouca de visitação:

Então, principalmente em São Jorge, para os antigos garimpeiros, os guias, é muito importante esse trabalho de condução, porque além da experiência de vida deles, é sensacional, assim, ajudar, porque é trabalho, eles vão ganhar. Eu como terapeuta tenho outras entradas de dinheiro, mas tem guia que é só guia e, com a desobrigatoriedade do guia no Parque, os guias de São Jorge, eles perderam muito trabalho. Eu como sou guia de Alto Paraíso, e Alto Paraíso é um município mais central, que tem 3000 habitantes e é o mais central de todos os municípios da Chapada, eu tenho as guiagens para o norte, para o sul, para o leste e oeste. Mas o guia de São Jorge, em geral ele guiava mais no Parque. E guia sábado e domingo. Eu estou praticamente todos os dias dentro do Parque. E com a desobrigatoriedade do guia lá, eles perderam assim, 80% do trabalho (Condutora11).

De todo modo, as pesquisas realizadas pelos autores Andrade, Souza e Cunha (2020), e o Relatório de Gestão do Parque, de 2019, constataram o aumento da visitação no PNCV após a contratação facultativa, onde o ano de 2014 registrou 39.470 visitantes e, na virada do ano, momento em que a contratação passou a ser facultativa, em 2015, alcançou 56.631 visitantes. Para Andrade, Souza e Cunha (2020) o aumento da visitação está conectado a esse fator histórico, junto com o asfaltamento da rodovia que dá acesso a entrada do Parque.

Destaca-se aqui, portanto, a importância do fortalecimento e planejamento do turismo em conjunto com as populações residentes, para que a condução não seja vislumbrada como o único aspecto na relação entre a comunidade local e a área protegida. O papel da gestão, neste sentido, conecta-se a estabelecer incentivos e subsídios para que as comunidades locais sejam fortalecidas a partir de diferentes parcerias e possibilidades dentro do seu viés educativo e de responsabilidade social.

Ainda, cabe resgatar que a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico local, conforme pontuado por Rodrigues (2009), deve inserir, além das questões ambientais e de uso público, a dimensão que engloba os itens básicos para o desenvolvimento da população (saúde, educação, transporte, comunicação).

O conflito da reserva de mercado, também, foi observado por Nogueira (2011) na perspectiva da disputa entre o condutor de visitantes e os guias nacionais. A autora salienta que estes conflitos tendem a se intensificar quando a condução de visitantes é realizada exclusivamente por condutores locais.

Nesse sentido, Nogueira (2011) chama atenção para o fato de que a importância da atividade de condução de visitantes não está conectada, necessariamente, à obrigatoriedade,

mas na relevância da contribuição da gestão, no estabelecimento e fortalecimento de associações e cooperativas de condutores de visitantes, para que estes possam, também, atuar de forma autônoma, dando os suportes necessários aos condutores.

No que tange aos aspectos positivos, diversas questões englobam as relações estabelecidas entre o condutor e o PNCV. Em sua dimensão de parceria de apoio à visitação, os condutores associam as ações de manejo e planejamento de trilhas, à consultoria e ao mapeamento para abertura de novos roteiros e atrativos, à atuação como brigadista de combate ao incêndio, orientação e gestão de segurança, busca e salvamento.

Além disso, condutores confirmam que, junto a essas parcerias, realizam o trabalho de condução no Parque levando pesquisadores e escolas, assumindo um papel de ponte e representação do PNCV enquanto Instituição, e contribuindo como pesquisador.

A gestão percebe a relação de forma recíproca, em que ambos os sujeitos representados (ICMBio e condutores locais) compartilham de interesses que os beneficiam, incentivando uma abertura para compreender o universo do outro. Neste contexto, a atuação do conselho gestor é relevante na dinâmica da gestão e envolve as seguintes câmaras técnicas temáticas: turismo, pesquisa, gestão socioambiental e fogo.

As associações que compõem o Conselho Gestor, segundo dados do relatório de gestão de 2019, estão inseridas na Câmara Técnica de Turismo, representando o total de quatro associações, sendo a ACVVCV e a SERVITUR titulares e a AGQK e ACECE suplentes.

Os condutores de visitantes dentro do Conselho têm diferentes interesses e representatividade, não havendo, necessariamente, uma conexão direta enquanto condutor em seu papel de ator social (associação), mas concedendo a relevância enquanto sujeito social ativo, atribuindo desta forma, uma representação indireta do coletivo:

[...] Mas de um modo geral ela é bem articulada, o Parque Nacional conta comigo como um, individualmente em vários projetos de mapeamento, de abertura de trilha, manejo de trilha. Já participei de algumas oficinas. Então, essa eu acho que é mais uma relação individual de, às vezes, o Parque oferecer o curso e eu participar desse curso e, nesse caso, eu estou como indivíduo, guia. E a outra é representando a Associação (Condutora 18).

A relação com o PNCV, sob a perspectiva da interlocutora, pode ser vista por diferentes impasses e representações, tanto no seu campo privado quanto no campo mais coletivo da prestação de serviço e sua participação dentro do Conselho Gestor. Observa-se que esta diversidade de papéis que os condutores podem representar reflete, também, diferentes opiniões sobre determinados temas e assuntos de interesse que este atribui ao senso coletivo e individual:

[...] “Então, aí é um pouco mais delicado, mas é bem articulada. Às vezes saem umas faíscas, e às vezes é o seu amigo, mas você discorda dele. Tanto como associada, tanto como guia. Tem que separar sempre assim” (Condutora18).

Ao descrever a relação entre os condutores e a gestão do Parque, sob a ótica do Conselho, a Analista Ambiental resgata em sua fala a perspectiva do princípio da participação, a fim de traduzir como objetivo do Conselho a atuação dos condutores enquanto sociedade civil organizada (pessoa jurídica) e/ou como prestador de serviço (privado/pessoa física), que se insere como membro ativo na proteção do Parque, em conjunto às suas demandas e seus interesses legitimados pela gestão. No intuito de possibilitar um ambiente de espaço democrático, diverso e inclusivo, atingindo uma boa governança:

E a gente aqui em Veadeiros, o ICMBio como um todo, a gente tem como princípio de que a gestão da unidade seja participativa. Então os condutores representam um público que a gente tem que ouvir. Então, assim, a nossa relação tem sido muito boa, não só na questão direta da atividade de condução de visitantes, e como isso se dá, mas em outras questões, do uso público e de outras agendas do Parque (Analista Ambiental 1).

Um dos analistas que atua no PNCV reconhece as parcerias estabelecidas entre os atores como ponto positivo da relação apontando que, além do combate ao incêndio, os condutores contribuem na exploração de novas possibilidades de uso público para o Parque, colaborando como fiscais, relatando acidentes e comportamento indevidos por parte dos visitantes dentro do PNCV:

E, em outros setores do Parque, que a ampliação do Parque incorporou, digamos assim, outros atrativos, e que a gente não tem uma gestão tão próxima ainda, que são propriedades particulares, são os condutores que nos relatam o que está acontecendo, de degradação ambiental, de cuidados que a gente precisar ter, que trilhas que precisam ser manejadas, de sinalização que precisa ser feita, de visitantes que estão entrando em propriedades, que tem super fragilidade ambiental. E a gente tem que tomar providências enquanto gestão do Parque. Então, assim, tirando esse momento que foi bastante conturbado, do fim da obrigatoriedade, nesses últimos anos a nossa relação com eles é muito boa (Analista Ambiental 1).

No relatório de gestão do PNCV, de 2019, foi apresentada a contribuição dos condutores como voluntários para a análise, implantação e manutenção de trilhas. A mobilização para a construção desta parceria dentro do PNCV depende de cada condutor, enquanto indivíduo, e como este se relaciona com a gestão.

Nesse sentido, as relações entre ambos os sujeitos podem ser de distanciamento por parte de condutores que atuam em seu âmbito profissional em outros atrativos na região, não estabelecendo necessariamente um vínculo de parceria com o Parque, mas limitando a relação à condução de visitantes na UC quando contratado, sendo este seu menor nicho de trabalho.

Contudo, as percepções positivas por parte dos condutores atribuem, também, um papel de afeto pela UC, em que se percebem como guardiões do Parque Nacional.

Observa-se, nas falas de condutores que realizaram os primeiros cursos, a importância da capacitação de condução de visitantes e da profissão no sentido de troca de conhecimento e valorização do condutor local através da atividade associada ao Parque Nacional. A relação com o PNCV para estes condutores se conecta com o histórico do estabelecimento da atividade e dos cursos de capacitação, gerando um vínculo positivo na relação.

Cabe salientar que estes pertencem à primeira geração de condutores de visitantes, tendo como fator em comum a troca da atividade de lavoura e garimpo para condutor local, e condutores da segunda geração de condutores, sendo sua família formada por condutores de visitantes e acompanhando seus familiares quando mais novos em excursões.

De modo geral, os condutores compreendem sua relação com o Parque de forma positiva, representando a frequência de respostas de 69% dos 21 entrevistados que trouxeram aspectos positivos da sua relação com o órgão gestor.

Considerando um total de 18 entrevistados e 32 narrativas, os depoimentos apresentaram aspectos como: uma percepção de afeto pela UC, pela importância do Parque para a conservação do Cerrado; construção de parcerias e voluntariados; aumento da autoestima pelo conhecimento adquirido dos cursos, em especial os condutores do primeiro perfil; uma relação pessoal, enquanto morador, de amizade e seu convívio cotidiano e; abertura para o debate e participação dentro do Conselho Consultivo (Quadro 10).

Quadro 10 - Relação com o órgão gestor do PNCV (aspectos positivos)

Categoria Relação com o PNCV			
Subcategoria: relação com o órgão gestor – ICMBio (aspectos positivos) (Entrevistados n =18; Narrativas n=32)			
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados (%)	Frequência de respostas (%)	Exemplo de resposta
Parceria	61	37	Então, a minha relação com o Parque é bem estreita. É bem próxima. Eu faço alguns trabalhos fora as guias, eu faço um trabalho de planejamento de trilha para o Parque. Inclusive, semana passada eu fiz um trabalho que é de planejamento e manejo para uma futura nova trilha, para um novo futuro atrativo. E faço, também, os serviços voluntários como resgate, acidentes, mobilização, essas coisas (Condutor 1).
Pessoal/ Convívio	33	19	Minha relação lá, assim, com eles, eu conheço várias pessoas que trabalham lá, então é bem tranquila. Assim não tenho nenhum problema com eles lá não. O pessoal trata a gente muito bem. Então é bem tranquilo sobre isso (Condutor 15).

Fonte: A autora (2021).

Quadro 10 – (Continuação) Relação com o órgão gestor do PNCV (aspectos positivos)

Categoria Relação com o PNCV			
Subcategoria: relação com o órgão gestor – ICMBio (Entrevistados n =18; Narrativas n=32)			
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados (%)	Frequência de respostas (%)	Exemplo de resposta
Diálogo com a Gestão	28	16	Os desentendimentos que a gente teve, é, vamos dizer, com o órgão federal maior. Vamos dizer, quem está ali na frente são as pessoas que trabalham, e que muitas vezes não tem o poder de resolver as coisas que, muitas vezes, a gente pleiteia. Mas é muito tranquilo, é um debate bem aberto, eles estão sempre dispostos a conversar com o guia (Condutor 2).
Relação de afeto pela UC	22	13	Então, eu tenho trabalhado fortemente lá dentro e a relação que eu tenho é de muito amor pelo lugar. Porque é um lugar que realmente é muito importante, que foi observado pelo Kubitschek em 61. Ele fundou, em 60, o DF em Brasília e, em 61, ele já decretou que aqui ia ser um Parque Nacional, devido a importância porque aqui nascem as águas do Rio Paraná, do rio Tocantins e muitos outros. Então, devido a isso, a gente tem uma relação de muito amor ao lugar e sente, quando caminha dentro do Parque, a energia de leveza que ele tem. Então a gente mora aqui, eu particularmente gosto muito do Parque Nacional e a gente tem o maior respeito por essa natureza preservada (Condutor 7).
Valorização da população (conhecimento)	22	13	Então, assim, meu convívio é muito bom. Foi uma oportunidade que eu obtive de conhecimento da minha região através dos cursos, que foram dados pelas associações, juntamente com o ICMBio, e o Ibama anteriormente. Foi esse conhecimento muito bom que me agregou muito ao meu estudo aqui dentro (Condutor 4).
Conservação do Cerrado	6	3	Porque, se não fosse o parque, essa região aqui já estaria muito depredada, já estaria detonada. Então o parque conteve muito isso, esse avanço dessa produção de grande escala de produtos agrícolas, enfim, deveria ter chegado aqui. Então, para mim é super mega importante ter o parque aqui. A minha relação com o parque é muito boa (Condutor 10).
Concessão	6	3	É boa, eu acho que o Parque está muito bom, ele está com apoio da SOCIPARQUES. Agora a SOCIPARQUES pegou a concessão e tem, aproximadamente, mais de 19 anos de concessão. Porque, além do ICMBio, agora tem outro órgão para cuidar do Parque Nacional da Chapada. Tomara que melhore, aí, a representatividade e pare de diminuir e aumentar o Parque (Condutor 8).

Fonte: A autora (2021).

Nesse sentido, as relações estabelecidas entre os condutores de visitantes e o PNCV podem, ainda, ser vistas no campo das dimensões temáticas da inclusão social propostas por Irving (2015), dialogando com as unidades de codificação indicadas no Quadro 10. A valorização da população local atribuída à formação de ensino mediante a capacitação,

representa a inclusão social através da dimensão do trabalho, em que autora relaciona o direito à educação para formação e inserção da população local no mercado de trabalho.

Essa unidade de codificação do Quadro 10 se concilia, ainda, com a dimensão cultural que vincula o primeiro curso fornecido pelo Ibama como um esforço para o reconhecimento e valorização da história, dos saberes e cultura local. Em seu sentido pessoal, de convívio e do cotidiano do trabalho do condutor na UC, a dimensão social aparece no sentido de qualidade das relações e fortalecimento dos vínculos sociais com os funcionários do Parque:

[...] para mim é tranquilo. Muitos são moradores de São Jorge. É uma relação normal, porque a Vila como não é uma cidade, é uma vila como o nome já diz, tem poucas pessoas. Aí tem que ter uma relação agradável (Condutor 6).

Em relação à dimensão do afeto, dos valores intangíveis e simbólicos atribuídos ao Parque, as percepções positivas dos condutores entrevistados estão relacionadas às memórias e sentimento de pertencimento, que são interligadas à sua conexão afetiva com a natureza do PNCV e do bioma em si, enquanto território de lembranças das histórias locais e de sua experiência pessoal que conecta o condutor não só como morador, mas, também, como visitante. Na sua posição de visitante, este é um dos primeiros contatos estabelecidos com a UC, em especial condutores do segundo e terceiro perfil que vieram de outros locais do Brasil e decidiram se mudar para a Chapada dos Veadeiros:

É muito emocionante... vou chorar...o Parque Nacional é muito lindo. Eu vim de São Paulo, assim, para passar uns dias na casa de um amigo em Alto Paraíso que eu não conhecia. [...] E eu conheci o Parque sozinha na minha chegada aqui em São Jorge. Aí eu acho que eu acabei ficando aqui por causa do Parque, minha relação com o Parque é muito bonita. Eu amo o Parque Nacional. Acho um lugar muito especial. Acho o rio preto um rio incrível, uma bacia incrível (Condutora 9).

A dimensão do imaterial e do simbólico, discutido por Irving (2015), se insere no contexto do sentimento de pertencimento, dos valores conectados à origem do condutor, da sua cosmovisão enquanto cidadão planetário, que desperta o sentimento de guardião/protetor do Parque Nacional, em que se sentir pertencente ao local constitui-se de uma necessidade intrínseca do ser humano.

Esse fator pode, inclusive, estar interrelacionado à unidade de codificação conservação do cerrado e à dimensão ambiental no sentido de direito ao acesso a um ambiente ecologicamente equilibrado, além da repartição e desfrute do patrimônio natural e cultural conservado, arraigados nos valores públicos e coletivos de um parque nacional.

Destaca-se que o diálogo com a gestão, reflete a dimensão política vinculada ao significado de estímulo a um ambiente democrático e descentralizado dos poderes e

hierarquização por parte da gestão ambiental, ainda que divergências venham a surgir na relação. O Conselho Consultivo do PNCV se insere, neste contexto, como um espaço aberto à construção de corresponsabilidades, de práticas de boa governança e formação cidadã (IRVING, 2015), através da inclusão das associações de condutores representantes na Câmara Técnica do Turismo dentro do Conselho.

A entrada da concessionária, em junho de 2019, acrescenta uma nova dinâmica na relação do condutor com o PNCV. Com a concessão outorgada ao Consórcio SOCIPARQUES, representada pela empresa SOCICAM TERMINAIS RODOVIARIOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, foi iniciado o processo de prestar os serviços de apoio à visitação ao PNCV, passando a participar de forma mais direta na UC neste período de um ano.

Das prestações de serviços acordados no contrato de concessão com o ICMBio, a SOCIPARQUES fica encarregada da venda de ingressos, do transporte interno, da gestão do espaço de campismo das Sete Quedas, da gestão da loja de conveniência e serviço de alimentação, da gestão do centro de visitantes e do controle de acesso ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

A empresa começou a atuar na venda de ingressos no PNCV em 25 de julho de 2019, antecedendo uma semana o início das obras da infraestrutura da sede de visitação do Parque, e a recepção dos visitantes como processo de adaptação e formação dos contratados pela empresa. As relações estabelecidas entre a concessionária e a população local, com a gestão do PNCV e os serviços prestados de apoio à visitação são recentes, considerando, ainda, o período de fechamento do Parque para a visitação devido à pandemia.

Dentro deste contexto, as percepções dos 21 condutores de visitantes quanto à chegada da concessionária tangenciam questões positivas e negativas resultantes desse período de convivência. Entre os pontos positivos dos 13 entrevistados e 18 narrativas apresentadas, os interlocutores percebem a abertura, por parte da concessionária, para a implementação de parcerias relacionadas aos projetos para visitação dentro do PNCV, com a finalidade de ampliar os serviços oferecidos para os visitantes.

De acordo com as entrevistas, 62% das respostas, abordaram pontos positivos da relação com a concessionária. Destes, 39% dos interlocutores apontam uma percepção de abertura por parte da SOCIPARQUES para o diálogo e construção de parcerias e 44% se referem à concessão como um apoio para gestão do uso público na UC. Por fim 17%, abordam a relação no sentido pessoal, mantendo uma relação cordial com os funcionários da concessionária (Quadro 11).

Os condutores que associam a concessão como uma alternativa para contribuir com a gestão do PNCV acreditam que, a partir deste apoio, os analistas ambientais do Parque vão conseguir administrar melhor a área protegida dando um enfoque maior no manejo para a conservação da UC.

Quadro 11 - Relação com a SOCIPARQUES (aspectos positivos)

Categoria Relação com o PNCV			
Subcategoria: relação com a concessão (aspectos positivos)			
(Entrevistados n= 13; Narrativas n=18)			
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados (%)	Frequência de respostas (%)	Exemplo de resposta
Fortalecimento do uso público / contribuição com a gestão do ICMBio	62	44	Então, eu tenho trabalhado fortemente lá dentro e eu acho, assim, muito bom. Como eu falei, eu estou muito feliz pela concessionária ter entrado, porque aumenta a quantidade de pessoas presentes lá no Parque Nacional. Tem previsão de construir outra entrada do Parque Nacional. A que existe aqui, ela está localizada na Vila de São Jorge. E a futura entrada do Parque Nacional, com a ampliação que aconteceu em 2017, vai ter mais uma portaria na cidade de Cavalcante. (Conductor 8).
Parceria	54	39	Eu tenho um contato mais aberto agora com a SOCIPARQUES, que está começando a me procurar agora para ajudar com projetos de observação de aves. (Conductor 2).
Pessoal	23	17	Minha relação é muito boa, profissional. E de amizade, também, criei um vínculo de amizade com as pessoas que vieram trabalhar aqui, que eram de São Paulo. Atualmente, já tem todo histórico de querer mudar para a região. Então, assim, todos são muito bons amigos, trabalham com alegria mesmo, com a maior felicidade de atender os visitantes. (Conductor 4).

Fonte: A autora (2021).

Entretanto, foi observado o sentimento de apreensão quanto ao estabelecimento da concessão, podendo ser evidenciado na frequência de todas as respostas apresentadas no Quadro 12. Do total de 9 entrevistados e narrativas que citaram a relação com a concessão como um aspecto negativos, 44% expressaram que as obras que serão realizadas pela concessionária, como a possível implantação de uma loja nas corredeiras, o asfalto da estrada do PNCV e a locomoção de um transporte até a trilha dos Saltos, são questões que afligem os interlocutores quanto aos impactos ambientais negativos que podem surgir.

Os entrevistados que demonstraram descontentamento com a chegada da concessão percebem que faltam medidas para incluir a comunidade local e condutores de visitantes no

processo (22%), além da contratação de condutores antigos, que tinham sua atuação focada no PNCV, perder seu público-alvo principal com a não obrigatoriedade.

Para 33% dos condutores, a entrada da concessionária o enfraquecimento do ICMBio por parte do Governo Federal, destacando que a necessidade de suporte tem origem na falta de investimentos financeiros e contratação de mais analistas ambientais para apoiar a gestão da unidade de conservação, segundo o Quadro 12.

Quadro 12 - Relação com a SOCIPARQUES (aspectos negativos)

Categoria Relação com o PNCV		
Subcategoria: relação com a concessão (aspectos negativos) (Entrevistados e Narrativas n= 9)		
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados e de respostas (%)	Exemplo de resposta
Impactos com obras / propostas de visitação	44	Porém, eu vejo mudanças que essa concessão trouxe, sabe? Para mim não é muito a minha cara, eu não sei, por a gente nascer no lugar, crescer e ver o lugar bem intocado, de repente vem uma empresa pega essa concessão desse Parque. Mas aí eu não acredito, nem é questão da empresa, porque eu acredito que eles podem fazer mudanças importantes e necessárias para a população local, para a região. Mas o negócio é tipo que eu ouvi, reza a lenda, que eles vão fazer uma lanchonete nas corredeiras, então eles vão fazer uma lanchonete nas corredeiras. Aí vai ter transporte para quem não quiser caminhar, vai ter transporte até o começo dos Saltos. Tem um trecho lá que eles tacaram cimento na estrada. Então acaba que começa a interferir no objetivo de um Parque Nacional. (Condutora 12).
Enfraquecimento do ICMBio	33	Então, para mim é só mais uma etapa triste do nosso desleixo do governo com as entidades que antes já foram criadas, como por exemplo o ICMBio. Então, acabou não sendo mais passado verba para o instituto e eles tiveram que abrir as portas para uma empresa que só visa o lucro. Então é isso que está acontecendo dentro do Parque. (Condutor 7).
Inserção dos condutores/ comunidade local no processo	22	Uma coisa que está faltando e é alguém chamar as pessoas mais antigas, porque o ICMBio entrou, tipo: houve a retirada dos guias, agora tem uma concessão e estão rolando os primeiros empregos. Então, acredito eu, que esses empregos deveriam ser focados nessa galera mais antiga que perdeu a sua forma de ganhar o dinheiro ali no parque quando era obrigatório. (Condutor 10).

Fonte: A autora (2021).

Os analistas ambientais do PNCV observam que as relações entre os condutores, a SOCIPARQUES e o Parque ainda são recentes, e precisa evoluir para que os vínculos entre os três se estabeleçam. Estes ressaltam que cada tipo de parceria possui um conjunto de responsabilidades e ações que devem ser administradas de maneira particular pelo ICMBio.

Todavia, na prática, esses arranjos trabalham em conjunto visando à gestão do uso público do Parque Nacional.

Os representantes do ICMBio relatam que as associações que têm assento no Conselho Consultivo do Parque participaram ativamente no processo de elaboração do edital da concessão, assim como cobraram da concessionária para que estabelecesse um diálogo aberto com os condutores sobre como seria a dinâmica de parceria entre ambos.

Os analistas destacam, ainda, a possibilidade de a concessionária estabelecer parcerias com os condutores e as associações, a exemplo do investimento em cursos de capacitação de condutores de visitantes. Contudo, a construção de uma relação entre os sujeitos requer tempo de convivência e adaptação para compreensão de como a parceria pode ser estabelecida:

Então assim, nesse dia a dia, isso ainda está sendo construído. O que eu posso dizer é que, num primeiro momento, houve muita dúvida, de ambas as partes. Assim: como a gente pode se ajudar, qual vai ser a nossa relação e que nesse pouco tempo, a coisa avançou. Timidamente, mas avançou. E posso dizer que a relação hoje é boa, mas ela, ainda, tem muito a ser construído da relação de concessionária com condutores. Mas tem um campo enorme para isso ser construído. Tem muita coisa que pode ser colocada de ambas as partes ali para um ajudar o outro (Analista Ambiental 2).

A analista ambiental compreende, ainda, que os condutores exercem um importante papel em relação à prestação dos seus serviços para a gestão da visitação do Parque Nacional, enfatizando que estes contribuem na fiscalização, na busca de resgate e salvamento e manejo de trilhas, sendo de interesse da concessionária assegurar um vínculo positivo:

Então, ter um condutor, ter condutores circulando pelo Parque, antes da concessionária já era interessante para o Parque e acho que hoje continua sendo uma relação interessante para a concessionária, já que ela tem que lidar com as questões de segurança, de trilha, por exemplo: condutor passou e viu problema em uma ponte, ele pode chegar e avisar à concessionária prontamente. Então, assim, de certa forma, se a relação for positiva isso vai acontecer, se a relação for negativa, isso não vai acontecer. Então, eu acho que é do interesse da concessionária construir uma relação positiva com o condutor (Analista Ambiental 1).

Nesse sentido, um dos condutores entrevistados, que atualmente trabalha na prestação de serviços de consultoria para busca e salvamento no Parque Nacional, complementa que dentro da perspectiva da empresa, a presença de um condutor de visitantes atuando no PNCV gera conforto para a gestão e concessão, em razão da divisão da responsabilidade acerca da prestação de serviços de apoio à visitação.

Em contato com um condutor que trabalhou ativamente antes da pandemia com a concessionária, o interlocutor ressalta que antes do início da pandemia da Covid-19, a SOCIPARQUES estava começando a dialogar sobre a construção de projetos em parcerias com

os condutores de visitantes, a exemplo da abertura do Parque para a realização de trilhas no final da madrugada para a visitação focado na observa o de aves:

Mas as conversas ainda estavam, assim, de poder ter uma parceria maior. Acho que a concessionária sempre faz, também, um material de divulga o educativo nas redes sociais, dizendo da importância dos guias e condutores e tal. Mas como não   uma questão obrigatória, o ICMBio entende que não   obrigatório.   uma diretriz do ICMBio que os serviços de guia e condutor não sejam obrigatórios. Ele já foi, no passado, mas faz algum tempo que ele não   mais. Então, a gente enquanto concessionária, a gente achava, respeitava essa diretriz e tudo mais, tentando fazer parcerias com as associa es de guias e condutores para que tivessem alguns produtos exclusivos, alguns horários específicos em que os guias poderiam entrar l  em um horário específico, de repente   noite, fazer passeios guiados   noite em um horário que o Parque está fechado, mas essas coisas estavam, ainda, em discussão. Nada de efetivo foi feito nesse sentido (Conductor 22).

A aproxima o da SOCIPARQUES com os condutores de visitantes e as associa es ainda está em seu processo inicial. Conforme constatado por condutores, e pela Gestão, o interlocutor ressalta que devido   rela o recente com os condutores, e com a pandemia, os projetos de parceria para a visita o do Parque Nacional deram uma pausa no ano de 2020.

Apesar da rela o entre a concessão e o ICMBio ter acordos formais diferentes dos condutores de visitantes com a gestão, os serviços fornecidos por ambos os parceiros são trabalhados em uma perspectiva integrada e o estabelecimento de parcerias com base nos objetivos do PNCV   um campo fértil, que deve ser explorado e mediado pelo ICMBio quando necessário.

Em um contexto geral, ao mesmo tempo em que percebem possibilidades de trabalhar em parceria com a concessão para projetos de uso público, não obsta que os interlocutores tenham suas ressalvas quanto   entrada da concessionária e o que essa representa no sentido amplo de políticas públicas que vêm sendo incentivadas na agenda do ICMBio. Ainda, o sentimento de preocupa o quanto aos impactos ambientais das obras e propostas de visita o demonstram um dos pontos que atribuem uma rela o de afeto e guardião por parte do condutor com o PNCV.

Condutores entrevistados que trouxeram aspectos positivos da rela o, também, demonstraram preocupa o quanto   como a rela o e o estabelecimento da concessão irá acontecer nos próximos anos. Neste contexto, Rodrigues e Abrucio (2019), constataam que com a participa o de diferentes atores e o incentivo para isso por parte do Estado, embora tenham o objetivo de mediar o conflito, os movimentos sociais e organiza es da sociedade civil, composta pelas popula es residentes nas áreas de abrangência das UC, tendem a cumprir este papel de questionar a legitimidade do processo e os valores da concessão.

Os autores destacam, inclusive, a importância de se repensar as relações fora desta compreensão dicotômica que divide a conservação da natureza de modo excludente do contexto social. Há necessidade de convergência nos posicionamentos entre os atores para a preservação do interesse público relacionado ao Parque.

Neste ponto, a participação dos condutores de visitantes pode contribuir para assegurar a legitimação do interesse público e dos valores do Parque, ao atribuir este papel de contraponto quanto:

- ao enfraquecimento do ICMBio por parte do Governo Federal;
- ao impacto das obras que estão em processo e as propostas de visitação que serão implementadas; e
- à exigência da participação dos condutores em seu sentido privado e enquanto representantes de associações de condutores.

Os condutores de visitantes têm o papel de transmitir informações sobre a unidade de conservação e a cultura local, além de garantir, na visitação, a redução de perigos e impactos ambientais. Dentro do universo do PNCV, estes assumem importante papel a partir de parcerias realizadas com a gestão no combate ao fogo, no manejo e abertura de novas trilhas e de resgate, na busca e salvamento, sendo os condutores procurados para a consultoria, referente a estes assuntos, pela gestão do PNCV.

A atividade de condução de visitantes está regulamentada, além da Portaria 769, de 2019, na Portaria do ICMBio nº 205, de 11 de julho de 2013, a qual estabelece normas e procedimentos para o credenciamento e autorização da atividade especificamente no PNCV. Nesta Portaria está anexado o termo de autorização que expressa as obrigações do condutor nos termos das Portarias do ICMBio nºs 769, de 2019, e 205, de 2013.

As obrigações do condutor contidas nas Portarias e no termo de autorização são bastante similares. Em síntese, os condutores devem cumprir obrigações voltadas à educação e interpretação ambiental, fiscalização e monitoramento de trilhas e visitantes, além de realizar um trabalho voluntário dentro do PNCV, caso este queira se manter atualizado no cadastro do Parque, conforme estabelecido no art. 8º da Portaria do ICMBio nº 205, de 2013.

Com base nas informações e debates apontados pelos diferentes atores, quanto à relação do condutor com o PNCV e a concessão, bem como nos aspectos que envolvem esses três atores no cotidiano e nas obrigações frente ao Parque Nacional, foi criado o Quadro 13 para elucidar de que forma estes atores podem e devem buscar firmar suas parcerias, pautados no contrato de

concessão, nas portarias e termo de autorização para a condução, além dos objetivos e planos de ações do Plano de Manejo do PNCV.

Quadro 13 - Responsabilidades associadas à prestação de serviços de apoio ao turismo pela concessionária e autorizados, e os objetivos e orientações o plano de manejo do PNCV

Objetivos/ Planos de ações do PNCV	Contrato Concessão	Portaria 769/2019/ Portaria 205/2013/ Termo de autorização.
Favorecer as condições, estimular e promover a educação e a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; elaborar e implantar projeto específico de interpretação do PNCV	Criar programação visual para os diferentes instrumentos de apoio à interpretação ambiental; a serem desenvolvidos em linguagem clara, com aspecto funcional e atraente e com uso de materiais que gerem baixo impacto ambiental.	Transmitir o conhecimento aos visitantes sobre a biodiversidade e a importância ecológica e social do Parque; e distribuir material impresso do PNCV com informações, sempre que disponível
Planejar, em conjunto com as coordenações de uso público e proteção e manejo, as ações relacionadas à educação e ao esclarecimento dos visitantes e das comunidades.	Responsabilidade de criação, implantação e manutenção de meios de comunicação para a divulgação do PNCV; Criação de mapas do PNCV, mapas das trilhas, placas informativas, painéis informativos.	Buscar a informação e atualização sobre os atrativos do PNCV, normas e orientações estabelecidas no plano de uso público do Parque.
Proporcionar meios e incentivos técnicos para atividades de pesquisa científica, Plano de Manejo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.	Realizar ações de comunicação por meio de publicações ou outros meios tecnológicos, com o objetivo de informar aos visitantes antes e durante a visita sobre assuntos referentes ao PNCV, seja novidades, curiosidades, pesquisas ou normas.	Condução de pesquisadores, de acordo com a solicitação com gestor do Parque.
Atender às denúncias de irregularidades e infrações.	O Concessionário será responsável pela segurança patrimonial das áreas internas e externas das dependências do Centro de Visitantes e da sede administrativa.	Comunicar à equipe da unidade de conservação a ocorrência de dano ambiental ou infração presenciada durante a atividade, seja pelo seu grupo ou por terceiros.
Compor e apoiar a coordenação de prevenção e combate aos incêndios;	Manter a área do centro de visitantes permanentemente dotada de aparelhagem adequada à prevenção e extinção de incêndio e sinistro, mantendo igualmente o seu pessoal instruído quanto ao emprego eficaz dessa aparelhagem.	Voluntariado em combate ao incêndio; Brigadistas de combate ao incêndio.
Buscar os meios para que a visitação promova o mínimo impacto possível;	Promover a orientação dos visitantes a partir de painéis informativos com horário de funcionamento do PNCV e do atrativo com normas e regulamentos para os visitantes	Praticar e promover um excursionismo consciente e condutas de mínimo impacto, obedecendo as normas do PNCV;
Implantar um sistema de gestão de segurança e procedimentos de resgate para cada um dos atrativos e atividades desenvolvidas nos setores de visitação	O Concessionário tem a obrigação de implementar e manter o Plano de Gestão da Segurança (PGS) do PNCV e disponibilizar equipamentos básicos de primeiros socorros, remoção e imobilização.	Informar aos visitantes quanto aos riscos na realização de atividades em uma área natural em geral e das atividades a serem desenvolvidas a exemplo dos aspectos de segurança necessários e os procedimentos durante a viagem, além das recomendações para o conforto e bem-estar do visitante; Apoio a atividades de busca e salvamento; e recolher a assinatura dos visitantes do termo de reconhecimento de risco.

Fonte: A autora (2021) com base no contrato de concessão, Portarias do ICMBio e Plano de Manejo do PNCV (2009).

Quadro 13 – (Continuação) Responsabilidades associadas à prestação de serviços de apoio ao turismo pela concessionária e autorizados, e os objetivos e orientações o plano de manejo do PNCV

Objetivos/ Planos de ações do PNCV	Contrato Concessão	Portaria 769/2019/ Portaria 205/2013/ Termo de autorização.
Criar estratégias de aprendizado sobre as noções de conservação na região da Chapada dos Veadeiros em conjunto com as Secretarias Municipais de Educação ou afins.	Manter as vias de acesso internas e as trilhas em boas condições de uso; e a manutenção da sinalização, dos reparos e das intervenções necessárias.	Mutirão de limpeza e manutenção de trilhas; manejo e planejamento de trilhas; e comunicar a gestão do PNCV a identificação de trechos das trilhas e atrativos que necessitam manutenção.
Estabelecer um esquema adequado de coleta seletiva e de destinação dos resíduos produzidos no interior do PNCV.	Manejo de resíduos sólidos do PNCV.	Orientar os visitantes quanto à coleta, acondicionamento e o descarte do lixo e realizar o gerenciamento e destinação adequada dos resíduos produzidos durante a operação das atividades dentro do Parque.

Fonte: A autora (2021) com base no contrato de concessão, Portarias do ICMBio e Plano de Manejo do PNCV (2009).

Conforme apontado pelos analistas ambientais do ICMBio, a gestão do Parque tem suas relações e responsabilidades específicas com cada prestador de serviço. As dimensões da responsabilização e a cadeia de responsabilidades dentro na parceria público-privada foram salientadas pelos autores Rodrigues e Abrucio (2019).

Os autores ressaltam a importância dos conselhos gestores como ponte e acesso para geração de conhecimento e divulgação de informações, juntamente com a participação dos atores para as tomadas de decisões e definições das responsabilidades compartilhadas. Este é um dos caminhos para o controle social e democratização das etapas de efetivação de políticas públicas.

O incentivo de parcerias entre a concessionária e os condutores de visitantes aponta uma das direções para que a relação entre os atores seja articulada e aberta ao diálogo. Conforme apresentado no Quadro 13, embora cada ator tenha suas diferentes funções e responsabilidades, é possível observar que as ações entre estes dois atores se conectam e são complementares.

No relatório de gestão constata-se que, no ano de 2019, o ICMBio realizou atividades de campo com diferentes parceiros, a exemplo dos condutores de visitantes, para a avaliação dos potenciais de novos atrativos que estão inseridas nas novas áreas do PNCV, após a ampliação do Parque, nos seguintes atrativos: extensão da Travessia da Sete Quedas; Morros da Baleia, Buracão e no Vão das Fiandeiras; Sertão Zen; Simão Correa; Anjos e Arcanjos; e Cachoeiras dos Córregos Santana e Cozido.

O relatório aponta a prioridade do ICMBio quanto à regularização fundiária das novas áreas que abrangem o PNCV no município de Cavalcante, dentro da Fazenda Mundo Novo, onde estão localizadas as cachoeiras de Santana, Cozido e Mundo Novo, além de incorporar um trecho da Serra de Santana. O relatório reconhece que, dado ao seu potencial e às diferentes fitofisionomias⁹ do Cerrado nestas áreas, há uma abertura para se trabalhar e se propor diferentes experiências de visitação, uso público e educação ambiental.

Entretanto, a gestão aponta como um dos desafios a regularização fundiária dessas áreas, dado a falta de recursos financeiros e prioridade por parte do Estado, sendo um dos fatores que dificultam o processo de implementação de novos atrativos nestas áreas. Cabe destacar, que o relatório explicita entre os potenciais de visitação, devido às características geológicas, geomorfológicas e ecológicas, as seguintes atividades: travessias de longo curso, observação de pássaros, canionismo, escalada, *rafting*, cicloturismo e *mountain biking*, acampamento, observação astronômica, contemplação de paisagens e do nascer e pôr do sol.

Resgata-se aqui, portanto, as falas por partes dos interlocutores que associam aos pontos positivos que tangenciam a relação com a concessão os projetos e parcerias que estavam sendo planejados nesse espectro com os condutores, como a visitação com o propósito de observação de aves; o estabelecimento de trilhas para atividades de ciclismo e *mountain bike*; e a implementação da observação astronômica.

Assim, com o intuito das propostas de visitação venham a cumprir com as finalidades de conservação e educação ambiental de um parque nacional, segundo Rodrigues e Abrucio (2019), o trabalho do ICMBio deve compor a mediação desta relação entre concessão e condutor. Para que esta esteja alinhada não só com a viabilidade econômica das propostas de visitação a serem implementadas, mas, também, com a diversidade e acessibilidade das experiências de uso público, bem como ao entendimento dos valores e significados do patrimônio público e às análises do perfil e opinião dos visitantes quanto aos objetivos e funções da UC.

Neste sentido, o monitoramento da dinâmica estabelecida entre as diferentes parcerias deve, além disso, ser realizado pela gestão no sentido coletivo em que os diferentes atores se comunicam entre si. Composto diferentes opiniões acerca das propostas de uso público e quais as consequências de impacto para o PNCV, os condutores estabelecem o importante papel de monitoramento desta parceria, na medida em que apresentam questionamentos críticos quanto

⁹ Na área das ciências biológicas e ambientais, a fitofisionomia significa a vegetação de determinado lugar, características particulares da sua flora e espécies vegetais, geralmente típicas de uma região específica.

à implementação deste processo de infraestrutura e planejamento de atividades recreativas no PNCV.

Portanto, fica evidente que o estabelecimento de parcerias para a prestação de serviços de apoio à visitação, seja este um modelo de concessão ou de autorização, demandam que o órgão ambiental, enquanto Instituição e gestão da área protegida, esteja fortalecido o suficiente para que consiga, também, dar conta das demandas dos diferentes parceiros.

Apesar dos impasses quanto à obrigatoriedade, a relação entre os condutores entrevistados e o PNCV aponta uma gestão participativa, em que os interlocutores apresentaram, em sua maioria, uma relação que se estabelece não só na prestação de serviço, mas, inclusive, dentro de sua relação pessoal com o Parque atribuindo um sentido de afeto e proteção pela UC, em diferentes momentos das entrevistas.

Os condutores entrevistados demonstraram não só cumprir o papel de conduzir o visitante, mas que estão ativos em outras formas, medidas e ações que promovem a conservação do cerrado e da região da Chapada dos Veadeiros. Assim como estão dispostos a participar de palestras, entrevistas em documentário e pesquisas, demonstrando seu posicionamento e pensamento crítico quanto aos embates que envolvem a conservação da região.

Neste sentido, buscam oferecer cursos com temas que envolvem diferentes faces de um condutor e, neste período de pandemia Covid -19, participaram de *lives* que abordam temas sobre a promoção do ecoturismo, demonstrando que são pessoas ativas e que buscam sua profissionalização e atualização dentro da área.

A inter-relação entre os regimes público e privado, conforme Rodrigues e Godoy (2013), representados na presente pesquisa pela SOCIPARQUES e os condutores de visitantes no PNCV, culmina num desafio permanente para a gestão visando a consecução do equilíbrio entre os resultados econômico-financeiros privados e objetivos da função pública de conservação da área e democratização do bem público. Visualiza-se, portanto, a importância de:

- o Conselho Gestor manter a transparência no processo de gestão das parcerias;
- fomento às parcerias que envolvem ambos os prestadores de serviços (condutor e concessão) junto ao ICMBio, com objetivo de fortalecer e contribuir no planejamento de visitação e demandas do PNCV;
- participação social e o estabelecimento de uma abertura de diálogo e articulação, incentivando o condutor a participar em projetos educacionais; e

- participação e incentivo por parte da gestão dentro dos cursos de capacitação, no sentido de enfatizar os valores públicos que existem no desenvolvimento desta parceria, para que estes, também, busquem participar de forma crítica acerca dos temas que envolvem a conservação do PNCV.

4.2 AS TRILHAS ABERTAS PARA A VISITAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

Apesar de no primeiro campo não ter sido possível entrar em contato, pessoalmente, com os integrantes do ICMBio, foram realizadas trilhas autoguiadas em dias diferentes, com o propósito de compreender, como visitante, os desafios, estruturas, informações disponíveis ao longo do percurso e níveis de dificuldade de cada trilha. No total, foram três dias de visita ao PNCV e dois dias de trilhas, respectivamente, nas datas 11/06, 13/06 e 15/06 de 2019.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros é uma área consolidada em um ecossistema do bioma cerrado, com características específicas relacionados à sua altitude, contendo 17 espécies de flora e 32 espécies da fauna ameaçadas de extinção, o Tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), a Onça pintada (*Panthera onca*), o Lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e o Pato mergulhão (*Mergus octosetaceus*) (ANDRADE; SOUZA; CUNHA, 2020).

Apesar de o Parque estar em seu processo de ampliação e abertura de novas trilhas e estudos a despeito de novas oportunidades de uso público, a entrada principal para a visitação (Figura 14) encontra-se na Vila São Jorge.

Figura 14 - Placa de entrada do PNCV



Fonte: A autora (2019).

O PNCV possui em seu percurso, atualmente, cinco trilhas abertas para visitação, sendo a Trilha dos Saltos, que conecta aos Saltos e Corredeiras do Rio Preto, e a Travessia das Sete Quedas, em que são necessários dois dias de caminhada, os dois percursos que contemplam, além dos atrativos naturais, a parte histórica relacionada à exploração do garimpo pela população local a partir de pontos interpretativos, onde foram preservadas as cratas¹⁰ de exploração dos minerais (Figura 15) para a interpretação ambiental deste processo histórico.

Figura 15 - Crata de exploração mineral Trilha dos Saltos



Fonte: Julia Tossin (2020)¹¹.

A dinâmica de orientação para a realização das trilhas dentro do PNCV conta com a demarcação de setas com cores diferentes ligadas aos quatro percursos. A travessia das Sete Quedas é a trilha considerada com maior nível de dificuldade, com um total de 23 km, sendo necessário agendamento prévio e pagamento do pernoite para a área de acampamento e representando as setas de direcionamento da cor laranja.

Embora este não tenha sido o percurso escolhido na fase de campo exploratório, a rota da Travessia das Sete Quedas tem início no Cânion 1, onde é possível ver uma placa que direciona o visitante para o começo desta trilha. Segundo o site oficial de informações para visitação do PNCV, a travessia conta com um trecho de 7 km interpretativo referente a história do garimpo, conhecido como Fiandeiras (ICMBio, 2020)¹².

¹⁰ Cratas: técnica do garimpo que consisti em abertura de buracos no solo para extração dos cristais.

¹¹ NOLETO, T. J. “**Tem vez que o cristal dá em cima. Tem vez que ele dá na baixada**”: uma etnografia do conhecimento do garimpo e dos garimpeiros de cristal de rocha da Chapada dos Veadeiros – GO. 2020. 97 p. Monografia (Curso de Graduação Bacharel em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/27618/1/2020_JuliaTossiNoletto_tcc.pdf. Acesso em 07 de janeiro de 2021.

¹² Informações disponibilizadas no “guia do visitante” do site oficial do PNCV. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnachapadadosveadeiros/guia-do-visitante.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

A rota que liga os atrativos dos Saltos, Carrossel e Corredeiras (Figura16) é identificada por setas de cores amarelas. A trilha, de 12 km, conta com os atrativos do Carrossel e Mirante do Poço. O caminho desta rota passa, na ida, pela parte conhecida como maior garimpo de quartzo da Chapada dos Veadeiros na época que estava ativa, entre 1912 a 1961 (ANDRADE; SOUZA; CUNHA, 2020).

Figura 16 - Mapa da Trilha Saltos, Carrossel e Corredeiras



Fonte: A autora (2019).

O primeiro atrativo é o Mirante do Salto do Rio do Preto, com uma queda da água de 120 m de altura, estando a 800 m de distância a Cachoeira do Garimpão, com um Salto de 80 m, em que é possível tomar banho em área delimitada por razão de segurança. A rota do percurso continua em uma subida de 800 m para o Mirante do Poço e do Carrossel. Nesta parte da trilha o retorno, ainda, passa pelas Corredeiras, contendo este atrativo uma estrutura de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e cadeirantes (ICMBio, 2020).¹³

Apesar de ser o percurso final da rota dos Saltos, a trilha das Corredeiras pode ser realizada diretamente pelo centro de visitantes, tendo um trajeto de 6 km de ida e volta. No período de realização das trilhas do PNCV, no campo exploratório, a concessionária já estava começando a se estabelecer, na semana prévia à data do começo de sua atuação, a SOCIPARQUES estava recebendo os visitantes como processo de adaptação e formação dos contratados pela empresa, que estavam encarregados de receber os turistas.

Ao chegar na entrada do Parque, os visitantes que estão vindo pela primeira vez são passados para uma sala onde é apresentado um vídeo de caráter informativo sobre UC. O vídeo aborda questões relacionadas à conservação da área natural, informações de funcionamento do

¹³Informações disponibilizadas no “guia do visitante” do site oficial do PNCV. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnachapadadosveadeiros/guia-do-visitante.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

Parque, as demarcações das trilhas para os atrativos, condutas de visitação e a indicação de contratação de condutores de visitantes. Cada pessoa recebe um termo de conhecimento e risco, no qual são informados os possíveis riscos característicos de atividades em ambientes naturais e dos atrativos naturais que existem no Parque.

A trilha das Corredeiras (Figura18 e 19) é uma rota tranquila. Ao longo da trilha há sinalização da direção correta e placas informativas em algumas árvores contendo seu nome científico e popular, além de informações dos seus principais usos pela localidade. O caminho desta trilha foi realizado com uma moradora local, da cidade de Teresina, pertencente à comunidade Kalunga. Em conversa, a interlocutora relatou que sempre vem com turistas para o Parque e foi informando o uso medicinal que ela faz de algumas plantas avistadas ao longo do percurso. Destaca-se que neste momento de visitação a moradora estava em seu momento de lazer, e não na posição de condutora, mas como visitante do Parque.

A entrada das Corredeiras possui uma estrutura para a mobilidade de cadeirantes e, ainda, uma estrada para acesso para carros com o objetivo de promover a acessibilidade deste atrativo.

Figura 18 - Atrativo das Corredeiras, PNCV



Fonte: A autora (2019)

Figura 17 - Atrativo das Corredeiras, PNCV



Fonte: A autora (2019)

A trilha dos Cânions e cachoeira das Cariocas é uma trilha de 12 km, indicadas por sinalizações de setas vermelhas, com uma duração de 4h a 6h conforme registrado pelo ICMBio, que descreve seu grau de dificuldade de moderado a superior. Os atrativos ficam localizados no Rio Preto, tendo pontos com sombra e bicas de água. Apesar de a trilha até a chegada do Cânion II não ter um grau de dificuldade muito alto, em alguns momentos foi possível sentir falta de mais indicativos sobre a direção a seguir em alguns pontos da trilha. A parte de cima do Cânion II (Figura 19 e 20) é composta por rochas enormes, em que se é possível ver o poço que possibilita ao visitante tomar banho.

Figura 20 - Cãnion II vista de cima, PNCV



Fonte: A autora (2019).

Figura 19 - Cãnion II vista de cima, PNCV



Fonte: A autora (2019).

No atrativo foi possível observar uma condutora conversando com seu grupo de visitantes, contando sua história e como esta havia se capacitado recentemente apesar de já ser moradora na Chapada há mais tempo. Neste momento, a condutora, ao repassar informações para dois visitantes, alertou quanto aos cuidados ao realizar a Trilha dos Saltos. A condutora, ainda, contribuiu para passar informações quanto à direção da trilha para a Cachoeira das Cariocas para a pesquisadora, antes de continuar a rota com seu grupo.

A trilha do Cãnion para a Carioquinha é uma rota tranquila até a parte que chega perto do atrativo. O nível de dificuldade aumenta consideravelmente, principalmente pela descida para chegar até a cachoeira. Contudo, a parte final da trilha possui uma escada de madeira que diminui os riscos da parte mais íngreme e traz um acesso melhor para as pessoas que não estão habituadas a fazer trilhas. O local para banho nessa cachoeira é um ambiente em que é preciso ter muito cuidado e segurança para caminhar, sendo muito propício a acidentes.

O PNCV conta, ainda, com a Trilha da Seriema, que possui um percurso de grau de dificuldade leve, com um total de 800 m em que seu atrativo é o córrego rodoviária, no qual é possível tomar banho na época das chuvas (ICMBio, 2020). No campo exploratório, em conversa com o funcionário sobre informação da Trilha do Carrossel, este informou que havia sido aberta para visitação não havia muito tempo, sendo constatado por Andrade, Souza e Cunha (2020) que este atrativo foi aberto ao público no ano de 2018.

O Parque conta, em seu Plano de Manejo, com a previsão de 18 atrativos. Contudo apenas cinco atrativos estão abertos para visitação. Cabe salientar que o Plano de Manejo vigente do PNCV foi construído com a antiga área de abrangência de 65.000 hectares. Em

conversa com a Analista Ambiental 01, foi informado que o novo Plano de Manejo foi elaborado e ainda será publicado. Em paralelo ao novo Plano de Manejo o PNCV está em processo de construção do Plano Interpretativo da UC, sendo constatado, também, por Andrade, Souza e Cunha (2020) a futura elaboração do Plano de Uso Público.

Estas medidas de planejamento e implementação de atrativos no PNCV representam, em escala Institucional, a composição das diferentes agendas do ICMBio para a gestão do uso público de parques nacionais e como a parceria técnica com o Serviço Florestal dos Estados Unidos vem influenciando nesse processo.

A exemplo da construção dos Planos Interpretativos em que, junto com a parceria com o Serviço Florestal dos Estados Unidos e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o ICMBio compôs uma equipe especializada em interpretação que busca cumprir com capacitações acerca do assunto para analistas ambientais do órgão ambiental, condutores locais e demais parceiros (ICMBio, 2018). Responsabilizando-se, também, pela construção de Planos interpretativos para as UC.

Na medida em que a implementação destes instrumentos de planejamento influencia a prestação de serviços dos diferentes parceiros, são exemplos de como a atuação da parceria pode construir a gestão e planejamento de forma participativa:

- nas expedições do ICMBio, em 2009, para a identificação de atrativos na região de Cavalcante e para o estudo de uma segunda entrada oficial no município (portão norte), acompanhados pelos representantes da associação de condutores dos municípios que envolvem o entorno de Cavalcante, a ACECE; e
- na construção conjunta com os condutores de visitantes na elaboração dos dados para avaliar o rol de oportunidades de visitação do PNCV em pesquisas recentes indicados no relatório de gestão de 2019 e na pesquisa realizada por Andrades, Souza e Cunha (2020).

Entretanto, cabe salientar que foi identificado, por um dos interlocutores, a existência de um certo desapontamento inicial da comunidade local e dos condutores com a gestão quanto à demora para a implementação da entrada do portão norte, que se encontra em fase inicial. Isto gera expectativas e pressão da população local quanto aos benefícios econômicos da utilização indireta dos recursos naturais do Parque. Este fator foi observado, inclusive, por Lima (2013), que aponta a criação de cinco RPPNs na região no ano de 2013.

A despeito das análises da estruturação do ROVUC no PNCV, os autores Andrade, Souza e Cunha (2020) identificaram que a região sul, que contempla a Alto Paraíso e a Vila

São Jorge, por conter mais atividades por atrativo e atividades potenciais, conecta-se com o maior tempo de atividades turísticas, dedicação, conhecimento e exploração dos condutores e gestores.

Expondo, entretanto, a importância de se investir em estudos e exploração da região norte que possui grande potencial para a visitação, bem como nos municípios de Nova Roma, Teresina de Goiás, São João da Aliança e Colinas do Sul que começaram a integrar em seu território ao PNCV, como resultado de ampliação da UC em 2017 (ANDRADE, SOUZA; CUNHA 2020).

Considerando o que foi registrado, em documentos oficiais e em pesquisa, a participação dos condutores de visitantes nas etapas de implementação e estudo das atividades, no que tange ao uso público do PNCV, os resultados do subcapítulo 4.3 foram organizados com o propósito de refletir sobre as motivações, os valores dos condutores na perspectiva individual e as informações que estes buscam transmitir aos visitantes na prática profissional.

4.3 O CONDUTOR DE VISITANTES ENQUANTO INTÉRPRETE E SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No sentido de refletir sobre o papel do condutor enquanto intérprete ambiental, faz-se necessário compreender a perspectiva social destes sujeitos e suas relações de afeto com o local, com o PNCV, com sua família e com sua profissão. As motivações pessoais para se tornarem condutores de visitantes, registradas nos depoimentos dos entrevistados que vivem neste lugar, interligam a profissão como uma missão e estilo de vida.

Os entrevistados consideram os condutores como um educador para os visitantes, um "guardião" que contribui para proteção do bioma e da cultura local, além das atribuições espirituais individuais de cada um, colocando a profissão dentro da ótica do propósito de servir e proteger a Chapada dos Veadeiros. Além disso, condutores do segundo perfil relatam como fonte de motivação a sua família, vendo em seus pais, tios e outros parentes como exemplo e inspiração.

Dos 21 entrevistados e 32 narrativas apresentadas, no que tangencia a motivação dos condutores quanto a escolha da profissão, aqueles que trouxeram a atividade como um estilo de vida, conectam a condução ao significado do que representa para eles qualidade de vida. Tendo como ponto principal, o contato com a natureza, a preservação do cerrado e o sentimento de amor pela região.

Dos interlocutores que trouxeram o estilo de vida (52%) como sua principal motivação, a grande maioria integra o segundo e o terceiro perfil de condutores que vieram de outras regiões do Brasil e se mudaram para a Chapada dos Veadeiros. Chama atenção o fato que 29% dos entrevistados mencionaram a escolha da profissão como uma missão de vida, tendo como propósito de servir de ponte entre o visitante, o Parque e a comunidade local, contribuindo com a proteção do cerrado e a sensibilização dos visitantes que chegam (Quadro 14). Ainda, é necessário destacar que 43% dos entrevistados e 28% das narrativas apontam a questão econômica como uma das motivações pessoais para se tornar condutor.

Quadro 14 - Motivação pessoal para se tornar condutor de visitantes

Categoria Condutor enquanto sujeito social			
Subcategoria: motivação pessoal para se tornar condutor			
(Entrevistados n = 21; Narrativas n = 32)			
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados (%)	Frequência de respostas (%)	Exemplo de resposta
Estilo de Vida	52	34	Então, briefing da história, eu gostei muito da atividade, eu fui muito bem guiado pelo Lindomar Xavier, que é um dos presidentes da ACVC. Então, o cara sabia o nome de todas as espécies de todas as plantas, todos os bichos, e eu na época estudante de biologia. Falei: isso que eu quero fazer da minha vida, meu escritório eu quero que seja a natureza e a educação ambiental. (Condutor 20).
Econômico	43	28	[...] E, também, pela economia, é um trabalho bom, onde você tem uma recompensa rápida, é um valor, chega ao final do dia você tem o seu dinheiro. É um trabalho muito bom, bem lucrativo. (Condutor 4).
Missão de vida	29	19	E eu me tornei guia para estar mais perto das pessoas que não tem esse contato com a natureza, e que eu possa servir como intermediador dessa ligação. Eu sempre tive isso muito claro para mim. Para quem acredita em outras vidas, nessa vida eu vim para servir. Pode ser que em algum momento eu tenha vindo para outro propósito de vida, mas nesse momento, agora, eu vim para servir e eu encontrei a natureza e a guiagem como um propósito de servir as pessoas. (Condutor 2).
Influência da família	29	19	Minha mãe é guia. Então, desde os 13 anos ela já me ensinou a profissão, que foi uma coisa que eu curti pra caramba. Mesmo sem poder, pela idade, mas eu já fazia uns servicinhos em alguns atrativos a partir de 13 anos. (Condutor10).

Fonte: A autora (2021).

A influência da família foi constatada na fala dos entrevistados do segundo perfil de condutores pertencentes a segunda geração de condutores na família. Destaca-se que estes

trazem não só como sua motivação pessoal, mas também de seus filhos e netos, que compõem o terceiro perfil de condutores, em conjunto aos condutores que se mudaram para região e fizeram os cursos de capacitação no período de 2014 a 2019: “E eu sou tão apaixonada pelo meu trabalho que minha filha e meu filho, também, se tornaram guia de esporte de aventura, de rapel, tirolesa. Uma coisa que se tornou paixão na família inteira” (Condutora 11).

Dentre as 42 narrativas que mencionam à percepção sobre a importância da atividade de condução de visitantes para a comunidade local, estas citam o condutor como ponte no sentido de poder traduzir como é a vida da população local, em seu cotidiano, suas histórias e cultura. A conexão entre o visitante e a comunidade local ocorre de duas formas para os entrevistados:

- a partir de conversas com moradores locais, proprietários e funcionários dos atrativos, donos de restaurantes e lojas; e
- a partir do conhecimento e sensibilização da história e cultura local, além da interação com o condutor enquanto morador que faz parte deste meio.

Nesta perspectiva, os entrevistados que observam o condutor nesta posição de intérprete/educador, ressaltam que este vínculo, entre o visitante, a comunidade local e o Parque, ocorre a partir do trabalho de educação ambiental, da transmissão do conhecimento e sensibilização do visitante no tempo que este convive com o condutor.

A sensibilização, no sentido do condutor enquanto intermediário da comunidade local e intérprete, ocorre a partir do conhecimento, do cerrado e da região como ambiente de lembrança e do seu cotidiano, onde o condutor alerta ao visitante sobre a importância de se proteger e ajudar a conservar o local, no que tange os seus aspectos biológicos e sociais. Associa-se o condutor como ponte para o visitante conhecer a visão da comunidade e do PNCV, acerca do local e dos impactos do turismo, mediado por sua vivência cotidiana, saberes e histórias da população local.

O Quadro 15 corrobora as informações obtidas no que se refere a motivação pessoal para se tornar condutor (Quadro 14), uma vez que 86% dos entrevistados e 43% das narrativas apontam o fator econômico como importante para a comunidade local.

O senso de proteção e conservação da Chapada dos Veadeiros, referente à sua cultura, história e conservação do cerrado, compreende uma autopercepção por parte dos entrevistados, em que o condutor é visto como um "guardião da região". Conforme o Quadro 15, verifica-se de forma implícita, o entendimento de “guardião” com base em suas ações, atrelado ao sentido de cuidado, de educação ambiental e fraternidade:

Quadro 15 - Importância da atividade de condução para a comunidade local

Categoria Condutor enquanto sujeito social			
Subcategoria: importância para a comunidade local (Entrevistados n= 21; Narrativas n= 42)			
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados (%)	Frequência de respostas (%)	Exemplo de resposta
Econômico	86	43	Eu enxergo, assim, que é bom o condutor de visitante. É bom porque dá renda para o lugar. Porque a gente leva o turista para comprar no bar, nos armazéns. Então é uma renda que aumenta mais no município da gente. Então é muito bacana. (Condutor 3).
Intérprete/educador ambiental	43	21	[...] Mas o trabalho de condução de visitantes é muito importante, eu acho, tanto para quem mora aqui, por que é uma atividade econômica rentável, como para a preservação do local. Porque é muito educativo também, sabe? A atividade de condução, então, eu acho que ajuda com a preservação local. (Condutora 9).
Intermediário / Intérprete (ponte)	29	14	Eu acho que é extremamente importante, a chance de dar, assim, uma voz para comunidade direta para o visitante, porque ele vai passear e não vai sozinho, vai ter alguém que está traduzindo, que está transmitindo, assim, o que é a Chapada, em um ponto de vista pessoal, e eu acho que transforma, receber o turismo em algo mais autêntico, não só em uma oferta de serviços e produtos. [...] Então acaba sendo uma tradução, assim, do que é a Chapada de um ponto de vista bem pessoal assim. Então, ele traz uma experiência próxima de quem vive aqui, não só a pessoa ir para a cachoeira, mas ela vai para a cachoeira tentando alcançar o olhar de uma pessoa que mora aqui, não só um olhar de quem está de fora. Aí, eu acho que isso envolve mais (Condutora 18).
Guardião	29	14	A gente trabalhou muito... A gente trabalhou e tudo era trabalho voluntário. Hoje o pessoal místico, eles falam que na casa deles, em cada casa deles, tem um anjo, e que nas casas da comunidade aqui, do pessoal mais antigo, tem um guia. Eles aceitam bem o guia... Os guias são pessoas que se tem um fogo eles correm pra ajudar, se tem um doente, se tem um acidente, primeiro que chamam são os guias. Os guias se apresentam na mesma hora sabe, então a comunidade acolhe porque todos eles são da comunidade também (Condutora 17).
Geração de condutores na família	14	7	Super importante menina, já virou cultura, para mais de 30 anos, que já tem tipo a minha filha que já está com 10 anos, eu sou filho de guia, e já tem guias de terceira geração. Por exemplo, uma guia antiga ¹⁴ , que guiou com a minha mãe e tal, a filha e o neto já são guias, então já são 3 gerações, a filha dela é guia, ela é guia, e o neto também. Eu comentei da minha filha por que ela já tem 10 anos e com certeza ela vai ser guia, porque ela também curte. E aí já é a terceira geração. Então, é cultural já, o guia aqui na Chapada, na região é super importante e já é cultural (Condutor 10).

Fonte: A autora (2021).

¹⁴ Na entrevista o condutor faz referência ao nome da colega de profissão. Nesse sentido, foi apagado o nome da condutora no trecho do Quadro 15 com o objetivo de preservar o anonimato, sendo essa a única alteração realizada na transcrição da entrevista.

Os condutores de visitantes enquanto sujeitos sociais que se conectam ao sujeito ecológico em formação, buscam incentivar a partir de seu ofício, a sensibilização dos turistas e população local por meio desta posição de intérprete, intermediário, guardião e educador ambiental. A compreensão da importância da atividade para a comunidade local, traduz a percepção em menor frequência de respostas, da influência dos condutores em seus núcleos familiares.

Entretanto, a primeira geração de condutores expressa uma significativa relevância cultural, visto como importante fator para educação da população local acerca da conservação do cerrado, principalmente na Vila São Jorge:

Então, nesse momento, é de extrema importância para você mudar a cultura. O cara não vai caçar um veado e chamar um primo dele que está trabalhando como guia. Depois que você botou um em cada família, você realmente acabou com a cadeia da depredação. Você consegue realmente cortar, você viu alguma criança com estilingue em São Jorge? É o brinquedo mais comum no interior do Goiás, é o estilingue. Você pode procurar, não existe estilingue em São Jorge. Nenhum pai deixa uma criança ter um estilingue. Aí você desce para Colinas do Sul, está o menino ali, só de shortinho, pega uns três ou quatro, pegando pedra e matando lagarto, passarinho, dando pedrada em gato, essa é a brincadeira mais barata e mais comum, é caçar. Para a criança. E em São Jorge não tem. Por quê? Por causa da educação ambiental vinda através do guia. O pai falou, poxa você vai matar o passarinho que amanhã eu posso mostrar para o visitante? Começou vindo pelo econômico, mas hoje já é algo que para a gente, assim, é inconcebível. Porque a criança, o colégio, as crianças de São Jorge têm uma educação melhor que de Alto Paraíso. Por conta que a escola é menor e todo mundo tem uma educação ambiental. Vários professores são guias também. Então, não tem como passar na aula de português, matemática e outras coisas, sem passar na educação ambiental, porque o Parque está aqui do lado. Então a importância já foi maior, mas continua muito grande (Condutor 20).

Neste sentido, pode-se compreender os entrevistados no perfil de sujeitos ecológicos definido por Carvalho (2012), conforme representa o Quadro 16, a partir de seus valores e crenças atribuídos:

- aos movimentos espirituais e ambientais;
- ao estabelecimento das relações com o PNCV em sua dimensão política, cultural, afetiva, de trabalho e as parcerias instituídas com o Parque;
- à comunidade tradicional, a exemplo dos condutores que são ex-garimpeiros e condutores da associação de condutores quilombolas (AGQK); e
- aos seus posicionamentos quanto à exploração dos recursos naturais pelas atividades agropecuárias, mineradoras e turística.

Quadro 16 - Condutor de visitantes enquanto sujeito ecológico em formação

Sujeito ecológico em formação	Definição	Exemplos
Política	Posicionamento crítico acerca da exploração dos recursos naturais pelas atividades agropecuárias, mineradoras e turística; condutor enquanto comunidade local.	Eu sempre procuro falar isso nas minhas guiagens, e tentar refletir isso, falar sobre uma planta, as propriedades medicinais dela, no que essa planta pode ajudar. E eu já aproveito no âmbito do agronegócio, também, as plantações, os meios de extração que a gente está fazendo, e com qual finalidade, por isso. Então, a gente consegue, digamos, mudar a vida, porque a gente muda o olhar das pessoas, na guiagem em si. Eu acho que, também, esse é o real, de a gente também conseguir conscientizar as pessoas. Porque eu, também, se eu ver um turista na trilha jogando lixo, na hora eu vou intervir. Se eu ver queimando uma planta ou comentário, que seja, que eu não concorde, porque não é, também, que ele está contratando meu serviço que eu não vou falar sabe. Eu vou ser profissional, claro, mas eu já dou meu toque ou uma indireta, porque tem uns que precisam ouvir também (Condutor 16).
Gestor social	Parcerias com a gestão do PNCV e planejamento de ações que beneficiam a conservação e comunidade local	Eu faço um trabalho de planejamento de trilha para o Parque. Inclusive semana passada eu fiz um trabalho que são planejamentos e manejos. Só que eu não faço o manejo, eu faço a parte do planejamento. Para uma futura nova trilha, para um novo futuro atrativo. E faço, também, os serviços voluntários como resgate, acidentes, mobilização essas coisas (Condutor 1).
Nova Era	Percepção espiritualizada e holística quanto à formação de cristais da Chapada dos Veadeiros, e influência dos grupos espirituais instituídos na região	Então, são 23 anos já de experiência. E eu adoro poder ter o trabalho. Continuo atuando porque eu amo esse trabalho. Eu me apaixonei pelo cerrado. Continuo me apaixonando a cada dia pelos seus primores. É jardim divino e encantado com suas águas puras, seus cristais, sua energia pura e maravilhosa (Condutora 11).

Fonte: A autora (2021) com base nos perfis do sujeito ecológico descritos por Carvalho (2012).

Destaca-se, ainda, que os condutores de visitantes estão inseridos no perfil de sujeito ecológico em formação, não somente por suas ações em conjunto com o PNCV, mas, também, a partir do planejamento de ações para mobilizar e contribuir com a população local. Os analistas ambientais afirmam que no período de pandemia, em 2020, a partir das associações de condutores e parcerias com demais atores, foram mobilizadas ações para arrecadação de cestas básicas:

Muita gente aqui na região do entorno, principalmente Cavalcante e Alto Paraíso, vivem do turismo. Então, assim, o impacto econômico da suspensão dessa atividade, da suspensão completa, dessa atividade, durante esse tempo todo, está sendo muito sentida aqui, sem dúvida. Só que uma das coisas muito bacanas que tem acontecido aqui na Chapada é que algumas iniciativas foram criadas e estão sendo muito bem-organizadas, e tem tido resultados incríveis. Posso falar de duas, que é a Chapada solidária que atua mais em Alto Paraíso, mas já distribuiu cesta básica em todos os municípios daqui da região; e a frente de proteção que é lá de Cavalcante. Que é o pessoal da associação de condutores de visitantes que está puxando, a ACECE, que é

associação de ecoturismo de Cavalcante. Ela é a figura central da frente de proteção solidária lá de Cavalcante. Assim, como as associações de condutor, a ACVCV e a SERVITUR, também fazem parte da Chapada Solidária aqui em Alto. Nós, enquanto Parque Nacional, também integramos, vamos dizer assim, essa iniciativa Chapada Solidária. A gente tem contribuído bastante nas ações de entregar cesta e todo esse trabalho (Analista Ambiental 2).

A ONG Chapada Solidária é composta por uma rede, contando com diferentes entidades, sendo o Parque Nacional um dos parceiros que contribui com o transporte e a associação de condutores de visitantes SERVITUR. Até julho de 2020 a ação contemplou o atendimento de 7800 pessoas no município de Alto Paraíso e municípios do entorno, com o fornecimento de 2.227 cestas básicas que são compostas por alimentos produzidos por agricultores agroecológicos. Esta ação, segundo os dados fornecidos pela ONG, garantiu a reinjeção de R\$ 90.000 na economia local.

Figura 21 - Postagem de agosto de 2020 da ONG Chapada Solidária



Fonte: Instagram Chapada Solidária (2020)¹⁵.

Conectar, assim, o condutor como educador e intérprete da Chapada dos Veadeiros e do Parque Nacional relaciona-se, também, ao sentimento do que a região e a condução significam para este enquanto indivíduo. Os condutores entrevistados expõem em suas narrativas de afeto, o sentimento de amor ligado ao Parque Nacional, à comunidade local e à conservação do cerrado.

¹⁵ Postagem do Instagram Chapada Solidária referente ao mês de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CD1F2h3omfM/>. Acesso em: 04 de setembro de 2020.

Para Gentile, Franco e Sayago (2016), os condutores de visitantes da Chapada dos Veadeiros, em sua função de intermediário, estão inseridos dentro da perspectiva de mediadores onde seu campo de atuação se dá a partir do ambiente natural e cultural.

Enfatizado pelos autores e registrado nas entrevistas, que o intermédio ocorre pela vivência no meio natural, representada por atrativos da região, objetivo de chegada e lazer para o visitante, à medida que para o condutor representa seu lar, meio de trabalho e subsistência. Os autores destacam que os condutores, neste papel, estão centrados na atividade através da interpretação, educação e sensibilização do contexto socioambiental. Onde a sua motivação e sua relação com a comunidade, com o Parque Nacional e demais áreas protegidas da região fazem parte de como este interage e interpreta o mundo a partir dos territórios que este transita com o visitante e como morador local (GENTILLE; FRANCO; SAYAGO, 2016).

Assim, dentre as informações que os condutores abordam durante a visitação, segundo os 21 entrevistados e 40 narrativas referentes as informações compartilhadas com os visitantes, os principais temas citados estão relacionados à cultura e história local (71%) e à biodiversidade (43%), conforme o Quadro 17.

Em referência à cultura e história local, os assuntos vinculam-se ao conhecimento das plantas medicinais do cerrado, à história do garimpo, narrativas e contos que aconteceram na região e sobre o Território Quilombola Kalunga. É importante destacar que, dos 71% dos entrevistados que trouxeram esta temática, a maioria traz como elemento principal o garimpo como parte histórica da região, e os demais associam a construção da narrativa histórica do garimpo ao Parque Nacional. Os pontos principais que estabelecem esta associação por parte dos condutores podem ser evidenciados nos exemplos de respostas contidos no Quadro 17 e, originam-se:

- do processo da criação da vila de garimpeiros (Vila São Jorge), da troca da atividade do garimpo pela condução; e
- da criação do Parque e da proposta das trilhas do PNCV, em que há a conservação das crateras de garimpo abertas na época de extração dos cristais como ponto interpretativo nas trilhas;

Além disso, dentre os condutores que trouxeram o assunto PNCV (38%), estes apontam, também, a importância da UC para a conservação do cerrado e sobre seu reconhecimento como Patrimônio da UNESCO (Quadro 17).

Neste contexto, os interlocutores que apresentam o conhecimento dos fatores ecossistêmicos que compõem o cerrado de altitude, compartilham as informações sob a ótica

da importância da conservação deste bioma. Os principais assuntos abordados pelos entrevistados nesta temática mencionam à identificação de espécies nativas da fauna e da flora, o ciclo da água e sua importância enquanto recurso hídrico para o Brasil, a fisionomia do bioma, as interações ecossistêmicas que ocorrem e a ligação do fogo com os fatores climáticos da época da seca e da chuva.

Na parte que compete à geologia e à geografia, as questões trabalhadas durante as trilhas pelos condutores (38%) referem-se à formação geológica, em especial ao conhecimento que conecta aos cristais e a localização da placa de quartzo no PNCV, conforme registra o Quadro 17.

Quadro 17 - Conhecimentos e informações apresentadas para os visitantes

Categoria Interpretação Ambiental			
Subcategoria: conhecimentos e informações apresentadas para os visitantes (Entrevistados n = 21; Narrativas n = 40)			
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados (%)	Frequência de respostas (%)	Exemplo de resposta
Cultura e história	71	38	Cara, eu adoro contar a história da Chapada. A história do garimpo, a história dos Kalungas, que uma boa parte da Chapada é quilombola, e eu gosto de contar sobre as histórias do Ibama/ICMBio, da Brigada de incêndio...Que a Chapada é um lugar místico... (Condutor 6).
Biodiversidade	43	23	Olha, vai variar muito do perfil das pessoas, mas, em geral, eu falo um pouco de geologia, flora, fauna. Mostro a importância do cerrado em pé, do cerrado brasileiro, que é o segundo maior bioma brasileiro. Que existe o agronegócio, e como está derrubando e isso causa alterações no clima, está secando os rios (Condutora 11).
Parque Nacional	38	20	Então, dentro do Parque Nacional a gente tem uma trilha bem interpretativa, que a gente conta as histórias dos garimpeiros, e a gente leva as pessoas a refletirem sobre como que era viver nessa época, da forma que vivia, e tudo passa a ser diferente quando você explica cada planta, para que se utilizava, como se utilizava (Condutor 2).
Geologia/ Geografia	38	20	Entre outros, botânica, geologia, mas eu acho muito interessante a parte dos cristais, sabe. Porque é um assunto bem amplo dá para falar bastante. O Parque nacional, ele está localizado em cima de uma placa de cristal. Então é uma região mística, uma região energética (Condutor 8). Eu gosto muito de entender a geografia do lugar e explicar isso. Então, às vezes, a gente passa por um mapa e eu explico, um lugar da trilha que tem mais amplitude de paisagem. Conseguir falar, eu gosto muito de explicar onde ela está, onde ela está indo, onde que está o passeio que ela foi ontem, ou o passeio que ela vai amanhã, onde está o rio, onde é norte, onde está Brasília, onde está Tocantins (Condutora 18).

Fonte: A autora (2021).

Em virtude da necessidade de adaptação das entrevistas para o formato remoto, compreender a forma como o conteúdo é apresentado, e como a interpretação ambiental ocorre no ato da visita, limitou-se ao que os condutores compartilharam em suas entrevistas. Contudo, foi possível observar e destacar, em diferentes momentos, a sua relação com o visitante e como o interlocutor percebe esta interação.

O ato de conduzir para os interlocutores representa ser, para os visitantes, um educador, uma segurança, um psicólogo, filósofo, uma comodidade. A interpretação das trilhas, do ambiente e da cultura, na perspectiva do condutor, enquanto indivíduo e coletivo, está inserida nesse contexto. Para eles, a condução não representa só guiar o visitante em segurança:

A gente até brinca que o guia, ele é um pouco de biólogo, filósofo, é tudo. De tudo um pouco. A gente é um pouco meio que médico, passa umas informações de plantas medicinais. Então, assim, o que a gente tenta passar para o visitante é para tornar o dia agradável para ele, mostrando um pouco do que que a gente vai encontrar na trilha, qual a distância, o tempo de duração, qual o tempo que a gente vai ficar na cachoeira, tenta distrair um pouco falando um dos remédios medicinais que a gente tem, fauna, mostrando os pássaros, alguns detalhezinhas históricos sobre os cupins, formigas, o porquê da importância desses seres vivos no ecossistema mundial (Condutor 4).

Nesse sentido, a interpretação ambiental permeia um campo sutil de compreender o que significa o condutor para o condutor: como este entende seu trabalho, quais são seus ideais e motivação pessoal, seus interesses dentro das áreas do conhecimento e os seus objetivos na condução. Na diversidade das 18 narrativas dos 17 entrevistados (Quadro 18), que relataram as suas experiências ao vivenciar momentos com os visitantes, a grande maioria (67%) associam a interpretação ambiental à traduzir o ambiente, à educação ambiental e a comunicação. Através das narrativas é possível observar que os interlocutores destacaram a interpretação ambiental a partir:

- da tradução dos seus ideais e da dimensão afetiva que o PNCV tem para o condutor;
- da compreensão da relação condutor-visitante como troca de aprendizagem;
- do estabelecimento de vínculos de afeto com o visitante;
- da compreensão e aproximação dos visitantes a partir dos seus interesses; e
- da posição do condutor enquanto educador ambiental.

A interpretação ambiental é identificada a partir da sua observação e relação com o visitante, na interação da troca e aprendizagem por ambos os sujeitos, que vão além do processo de passar as informações e conhecimentos da região e do PNCV. Nesse sentido, a interpretação ambiental está inserida na dimensão que possibilita o intercâmbio cultural entre visitante-condutor/visitado. Onde o condutor busca trazer o reconhecimento e respeito à diversidade

local. Ainda, os condutores abordam a sensibilização dos visitantes a partir da conexão com a natureza, estando mais abertos a receber informação, segundo o Quadro 18.

Quadro 18 - Interpretação ambiental

Categoria Interpretação Ambiental			
Subcategoria: interpretação ambiental			
(Entrevistados n = 17; Narrativas n= 18)			
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados (%)	Frequência de respostas (%)	Exemplo de resposta
Traduzir o ambiente/ educação ambiental/ comunicação	71	67	Eu procuro trazer o encantamento, a pessoa, ela quer proteger só o que ela ama, se ela não amar o cerrado, ela não vai querer proteger. Eu falo assim: gente meu objetivo aqui é para que vocês se apaixonem pelo cerrado, para se um dia vocês puderem ajudar, nem que seja com um abaixo assinado, vocês podem, de lá de onde vocês estiverem, ajudar o cerrado sabe. Mas, no geral, eu falo bastante. Explico: eu acho que quanto mais informação a gente tem é melhor, para a gente conhecer o cerrado e passar a amar o cerrado e querer proteger. Aí, quando eu vou catar uma bituca no chão, e as pessoas vão olhando, daqui a pouco, as pessoas do grupo vão catando e me dando para guardar, elas vão se engajando. (Condutora 11).
Sensibilização do visitante: conexão com a natureza/ interação com o ambiente natural	35	33	[...] o turista, ele vem para cá, ele vem muito carente, ele vem procurando, ele vem precisando descarregar, ele quer se soltar. Sabe, essas coisas assim. Então, o que que eu gosto hoje, antes era uma coisa e agora é outra. Eu consigo mostrar para a galera um pouco da magia do que a gente esquece, porque, como a maioria que vem é da cidade, a pessoa se desconecta dessa parte natural, e quando vem pra Chapada procurando cachoeira, banho de rio, vem superaberta a isso. Então eu consigo transmitir para ela. (Condutor 10).

Fonte: A autora (2021).

No que tange à conexão afetiva com o PNCV, os condutores observam esta abertura por parte do visitante a partir do despertar a uma conexão emocional com a natureza local. A questão é tratada por Irving (2015), em uma análise crítica relativa à racionalidade mercadológica do ecoturismo, ressaltando a importância de se trabalhar a experiência nas áreas protegidas de forma integral, inclusive, por meio dos vínculos afetivos com a natureza. Na interação da vivência no meio natural, que conecta o condutor ao visitante a partir do mútuo sentimento com o PNCV, a dimensão do simbólico se dá a partir do compartilhamento e sensação de pertencimento a uma cidadania planetária.

Entretanto, cabe ressaltar a importância de se buscar o equilíbrio entre a transmissão das emoções, valores e conhecimento, para que não se corra o risco de cair em uma visão estritamente técnica da conservação do cerrado ou sentimentalista (VASCONCELLOS, 2006).

Nas 35 narrativas sobre as dúvidas e principais curiosidades dos visitantes, os 20 entrevistados, abordam à biodiversidade, à vida do condutor, à ufologia, à história e à comunidade local. Outros temas como geologia, queimada, agricultura e segurança das trilhas apareceram em menor frequência na fala dos entrevistados (Quadro 19).

As dúvidas sobre a biodiversidade do cerrado estão relacionadas à fauna e flora, plantas medicinais e comestíveis, o funcionamento do bioma e informações específicas do ecossistema local. A curiosidade dos visitantes a respeito do condutor condiz com a sua vivência no local, seu cotidiano, se este nasceu ou se mudou para a Chapada dos Veadeiros, comunicando uma curiosidade em entender seu mundo enquanto morador local e forma de viver.

Quanto à cultura e história local, destacam-se a questão do garimpo de cristal, lendas e histórias que envolvem a parte exotérica da região. As dúvidas quanto à formação geológica estão relacionadas à placa de cristal de quartzo, também envolvendo um lado místico da energia dos cristais de quartzo no PNCV, conforme demonstra o Quadro 19.

Quadro 19 - Questões mais perguntadas pelos visitantes

Categoria Interpretação Ambiental			
Subcategoria: curiosidades dos visitantes			
(Entrevistados n = 20; Narrativas n = 35)			
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados (%)	Frequência de respostas (%)	Exemplo de resposta
Biodiversidade	40	23	Muita curiosidade sobre a própria vegetação mesmo, sobre os tipos de árvores, tipos de plantas. No Parque Nacional tem algumas identificações, então eles ficam muito curiosos, assim: “ah esse é o Pequi, essa espécie de macaco” ... E aí é importante saber sobre tudo isso. Acho que o que eles mais perguntam é sobre as plantas e sobre a vegetação. Acho que faz falta ver essa diversidade sabe, e a biodiversidade de um lugar natural, acho que é o que chama mais a atenção deles (Condutora 9).
História e cultura local	35	20	É sobre, assim, do garimpo também, porque tem muitas pessoas dentro do Parque Nacional, que garimpavam. Que a gente tinha, várias pessoas tinham roça, várias pessoas tinham lavoura, e outra era cristal (Condutor 19).
Ufologia	35	20	Aquela assim, pergunta que é frequente e que sempre liga uma com a outra, é se eu vi Ets. Essa, pode esperar que sempre vem (Condutor 1).

Fonte: A autora (2021).

Quadro 19 – (Continuação) Questões mais perguntadas pelos visitantes

Categoria Interpretação Ambiental			
Subcategoria: curiosidades dos visitantes (Entrevistados n = 20; Narrativas n = 35)			
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados (%)	Frequência de respostas (%)	Exemplo de resposta
Curiosidade sobre o condutor	30	17	Por que que eu vim para cá? Isso praticamente todos perguntam. Aí eles querem saber da história, o que você veio fazer. Para falar a verdade é quase tudo, principalmente quando essa pessoa vem a primeira vez para esse bioma, é tudo diferente. Então, é um universo diferente, mesmo se for uma pessoa que caminha bastante na mata atlântica, e tudo, que mora numa praia, que mora em montanha, mas isso aqui é diferente demais. Então tudo que a gente mostra é importante para eles (Condutora 17).
Geologia	15	9	E o pessoal procura saber muito sobre propriedade do cristal, se realmente tem uma placa de cristal enorme aqui embaixo da Chapada (Condutor 2). Eles perguntam se aqui já foi mar, que a gente está cada vez mais trazendo aqui esse conhecimento (Condutor 7).
Segurança	10	6	Ah, eles procuram muita coisa, muita coisa, mas o que eles mais procuram, se não tem problema de se perder, de a pessoa ir sozinha. Tem problema, porque uma trilha ela é muito parecida com uma outra. Então entra numa trilha errada, aí dá trabalho para voltar, porque é uma parecida com a outra, aí pessoa fica perdida ali dentro e depois não sabe voltar, aí fica perdida (Condutor 3).
Queimada/agricultura	10	6	O pessoal pergunta das queimadas, que é um momento que eu falo e desmistifico o que é queimada e o que é incêndio. Porque as vezes a mídia passa a informação muito expressa, sem explicar coisas básicas, e o pessoal acha que toda hora está pegando fogo, que alguém está tacando fogo, e muitas vezes esse fogo é natural (Condutor 2).

Fonte: A autora (2021).

Os entrevistados afirmam, ainda, que as curiosidades e gostos dos visitantes variam conforme o perfil. Esta resposta é frequente, também, nos motivos que levam o visitante a contratar o condutor, diferenciando, principalmente, visitantes que estão em excursões, turmas de faculdade que realizam atividades de campo e contratações por grupos menores e individuais.

Contudo, dos 17 entrevistados que abordaram a questão da contratação, 94% mencionaram ser a segurança e a informação (71%) como principais fatores de acordo com o

Quadro 20. Para os condutores, a comodidade, a segurança da direção e o apoio do condutor no suporte do nível de dificuldade da trilha, conhecimento de locais para banho e planejamento da programação, são os primeiros motivos que levam o visitante a contratar seu serviço.

Quadro 20 - Motivação do visitante para contratar o condutor

Categoria Interpretação Ambiental			
Subcategoria: motivos do visitante para contratar o condutor (Entrevistados n = 17; Narrativas = 32)			
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados (%)	Frequência de respostas (%)	Exemplo de resposta
Segurança	94	50	Acho que em primeiro lugar, por exemplo, em dezembro é o medo da cabeça d'água. Das chuvas torrenciais. Mas, na seca, quando se pega mesmo, é mais por medo de se perder e, pela terceira coisa é história. Nem todo mundo está a fim, ainda mais se tiver em um tempo seco, de parar para falar sobre o tipo de vegetação ou, então, da geografia ou da história, eu já notei isso. Acho que, em primeiro lugar, na época da chuva é a cabeça da água e depois é o medo de se perder e, em terceiro lugar, é história e curiosidades. (Condutor 1).
Informação	71	38	Eu acho que principalmente segurança e informação. As pessoas hoje estão com muita sede de informação e, gente, hoje está mudando muito o público da Chapada. [...]e hoje está vindo um público muito exigente, com poder aquisitivo legal. Então, além disso, tem um público bem interessante que é pessoal das redes sociais, que querem ter um passeio mais diferenciado, mais único, sair um pouquinho desse comercial, então é isso. Tem a sede por informação, de segurança e tem o diferencial de contratar um guia e conhecer uma coisa que não é tão comum. (Condutora 21).
Indicação/ mídias sociais	24	13	Mas, também, o boca-a-boca, que isso conta muito. Muitas pessoas entram em contato: olha meu amigo esteve na Chapada e foi muito bem cuidado por você. Me indicou você e aí o boca a boca existe também. Se você faz um bom trabalho, as pessoas que você guia sempre vão indicar aos amigos, aos parentes. (Condutora 11).

Fonte: A autora (2021).

Para os interlocutores, o conhecimento e a informação sobre os aspectos naturais e culturais ficam como ponto secundário na contratação. A indicação por meio de pousadas, clientes, restaurantes e acesso ao Instagram dos condutores, também, é uma das razões que influenciam o visitante.

Atenta-se, portanto, sobre a necessidade da análise de como as informações, nos meios de comunicação, compreendem a importância do condutor, sejam elas repassadas através das mídias sociais de canais oficiais do PNCV, dos condutores, da concessão, das agências de turismo ou a partir da comunicação pessoal, que acontece no contato entre visitante-visitado.

Embora o relato da percepção dos condutores entrevistados traga como fator principal de contratação a necessidade em razão da segurança, os interlocutores compreendem que muitos visitantes que contrataram seu serviço tendem a retornar e indicar a amigos e familiares.

Relativamente aos assuntos tratados nas trilhas, cabe destacar que, apesar do estudo estar vinculado ao PNCV, os condutores, ao falarem do Parque Nacional, também conectam suas percepções:

- acerca da importância do Cerrado como um todo;
- à declaração da Chapada dos Veadeiros como Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO;
- às questões que envolvem a história e conhecimentos das comunidades locais existentes na região de abrangência do PNCV; e
- aos conflitos existentes decorrentes da pressão de uso dos recursos naturais na região.

Destaca-se que a menor frequência de respostas, neste contexto, está vinculada aos conflitos existentes e ao Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO, enquanto a ênfase das narrativas que conectam a história e cultura local à atividade de garimpo relacionado ao PNCV aparecem em maior frequência, associadas:

- ao fato de como a própria atividade de condução foi sendo estabelecida;
- às crateras de exploração mineral de quartzo, consideradas como uma ferramenta interpretativa nas trilhas do PNCV pelos condutores; e
- à preocupação por parte dos entrevistados em manter viva a história e cultura atribuídas à época pelos ex-garimpeiros, a exemplo das plantas medicinais do cerrado.

A temática do garimpo, ainda, abre portas para os interlocutores trabalharem questões que vinculam a formação geológica da Chapada dos Veadeiros, além dos mitos e histórias que envolvem uma percepção mística da energia da região oriunda da formação dos cristais, acerca do paralelo 14 e de histórias sobre avistamentos de extraterrestres.

Ressalta-se que, para os condutores, tanto as dúvidas como as constatações e as informações que estes buscam trabalhar nas trilhas, são diretamente influenciadas pelo perfil dos visitantes, sendo necessário por parte dos interlocutores compreender, primeiro, quem são os visitantes e como se conectar com eles para realizar a atividade.

A realização do trabalho dos condutores de visitantes enquanto intérpretes, para Gentile, Franco e Sarayago (2016), vai além das habilidades profissionais técnicas que são aprendidas em seus cursos de capacitação.

O condutor nesse sentido, segundo as entrevistas, a partir da sua vivência, transita com o visitante nos espaços físicos (trilhas, atrativo, meio natural), relacionando sua experiência, seus saberes, os significados comunitários e universais acerca da importância da conservação do cerrado, e atribuindo à sua interpretação os seguintes fatores:

- a representação da atividade de condução de visitantes em seu sentido pessoal;
- a relação estabelecida entre o condutor e o órgão gestor do PNCV;
- a sua conexão emocional com o Parque Nacional;
- a sua relação com a comunidade local enquanto morador;
- ao seu ambiente de trabalho (se estou em determinado atrativo, quais informações, experiências e objetivos da atividade que posso trabalhar com os visitantes);
- quem são as pessoas que me contratam e o que buscam com a atividade (perfil do visitante);
- sua formação profissional (curso de capacitação e cursos complementares); e
- seus objetivos e propósitos profissionais atribuídos aos seus valores e crenças acerca da conservação dos patrimônios naturais e culturais.

Nesse sentido, a capacitação dos condutores e as oficinas de formação complementares vêm se transformando, desde o primeiro curso, junto à mudança dos diferentes perfis de condutores de visitantes formados. O propósito das análises, referente ao curso, tem como objetivo compreender como a interpretação ambiental, e os conhecimentos apresentados, contribuem para a formação do sujeito crítico, com base nas premissas de um sujeito ecológico em formação.

4.3.1 A estrutura dos cursos de capacitação de condutores de visitantes

O curso de capacitação de condutores de visitantes, conforme constatado por diferentes condutores entrevistados, além das falas registradas a partir dos diálogos com os moradores da vila São Jorge no campo exploratório, foi um marco que estabeleceu um acordo da troca da atividade do garimpo para a atividade de condução, fomentando o turismo na região e compreendido como ponto positivo pelos entrevistados e moradores locais da vila São Jorge.

Tais afirmações foram registradas, também, por Andrade (2014), como uma etapa importante da relação entre o PNCV e os garimpeiros, onde a postura de criminalização e proibição foi alertada para uma abertura de diálogo entre o órgão gestor e a população local, a partir da inserção da comunidade no turismo através da condução de visitantes.

Os condutores mais antigos afirmam que o primeiro curso foi realizado no ano de 1991 (Figura 22), confirmado por um dos condutores pela primeira edição do Plano de Manejo, a partir da parceria estabelecida pelo Ibama e a Funatura.

Figura 22 - Certificado do primeiro curso de capacitação de condutores de visitantes no PNCV, 1991.

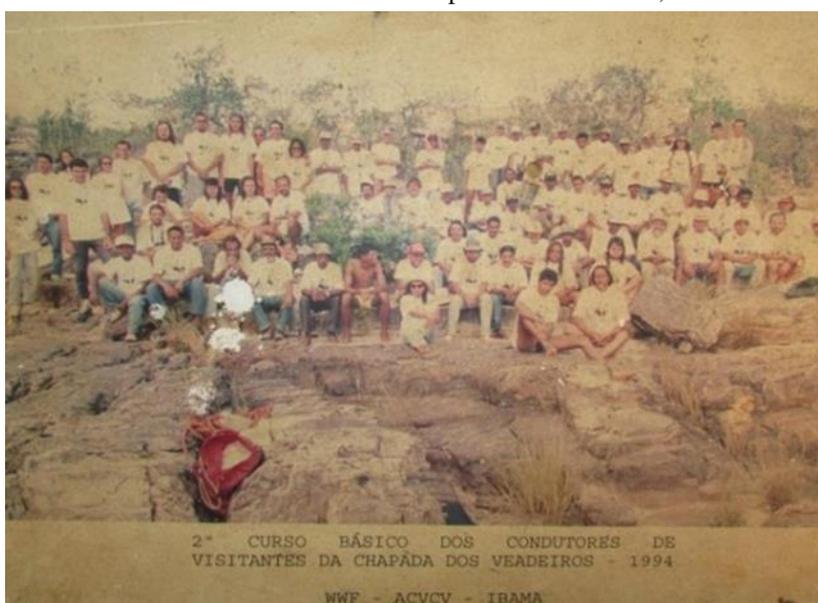


Fonte: Documento fornecido por um dos entrevistados à pesquisadora (2020).

Contudo, quanto à sucessão das primeiras capacitações, foram datados diferentes anos em relação ao segundo, terceiro e quarto curso pelos condutores entrevistados. Um dos processos de mudança, ao longo dos anos, foi a responsabilidade quanto à oferta dos cursos de capacitação, sendo que nos anos iniciais da década de 90 cursos gratuitos foram realizados em parceria com o Parque e ONGs ambientais como a *World Wide Found* (WWF- Brasil) e a Funatura, além da primeira associação de condutores da região, a ACVVCV.

Em sua pesquisa com os condutores de visitantes da região, Andrade (2014), apresentou o registro fotográfico do segundo curso de capacitação de condutores (Figura 23), no ano de 1994, realizado pelo Ibama, em conjunto com a ACVVCV e, em parceria com a WWF Brasil. A autora afirma, ainda, que no ano anterior, em 1993, foi realizado um curso de reciclagem para os condutores, com apoio financeiro da WWF Brasil, formando 30 condutores de visitantes

Figura 23 - Registro fotográfico do segundo curso de capacitação de condutores de visitantes da Chapada dos Veadeiros, 1994



Fonte: Andrade (2014).

Em entrevista com os interlocutores pertencentes ao primeiro e segundo perfil de condutores formados (filhos de condutores de visitantes e ex-garimpeiros), estes afirmaram a sequência de cursos realizados nos anos de 1991, 1992, 1993, 1994 e 1998. No conjunto de condutores entrevistados na presente pesquisa, foram registrados cinco condutores que realizaram o curso na década de 90, nos anos de 1991, 1992, 1994 e 1998, respectivamente.

A entrada dos anos 2000 demarcou uma nova estrutura, em que os cursos de formação passaram a ser pagos, sendo afirmado por um dos interlocutores que 2001 foi o ano exato em que houve essa mudança. Os condutores afirmam que o valor do curso se refere aos gastos para sua concretização e ao pagamento dos profissionais contratados para sua realização. Contudo, foram registrados nas entrevistas, a partir de 2016, os conflitos e desentendimentos sobre a estrutura, o valor dos cursos e os critérios para inscrição para inscrição:

Olha teve alguns cursos, primeiros cursos de guias, em 91, 93 acredito. Eu não tenho certeza, acho que até 98. Eles eram cursos gratuitos, muitas vezes dados pelo Ibama na época, por algumas pessoas que faziam o curso poucos dias aqui e já estavam ativos para guiar. No meu período, a gente pagou essa taxa, que incluía alimentação, só não tinha hospedagem. Mas que esse valor pago, era para guias que davam aula de observação de pássaros, tinha guias que davam cursos de fauna, flora e, também, a parte boa, porque você pagava e você tinha um conhecimento bem legal. O pessoal levava a gente para o rio, tinha treinamento de primeiros socorros, tinham várias partes. Mas eu não sei te dizer, exatamente, qual foi o período que começou a ser cobrado. Mas eu lembro que a partir de 2002 teve esse valor (R\$180,00). (Condutor 4).

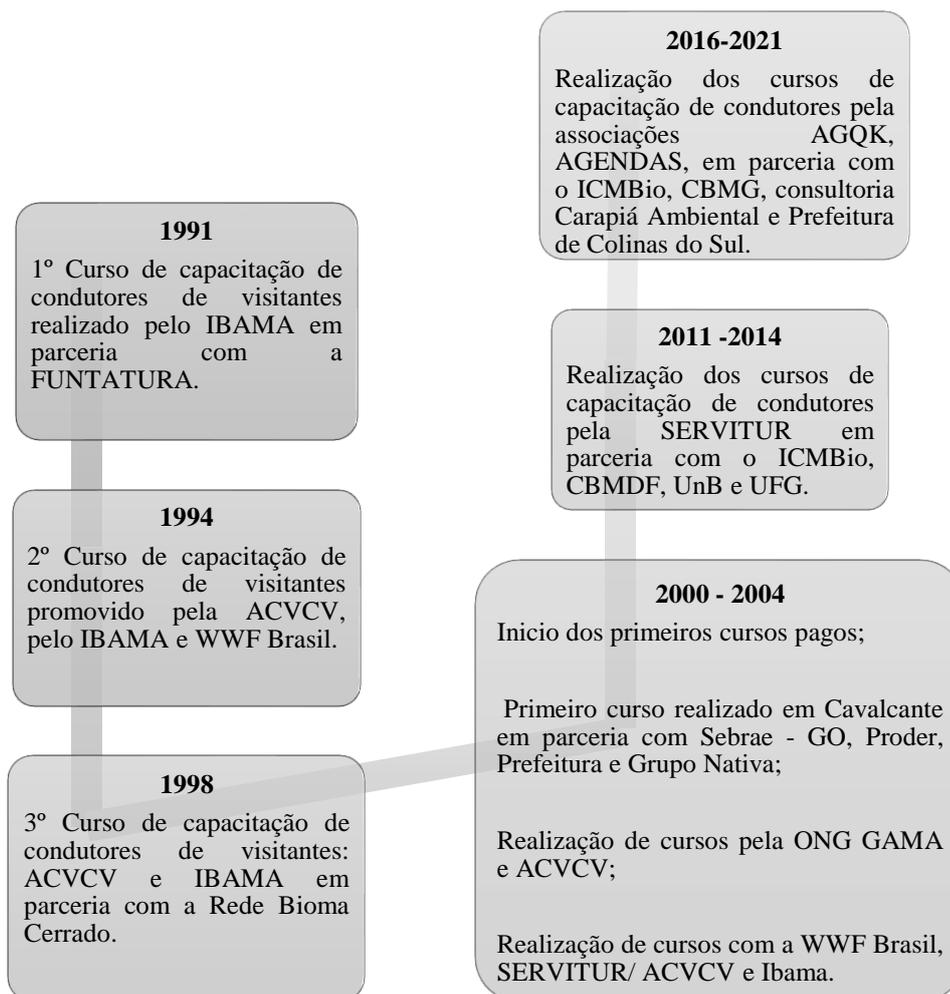
Os profissionais são contratados com o propósito de compartilhar seus conhecimentos acerca das suas áreas específicas, ligadas às temáticas ambientais e da região. Sendo que muitos instrutores são condutores antigos e/ou que, além da profissão, possuem formação acadêmica, a exemplo das matérias de geologia, fauna e flora local, além da parceria com o corpo de bombeiros para as aulas de busca, resgate e salvamento e combate ao incêndio.

A promoção dos cursos ofertados por meio de associações de condutores de visitantes é o ponto principal que interliga a estrutura de todas as capacitações. Da década de 1990 até 2003, os cursos tinham como base principal a parceria do Ibama com a ACVVCV e com a SERVITUR, na virada para os anos 2000.

Em 2001, Marques (2018) registra, ainda, o fornecimento do curso de condutores em parceria com a Prefeitura de Cavalcante, Grupo Nativa, Sebrae-GO e o Programa de Emprego e Renda de Goiás (Proder) e, em 2004, a realização do curso pela ONG GAMA em parceria com a ACVVCV.

Com base nos registros das entrevistas, no ano de 2011 a estrutura do curso passou a ser composta pela parceria entre o ICMBio e a SERVITUR. Ainda, segundo canal de notícias do site oficial do ICMBio, no ano de 2014, o curso contava com o apoio do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e professores da Universidade Federal de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Goiás (UFG):

Figura 24 - Linha do tempo dos cursos em capacitação de condutores de visitantes



Fonte: A autora (2021).

(*) Elaboração com base nos dados fornecidos pelos entrevistados, informações em canais de notícias do site oficial do ICMBio, no site oficial da AGQK e nas autoras Andrade (2014) e Marques (2018).

Destaca-se que os condutores que realizaram o curso a partir de 2016 afirmaram que este foi oferecido pela Associação de Guias Quilombo Kalunga (AGQK), em conjunto ao ICMBio e o Corpo de Bombeiros de Goiás (CBMG), além de alguns cursos realizados com a associação AGENDAS e a Consultoria Carapiá Ambiental. Conforme destacado por um dos interlocutores, o ICMBio cumpre a função de analisar o conteúdo do curso e aprovar, além de participar dando aulas relacionadas ao SNUC e o Parque.

Em síntese, no que diz respeito ao conteúdo e à formatação dos cursos, estes permaneceram com a base inicial dos primeiros, adicionando novos conhecimentos, conforme a demanda e propostas de visitação que vão sendo promovidas na região. Contudo, em conformidade com os autores Ferreira e Coutinho (2010), foram registradas diferentes cargas

horárias nos cursos de capacitação fornecidos ao longo dos anos, sendo a média de 120 a 150 horas (1991-2021).

A Portaria do ICMBio n° 769, de 2019, aborda que a carga horária mínima dos cursos de capacitação de condutores deve ser de 12h, além de definir o conteúdo mínimo que o curso de capacitação de condutores deve apresentar para formar os profissionais, de acordo com o conhecimento específico da unidade de conservação em seus aspectos legislativos, ecossistêmicos e sociais.

Nesse sentido, quando comparado ao curso de formação realizado pelos condutores de visitantes da Chapada dos Veadeiros com o conteúdo mínimo disponibilizado na Portaria n° 769, de 2019, apresentado no Quadro 21 abaixo, percebe-se que os seus componentes curriculares são mais amplos:

Quadro 21 - Relação dos conteúdos obrigatórios pela Portaria ICMBio n° 769 de 2019 e os cursos de capacitação de condutores de visitantes da chapada dos veadeiros.

Conteúdo dos Cursos de Capacitação realizados na Chapada dos Veadeiros	Portaria ICMBio 769/2019
ICMBio: PNCV e demais UC regionais, SNUC, objetivos, instituição e missão, caracterização geral, normas e atrativos	ICMBio - instituição, objetivos e missão
	Caracterização geral, normas e demais regras dos atrativos do nome da unidade de conservação
Ética, apresentação pessoal e relações interpessoais	Ética, apresentação pessoal e relações interpessoais
Técnicas de condução de visitante	Técnicas de condução de visitantes
Excursionismo de mínimo impacto; Turismo sustentável;	Princípios de conduta consciente e minimização de impactos em ambientes naturais
Combate a incêndios; Monitoramento de impactos;	Gestão de segurança da unidade de conservação
Primeiros socorros; Busca, resgate e salvamento; Resgate aquático; Prevenção de acidentes.	Primeiros socorros
Conteúdo adicionais dos cursos de condução realizados na Chapada dos Veadeiros	
Sexualidade/ DST/ Drogas	
Qualificação específica ABNT NBR ISO 21101	
Turismo Místico	
Orientação Cartográfica (mapas e GPS) Geografia e geologia	
Atrativos	
Técnicas, Práticas e Equipamentos para Guiagem	
Educação e interpretação ambiental	

Fonte: A autora (2021).

Destaca-se que o próprio conteúdo do curso, disposto na Portaria, tem como sua referência a primeira instrução normativa que autorizava a atividade, a IN do ICMBio n° 08, de

2008, e que, ao ser revogada pela Instrução Normativa nº 02, de 2016, não dispôs em sua normativa nada relacionado ao conteúdo do curso. Neste sentido, a Portaria 769, de 2019, traz em seu art. 10, §2º, os conteúdos desejáveis, por parte do ICMBio, conforme apresentado no Quadro 22, abaixo:

Quadro 22 - Conteúdos desejáveis nos cursos de condutores de visitantes segundo a Portaria do ICMBio nº 769 de 2019

Conteúdos desejáveis pela Portaria ICMBio nº 769 de 2019	
Tema	Conhecimentos específicos ao tema
Meio Ambiente e Cultura	Informações sobre legislações pertinentes ao ICMBio; Informações sobre a história e geografia regional; e Informações sobre turismo e sustentabilidade.
Trabalho do Conductor	Informações sobre os princípios de interpretação ambiental; Informações sobre monitoramento de impactos ambientais; e Informações sobre normas da ABNT, especialmente para atividades que exijam habilidades e conhecimentos técnicos específicos.
Segurança e Equipamentos	Informações sobre prevenção e combate a incêndios florestais; e Informações sobre busca e salvamento.

Fonte: A autora (2021) com base na legislação (ICMBio, 2019a).

Partindo das análises referentes aos Quadros 21 e 22, foi possível constatar que os cursos de capacitação dos condutores de visitantes da Chapada dos Veadeiros estão alinhados com os conteúdos desejáveis da Portaria, desde o primeiro curso de capacitação em 1991. A Portaria, em seu art. 10, dispõe, ainda, em seus § 3º e 4º, sobre a permissão da organização de cursos de capacitação por pessoas e instituições, a exemplo de ONGs, universidades, empresas de consultoria e escolas técnicas. Estes devem respeitar os critérios estabelecidos no artigo, bem como devem passar pela avaliação do órgão gestor do Parque para a validação dos certificados.

Nesse sentido, o condutor 01 afirma que, após o curso que realizou, as capacitações ampliaram seus conteúdos trazendo elementos como o *trekking*, montanhismo e o turismo de experiência. O interlocutor constata a importância de os condutores de visitantes buscarem formações, para além do curso inicial, e explorar diferentes tipos de turismo como forma de garantia de inserção no mercado de trabalho.

Ao serem indagados sobre o funcionamento do curso, 15 entrevistados, abordaram o assunto trazendo suas percepções pessoais, atribuindo opiniões positivas e críticas quanto aos cursos de capacitação de condutores.

De acordo com o Quadro 23 dos interlocutores que manifestaram uma percepção negativa em relação aos cursos de capacitação de condutores (10 entrevistados), as principais questões levantadas (18 narrativas), referem-se a estrutura do curso (39%); o valor cobrado nos últimos anos e os objetivos éticos da formação de novos profissionais (33%); e a demanda ofertada dos cursos *versus* a necessidade real do mercado de trabalho (28%), bem como a importância do estabelecimento de critérios do público-alvo.

Quadro 23 - Cursos de capacitação de condutores (percepções negativas)

Categoria Interpretação Ambiental			
Subcategoria: Cursos de capacitação de condutores (percepções negativas) (Entrevistados n = 10; Narrativas n = 18)			
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados (%)	Frequência de respostas (%)	Exemplo de resposta
Estrutura do curso	70	39	E eu tive notícias, inclusive, que o último curso que teve, e estava agendado para eu dar aula, não deu certo, desmarcaram. Muitos alunos, que são hoje amigos meus, que estão na cidade e me conhecem por conta da atividade, me relataram que algumas matérias que estavam previstas não aconteceram (Condutor 2).
Acessibilidade/critério ético	60	33	[...] e a pessoa local que devia fazer para fortalecer a base aqui dos jovens, adolescentes. Um curso de R\$ 1.000,00, que as pessoas locais deviam ser fortalecidas aqui, que nasceram e vivem aqui para se tornarem guias, não tem condições de pagar (Condutora 11).
Demanda de mercado de trabalho	50	28	Só que virou na verdade um produto, por ser um curso. Os últimos cursos que tiveram agora no ano passado, fim do ano passado, R\$ 1.000,00 o curso, eles formaram turma de até 70 pessoas (Condutor 1).

Fonte: A autora (2021).

As questões que envolvem as críticas ilustradas no Quadro 23, como valores dos cursos, a demanda do mercado de trabalho e os critérios para inscrição e realização da capacitação, são indagações feitas por entrevistados que realizaram cursos nos anos anteriores, principalmente referente aos novos cursos que passaram a ser fornecidos nos anos seguintes à capacitação de 2016.

Entretanto, no contexto do início da atividade existem posicionamentos divergentes que compreendem o processo de capacitação de forma evolutiva, atribuindo novos conteúdos conforme a expansão e abertura de atrativos na região.

A percepção positiva dos condutores sobre a capacitação conecta-se à questão do curso enquanto forma de adquirir conhecimento sobre a região, troca de aprendizado e promoção da educação ambiental através das informações compartilhadas para os visitantes.

De acordo com o Quadro 24, dos 9 condutores que trouxeram perspectivas positivas, apresentadas em 12 narrativas, em 42% estes abordam o processo de aprendizagem do curso de capacitação no sentido qualitativo em que atribuem aos conhecimentos compartilhados. Por sua vez, 25% das narrativas mencionam a mobilização das associações para a organização quanto a sua estrutura (conteúdo), bem como a referência de instrutores do curso serem, também, condutores de visitantes, fatores importantes para sua formação.

Quadro 24 - Cursos de capacitação de condutores (percepções positivas)

Categoria Interpretação Ambiental			
Subcategoria: cursos de capacitação de condutores (percepções positivas) (Entrevistados n = 9; Narrativas n = 12)			
Unidade de codificação temática:	Frequência de entrevistados (%)	Frequência de respostas (%)	Exemplo de resposta
Aprendizado	56	42	Mas é um curso bem interessante, tem pessoas que fazem o curso pelo aprendizado. Não muitas vezes para estar atuando como guia. Mesmo só para ter o aprendizado de um pouco da região, de algumas coisas, a parte que é um conhecimento, um pouco de conhecimento que eles pegam para o futuro, também, coisas interessantes que tem no curso: convívio. É muito bom, foi uma oportunidade que eu tive de conhecimento da minha região, através dos cursos que foram dados pelas associações, juntamente com o ICMBio, e o Ibama anteriormente. Foi esse conhecimento muito bom que agregou muito ao meu estudo aqui dentro (Condutor 4).
Matéria/ estrutura do curso	33	25	Então, as aulas mais com os guias mais antigos, com os nomes mais antigos aqui da Chapada para mim, no quesito atrativos e condução de visitantes para essas duas aulas, foram as mais importantes: a aula de atrativos e a aula da história da Chapada dos Veadeiros. E como foi em Cavalcante, a gente teve uma aula com um Kalunga que passou por todos os processos até a gente chegar hoje. [...] Então, para mim, foram as aulas que mais chamaram a atenção (Condutor 2).

Fonte: A autora (2021).

Em sua pesquisa sobre a atividade de condução de visitantes na Chapada dos Veadeiros, Gentile, Souza e Cunha (2016) registram que os cursos organizados por iniciativa da comunidade local tiveram mais êxito, tendo mais participação e retorno. Salienta-se que, até o ano da referente pesquisa, os resultados obtidos pela autora demonstravam uma percepção positiva dos cursos, onde aqueles que tinham uma estrutura com carga horária maior, estágio e avaliação final foram considerados com maior qualidade pelos interlocutores. Considerando, ainda, que até o ano de 2016, a avaliação referente aos valores dos cursos pagos era de preços

populares, e que, este valor era revertido para a execução dos cursos e pagamentos dos professores.

Assim como os cursos, os estágios também passaram por alguns processos de mudança no decorrer dos anos. Segundo os entrevistados, os primeiros cursos de capacitação tinham um total de 12 estágios que deveriam ser realizados dentro do PNCV, em razão de o foco do curso ser voltado totalmente ao Parque Nacional.

Atualmente, a nova composição requer um total de oito estágios, divididos em quatro estágios obrigatórios dentro do Parque e quatro nos demais atrativos da região. O critério para a escolha do condutor, que vai realizar o acompanhamento e avaliação, é relativo ao tempo em que ele atua como profissional, sendo requisito mínimo cinco anos de atuação.

A realização dos estágios com condutores mais experientes ocorre desde o segundo curso de capacitação. A Portaria do ICMBio nº 205, de 2013, em seu art. 12, estabelece a exigência da realização de oito estágios dentro do PNCV em pelo menos duas trilhas diferentes, sendo necessário que o estágio seja realizado com diferentes condutores devidamente cadastrados no ICMBio. A instituição reconhece os estágios com novos condutores uma ferramenta que contribui para a democratização do conhecimento e experiência profissional para que este compreenda como realizar a atividade de forma segura e ética (ICMBio, 2013).

Destaca-se a importância dos estágios como parte do processo educativo dos condutores. Estes têm como objetivo iniciar o condutor formado na atividade prática, guiando visitantes junto a mais de um condutor experiente em diferentes trilhas. Dos entrevistados que trouxeram questões positivas acerca do curso, embora não mencionado no Quadro 24, 44% abordam os estágios como elemento da estrutura do curso, atribuindo a sua importância para a troca de conhecimento com condutores mais antigos, para a vivência prática e o estabelecimento de vínculo entre colegas de profissão, de acordo com o Quadro 25¹⁶:

¹⁶ Embora os estágios estejam inseridos como uma unidade de codificação da subcategoria ‘Cursos de capacitação de condutores (percepções positivas)’, o Quadro 25 foi elaborado com o objetivo de apresentar os estágios como prática de ensino, troca de saberes e estabelecimento de vínculos entre os três perfis de condutores delimitados na presente pesquisa.

Quadro 25 - Estágios obrigatórios como prática de ensino

Categoria Interpretação Ambiental
Subcategoria: cursos de capacitação de condutores (percepções positivas)
Unidade de codificação temática: estágios obrigatórios (Frequência de entrevistados = 44%; Frequência de respostas = 33%)
E aí, esse estágio funciona assim: se a pessoa fez tudo que a gente viu, que na entrada ele já avisa, eu, pelo menos eu gosto de avisar e dizer: Olha, você tem que fazer assim. Aí põem ele no princípio eu vou na frente, na ida eu vou na frente. Vou na frente falando das pedras, falando das coisas, mostrando as coisas. Eu vou ver, vou dando palestra, para ele ver como dou informação do Parque, informação das trilhas, informação das plantas. Aí, quando eu vou de volta, aí já boto ele na frente e ele vai na frente para eu ver o que ele vai falando para o turista, se ele vai explicando alguma informação, alguma coisa que eu falei na ida. Aí, se eu ver que ele falou duas ou três plantas na ida para o turista, falou do Parque Nacional como é que foi formado o princípio do Parque (Condutor 3).
Então, isso é muito bom, porque você consegue agregar bastante experiência, eu tive bons guias como eu comentei, guias antigos, que hoje em dia nem estão mais com a gente. Que para mim foi uma honra até. [...] Eu tive vários guias que me deram esses estágios, que lá no decorrer eles me ensinaram, por exemplo, as plantas. Às vezes eu me esquecia do curso, aí eles me lembravam, porque quando você está na prática você consegue memorizar com mais facilidade sobre a plantinha, sobre história, sobre aquela plantinha e a medicina dela, sobre qual é o nutriente que ela tem que vai fazer bem para o organismo. A composição do cristal, um pouquinho daquela história. Porque às vezes o guia, ele já é guia e foi garimpeiro, então ele já tem, sabe, um ganchinho na história que você não pegou no curso (Condutor 10).
Aí eles fazem estágios com os guias, com os guias mais antigos. Aí eles saem atrás de quem eles querem ... Então tem assim, uma coisa de eles quererem fazer com os guias, precisa fazer com os guias mais antigos, mas aí eles ficam “ah eu quero fazer com não sei quem,” que é um dos melhores guias, fulano é muito bom e não sei mais quem sabe? Então é essa coisa, também, bem interessante que já aproxima mais (Condutora 17).

Fonte: A autora (2021).

Na grade curricular do curso, que compreende os conteúdos sobre interpretação ambiental, o estágio representa concomitante às condutas profissionais, a possibilidade prática de como interpretar e interagir com o visitante. Entende-se, assim, que a parte do curso que aborda a interpretação ambiental de forma direta compreende as matérias de educação e interpretação ambiental, técnicas de condução, saídas de campo e os estágios.

As demais matérias, que se relacionam à história da unidade de conservação e às características da região da Chapada dos Veadeiros em seus aspectos culturais, biológicos, geográficos e geológicos, enquadram-se como conhecimentos que podem e devem ser abordados nas trilhas. Apesar de a interpretação ambiental se inserir de forma indireta dentro desta parte temática dos cursos, são essas matérias que compõe elementos para o condutor não só adquirir o conhecimento, mas, também, saber transmitir e interpretar para o visitante.

Neste contexto, as associações contemplam um importante papel na profissionalização dos condutores, mobilizando não só os cursos de capacitação, mas, também, promovendo cursos e oficinas que visam complementar a formação. Os cursos de curta duração promovidos pelas associações (Quadro 26) custam, em média, de R\$ 20,00 a R\$ 50,00, quando não ocorrem de forma gratuita.

Entre os 60 cursos de curta duração cursos mencionados pelos 21 entrevistados, os condutores ressaltaram aqueles que compõem a reciclagem obrigatória de seis em seis meses, equivalentes à atualização para época da seca e da chuva de primeiros socorros, busca, resgate e salvamento, representando 79% dos entrevistados e 25% da frequência de respostas:

Quadro 26 - Cursos de curta duração realizados pelos entrevistados

Cursos de curta duração realizados pelos condutores entrevistados (Entrevistados n = 21; Narrativas n = 60)		
Curso	Frequência de entrevistados (%)	Frequência respostas (%)
Reciclagem	79	25
Geologia	53	17
Garimpo histórico	42	13
Plantas medicinais	32	10
Observação de aves	26	8
Manutenção de trilhas; Animais peçonhentos; Fauna e flora.	16	5
Florais; Gestão ambiental; Canionismo; Interpretação ambiental; Educação ambiental; <i>Mountain bike</i> ; Fotografia.	5	2

Fonte: A autora (2021).

Destaca-se que os cursos sobre plantas medicinais e garimpo histórico são fornecidos por raizeiros e ex-garimpeiros da região, que também são condutores de visitantes, sendo que os condutores 18 e 14 ressaltam a importância destes cursos no sentido de resgatar os saberes e a história local:

[...] Então existem cursos e oficinas. Tem um pessoal preocupado com a questão dos raizeiros e pajés, saberes tradicionais. Acontecem oficinas constantes, por exemplo, de conhecimento de flora, de plantas medicinais. Outras atividades que tem nos cursos são geologia, agora mesmo a gente tá tendo uma sobre biomas. Existem cursos que são promovidos por outras instituições, mas que são abraçados pelas associações, até mesmo usando elas como critério, por exemplo: “Ah, o curso tem 100 vagas, tantas são para as associações”. Então a gente consegue, através da representação nos conselhos, nos fóruns de discussões, a gente consegue garantir que as vagas sejam para os associados. Então a gente tem cursos de guia regional, guia nacional, curso de idiomas, que são ministrados pelo SENAC, SEBRAE... (Condutor 14).

Além das parcerias com universidades para a realização de cursos voltados para o conhecimento de caráter acadêmico, os condutores participam ministrando cursos relacionados ao conhecimento em campo, à história local, plantas medicinais, observação de aves e manutenção de trilhas. Em meio à pandemia, estes participaram de *lives* sobre os temas: mulheres no desenvolvimento do ecoturismo, observação de fauna e trilhas de longo percurso, planejamento de destinos turísticos e o trade turístico e o desenvolvimento local.

Os cursos de capacitação de condutores de visitantes representam um importante aspecto para compreender a origem da atividade de condução no local, o perfil e a geração de condutores. Enquanto o primeiro curso representa um marco do acordo com o Parque e a comunidade local, bem como o início da primeira associação de condutores, a partir do segundo curso novas estruturas e mudanças aconteceram, tanto na capacitação como no perfil.

Neste sentido, o ICMBio compreende que as primeiras capacitações de condutores da Chapada dos Veadeiros serviram como modelo para outros Parques Nacionais, a exemplo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Isto se deve à inexistência, na época, de uma normativa que apontasse o conteúdo mínimo a ser utilizado como referência:

Então a gente montou uma grade, não tinha nenhuma referência. Então, hoje tu vais fazer um curso, tu tens a referência da IN, antes você não tinha. Num vazio, a gente foi buscar outras experiências, na época buscou as da Chapada. Então a gente adaptou para a realidade do nordeste. Então eu acho que ter uma normativa, com uma grade mínima, foi um marco. Porque você define, porque se não tivesse uma normativa, cada unidade ia fazer uma coisa, poderia fazer uma coisa. Então, quando você tem uma grade mínima, aquele mínimo ele vai ser igual, a unidade pode complementar, num Parque que tem patrimônio arqueológico, vai ter que incluir um componente disso. Num parque que tem espeleológico vai ter que ter um componente disso. É marinho com recife, vai ter que ter um componente disso. Mas o mínimo todas têm, e isso para o sistema é importante. Eu acho que, para mim, ter uma capacitação mínima é um marco (Analista Ambiental 1).

Os analistas abordam a importância da capacitação e sua inclusão na normativa, para que se implemente e componha um padrão mínimo de qualidade, não restringindo a guagem apenas ao ato literal de conduzir os visitantes nos atrativos do Parque, mas, também, de realizar a interpretação e contextualizar diferentes aspectos que envolvem a história e relevância ecológica do PNCV:

Então, quando você põe um mínimo de capacitação, de conhecimento, porque tem condutor que, às vezes, ele é de notório em saber e boa parte do que está ali, ele não tem a capacitação formal, ainda. Pode vir a fazer a capacitação. Mas está ali o conteúdo, o conhecimento mínimo que o condutor tem que ter para um certo nível de qualidade, de mínimo de conhecimento, que o condutor pode passar para o visitante. Agregar na experiência dele (Analista Ambiental 1).

Os interlocutores referem que os condutores buscam, por meio das associações, articular as atualizações necessárias como os cursos de primeiros socorros, busca, resgate e salvamento, onde o Parque contribuiu como ponte, oferecendo o transporte para os instrutores do corpo de bombeiros. Os analistas salientaram que o ICMBio já disponibilizou cursos de manejo de trilha, onde recentemente os condutores formados foram contratados pela concessionária para atuarem dentro do PNCV.

A mediação e oferta de cursos, na percepção dos analistas, contribuiu para que a relação com os condutores, estremecida pela não obrigatoriedade, fosse recuperada: “Hoje tem o curso de geologia que é feito pela iniciativa da UFG, em que o foco principal são os condutores, no primeiro momento e, então, isso foi melhorando, foi recuperando essa relação assim” (Analista Ambiental 1).

Quanto ao curso de Geologia, foram relatados pelos entrevistados a capacitação organizada com o foco para implementação do Geoparque, representando uma especialização que englobou o projeto de pesquisa e extensão da UFG, o PNCV e os condutores de visitantes, contribuindo para interpretação ambiental sob a perspectiva desta temática.

Segundo a matéria publicada no Jornal digital da UFG, a execução do projeto teve início no ano de 2016, onde foram observados os patrimônios geológicos da região e propostas de rotas geológicas dentro dos limites do PNCV e em sua área de abrangência.

O projeto de Geoparque foi apresentado para as Associações de Condutores, registrando, segundo a professora responsável, 90 condutores que participaram das capacitações fornecidas, sendo estes: cursos de Educação em Geociências e Geologia Regional; e a capacitação dos condutores em geologia e em normas técnicas de condutores de turismo, seguindo o modelo da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Para os analistas ambientais, os cursos de condutores e a busca por atualizações contribuem no apoio à visitação e interpretação ambiental, assim como ajudam a compreender e atingir o visitante a partir da vivência com o condutor, os conhecimentos transmitidos e interatividade com o PNCV.

No que diz respeito à organização dos cursos de capacitação, o ICMBio enfatiza que a oferta destes não é uma competência exclusiva e obrigatória do órgão gestor. Os analistas ambientais e condutores entrevistados relatam que a tendência na Chapada dos Veadeiros, atualmente, é a organização dos cursos pelas associações e demais parcerias identificadas na presente pesquisa.

A gestão do PNCV, nesse sentido, presentemente limita a sua atuação nas aulas sobre o conteúdo que cabe ao uso público e objetivos de um Parque Nacional, enquanto categoria de proteção integral, missão institucional, além da aprovação da grade curricular do curso a ser ofertado. Disponibilizando, também, transporte para o corpo de bombeiros quando necessário.

Embora estes reconheçam que a estruturação de um curso de capacitação seja complexo e abrange diversos profissionais de diferentes áreas, não competindo totalmente à Instituição o dever de execução, os analistas adotam a importância de o ICMBio tomar a frente para que seja

ofertado e realizado o primeiro curso de capacitação por meio da Instituição e diferentes parceiros, a exemplo do terceiro setor e o sistema “S”.

Isso deveria ocorrer, principalmente, em unidades de conservação que estão começando a estabelecer o ordenamento do uso público, com o objetivo de iniciar a implementação da área protegida em conjunto à qualificação da população local, para que estes também possam contribuir e apoiar nos serviços de visitação a serem propostos na UC, reconhecendo a importância da capacitação e do condutor no fortalecimento da gestão do uso público:

Se existir uma situação de qualquer unidade, seja parque ou de qualquer outra categoria, que tenha turismo na natureza e não tenha ninguém capacitado para ser condutor de visitantes na região, eu acho que cabe ao Instituto fomentar isso também, incentivar e capacitar pessoas. A figura do condutor de visitante é importante (Analista Ambiental 2).

Neste sentido, estes reforçam a importância do estabelecimento do conteúdo mínimo na Portaria nº 769, de 2019, para que os cursos componham assuntos que vão ao encontro da agenda pública e propósito do órgão gestor, junto às particularidades de cada UC. Esse é o primeiro passo para formalizar a parceria entre o órgão gestor e o condutor local:

Além disso, é a questão de formalizar a relação, porque o ICMBio trabalha com instrumentos de relação com outros entes, para serviços em unidades de conservação, então, pode ser autorização, permissão ou concessão. No caso dos condutores de visitantes, o instrumento é autorização. Então, quando uma pessoa chega aqui em Veadeiros para se cadastrar como condutor de visitantes no PNCV, ele tem que apresentar uma série de documentos. Ele apresentando aquilo, a gente vai assinar, as duas partes vão assinar um termo onde nós, do ICMBio, estamos autorizando aquela pessoa a prestar o serviço na unidade. Então ali você cria uma relação formal, ali no termo está colocado, explicitamente, o que ele pode fazer, o que ele não deve fazer e ele ganha um crachá para se identificar, uma numeração. Então, tem esse ponto importante, também, de formalizar a relação. Porque, senão, em qualquer situação que a gente precise resolver a gente está descoberto como serviço público, e é um instrumento importante (Analista Ambiental 2).

Referente aos instrumentos que formalizam e autorizam a atividade de condução de visitantes no PNCV, a Portaria do ICMBio nº 205, de 2013, em seu art. 3º determina, entre os requisitos necessários para o credenciamento do condutor no Parque Nacional, a comprovação do curso de capacitação de condutor de visitantes, do curso de primeiros socorros e a ficha da realização dos oito estágios devidamente preenchida.

Além destes requisitos, o condutor deve participar de uma ação voluntária no PNCV dentre elas, mutirões e manutenção de trilhas e condução de pesquisadores e grupo em atividades promovidas pelo Parque.

A Portaria prevê, inclusive, a renovação da autorização a cada dois anos, devendo o condutor apresentar, neste processo, o certificado de reciclagem do curso de primeiros socorros

e, no mínimo, um curso de reciclagem/aperfeiçoamento nos seguintes temas: meio ambiente e cultura, observação de fauna, interpretação ambiental e outros cursos julgados relevantes pela gestão.

O modelo de termo de autorização da atividade no Parque, previsto no anexo da Portaria supracitada, aponta, também, como uma das obrigações do condutor, a busca de cursos para o seu aprimoramento como meio de garantir a melhoria contínua profissional. Entretanto, o último edital lançado pelo Parque Nacional para o credenciamento de novos condutores e renovação de condutores já cadastrados, ocorreu no ano de 2020, com as condições para o credenciamento atualizado com algumas mudanças.

São exemplos, a divisão dos estágios, onde quatro destes devem ser realizados no PNCV e o restante em demais atrativos da região, e a obrigatoriedade de apresentar a atualização do curso de primeiros socorros, deixando os demais cursos de curta duração como optativos. O edital para credenciamento nº 01, de 2020, também estabeleceu, como condicionante para a renovação da autorização, um dia de trabalho voluntário, podendo o condutor escolher entre as seguintes prestações de serviços:

- atividades de limpeza e manutenção de trilhas;
- condução de pesquisadores solicitado pela gestão;
- monitoramento da visitação;
- apoio a atividades de busca e salvamento;
- apoio ao manejo integrado do fogo;
- atividades exploratórias para o reconhecimento do potencial de uso público, como abertura de trilhas e novos atrativos;
- mutirões de restauração do cerrado; e
- participação de reuniões e/ou eventos a convite do Parque.

Destaca-se que as mobilizações das associações de condutores que participaram desta pesquisa, realizam um importante papel para o fortalecimento da atividade na região, referente:

- às medidas protetivas para caso de acidentes;
- ao monitoramento e avaliação da ética profissional;
- a atualização dos cursos de primeiros socorros e demais cursos de curta duração e cursos de capacitação;
- a participação das associações no conselho gestor, no fornecimento de materiais para trabalho como calçados e mochilas; e

- na promoção de ações em parcerias com o Parque Nacional e universidades federais para formação do condutor.

Resultados quanto à importância das associações para a articulação do diálogo entre os condutores de visitantes e o poder público, na consolidação da atividade no sentido, inclusive, de servir como ponte entre a comunidade local, foram encontrados por Silva e Pires (2016) no Parque Nacional do Catimbau (PE), onde estes apontam os desafios percorridos pela associação de condutores.

Os autores Torres e Ramos (2015) e Silva e Pires (2016), ao estudarem as atividades nas áreas protegidas da APA Federal de Piaçabuçu, no Alagoas, e no Parque Nacional do Catimbau (PE), respectivamente, destacam que a ausência da colaboração, a partir de arranjos institucionais fortalecidos, pode vir a contribuir para o turismo desordenado, deixando os condutores sem uma rede de apoio, resultando em participações induzidas e/ou falsas.

Entretanto, apesar dos percalços da implementação da atividade no Parque Nacional do Catimbau, a associação de condutores de visitantes local não se limitava somente à guiagem, participando e mobilizando ações de mutirões de limpeza e sensibilização em escolas municipais.

Em seus estudos sobre a atividade no Parque Nacional do Pau Brasil (BA), Oliveira (2010) destaca que a organização da condução de visitantes, por meio de associações e cooperativas, colabora para a representatividade do setor turístico local e incentiva os sujeitos a participarem das tomadas de decisões junto aos gestores das UC quanto à visitação e desenvolvimento do turismo local.

Neste contexto, infere-se que as associações de condutores de visitantes, representadas na presente pesquisa, colaboram para o crescimento e fortalecimento da atividade turística na região. O estabelecimento, por meio das associações, de cursos focados em temas específicos e de curta duração, quando comparados à capacitação do condutor, assumem um papel importante para a qualidade do profissional, para a constituição de diferentes propostas de interpretação e educação ambiental, além da construção de novos roteiros, a exemplo do projeto de implantação do Geoparque na Chapada dos Veadeiros.

Partindo desta perspectiva, a composição de uma diversidade de atores, para o apoio e fornecimento dos cursos de capacitação de condutores de visitantes, pode vir a contribuir no (a):

- proposta alinhada aos objetivos da área protegida;
- estabelecimento de um espaço democrático;

- sensibilização ambiental do condutor enquanto sujeito pertencente à população local;
- e
- para assegurar que os cursos não se pautem somente em uma lógica de demanda do mercado de trabalho.

Embora não seja competência exclusiva do ICMBio fornecer a capacitação, cabe ao órgão gestor avaliar e aprovar, ou não, a grade curricular conforme estabelecido na Portaria nº 205, de 2013. Neste sentido, a realização de uma avaliação qualitativa quanto às opiniões dos recém-formados sobre os cursos oferecidos, em parceria com as associações de condutores de visitantes, tem o potencial para a colaboração da melhoria contínua dos cursos e profissionais capacitados.

Para os autores Ferreira e Coutinho (2010), as metodologias pedagógicas dos programas de capacitação de condutores de visitantes devem buscar reelaborar novos conceitos, por meio dos conhecimentos já existentes dos saberes tradicionais, históricos, culturais em conjunto com os patrimônios ambientais. A construção dos cursos, neste sentido, deve fomentar a aprendizagem crítica e autônoma dentro dos seus objetivos, inserindo as questões socioambientais do meio.

Referente aos conflitos atribuídos à demanda e reserva de mercado, Ferreira e Coutinho (2010) apontam que cabe às instituições que realizam o curso de capacitação avaliar as reais possibilidades de mercado de trabalho para inserção destes profissionais. Esta medida tem como foco abordar a questão nas capacitações, no intuito de não gerar falsas expectativas, evitar excedentes de oferta e a geração de conflitos.

A diversidade de conteúdo das disciplinas, abarcando conhecimentos que vão além das matérias acadêmicas, é reconhecida por Cotes et al. (2018), onde os autores consideram que as atividades na natureza requerem por parte dos condutores um conhecimento multidisciplinar. Desta forma, em seus estudos com condutores de visitantes no Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), os autores observam que desenvolvimento e formação de um bom profissional, conectam-se não só à sua formação inicial, mas, também:

- em cursos de curta duração;
- no compartilhamento de conhecimentos entre os condutores;
- na relação estabelecida na guiagem com os visitantes; e
- a partir das experiências de vivências práticas da profissão nas aulas em campo e estágios supervisionados por condutores mais experientes.

Partindo desta perspectiva, a presença de parcerias entre universidades com a gestão do PNCV e associações de condutores, para a realização de cursos de curta duração, podem resultar em projetos que incluem propostas interpretativas temáticas, construindo diferentes roteiros que conectam o Parque aos demais atrativos do seu entorno.

O estabelecimento de Planos de Interpretação Ambiental em áreas protegidas é reconhecido pelo ICMBio como um documento estratégico que visa apoiar o planejamento sobre como e quais são as oportunidades interpretativas, alinhadas aos objetivos da UC e sua missão institucional, considerando diferentes perfis de visitantes e público-alvo.

O plano de interpretação ambiental tem como foco criar projetos específicos, usufruindo de diferentes ferramentas como sinalização das trilhas com placas interpretativas, folders, exposições, entre outros. Dentro das diretrizes para a interpretação ambiental, o ICMBio (2018b) assinala que a construção dos planos, programas e produtos interpretativos devem estar pautados em informações dos conhecimentos técnicos-científicos e socioculturais, ao mesmo tempo que estabeleçam uma experiência particular de cada visitante, provocando emoções e vivências que visam sensibilizar e promover o vínculo de afeto com a UC.

Além disso, os planos de interpretação ambiental devem prever a qualificação e orientação aos prestadores de serviço, reconhecendo os condutores locais como parceiros importantes para a construção de programas interpretativos. Nesse sentido, seria interessante que, para a execução destes produtos interpretativos e capacitações, fosse estabelecida uma parceria conjunta com a concessionária, onde ela contribuiria no oferecimento do suporte necessário para a sua realização e na discussão de propostas com o ICMBio e condutores de visitantes.

O plano poderia prever, ainda, como uma das estratégias, a participação em atividades no Parque, relacionadas à realização de palestras e/ou à condução de alunos das escolas do entorno, nos futuros editais de credenciamento. As trilhas pedagógicas devem buscar, nesse espectro, trabalhar a educação ambiental a partir de conhecimentos culturais, históricos e ambientais, conectando os saberes com as vivências pessoais dos alunos enquanto população local.

Embora os documentos e as normativas do ICMBio, que buscam gerir a visitação em áreas protegidas, demonstrem um avanço nos debates sobre como e o que pode ser oferecido aos visitantes nos parques nacionais, a reflexão deve se ater constantemente a orientar o propósito e os objetivos que se desejam alcançar com estas ferramentas de gestão.

Destarte, os autores Botelho et al. (2015) assinalam que os documentos principais relacionados ao assunto compreendem a interpretação ambiental a partir da distinção entre informação, interpretação e educação. Esta diferenciação eleva a interpretação ambiental ao debate em que esta não deve ser considerada, necessariamente, um trabalho de educação ambiental e nem tratada, apenas, com um teor informativo.

Ao tomar como uma de suas bases, a gestão do uso público pautada nas diferentes propostas de experiências para a visitação das áreas protegidas, o ROVUC e o plano interpretativo situam como uma das suas missões institucionais a sensibilização do visitante, a partir de sua conexão e estabelecimento do sentimento de afeto com a unidade de conservação.

Relativamente ao contato do visitante com o Parque Nacional e com a população local, o pressuposto da diferenciação estabelecida entre a educação e a interpretação ambiental não deve limitar o condutor à temática da proteção dos patrimônios em apenas uma perspectiva superficial da sensibilização que promove o comportamento ecológico, cumprindo somente com o objetivo de evitar impactos locais no ato da visitação.

Promover a sensibilização do visitante a partir da repercussão afetiva, não anula a promoção da reflexão crítica dos temas que envolvem a área protegida e vice-versa. Os autores Botelho et al. (2015) argumentam que a realização de atividades interpretativas em parques nacionais pode ser mediada, nessa interrelação entre os condutores locais e os visitantes, considerados como atores fundamentais.

Consequentemente, deve-se compreender que as percepções destes sujeitos não são ausentes de questionamentos acerca do mundo. Promover o pensamento crítico e instigar inquietações por meio de trilhas interpretativas, portanto, é uma etapa importante para a transformação social e incentivo da cidadania política (BOTELHO et al., 2015).

Em suas reflexões quanto à formação do sujeito ecológico, Carvalho (2012) caracteriza a educação ambiental crítica como aquela que se constitui em um projeto pedagógico que visa a transformação social, através do desenvolvimento da capacidade do sujeito de ler e interpretar as relações e os conflitos que a permeiam.

Neste sentido, a construção da capacitação de condutores, e a realização de cursos de curta duração relacionados à educação e interpretação ambiental, devem ser incentivados a partir da perspectiva de que a educação ocorre nesta interação humana de transformar a natureza em cultura. Para Carvalho (2012), ao se trabalhar os sentidos de pertencimento, de estar presente e mobilizar a participação social através da educação, o condutor em sua posição de educador, torna-se naturalmente um intérprete por mediar e traduzir o mundo, tendo como

propósito instigar a reflexão e leitura de novas concepções de vida e de compreensão das diferentes formas de agir no mundo.

O papel da universidade, no contexto da compreensão sobre a atividade de condução de visitantes no PNCV, vem demonstrando a inclusão dos condutores em pesquisas que contribuíram para a análise da implementação do ROVUC no Parque, conforme o estudo realizado por Andrade, Souza e Cunha (2020), e o reconhecimento do PNCV como patrimônio geológico (Geoparque) pela Universidade Federal de Goiás – UFG.

Assim, Botelho et al. (2015) destacam a importância da universidade em cursos de capacitação, dado ao contexto das possibilidades de ações de ensino, pesquisa e extensão. Cabe destacar que a parceria de cursos realizados em conjunto com universidades, principalmente públicas, pode contribuir para um espaço democrático quanto à acessibilidade financeira dos cursos.

É interessante que os cursos de capacitação busquem trabalhar a educação ambiental crítica, não somente em sua matéria específica, mas abrindo ambientes para diálogos nas aulas, conectando a construção dos diagnósticos de forma crítica quanto às questões ambientais que estão relacionadas ao Parque Nacional e à região da Chapada dos Veadeiros.

Considerando que a base histórica de formação do perfil e desenvolvimento do turismo na região, em especial na Vila São Jorge, no município de Alto Paraíso, se conectam com o primeiro curso de condutores de visitantes, a busca por qualificações é uma construção de aprendizagem, conforme enfatizam Cotes et al. (2018), dinâmica, contínua e representada por diferentes contextos.

Além de ser um interessante indicativo de como a atividade se organiza hoje em dia dentro da qualificação profissional, mercado de trabalho e a sua relação com o PNCV. As questões apresentadas na dinâmica de organização dos cursos de condução de visitantes, representam, também, as seguintes interpretações dos resultados:

- a ampliação da atividade de condução para novos lugares, além do Parque Nacional;
- o desenvolvimento de diferentes propostas de turismo, a exemplo do turismo de experiência, a implementação do Geoparque e análise dos potenciais atrativos no PNCV;
- o crescimento de associações de condutores de visitantes que passaram a atuar em outros municípios da região; e

- um dos caminhos para a mediação e diálogo entre os condutores locais e demais parceiros, na construção de projetos de trilhas interpretativas, bem como na formação de profissionais qualificados em diferentes propostas de interpretação ambiental.

Com base no exposto, seria interessante, inclusive, através de cursos, projetos, pesquisas e programas interpretativos, inserir novas narrativas nas futuras trilhas e atrativos que serão implementadas no PNCV. Embora as histórias acerca do garimpo e plantas medicinais do cerrado sejam uma forma de se preservar as histórias da Vila São Jorge, deve-se pensar em novas narrativas através da construção temática das questões que envolvem os diagnósticos ambientais e sociais atualmente da região, integrado as questões históricas e culturais do local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da atividade de condução de visitantes no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros faz parte do contexto histórico que conecta as iniciativas que incentivaram a formação de guias no final da década de 1980 como um dos caminhos de diálogo entre população local e os órgãos gestores de parques nacionais.

A sincronização dos eventos que conectam os movimentos espirituais, sociais e ambientais, a influência da Rio 92 na promoção do ecoturismo e as ações do terceiro setor com o Estado, influenciaram algumas iniciativas de conservação na região do PNCV.

Por outro lado, o investimento público e privado massivo no desenvolvimento do agronegócio, a constante pressão de exploração dos recursos naturais por parte das indústrias de minério e energia, e os conflitos territoriais com comunidades tradicionais, expressam a composição de diferentes grupos sociais que compõem os municípios que estão na área de abrangência do Parque Nacional.

O aumento da demanda turística na região, ao longo dos anos, contribuiu para a apropriação do espaço na tomada de decisão quanto ao planejamento e desenvolvimento turístico da região por parte da população local.

Ainda que a área de São Jorge remeta aos traços do que foi um dia a “Vila Garimpão” em sua estrutura arquitetônica, o investimento em marketing visual voltado para a promoção do turismo esotérico, junto às pousadas com espaços terapêuticos pautados nos ideais da medicina oriental e holística, eco aldeias e lojas de artesanatos com artigos à venda voltados para um público mais alternativo, produzidos por moradores adeptos da cultura hippie, representa essa interação entre a população tradicional e a influência dos movimentos espirituais e ambientais.

Ponderando estes contextos, a atividade de condução de visitantes apresenta mudanças ao longo dos anos. Passados 30 anos desde o primeiro curso, que cumpriu o objetivo de estabelecer um acordo entre garimpeiros e gestão do PNCV, as relações que motivam e mobilizam as demandas dos condutores, embora sejam associadas e construídas com base no histórico e na cultura da primeira geração de condutores, também se constituem das novas concepções e debates que permearam os diferentes processos de gestão do Parque nestes anos todos.

A atividade de condução de visitantes, na perspectiva da prestação de serviços que envolve esta parceria de caráter autorizativo no PNCV, os condutores cumprem diferentes

obrigações indicadas na Portaria do ICMBio nº 769, de 2019, e na Portaria nº 205, de 2013. As falas dos interlocutores de todos os grupos de entrevistados na presente pesquisa e das diferentes pesquisas realizadas no Parque apontam, em distintas conjunturas, a presença do condutor a partir de projetos e parcerias que os envolveram no (a):

- manejo, planejamento e mapeamento de trilhas, roteiros e atrativos;
- combate ao incêndio como brigadistas voluntários;
- participação de pesquisas voltadas ao PNCV;
- orientação e gestão de segurança, busca e salvamento;
- fiscalização de ações e comportamentos indevidos de visitantes; e
- participação ativa na Câmara Técnica de Turismo do Conselho Consultivo.

A recente entrada da concessão no PNCV representa uma nova dinâmica, que pode resultar na implementação de projetos em conjunto com os condutores de visitantes, embora ambos os parceiros tenham responsabilidades específicas com a gestão. Destaca-se, assim, a importância de estudos que estejam conectados aos diferentes atores que têm o potencial de contribuir, de forma compartilhada, na execução de políticas que busquem fortalecer visitação na UC, considerando seus desafios e potenciais.

Referente à percepção dos condutores entrevistados, suas falas compõem uma abertura para possibilidade de projetos e diálogo com a agenda de concessão. Ao mesmo tempo, foram identificadas algumas ressalvas e preocupações relacionadas às questões que envolvem as obras realizadas pela concessionária no PNCV, a proposta de visitação que se almeja dentro da área protegida e a necessidade de fortalecimento do ICMBio.

Nesse sentido, a convivência e aproximação entre as diferentes parcerias em um mesmo parque requer a promoção de espaços de construção compartilhada e apoio à tomada de decisão, como no contexto dos conselhos gestores. A exemplo do plano de interpretação ambiental do PNCV, em processo de elaboração, e iniciativas para apoiar a implementação do futuro plano de uso público da unidade.

De modo geral, a compreensão por parte dos condutores de visitantes e analistas do ICMBio entrevistados, evidencia uma relação positiva em que ambos os parceiros se demonstram abertos ao diálogo. Entretanto, cabe ressaltar que este estudo não contempla a realidade de todas as associações de condutores de visitantes e condutores locais, sendo um fator importante a ser avaliado no que diz respeito à diversidade e representatividade nos projetos em curso e na participação no Conselho Consultivo do PNCV.

Ainda que se tenha passado sete anos da tomada de decisão do ICMBio, quanto a não obrigatoriedade do acompanhamento de condutores de visitantes, este tema representa um assunto delicado, em que os condutores entrevistados assinalaram uma insatisfação com a medida, ressaltando a importância de sua atividade para apoiar a conservação da UC.

Não obstante, pesquisas recentes e os apontamentos do relatório de gestão do PNCV de 2019 associam o aumento do número de visitantes no PNCV à implementação da não obrigatoriedade. Segundos os analistas ambientais entrevistados, as propostas de visitação que a gestão deseja promover alinham-se às políticas institucionais que se interligam ao uso público e às diferentes experiências de visitação que estes desejam promover segundo o ROVUC.

Nesse sentido, sob a ótica das diferentes propostas de visitação, a obrigatoriedade de condutores para o acesso das áreas protegidas, exceto em ambientes naturais frágeis em que ela se faz imprescindível, pode limitar a uma forma de experiência que não coincida, necessariamente, com os objetivos que o visitante busca em seu momento de interação com a área natural.

Os resultados da pesquisa demonstraram que a relação dos condutores entrevistados com a área protegida não está restrita somente às obrigações enquanto prestadores de serviços que cumprem o papel de apoio à visitação. A atividade de condução de visitantes e a relação dos sujeitos com o PNCV está atribuída, também, aos seguintes fatores:

- relação individual dos sujeitos no que diz respeito ao vínculo afetivo com o Parque Nacional;
- valorização e aumento da autoestima a partir da realização dos primeiros cursos de condução para os ex-garimpeiros;
- sua relação cotidiana e pessoal com os analistas ambientais e demais servidores que trabalham no PNCV, e com os funcionários da concessionária;
- proteção do cerrado, da cultura local e do PNCV a partir da atividade;
- importância econômica e à busca da prática do turismo ecológico na região da Chapada dos Veadeiros; e
- suas motivações pessoais para se tornar condutor, conectadas às experiências enquanto visitantes, voluntários e moradores locais.

Partindo da perspectiva de que a presença dos condutores em diferentes iniciativas nas áreas protegidas e, que a promoção de cursos de capacitação que buscam fomentar o pensamento crítico, são fatores importantes para a interpretação da realidade das UC, no tocante aos seus desafios e demandas, o presente trabalho buscou registrar o que significa a atividade

de condução para os condutores locais, e como estes compreendem seu papel, na visitação da UC e na comunidade local.

Entender os valores e as crenças a partir das concepções acerca da sua profissão, dos ideais que o mobilizam a trabalhar com a atividade, compõe um dos caminhos para compreender como este traduz sua visão e interpretação do mundo que o cerca. Se analisado o condutor sob a perspectiva de um sujeito que busca promover a sensibilização dos visitantes quanto à importância de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade brasileira e o respeito às comunidades locais, é possível compreender os entrevistados nos três perfis descritos por Carvalho (2012) do que representa um sujeito ecológico em processo de formação.

Em sua versão política, estes questionam as pressões no território associadas ao agronegócio, à exploração de mineração na região de Cavalcante e à entrada da concessão no PNCV e as propostas de visitação que almejam. Enquanto gestor social, a partir de ações em conjunto com o parque, apoiando os trabalhos de manejo de trilhas e participando na mobilização para projetos e causas sociais do local.

Na conduta do perfil “nova era”, pode-se dizer que parte dos condutores compõem uma percepção holística em que a natureza e as características da região conectam-se com uma percepção espiritualizada e planetária do sujeito. Embora essa seja uma das faces do condutor de visitante, é importante ressaltar, também, os conflitos e tensões que permeiam a utilização dos recursos naturais na região e os impactos que compreendem a pressão mercadológica do turismo, integrado aos diferentes valores e crenças individuais atribuídos a atividade.

A utilização dos pontos interpretativos existentes no PNCV representa uma parte da história que se interliga ao garimpo artesanal e à população local da Vila São Jorge enquanto comunidade tradicional de ex-garimpeiros, agricultores e raizeiros, valorizando os saberes locais associados às plantas medicinais do cerrado, por exemplo.

No que diz respeito ao potencial da área norte do Parque e a futura abertura de um segundo portão oficial que se encontra no município de Cavalcante, a criação de trilhas interpretativas, que trabalhem a parte histórica que o conecta ao Quilombo Kalunga, devem ser consideradas no Plano Interpretativo do PNCV.

Pressupondo que os condutores apresentaram, em maior frequência de respostas, uma relação de informações a serem trabalhadas no PNCV, a partir dos pontos interpretativos existentes, as placas e ferramentas interpretativas do Parque aparentam uma associação importante na influência do que o condutor vai comunicar naquele trecho da trilha e atrativo.

O atual contexto de ampliação do PNCV e os dados do relatório de gestão de 2019, relativamente à abertura de novas trilhas e aos potenciais de seu uso público, apontam o envolvimento dos condutores como parceiros neste processo. Destaca-se, portanto, a construção conjunta de trilhas interpretativas que contemplem a sensibilização dos visitantes, a partir de propostas temáticas que evidenciem os desafios e conflitos que se constituem acerca do uso do bem público e a conservação da sociobiodiversidade local.

Neste sentido, configurando de forma cada vez mais acentuada os meios de existir nos novos campos sociais, os espaços construídos no mundo online foram apontados no relatório de gestão, como uma interessante ferramenta de educomunicação. Ao elaborar informações que podem ser trabalhadas através de ferramentas e produtos interpretativos no PNCV, as mídias sociais podem ser uma importante base de dados no que diz respeito às dúvidas e debates realizados pelos usuários que interagem com a página oficial do Parque.

Outro aspecto que merece ser destacado é a compreensão sobre a diversidade de perfis de visitantes, por parte dos condutores, para que os conhecimentos compartilhados durante uma atividade de condução se conectem e sejam adaptados aos diferentes propósitos de uma visita.

No entanto, foi identificado, a partir das questões que buscaram entender as motivações pessoais dos condutores, as curiosidades apresentadas pelos visitantes, as informações compartilhadas e os motivos da contratação, que os temas de interpretação também estão intimamente relacionados às experiências, saberes e importância que o cerrado e sua conservação possuem na constituição histórica do condutor. Assim, os principais fatores atribuídos à interpretação durante a condução de visitantes no PNCV são:

- as normas de condutas para a visitação no Parque Nacional;
- elementos históricos e sociais que envolvem o garimpo na Vila São Jorge e o significado da atividade de condução de visitante em seu sentido social;
- elementos da institucionalização da proteção por meio da criação do PNCV;
- elementos socioambientais de uso e ocupação dos territórios de abrangência ao PNCV;
- os diferentes perfis de visitantes e propostas de atividades recreativas em áreas naturais;
- ética, comunicação e relação interpessoal entre visitante-visitado;
- plantas medicinais e seus usos pela cultura local;
- elementos da formação geológica da Chapada dos Veadeiros;
- observação de fauna; e

- bioma cerrado: aspectos biológicos e geográficos (hidrografia, cartografia e geografia local).

As investigações interligadas à interpretação ambiental realizada no PNCV foram analisadas a partir das limitações de campo que impediram o acompanhamento presencial dos condutores no ano de 2020. Em razão disso, a compreensão da estruturação dos cursos de capacitação e cursos complementares teve como objetivo investigar as relações existentes entre a formação dos condutores e a prática da condução no contexto da interpretação ambiental e na constituição do sujeito crítico.

As avaliações dos condutores de visitantes, quanto ao tema das capacitações e cursos, representaram uma interessante análise para a compreensão dos conflitos e desafios que envolvem a regularização do profissional capacitado e a organização dos cursos formativos. Nas falas dos entrevistados ficou evidente algumas críticas sobre a real demanda de mercado de trabalho e o aumento do valor do curso, acarretando disparidade de oportunidades no processo.

Entretanto, ainda foi identificada uma avaliação positiva por parte dos condutores que realizaram os seus cursos de capacitação em diferentes anos, compondo os três perfis de condutores de visitantes descritos na pesquisa. Deste modo, pertinente à avaliação positiva do curso, os entrevistados direcionam suas falas referentes à qualidade e à diversidade de conteúdo, assim como à representação de professores que são condutores e aos estágios como processo de aplicação dos conhecimentos na prática.

Apesar dos cursos não serem de total responsabilidade do órgão ambiental, cabe ao ICMBio, conforme a Portaria nº 205, de 2013, avaliar a grade curricular e aprovar os cursos que são oferecidos para atuação no Parque. A realização de uma pesquisa, em parceria com as associações de condutores de visitantes, com o propósito de avaliar qualitativamente os cursos de capacitação e as perspectivas futuras, pode vir a contribuir para a melhoria contínua dos profissionais formados.

Quanto aos conflitos relacionados à demanda e reserva de mercado, compete às associações de condutores de visitantes e demais parcerias possíveis (universidades, empresas de consultoria, sistema S e terceiro setor) buscar realizar uma avaliação das reais possibilidades do mercado de trabalho. Desta forma alcançarão o objetivo de trazer essa discussão nos cursos formativos, para não gerar falsas expectativas e excedentes de oferta.

A construção da linha do tempo dos cursos permitiu compreender os principais parceiros envolvidos na base organizacional e em que ano os cursos de capacitação deixaram de ser

gratuitos, mediante as informações coletadas por meio das entrevistas, do site de notícias do ICMBio, das pesquisas da Universidade Federal de Goiás e da Universidade de Brasília, da Associação de Guias Quilombo Kalunga.

Destaca-se o papel das universidades para contribuir como uma das parceiras organizadoras de cursos formativos, por meio de projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão. A composição de diferentes atores, para atender as demandas de capacitação, pode ser um dos caminhos para alinhar a qualidade das informações e estrutura, a acessibilidade financeira, aos objetivos do PNCV e à promoção de uma gestão democrática do bem público.

Considera-se, além disso, que os cursos de capacitação de condutores de visitantes, além de serem uma possível estratégia para o diálogo com as populações que residem nas áreas de abrangência das UC, e para o fortalecimento do apoio à visitação em parques nacionais, podem representar, também, uma fonte de conhecimento e empoderamento da comunidade local, através do aumento da sua autoestima.

Neste contexto, os resultados e discussões realizados na pesquisa possibilitaram a elaboração das seguintes recomendações em relação à melhoria contínua da formação dos condutores e o papel da interpretação ambiental neste processo:

- adoção da perspectiva crítica da educação ambiental como forma de promover o diálogo e a construção de conhecimento de forma compartilhada nos cursos de capacitação, possibilitando o diagnóstico das questões ambientais que envolvem as pressões de uso do bem comum e os desafios enfrentados pela gestão do PNCV;
- promoção de um intercâmbio de experiências respeitoso e aberto entre os analistas ambientais e os condutores sobre o tema da não obrigatoriedade de condução de visitantes, apresentando os motivos institucionais e as propostas de visitação que ambos consideram interessantes para área protegida;
- adoção de um processo participativo e transparente para a composição do orçamento do curso de capacitação, a fim de valorizar a experiência dos profissionais do local e promover o maior engajamento dos condutores;
- avaliação e atualização dos cursos como caminhos para a qualificação dos condutores de forma contextualizada com a dinâmica de visitação no território, valorizando aspectos da identidade e cultura local e a formação de profissionais que poderão se engajar em projetos de ecoturismo no local;

- elaboração de um diagnóstico prévio das reais ofertas e demandas para a condução de visitantes, considerando as oportunidades de trabalho e o interesse da população em se envolver e como se envolver no turismo no PNCV e região; e
- adoção de medidas para enfrentar a desigualdade social no acesso aos cursos de formação e especialização, a exemplo da incorporação de bolsas de estudos e parcerias com as instituições públicas de ensino superior.

As recomendações realizadas consideram o fato de que a melhoria contínua dos profissionais é um processo de aprendizagem, vivo, e influenciado pela realidade apresentada no que tange aos aspectos financeiros, ambientais e sociais.

O papel ativo das associações de condutores de visitantes contempladas nesta pesquisa, evidencia a importância de que as cooperativas e associações de condutores estejam fortalecidas e organizadas para atender as demandas dos condutores em seu processo de formação profissional, como adoção de medidas protetivas em casos de acidentes e segurança do trabalho e o diálogo com a gestão da área protegida.

A partir das experiências apresentadas nos resultados da pesquisa, os cursos de curta duração realizados em conjunto com o ICMBio e as universidades públicas demonstram uma importante possibilidade de caminho para a execução de projetos e para a melhoria da relação entre os condutores e o órgão ambiental.

Através dos apontamentos realizados a partir dos resultados da pesquisa sugere-se que os cursos de curta duração e o plano de interpretação ambiental do PNCV considerem como possíveis estratégias:

- o fortalecimento de parcerias entre universidades, a gestão do PNCV e as associações de condutores, para a realização de cursos de curta duração que vinculem projetos e propostas interpretativas temáticas, construindo diferentes roteiros que conectem o Parque aos demais atrativos do seu entorno;
- o incentivo ao diálogo alinhado entre a concessionária, o condutor e o órgão gestor para a elaboração de produtos interpretativos e cursos de capacitação;
- o estudo sobre a viabilidade de inclusão de atividades voluntárias no Parque nos futuros editais de credenciamento. Tais atividades poderiam estar relacionadas à realização de palestras e/ou à condução de estudantes das escolas do entorno, por exemplo;
- a elaboração de instrumentos de monitoramento da qualidade dos serviços de condução elaborados pelos próprios condutores, em parceria com o ICMBio, visando a melhoria contínua da atividade e da qualidade da experiência do visitante; e

- o incentivo ao fornecimento de cursos de curta duração que busquem trabalhar a interpretação e educação ambiental crítica, alinhados à proposta institucional do plano de uso público e interpretativo do PNCV.

A contextualização do processo histórico que envolveu os acordos iniciais entre a comunidade local e o Parque Nacional a partir da capacitação da comunidade local, o entendimento dos diferentes perfis de condutores locais e, de que modo o condutor insere sua visão de mundo nas suas interpretações e leituras do PNCV para o visitante, foram questões emergentes investigadas para a compreensão das dinâmicas envolvidas de como a atividade de condução de visitantes realizada por moradores locais estabelece suas relações com o PNCV atualmente.

Desta forma, ao buscar quais são os vínculos que foram constituídos com o PNCV, a presente pesquisa registrou o processo inicial da entrada da concessão no Parque Nacional, no que concerne às primeiras interações e diálogos existentes entre a concessionária, condutores locais e PNCV, a partir da perspectiva dos condutores e analistas ambientais entrevistados.

As análises dos resultados referentes ao tema demonstraram a importância da realização de futuras pesquisas que cumpram com o objetivo de monitorar as interrelações instituídas entre o órgão gestor, a concessão e os condutores locais. Além de investigar quais são os caminhos possíveis e efetivos que venham a contribuir para a mediação deste arranjo institucional.

Esta consideração deve, ainda, ser pensada sob a atual realidade brasileira em que as parcerias público-privadas, por meio de concessões, vêm sendo implementadas em parques nacionais e demais áreas protegidas, onde também existem parcerias concretizadas entre a comunidade local e o órgão gestor. Cabe ressaltar, igualmente, o fomento às pesquisas que busquem compreender como as associações e cooperativas contribuem para o fortalecimento da atividade de condução de visitantes em parques brasileiros.

Compreendendo que diversas pesquisas relacionadas à influência do Parque no município de Alto Paraíso já foram concretizadas, bem como a aproximação da população da Vila São Jorge se dar de forma acentuada em razão do portão oficial da UC, sugere-se que as futuras pesquisas no PNCV sejam direcionadas aos demais municípios que constituem os limites territoriais do Parque.

Neste contexto, indica-se que os próximos estudos sobre a condução de visitantes no PNCV direcionem suas observações à Associação de Guias Quilombo Kalunga (AGQK), à Associação de Condutores de Visitantes de Cavalcante e Entorno (ACECE) e à Associação Guia em Ecoturismo no Desenvolvimento Ambiental e Sustentável (AGENDAS), compostas

por condutores dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Colinas do Sul, respectivamente. A realização de um diagnóstico quanto às demandas e desafios encontrados pela gestão e população local destes municípios representa uma das etapas para compreender a atividade representando todos os parceiros envolvidos.

Conjuntamente, essa questão também pode representar a mobilização de futuros projetos de visitação na parte norte do PNCV e a implementação de trilhas interpretativas que se conectem com os saberes e discussões que envolvam a realidade da população local destes municípios.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da técnica de amostragem “respondent-driven sampling” na estimação de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. 2009. 99 p. Dissertação (Ciências na Área de Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2411/1/ENSP_Disserta%20a7%20a3o_Albuquerque_Elizabeth_Maciel.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2020.
- ALBUQUERQUE, J. A. M. A construção do espaço na Chapada dos Veadeiros. In: DUARTE, L. M. G.; BRAGA, M. L. S. (orgs). **Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade**. 1. ed. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 223–257.
- ANDRADE, T. C. **A experiência das visitas guiadas e autoguiadas: um ensaio interpretativo pelo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO**. 2014. 143 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/16516>. Acesso em: 15 maio de 2019.
- ANDRADE, T. C.; SOUZA, T. DO V. S. B.; CUNHA, A. DE A. A Estruturação do Rol de Oportunidades de Visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 365-202, maio-jul. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luis Antônio Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BONI, V.; QUARESMA, J. Aprendendo a entrevistar como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC: Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68–80, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/issue/view/1354>
- BOTELHO, E. S. et al. Reflexões sobre educação ambiental e turismo em parques nacionais brasileiros. In: IRVING, M. A. et al. (orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres**. 1. ed. Rio de Janeiro: Foli Digital: Letra e Imagem, 2015. p. 177–204.
- BOTELHO, E. S.; RODRIGUES, C. G. DE O. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1202>. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1202>. Acesso em: 02 de maio de 2019.
- BRAGA, A. S. **Viabilização Do Uso Público De Parques Nacionais E A Disponibilização Por Particulares De Serviços De Apoio À Visitação**. 2013. 172 p. Dissertação (Mestrado em Direito e Políticas Públicas) - Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/5914/1/61000415.pdf>.

Acesso em: 03 de maio de 2021.

BRASIL. **Decreto 49.875**, de 11 de janeiro de 1961. Cria o "Parque Nacional do Tocantins", no Estado de Goiás. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D49875.htm Acesso em 05 de maio de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.340**, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm#:~:text=DECRETO%20N%204.340%2C%20DE%2022%20DE%20AGOSTO%20DE,da%20Natureza%20-%20SNUC%2C%20e%20dá%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em 10 de maio de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 86.596**, de 17 de novembro de 1981. Retifica o Decreto nº 86.173, de 2 de julho de 1981, que altera os limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D86596.htm. Acesso em 15 de junho de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 946**, de 1º de outubro de 1993. Regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0946.htm. Acesso em 17 de novembro de 2020.

BRASIL. **Decreto s/n**, de 05 de junho de 2017. Amplia o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado nos Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança, Estado de Goiás. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14471.htm. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Turismo. **Deliberação Normativa nº 326**, de 13 de janeiro de 1994. Recomenda aos Órgãos Oficiais de Turismo, das Unidades da Federação que, em complemento à legislação federal de turismo em vigor, estabeleçam normas próprias para cadastro, classificação, controle e fiscalização de prestadores de serviços, não abrangidos na referida legislação federal. Disponível em: siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/turismo-e-hotelaria/deliberacao-normativa-n-326-de-13-de-janeiro-de-1994/4334. Acesso em 9 de julho de 2020.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 02**, de 3 de maio de 2016. Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para autorização de uso para a prestação do serviço de condução de visitantes em unidades de conservação federais. Disponível em: 08 de março de 2019. https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2016/in_icmbio_2_2016_exercicio_atividade_conducaovisitantes_ucs.pdf#:~:text=INSTRUÇÃO%20NORMATIVA%20ICMBIO%20N%202%2C%20DE%203%20DE,de%20conserva%C3%A7%C3%B5es%20federais%20conforme%20as%20informa%C3%A7%C3%B5es%20contidasno%20processo%20n%202002070.001887%2F2012-05. Acesso em 10 de março de 2019.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 08**, de 18 de setembro de 2008. Estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços

vinculados à visitação e ao turismo em Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in082008.pdf>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria do nº 205**, de 11 de julho de 2013. Estabelece normas e procedimentos para o credenciamento e a Autorização de Uso para exercício da atividade comercial de condução de visitantes, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-conservacao/portarias/2013/portaria205.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2020.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria do nº 289**, de 3 de maio de 2021. Dispõe sobre as normas gerais para o planejamento e a implementação do uso público nas unidades de conservação federais. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/criacao-de-unidades-de-conservacao/legislacao/portaria_289_de_3_de_maio_de_2021_planejamento.pdf Acesso em 03 de setembro de 2021.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria do nº 769**, de 10 de dezembro de 2019, ICMBio 2019a. Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para Autorização da prestação do serviço de condução de visitantes em unidades de conservação federais. Disponível em: https://www1.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/portaria_769_10dez2019.pdf. Acesso em 08 de agosto de 2020.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. **Interpretação ambiental nas unidades de conservação federais**. CAETANO, A. C et al. (orgs.) BOMBATO, B. C. V. B. et al. (colaboradores) [S.l.] ICMBio, 2018b.

BRASIL. **Lei 13.668**, de maio de 2018. Altera as Leis nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, 7.957, de 20 de dezembro de 1989, e 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental e sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13668.htm. Acesso em 20 de outubro de 2020.

BRASIL. **Lei 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em: www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em 8 de abril de 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.516**, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm. Acesso em 10 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.623**, de 28 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8623.htm. Acesso em 15 de junho de 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.987**, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8987cons.htm. Acesso em CONFERIR

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Relatório de gestão 2019**. Alto Paraíso de Goiás, ICMBio, 2019b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. Souza, T. V. S. B.; Simões, H. B.; (2018). **Contribuições do turismo em unidades de conservação federais para a economia brasileira - efeitos dos gastos dos visitantes em 2017**. Brasília: MMA, ICMBio.2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. Souza, T. V. S. B.; Simões, H. B.; (2019). **Contribuições do turismo em unidades de conservação federais para a economia brasileira - efeitos dos gastos dos visitantes em 2018**: Brasília. ICMBio: MMA, Brasília: 2019c.

BRASIL. Ministério do Turismo. Ecoturismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Mtur, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Observatório do mundo do trabalho. **Estudos e pesquisas econômicas, sociais e educacionais sobre as microrregiões do estado de Goiás – microrregião da Chapada dos Veadeiros**. 2014. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao_aragarcas.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Contrato de Concessão nº 02/2018, firmado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Concessionária Socicam Terminais Rodoviários e Representações Ltda, para prestação de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/edital/contrato_02_2018_socicam_chapada_veadeiros.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros**. 2009. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_chapada_dos_veadeiros_1.pdf. Acesso em: 17 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB**. 2000. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/textoconvenoportugus.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. MATTOS JÚNIOR, J. B. EGYDIO, L., RODRIGUES, V. L. J. **Noções básicas para condução de visitantes em áreas naturais**. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. **Editais de Credenciamento nº 01, de 29 de agosto de 2020**. Credenciamento de condução de visitantes no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/editais-diversos/editais-diversos-2020/edital_de_credenciamento_1_2020_parna_chapada_dos_veadeiros.pdf. Acesso em: 06 de setembro de 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria do nº 27, de 30 de janeiro de 2014**. Estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo. Disponível em: antigo.turismo.gov.br/portaria-n-27-de-30-de-janeiro-de-2014. Acesso em 15 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB**. Brasília: MMA, 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. **Rol de oportunidades de visita em unidades de conservação – ROVUC**. CREMA, A.; FARIA, P.E.P. (orgs.) Brasília: MMA, ICMBio, 2018a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. **Diretrizes para estratégia nacional de comunicação e educação ambiental em unidades de conservação - ENCEA**. Brasília: MMA, ICMBio.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado: Subsídios do MMA para o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial do PPCerrado**. Brasília, MMA, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. **Diretrizes para Visita em Unidades de Conservação**. Brasília: MMA, 2006.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. 1. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

BUCO, C. D. A. O caso da Serra da Capivara, vinte anos de socialização do conhecimento através da arte-educação. **Revista Alter IBI**, v. 1, p. 34–45, jul. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/8913619/O_caso_da_Serra_da_Capivara_vinte_anos_de_socializa%C3%A7%C3%A3o_do_conhecimento_atrav%C3%A9s_da_arte-educa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

BUENO, C. et al. **Ecoturismo responsável e seus fundamentos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Technical Books, 2011.

CANTO-SILVA, C. R.; DA SILVA, J. S. Panorama da visita e da condução de visitantes em Parques brasileiros. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 11, n. 2, p. 365–386, maio-ago. 2017. Disponível em: <https://rbtur.org/rbtur/article/view/1286>. Acesso em 10 de abril de 2019.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CORNELL, J. **Vivências com a natureza**. 3. ed. São Paulo: Aquariana, 2008.

COTES M, SALLES WN, BRASIL VZ, IHA T, SCHIAVETTI A, N. J. Perfil de condutores de trilhas de longa duração em parques nacionais brasileiros. **R. bras. Ci. e Mov**, 26 (1) :167-177. 2018. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/download/pdf>. Acesso em: 08 de julho de 2020.

COTES, M. et al. O legado de Niède Guidon no semiárido brasileiro: a percepção de condutores de visitantes do Parque Nacional Serra da Capivara. **Antípoda. Revista de Antropologia y Arqueología**, v. 25005, n. 42, p. 179–204, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/814/81466146008/html/>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

DIEGUES, A. A Educação Ambiental e a Questão das Áreas Naturais Protegidas. **Nupaub/Usp**, p. 1–15, 1998. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/textos>. Acesso em CONFERIR

DIEGUES, C. A. **Mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

FERREIRA, L. F.; COUTINHO, M. C. B. Ecoturismo: a importância da capacitação profissional do condutor ambiental local. In: PHILIPPI JR., A.; RUSCHMANN, M. V. D. (orgs.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. 1. ed. Barueri: Manole, 2010. Coleção Ambiental. v. 9. p. 349–381.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GEERTZ, C. 1926 - **A Interpretação das culturas**. 1. ed. Reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GENTILE, C.; FRANCO, J. L. D. A.; SAYAGO, D. A. V. Um modelo de capacitação rumo à sustentabilidade: Os guias de Alto Paraíso de Goiás - Chapada dos Veadeiros (GO). **Fronteiras**, v. 5, n. 1, p. 168–185, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1329>. Acesso em 09 de novembro de 2020.

GOIÁS. Goiás Turismo Agência Estadual de Turismo. Observatório do Turismo do Estado de Goiás. **Inventário da oferta turística de Alto Paraíso de Goiás/ Vila de São Jorge**. 2019. Disponível em: <https://www.goiasturismo.go.gov.br/files/ALTOPARAISOGERAL.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

GOIÁS. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – Polo da Chapada dos Veadeiros**. 2012. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/GOIAS/PDITS_POLO_CHAPADA_DOS_VEADAIROS.pdf. Acesso em 13 de abril de 2019.

GOMES, P. O. **Contribuições econômicas e financeiras do turismo no Parque Nacional da Chapada**. 2017. 126 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23707>. Acesso em 09 de outubro de 2020.

HAM, S. **Interpretación ambiental**. 1. ed. Golden, Estados Unidos da América: North American Press, 1992.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE. 2017. **Painel Dinâmico**. Disponível em: http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painelcorporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

IKEMOTO, S. M. **As trilhas interpretativas e sua relevância para promoção da conservação : Trilha do Jequitibá , Parque Estadual dos Três Picos (PETP), RJ**. 2008, 137 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/pesquisas/PE_Tres_Picos/Ikemoto_2008.pdf. Acesso em 10 de julho de 2019.

IRVING, A. M. Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social. IRVING, M. A. et al. (orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social : diálogos entre saberes e fazeres**. 1. ed. Rio de Janeiro: Foli Digital: Letra e Imagem, 2015. p. 50 - 80.

IRVING, A. M.; MATTOS, F. F.; RODRIGUES, O. G. C. Rede TAPIS (Rede Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social): inovação na construção compartilhada do conhecimento. IRVING, M. A. et al. (orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social : diálogos entre saberes e fazeres**. 1. ed. Rio de Janeiro: Foli Digital: Letra e Imagem, 2015. p. 21–50.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1 p. 147–155, 2005. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Texto_Adicional_ConservacaoID-xNOKMLsupY.pdf. Acesso em 06 de junho de 2020.

LEUNG, Y.; SPENCELEY, A.; HVENEGAARD, G.; BUCKLEY, R.; (eds.). **Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas**. Diretrizes para sustentabilidade. Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas No. 27, Gland, Suíça: UICN, 2019. xii + 120 pp.

LEUZINGER, M. D. **Natureza e cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais**. 2007. 357 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4803>. Acesso em 4 de setembro de 2021.

LIMA, P. C. A. DE. **As RPPNs da Chapada dos Veadeiros : disposições , motivações e práticas sociais**. 2013, 160 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13884>. Acesso em 08 de novembro de 2019.

LIMA, L. **Entre cimos nublados uma solidão selvagem: uma corografia contemporânea**. 2. 169

ed. Alto Paaíso de Goiás: 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Identidade da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: 2004. p. 65–84. Disponível em: [https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident_eabras .pdf](https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident_eabras.pdf). Acesso em 07 de dezembro de 2019.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e unidades de Conservação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ibase: Instituto TerrAzul: Parque Nacional da Tijuca, 2007.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: Elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 237–253, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/xT99ttVXqTpmsY3XcZvYfMv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2019.

MARQUES, N. R. **Os discursos concorrentes de desenvolvimento na Chapada dos Veadeiros: turismo e mineração em Cavalcante - GO**. 2018. 96 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) - Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34596>. Acesso em 25 de outubro de 2020.

MEDEIROS, R.; IRVING, M. A.; GARAY, I. Áreas Protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: **Áreas Protegidas e Inclusão Social: construindo novos significados**. IRVING, M. A. (org.) Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006. p. 15–40.

MENGHINI, F. B. **As trilhas interpretativas como recurso pedagógico: caminhos traçados para a educação ambiental**. 2005. 103 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2005. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/FERNANDA%20MENGHINI.pdf>. Acesso em: 15 junho de 2020.

NASCIMENTO, C. A. A regulamentação da atividade de condução de visitantes nos Sistemas Estaduais de Unidades de Conservação do Brasil The regulation of visitors conduction activity in the State System os Brazilian Conservation Units La regulación de la actividad de los vis. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, n. 3, p. 516–532, set.-dez. 2016. Disponível em: <https://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/1133>. Acesso em 15 de março de 2019.

NASCIMENTO, P. E.; COSTA, A. H. O Jogo da inclusão e exclusão na dinâmica da sociedade moderna: uma reflexão aplicada ao turismo. IRVING, M. A. et al. (orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social : diálogos entre saberes e fazeres**. 1. ed. Rio de Janeiro: Foli Digital: Letra e Imagem, 2015. p. 81–112.

NEIMAN, Z.; CARDOSO-LEITE, E.; PODADERA, D. S. Planejamento e implantação participativos de programa de interpretação em trilhas na “RPPN Paiol Maria”, Vale do Ribeira (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 2, n. 1, p. 11–34, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237594221_Planejamento_e_implantacao_participativos_de_programa_de_in-terpretacao_em_trilhas_na_RPPN_Paiol_Maria_Vale_do_Ribeira_SP. Acesso em 05 de novembro de 2020.

NOGUEIRA, S. M. B. Ações sustentáveis para o desenvolvimento do ecoturismo em Unidades de Conservação. In: TELES, R. M. S. (org.) **Turismo e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 61–86.

OBSERVATÓRIO DE PARCERIAS EM ÁREAS PROTEGIDAS, OPAP. Carta Aberta – Parcerias em Áreas Protegidas: por uma gestão pública democrática e plural. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v 13, n.2, maio-jul. 2020, pp. 435-441. Disponível em: <https://www.opap.com.br/>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

OLIVEIRA, A. S. **Os dilemas socioambientais no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: uma análise pela perspectiva crítica da educação ambiental**. 2016. 169 p. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5857>. Acesso em 15 de abril de 2019.

OLIVEIRA, C. A. F.; FILHOS, O. P. M. **Comunicação popular dos índios Pataxós através da condução de visitantes no Parque Nacional do Monte Pascoal**. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, VI, 2009, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/6/24.pdf> Acesso em 13 de setembro de 2020.

OLIVEIRA, C. A. F. DE. Envolvimento Comunitário no planejamento do Uso Público do Parque Nacional do Pau Brasil: ações para o desenvolvimento humano das comunidades rurais e guias regionais do entorno. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 3, n. 1, p. 79–90, jan.-abril. 2010. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5866>. Acesso em 05 de maio de 2019.

OLIVEIRA JUNIOR, A. B. **A Construção Social do Ecoturismo Como Colonização do Futuro: um estudo de caso na Chapada dos Veadeiros**. 2003. 332 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/85702>. Acesso em 08 de maio de 2019.

PASSOLD, J. A.; KINKLER, S. M. S. Visitação Sustentável em Unidades de Conserva o. In: PHILIPPI JR., A.; RUSCHMANN, M. V. D. (Eds.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. 1. ed. Barueri: Manole, 2010. Cole o Ambiental. v. 9. p. 383–415.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.

RODRIGUES, C. G. D. O. **O uso do público nos parques nacionais: a rela o entre as esferas pública e privada na apropria o da biodiversidade**. 2009. 358 p. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) - Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3826>. Acesso em 04 de maio de 2019.

RODRIGUES, C. G. D. O.; GODOY, L. R. D. C. Atua o pública e privada na gestão de Unidades de Conserva o : aspectos socioeconômicos da presta o de serviços de apoio   visita o em parques nacionais. Public and Private Policy in the Management of Protected Areas : Socioeconomic Aspects in the Rend. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, p. 75–88, jul.-dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v28i0.31280>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/31280>. Acesso em 17 de novembro de 2020.

RODRIGUES, C. G. DE O.; ABRUCIO, F. L. Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n. 3, p. 105–120, set.-dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/BfPTfHSGhbM6s7gXmwrM6Vh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2020.

RORIZ, R. F. C. **Comunidades tradicionais e o turismo de experiências criativas - alcances e desafios: Vila São Jorge, Chapada dos Veadeiros (GO)**. 2019. 201 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: https://repositorio.ifg.edu.br/bitstream/prefix/319/1/Tese_Renata%20Fleury. Acesso em 08 de maio de 2020.

SALVATI, S. S. Planejamento do Ecoturismo. In: MITRAUD, S. (org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**. Brasília: WWF Brasil, 2003. p. 33–88. Disponível em: <http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/SergioSalvati2.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

SANTOS, S. A. **As unidades de conservação no cerrado frente ao processo de conversão**. 2018. 105 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8511>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

SARAIVA, R. C. F. **Tradição e sustentabilidade : um estudo dos saberes tradicionais do cerrado na Chapada dos Veadeiros , Vila São Jorge - GO**. 2006. 235 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_dfeaa26c828c136b6b20ca04489a71e7. Acesso em 10 de maio de 2019.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. (orgs.). **Educação ambiental : pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17–44. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4586522/mod_resource/content/1/sauve%20correntes%20EA.pdf. Acesso em 05 de junho de 2019.

SILVA, A. L. B.; LIMONGI, R. **Os desafios do pesquisador no ambiente digital**. CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE VAREJO E CONSUMO, After COVID-19: Building Purpose through Stakeholders in Retailing, 13. **Anais...**Brasil: 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/clav/clav2019/paper/view/7264/2039>> Disponível em: Acesso em 14 de novembro de 2020.

SILVA, C. B. Chapada dos Veadeiros: uma utopia em construção ou um novo discurso para velhas práticas? In: DUARTE, L. M. G.; BRAGA, M. L. S. (orgs.). **Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade**. 1. ed. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 191–221.

SILVA, D. C. B. **As reservas particulares do patrimônio natural como ferrament de conservação da natureza: o caso da Chapada dos Veadeiros**. 2014. 88 p. Dissertação - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_4c1032a55bd797e6a401e9ba560d39bd. Acesso em 07 maio de 2020.

SILVA, J. H.; PIRES, M. L. L. Associativismo Em Áreas Protegidas: Restrições E

Possibilidades Na Experiência Dos Guias De Turismo Do Catimbau, Pernambuco. **Ambiente e Sociedade**, v. XIX, n. 2, p. 169–186, abr.-jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8HmQN5X8y9xwnmGmSJzqwQv/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 03 de julho de 2020.

SIQUEIRA, D. E.; BANDEIRA, L. A Chapada dos Veadeiros, "chakra cardíaco do Planeta. In: DUARTE, L. M. G.; BRAGA, M. L. S. (orgs). **Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade**. 1. ed. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 261–299.

SOUZA, F. A. Z. et al. **Os Arranjos locais para o uso público em áreas protegidas costeiras e marinhas: diagnóstico e perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Instituto Linha D'Água; Raiz Assessoria Socioambiental, 2018.

THEODORO, S. H.; BARROS, J. G. DO C. Política Nacional do Meio Ambiente: conquistas e perspectivas. In: **Os 30 Anos da Política Nacional do Meio Ambiente: conquistas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 17–48.

TILDEN, F. **Interpreting our heritage**. 3. ed. Chapel Hill, Estados Unidos da América: The University of North Carolina Press, 1957.

TORRES, F. C.; RAMOS, S. P. Conduzindo visitantes na foz do Rio São Francisco: O caso da Associação dos Informantes de Turismo de Piaçabuçu-Al. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 39, p. 574, dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/4025/2747>. Acesso em 07 de junho de 2020.

TRIVIÑOS, A. S. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1987.

VASCONCELLOS, J. M. O. Educação e Interpretação Ambiental em Unidades de Conservação. **Fundação Boticário de Proteção à Natureza. Cadernos de Conservação**, v. 4, n. 3, 2006.

XIMENES, S. S. F. **Interpretação ambiental em unidades de conservação e a perspectiva crítica da educação ambiental: possibilidades para o planejamento e monitoramento**. 2015. 96 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://tede.ufrjr.br/jspui/bitstream/jspui/2096/2/2015%20-%20Simone%20Sousa%20Freitas%20Ximenes.pdf>. Acesso em 20 maio de 2019.

ZAOUAL, H. Do Turismo de Massa ao Turismo Situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de Base Comunitária : diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Letra e Imagem, 2009. p. 25–44. Disponível em: http://www.each.usp.br/turismo/livros/turismo_de_base_comunitaria_bartholo_sansolo_bursztyn.pdf. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A - EVENTOS NO MUNDO ONLINE

EVENTOS NO MUNDO ONLINE

Data	Questão	Evento	Local	Disponível em
Postagem de 08 de junho 2020	Como os cursos realizados com a professora de Geologia se conectaram ao Geoparque?	Postagem PNCV: dia mundial dos oceanos	Instagram do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	https://www.instagram.com/p/CBL5NCiFXtl/?utm_source=ig_web_copy_link Acesso em 10 de junho de 2020.
Postagens de abril a dezembro de 2020	Como é a mobilização dos condutores nas mídias sociais?	Postagens das ações realizadas pela ONG Chapada Solidária na pandemia	Instagram da ONG Chapada Solidária	https://www.instagram.com/chapadasolidaria/ Acesso em 11 de dezembro de 2020.
Postagem de 11 de abril 2021	Como a relação entre o PNCV e condutores acontece nos espaços construídos no mundo online? Como é a mobilização dos condutores nas mídias sociais?	Postagens da abertura de trilhas para a cachoeira do Sertão Zen	Instagram do PNCV e da Associação de Amigos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (AVE)	https://www.instagram.com/p/CNiIK_wl3Qv/?utm_source=ig_web_copy_link Acesso em 27 de abril de 2021.
Postagem de 31 de agosto de 2020	Como é a mobilização dos condutores nas mídias sociais?	Webinar "Mulheres no desenvolvimento do ecoturismo"	Canal do Youtube: GEF Áreas Privadas	https://www.youtube.com/watch?v=ds_mFTdHANrw&ab_channel=GEF%C3%81REASPRIVADAS Acesso em 31 de agosto de 2020.
Postagem de 23 de janeiro de 2020	Como os cursos realizados com a professora de Geologia se conectaram ao Geoparque?	Notícia "Universidade Federal de Goiás (UFG) desenvolve projeto de Geoparque para Chapada dos Veadeiros"	Jornal online da UFG	https://jornal.ufg.br/n/123416-ufg-desenvolve-projeto-de-geoparque-para-chapada-dos-veadeiros#:~:text=UFG%20desenvolve%20projeto%20de%20Geoparque%20para%20Chapada%20dos%20Veadeiros,-Em%2023%2F01&text=%E2%80%9C%20projeto%20do%20geoparque%20%20da%20Biodiversidade%20(ICM%20Bio). Acesso em 10 de novembro de 2020.
Postagem de 14 de setembro de 2020	Como é a mobilização dos condutores nas mídias sociais?	Webinar "Turismo de observação de fauna e as trilhas de longo curso"	Canal do Youtube: GEF Áreas Privadas	https://www.youtube.com/watch?v=640LHC8fEfo&ab_channel=GEF%C3%81REASPRIVADAS Acesso em 14 de setembro de 2020.
Postagem de 28 de setembro de 2020	Como é a mobilização dos condutores nas mídias sociais?	Webinar "Planejamento de destinos turísticos e a integração de TLCs ³ ao território"	Postagem de 28 de setembro de 2020	https://www.youtube.com/watch?v=6bG4IY0uqEI&ab_channel=GEF%C3%81REASPRIVADAS Acesso em 28 de setembro de 2020.

EVENTOS NO MUNDO ONLINE

Data	Questão	Evento	Local	Disponível em
Postagem de 13 de agosto de 2020	Como a relação entre o PNCV e condutores acontece nos espaços construídos no mundo online? / Como é a mobilização dos condutores nas mídias sociais?	I Ciclo de Web Conferências sobre o Uso Público em Unidades de Conservação. Web conferência “O trade turístico e o desenvolvimento local”	Canal do Youtube: Grupo de Apoio ao uso Público em Unidades de Conservação (GAUPUC)	https://www.youtube.com/watch?v=5hGFkeCInFM&t=5499s&ab_channel=G AUPUC Acesso em 13 de agosto de 2020.
Postagem de 26 de outubro de 2020	Como os cursos realizados com a professora de Geologia se conectaram ao Geoparque?	Notícia “Inventário do Patrimônio Geológico da Chapada dos Veadeiros”	Site da agência de turismo Travessia Ecoturismo	https://travessia.tur.br/inventario-do-patrimonio-geologico-da-chapada-dos-veadeiros/ Acesso em 10 de novembro de 2020
Postagem de 14 de agosto de 2019; 20 de fevereiro e 31 de maio de 2020; 17 de março e 06 de maio de 2021	Como a relação entre a concessão e condutores acontece nos espaços construídos no mundo online?	Postagens referentes a importância e vantagens de contratar um condutor de visitantes nas trilhas do PNCV	Instagram da Concessionária SOCIPARQUES	https://www.instagram.com/sociparquesveadeiros/ Acesso em 10 de maio de 2021.
Acesso em 25 de outubro de 2020	Como é a mobilização dos condutores nas mídias sociais? / Em que ano foi feito o último de curso de capacitação e qual foi o seu valor?	Informações gerais e notícias sobre a Associação de Guias Quilombo Kalunga e notícias sobre cursos de capacitação de condutores de visitantes	Site da Associação de Guias Quilombo Kalunga (AGQK)	http://guiakalunga.org.br/associacao-forma-novos-condutores-de-ecoturismo/ Acesso em 25 de outubro de 2020.
Postagem de 17 de setembro de 2020	Em que ano foi feito o último de curso de capacitação e qual foi o seu valor?	Divulgação do curso de capacitação de condutores de visitantes de 2020	Facebook AGQK	https://www.facebook.com/Guia-Kalunga-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Guias-do-Quilombo-Kalunga-324038477803040/ Acesso em 17 de setembro de 2020.

EVENTOS NO MUNDO ONLINE

Data	Questão	Evento	Local	Disponível em
 Postagem de 14 de julho de 2014	Construção da linha do tempo dos cursos de capacitação ao longo dos anos.	Notícia “Chapada dos Veadeiros realiza curso para formar guias turísticos”	Site do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	https://www.ICMBio.gov.br/portal/ultimas-noticias/4902-chapada-dos-veadeiros-realiza-curso-para-formar-guias-turisticos#:~:text=Chapada%20dos%20Veadeiros%20realiza%20curso%20para%20formar%20guias%20tur%C3%ADsticas,-Publicado%3A%20Segunda%2C%2014&text=O%20objetivo%20foi%20atender%20pessoas,demais%20atrativos%20do%20Parque%20Nacional. Acesso em 17 de setembro de 2020.
Acesso em 17 de agosto de 2020	Como a relação entre o PNCV e condutores acontece nos espaços construídos no mundo online? / Como é a mobilização dos condutores nas mídias sociais?	Documentário sobre a região da Chapada dos Veadeiros e os conflitos que permeiam o uso dos recursos naturais existentes	Plataforma de séries e filmes Netflix	https://www.netflix.com/watch/81038976?trackId=13752289&tctx=0%2C%2C6dff2e8d9d7745d516390df26d3d9ec04ee3ed3a%3Aeae5e669b316cab0aca6b50db10a8183628ff197%2C6dff2e8d9d7745d516390df26d3d9ec04ee3ed3a%3Aeae5e669b316cab0aca6b50db10a8183628ff197%2Cunknown%2C- Acesso em 17 de agosto de 2020.
Acesso em 15 de novembro de 2020	Como funciona as agências locais de turismo citadas pelos entrevistados?	Informações sobre a composição da agência de turismo, pacotes disponíveis de viagem para os visitantes e informações em geral	Site da agência Alternativas Ecoturismo	https://www.alternativas.tur.br/pt-br/ Acesso em 15 de novembro 2020.
Acesso em 15 de novembro de 2020	Como funciona as agências locais de turismo citadas pelos entrevistados?	Informações sobre a composição da agência de turismo, pacotes disponíveis de viagem para os visitantes e informações em geral	Site da agência de turismo Travessia Ecoturismo	https://travessia.tur.br/ Acesso em 15 de novembro de 2020
Acesso em 15 de novembro de 2020	Como funciona as agências locais de turismo citadas pelos entrevistados?	Informações sobre a composição da agência de turismo, pacotes disponíveis de viagem para os visitantes e informações em geral	Site da agência de turismo EcoRotas Turismo	https://ecorotas.com.br/ Acesso em 15 de novembro de 2020

APÊNDICE B - QUADRO - ANÁLISE DO CADERNO DE CAMPO

QUADRO - ANÁLISE DO CADERNO DE CAMPO

Data	07/06/2019	07/06/2019	08/06/2019	08/06/2019
Situação	Chegada na Chapada dos Veadeiros e na Vila São Jorge	Pizzaria da Lua	Vale da Lua. Encontro com um ex-garimpeiro e guarda-vidas	Complexo Loquinhas
Descrição do ambiente	O Caminho de Brasília até a Vila São Jorge. A chegada à noite na Vila São Jorge	O local é bem turístico e a luz de velas, possuindo uma energia mais romântica. Percebi que a maioria das pessoas que nos atenderam são moradores mais jovens e que aparentavam vir de outras localidades do Brasil.	O Vale da Lua realmente possui um ambiente diferente em sua paisagem e aspectos de formação geológica. Acredito que por ter chegado ao local em um final de semana, ele estava lotado em consequência disso.	Loquinhas fica no perímetro da cidade de Alto Paraíso, uma cidade a mais ou menos 30 km da Vila São Jorge. Possui diversas cachoeiras pequenas. Trilha bem estruturada.
Reflexão e análise	Minhas reflexões nesse primeiro dia foi o impacto do turismo para a população local; A descrição das teses que li sobre o local e o desenvolvimento de grupos ligados ao misticismo e como isso tirou um pouco a característica histórica do local. O processo de elitização e crescimento de grupos ligados a ideologia mística e hippie.	Minha reflexão nesse momento foi de tentar encontrar quem eram os moradores locais. Percebi que muita gente não era nascida lá, e muita gente da minha idade. O restaurante por exemplo, caro e elitizado a reflexão que tive foi de perceber o impacto do turismo quanto a criar espaços de acessos limitados aos moradores. Quem me atendeu foi um menino que disse que era condutor.	Valor do ingresso para entrar no vale da lua, acessibilidade para visitação dos atrativos. Dificuldade de transitar pelos atrativos turísticos da região. Me veio a questão de como percebe-se o ambiente a partir da sua vivência, quais valores são atribuídos na sua fala, como isso se relaciona com os conhecimentos adquiridos durante o curso, a questão do aumento da autoestima dos moradores locais pelos cursos que os capacitam e como o curso de condutor impacta e modificou a vida dos ex-garimpeiros.	Novamente fiquei refletindo sobre os valores dos atrativos. Loquinhas é um atrativo caro e longe de São Jorge. Comecei a perceber que a Chapada não é um local de tão fácil acesso tanto em questão de mobilidade para a região quanto financeiro. A impressão é que ao longo dos anos a valorização pelo fomento do turismo vem encarecendo até acessibilidade dos ingressos?
Questões	Meu primeiro pensamento nesse sentido foi: Onde estão as identidades representativas da cultura local, dos quilombolas, ex-garimpeiros? Quem são as pessoas que fazem a linha de frente do turismo da região? Quem são os atores locais de hoje em dia? Como esse novo grupo de moradores interage com os antigos e com o Parque?	Meus questionamentos nesse sentido: Quem são as pessoas que atuam como condutor atualmente? Quais são os processos para se tornar condutor de visitantes?	Seria abordagem que traz o condutor mais novo, adequado ao contemporâneo, que transita tranquilamente a todos os grupos, um motivo que a atividade pode ter perdido a frente de representatividade do ex-garimpeiros? Onde encontram-se os condutores da 1ª geração? Quem são as pessoas que atuam como condutor atualmente?	Onde estão as pessoas nascidas e criadas na região? Em que local reside a história do povo da Chapada? Onde está a valorização da cultura da comunidade local? Quais reflexões um turista tira dos atrativos? Será que o ambiente é só espaço de apreciação da beleza sem nenhuma reflexão do que aquele local significa?

QUADRO - ANÁLISE DO CADERNO DE CAMPO

Data	09/06/2019	10/06/2019	10/06/2019	11/06/2019
Situação	Camping. Conversa com moradora do camping.	Vale da Lua. Observação do trabalho de condutores.	Vale da lua. Entrevista com Condutor 01	Parque Nacional Chapada dos Veadeiros. Concessionária SociParques
Descrição do ambiente	Cozinha coletiva com espaço aberto e visão para porta de entrada do camping. Noite.	Entrada para compra ingresso do Vale da Lua, mesa de madeira ao lado de uma lanchonete.	Entrada para compra ingresso do Vale da Lua, mesa de madeira ao lado de uma lanchonete.	Administração do Parque
Reflexão e análise	Compreender o perfil dos condutores e quem são os condutores das gerações se formam cada ano aqui na região. Apesar de não ser condutora, pelo contato e laços de amizade estabelecidos, ela tem uma opinião formada sobre a importância da área protegida e da atividade de condução. Também percebi os primeiros conflitos sociais existentes pela atividade, além da visibilidade positiva, a atividade de condução pode contribuir para impactos negativos no que diz respeito aos conflitos sociais relacionados a: autorização para conduzir, se fez o curso de condução, de onde é essa pessoa, se este pertence ou não a uma associação e quais discursos são apropriados pelos condutores.	As minhas primeiras impressões foram sobre as diferentes formas de abordagens dos condutores. Os primeiros condutores que chegaram com um grupo, fizeram uma dinâmica de apresentação e falaram acerca da valorização do condutor, colocando-o como profissional importante para contribuir na conservação do Parque. conservação; e o conflito do processo de não obrigatoriedade do condutor no Parque. O segundo grupo que chegou acompanhado de condutores, não fizeram uma pausa inicial para conversar antes de entrar com os visitantes, assinando o caderno de entrada e de controle de visitação.	A entrevista durou 49 minutos e os pontos que mais me chamaram a atenção foi a construção da fala sobre a conservação do cerrado brasileiro, a questão da troca da atividade do garimpo para a condução de visitantes como um ponto positivo para a população, a importância da atuação do nativo como frente para realização da atividade e que, com o olhar do Parque para o turismo, é que a população passou a investir no recebimento do turista nos outros atrativos também. O condutor falou ainda que atualmente os cursos de condução são pagos, o que inviabiliza a acessibilidade dos moradores com baixa renda fazerem a reciclagem, além de pessoas que são recém-chegadas na região já fazem o curso e se formarem como condutores.	Apesar de ter sido um momento breve, dado ao Parque estar fechado para trilhas sem condutor, quando conversei com o pessoal da concessionária, consegui observar o processo inicial de entrada de uma concessão dentro de uma área protegida. Achei os profissionais contratados levemente em dúvidas sobre as informações, e o desejo de deixar claro que a concessionária não era "dona do Parque". Esse local de fala e estabelecimento de certos limites entre a concessão e a área protegida parecem ainda estar se estabelecendo e aprendendo a fazer esta recepção administrativa dos visitantes. Os profissionais são da região, mas ainda há um gap entre essa relação.
Questões	O que motiva as pessoas se mudarem para região? Qual a classe social que geralmente essas pessoas têm? Como elas enxergam as relações existentes entre o morador local, a área protegida e os impactos do turismo na região?	Como a atividade de condução de visitantes está se desenvolvendo na região? Quais os melhores direcionamentos para a atividade de condução contribuir com uma consciência e incentivo de valores com a base da educação ambiental crítica? De que forma a atividade vem sendo administrada e gerida em seus cursos de capacitação?	Quais reflexões um turista tira dos atrativos? Será que o ambiente é só espaço de apreciação da beleza sem nenhuma reflexão do que aquele local significa? Onde estão as identidades representativas da cultura local, dos quilombolas, ex-garimpeiros? Quem são as pessoas que fazem a linha de frente do turismo da região? Quem são os atores locais de hoje em dia? Como esse “novo” grupo de moradores interage com os antigos e com o Parque?	Quais reflexões um turista tira dos atrativos? Será que o ambiente é só espaço de apreciação da beleza sem nenhuma reflexão do que aquele local significa? Como será estabelecida a relação entre ICMBio, concessão e condutor?

QUADRO – ANÁLISE DO CADERNO DE CAMPO

Data	11/06/2019	12/06/2019	13/06/2019	13/06/2019
Situação	Chegada ao Camping	Conversa com ex-condutor	Parque Nacional Chapada dos Veadeiros. Trilha das corredeiras	Entrevista com Condutor
Descrição do ambiente	Porteira do Camping	Padaria próxima a pracinha da avenida principal da Vila.	Sede de visitação do Parque, trilha corredeiras.	Lanchonete da Vila São Jorge
Reflexão e análise	Essa parte me marcou um pouco e me lembrou de quando conversei com condutor, quando ele disse que atualmente, qualquer um faz o curso de condução, que as pessoas mal chegam na cidade e tem dinheiro fazem o curso. De fato, ouvir o novo morador local falando que queria fazer o curso, me faz refletir quais são os critérios para ser condutor.	Nessa conversa com o morador, percebi que existem conflitos entre os condutores e entre as associações. O morador me deixou claro o fato da importância do Parque para o crescimento socioeconômico da região. A fala da substituição do garimpo pela atividade de condução como algo positivo, aparece de forma bem presente. Não é o primeiro morador que me aponta essa história de uma forma natural, parece já pertencer ao discurso dos moradores.	Então minhas análises sobre esse dia foi a observação e participação como visitante na entrada no Parque administrado pela concessionária e compreender o grau de dificuldade das trilhas e sua estrutura. Esse dia a concessionária estava assumindo aos poucos a visitação do Parque. A trilha até corredeiras é a trilha mais acessível e seu grau de dificuldade é baixo. A estrutura das trilhas compõe sinalizações relativamente bem-marcadas. Parece difícil se perder, mas não impossível. Penso que alguns discursos sobre a importância e da necessidade de um condutor, são construídos. Não que não haja importância de um o que as pessoas estão querendo e condutor, isso está relacionado com o que o visitante se propõem experienciar na trilha e os seus objetivos pessoais.	O que me chamou atenção primeiro foi o perfil do condutor. A Condutora me lembra mais o 3º perfil descrito por Ferreira e Coutinho (2010). Ela parecia ter uma relação de valorização e conexão com os condutores que são do 1º perfil. Não sei como são as relações e como eles se conectam, mas o espírito parecia de cooperação nesse sentido. Enxerga a concessão de forma crítica e acredita na importância de mostrar união dos condutores. O que me faz refletir sobre alguns valores estabelecidos no curso que ela fez e contato com a comunidade.
Questões	O que motiva as pessoas se mudarem para região? Qual a classe social que geralmente essas pessoas têm? Como elas enxergam as relações existentes entre o morador local, a área protegida e os impactos do turismo na região? Quais são os procedimentos para se tornar condutor?	Como a atividade de condução de visitantes está se desenvolvendo na região? Quais os melhores direcionamentos para a atividade de condução contribuir com uma consciência e incentivo de valores com a base da educação ambiental crítica? De que forma a atividade vem sendo administrada e gerida em seus cursos de capacitação? De que forma os condutores de visitantes contribuem como parceiros do Parque? Como é a relação dos condutores com o Parque Nacional atualmente?	Quais reflexões um turista tira dos atrativos? Será que o ambiente é só espaço de apreciação da beleza sem nenhuma reflexão do que aquele local significa? Quais os melhores direcionamentos para a atividade de condução contribuir com uma consciência e incentivo de valores com a base da educação ambiental crítica?	Quais são os questionamentos éticos que envolvem a atividade de condução? O que é abordado no curso sobre o histórico da atividade e o local? Existe diferença de curso para curso? Quais são os valores éticos de cada associação? Quais os melhores direcionamentos para a atividade de condução contribuir com uma consciência e incentivo de valores com a base da educação ambiental crítica?

QUADRO - ANÁLISE DO CADERNO DE CAMPO

Data	15/06/2019	18/06/2019	19/06/2019	24/06/2019
Situação	Parque Nacional Chapada dos Veadeiros	Cachoeira de Santa Barbara. Comunidade Kalunga.	Mirante da Janela.	Entrevista com Condutor
Descrição do ambiente	Trilha Caiorquinha e Cânion	Cachoeira de Santa Barbara e Cachoeira da Capivara.	Mirante da Janela, noite e mirante estrela.	Lanchonete da Vila São Jorge
Reflexão e análise	O grau de dificuldade das trilhas era médio a difícil em alguns pontos. Me fez refletir o quanto também é importante permitir que cada um proporcione um tipo de atividade de trilha. Pensar na trilha, no Parque enquanto espaço democrático é permitir as diferentes formas de estar presente na área protegida.	Acho que há alguns contrastes da atividade de condução de visitantes na comunidade Kalunga do que daqueles que conduzem no Parque e outras localidades com mais frequência. O primeiro ponto é a atividade construída tendo à frente a comunidade Kalunga, em seu território dentro dos seus meios de interação com o ambiente e o visitante. Também há diversidade de associações em grupos com demarcações territoriais em alguns pontos. O condutor que nos conduziu era uma pessoa quieta, mas não significa que não tivemos interação, foi uma proposta diferente, mas profunda. As diferentes formas de conduzir e o que o visitante espera, também faz parte para a conexão com o local e abertura para conversas sobre questões do local. A pausa, também é uma estratégia de conduzir.	Acho que minha primeira percepção são diferentes propostas de condução. Eu gostei das informações que o Condutor. As visões do Condutor sobre o local são conectadas a história por diferentes contextos, mas um olhar mais conservacionista foi mais destacado na trilha. Em que momento do curso de condução, assuntos relacionados ao histórico e valorização da cultura e das comunidades tradicionais locais são trazidos?	O que consegui perceber era que o perfil dos três condutores que conversei e entrevistei, tem diferentes visões em diversos pontos e diferentes formas de fala. O condutor parecia estar mais conectado com a Gestão do Parque e vê a concessão como algo positivo. Ele tem respeito pela comunidade local e vê na atividade uma forma de educação ambiental para a comunidade local. Ele contou do conflito que gerou a divisão da primeira associação em duas e apontou como um dos motivos por hoje ter diversas associações.
Questões	Quais são as interações dos condutores para além do visitante que o contratou? Qual as formas de relação que existe entre visitante e condutor? Como será estabelecida a relação entre ICMBio, concessão e condutor?	Como os condutores de diferentes associações se comunicam e como se comunicam na comunidade Kalunga? Como os condutores compreendem e se conectam com os visitantes? Como ocorre o espaço da fala e cuidado com o visitante? Como ele traz suas ideias e concepções com o local em todas as suas faces? Como o condutor se conecta com o ambiente a sua volta? E a região?	Como os condutores compreendem e se conectam com os visitantes? Como ocorre o espaço da fala e cuidado com o visitante? Como ele traz suas ideias e concepções com o local em todas as suas faces? Como o condutor se conecta com o ambiente a sua volta? Como é a relação dos condutores com o Parque Nacional atualmente?	Quais interesses e relações políticas existem e compreendem a situação da atividade de condução? Em que propostas estão embasadas as linhas de pensamento de cada associação?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA ICMBio

1. Como você vê a atividade de condução de visitantes realizada dentro do Parque?
2. Quais os motivos que levaram o processo de não obrigatoriedade da condução no Parque? Quais foram as mudanças principais depois dessa medida?
3. Como você vê hoje em dia a relação do Parque com os condutores? (Desde que ele foi criado, houve mudanças? Como a atividade de condução se enquadra dentro dessa perspectiva?)
4. Quais são os aspectos positivos que a atividade de condução trouxe para o PARNA?
5. Na sua opinião, qual foi a influência da criação da instrução normativa nº8 de 2008 que autoriza a atividade de condução dentro das U.C.?
6. Como vocês enxergam a relação da parceria entre o Parque e os condutores?
7. Como você enxerga essa triangulação entre concessão, condutor e Parque?
8. Como você enxerga a construção do Plano de interpretação ambiental para a atividade de condução realizada dentro do Parque? Qual é o papel dos condutores nesse processo de interpretação?
9. Como anda a situação da Chapada dos Veadeiros durante esse período da pandemia?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA CONDUTORES DE VISITANTES

1. Quanto tempo tu trabalhas com condução de visitantes?
2. Tu fizeste o curso de capacitação de condutores de visitantes pelo Parque?
3. Em que ano tu fez o curso?
4. O que te motivou a fazer o curso de capacitação?
5. Tu tens trabalho o ano todo?
6. Como funciona o curso de capacitação de condutores hoje em dia?
7. Quais são as principais matérias dadas no curso?
8. Tu fazes parte de alguma associação de condutores?
9. Como é a sua atuação dentro da associação?
10. A associação promove algum curso para vocês?
11. Como é a sua relação com o Parque?
12. Como tu enxerga a atividade de condução para a comunidade local?
13. O que tu mais gostas de contar para os visitantes?
14. O que os visitantes mais perguntam para ti?
15. O que você acha que faz um visitante contratar um condutor de visitantes?
16. Qual a forma que você é mais contratado e contatado pelos visitantes?
17. O que tu achas da entrada da concessionária?
18. Quais atividades você desenvolve em parceria com o Parque?

PERGUNTAS ADICIONAIS RELACIONADAS A CONCESSIONÁRIA

1. Como você vê a atividade de condução de visitantes realizada por moradores locais dentro do Parque?
2. Qual a relação da SociParque e os condutores?
3. Existe alguma iniciativa ou pretensão de projetos em conjunto com os condutores para o apoio a visitação?

APÊNDICE E - RELAÇÃO DE INTERLOCUTORES ENTREVISTADOS POR GRUPO

RELAÇÃO DE INTERLOCUTORES ENTREVISTADOS POR GRUPO

Grupo	Condutor	Gênero	Tempo de atuação	Ano do curso	Sempre morou na Chapada?	Formado em outra Profissão/Faculdade	Motivo de se tornar condutor (códigos)	Associação
Grupo 1 1º Perfil	C3	Masculino	30 anos	1991	Sim	-	Ex-garimpeiro / Fator econômico	ACVCV
	C17	Feminino	30 anos	1991	Não	-	Estilo de vida/ Missão de vida	ACVCV /SERVITUR
	C19	Masculino	29 anos	1992	Sim	-	Ex-garimpeiro/ Fator econômico	ACVCV
Grupo 2 2º Perfil	C1	Masculino	20 anos	2001	Não	-	Estilo de vida	ACVCV
	C4	Masculino	19 anos	2002	Sim	-	Fator econômico/ Influência da família - 2ª geração de condutores	ACVCV
	C10	Masculino	18 anos	2003	Sim	-	Estilo de vida/ Influência da família - 2ª geração de condutores	ACVCV
	C11	Feminino	24 anos	1998	Não	Faculdade de Turismo	Estilo de vida/ Fator econômico	ACVCV
	C14	Masculino	22 anos	1999	Não	Guia Nacional e Guia regional	Missão de vida/ Influência da família: pais que se mudaram para a região buscando novos valores e estilo de vida, influenciado pelo crescimento dos movimentos ambientalistas e espirituais da década de 90.	SERVITUR
	C15	Masculino	15 anos	2005	Sim	-	Fator econômico	ACVCV
	C20	Masculino	21 anos	2000	Não	Faculdade de Biologia	Estilo de vida	SERVITUR
Grupo 3 3º Perfil	C2	Masculino	6 anos	2018	Não	-	Estilo de vida	ACVCV
	C5	Masculino	6 anos	2015	Não	-	Missão de vida	ACVCV
	C6	Masculino	4 anos	2016	Não	-	Trabalhava como brigadista da UC/ Fator econômico	ACVCV

RELAÇÃO DE INTERLOCUTORES ENTREVISTADOS POR GRUPO

Grupo	Condutor	Gênero	Tempo de atuação	Ano do curso	Sempre morou na Chapada?	Formado em outra Profissão/Faculdade	Motivo de se tornar condutor (códigos)	Associação
Grupo 3 3º Perfil	C7	Masculino	4 anos	2017	Não	Faculdade de Geologia	Estilo de vida, ex-voluntário do PNCV	AGENDAS
	C8	Masculino	4 anos	2017	Não	-	Estilo de vida / Missão de vida	-
	C9	Feminino	2 anos	2019	Não	Geografia	Estilo de vida/ Fator econômico	AGENDAS
	C12	Feminino	3 anos	2017	Sim	-	Estilo de vida	ACVCV
	C13	Masculino	6 anos	2015	Sim	Guia Nacional	Influência da família (3ª Geração)	ACVCV
	C16	Masculino	7 anos	2014	Sim	Curso Agroecologia e Biodinâmica	Influência da família: pais que se mudaram para a região buscando novos valores e estilo de vida, influenciado pelo crescimento dos movimentos ambientalistas e espirituais da década de 90.	ACVCV
	C18	Feminino	10 anos	2011	Não	Faculdade de Biologia e Guia Nacional	Estilo de vida.	ACVCV
	C21	Feminino	4 anos	2016	Não	Faculdade de Geografia	Estilo de vida/ Missão de vida	ACVCV/SERVITUR
C22*	Masculino	2 anos de atuação e trabalhou em conjunto a concessionária por um tempo	2017	Não	-	Estilo de vida/ Fator econômico	ACECE	
Total (Associações)	SERVITUR: 4		ACECE: 1		AGENDAS: 2		ACVCV: 15	

APÊNDICE F - RELAÇÃO DAS CATEGORIAS COM OS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E DEMAIS DOCUMENTOS

QUADRO - RELAÇÃO DAS CATEGORIAS COM OS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E DEMAIS DOCUMENTOS

Categoria Relação com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros							
Subcategoria: Relação com o PNCV relação com o órgão gestor – ICMBio							
Codificação	Percepções positivas (Narrativas n = 32)	Percepções negativas (Narrativas n = 8)	Perguntas relacionadas	Referências/documentos secundários			
Condutores Entrevistados	C1; C2; C3; C4; C5; C6; C7; C8; C9; C10; C11; C14; C15; C17; C18; C20; C21.	C1; C3; C4; C11; C12; C13; C16; C18.	Como é sua relação com o Parque Nacional? Quais atividades você desenvolve em parceria com o Parque? O que te motivou a fazer o curso de capacitação?	Portaria ICMBio 769/2019; Rodrigues e Abruccio (2019); Nogueira (2011); Contrato concessão; ROVUC; Relatório de Gestão do PNCV (2019); Andrade et al. (2020); Andrade (2014);			
Analistas Ambientais	A1 e A2	-	Quais os motivos que levaram o processo de não obrigatoriedade da condução no Parque? Quais foram as mudanças principais depois dessa medida? Como você vê hoje em dia a relação do Parque com os condutores? Como vocês enxergam a relação da parceria entre o Parque e os condutores?	Total de condutores entrevistados 21			
				Frequência de entrevistados (%)		Frequência de respostas (%)	
Data da informação do caderno de campo	- 12/06/2019 – Conversa informal com ex-condutor; - 19/06/2019– Mirante da Janela.		Como é a relação dos condutores com o Parque Nacional? De que forma os condutores de visitantes podem contribuir como parceiros do Parque? (no manejo, monitoramento e ordenamento do uso público da área protegida?)	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Informação coletadas nas mídias sociais	- Postagens da abertura de trilhas para a cachoeira do Sertão Zen no Instagram do PNCV e da AVE; - Documentário Ser Tão Velho Cerrado; - Postagens do Instagram da Chapada Solidária; - I Ciclo de Web Conferências sobre o Uso Público em Unidades de Conservação. Web conferência “O trade turístico e o desenvolvimento local		Como a relação entre o PNCV e condutores acontece nos espaços construídos no mundo online? Como é a mobilização dos condutores nas mídias sociais?	86%	38%	69%	31%

Legenda: C = Condutores entrevistados; A = Analista ambientais entrevistados.

QUADRO - RELAÇÃO DAS CATEGORIAS COM OS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E DEMAIS DOCUMENTOS

Categoria Relação com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros							
Subcategoria: Relação com a Concessionária							
Codificação	Percepções positivas (Narrativas n = 18)	Percepções negativas (Narrativas n = 9)	Perguntas relacionadas	Referências/documentos secundários			
Condutores Entrevistados	C1; C2; C4; C5; C6; C8; C10; C12; C13; C14; C15; C20; C21;	C2; C3; C5; C07; C9; C10; C12; C16; C18.	Como é sua relação com o Parque Nacional? O que tu achas da entrada da concessionária? Qual a relação da SociParque e os condutores? Existe alguma iniciativa ou pretensão de projetos em conjunto com os condutores para o apoio a visitação	Portaria ICMBio 769/2019; Rodrigues e Abrucio (2019); Nogueira (2011); Contrato concessão; ROVUC; Relatório de Gestão do PNCV (2019); Andrade et al. (2020); Andrade (2014);			
Analistas Ambientais	A1 e A2	C22*	Como você enxerga essa triangulação entre concessão, condutor e Parque?	Total de condutores entrevistados 21			
				Frequência de entrevistados (%)		Frequência de respostas (%)	
Data da informação do caderno de campo	- 11/06/2019 – Parque Nacional Chapada dos Veadeiros. Concessionária Soci-Parques; - 15/06/ 2019 – PNCV Trilha vermelha atrativo Carioca e Cânions II.		Como será estabelecida a relação entre ICMBio, concessão e condutor?	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Informação coletadas nas mídias sociais	Postagem de 14 de agosto de 2019; 20 de fevereiro e 31 de maio de 2020; 17 de março e 06 de maio de 2021 no Instagram da SOCISPARQUES		Como a relação entre a concessão e condutores acontece nos espaços construídos no mundo online?	62%	43%	67%	33%

Legenda: C = Condutores entrevistados; A = Analista ambientais entrevistados

QUADRO - RELAÇÃO DAS CATEGORIAS COM OS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E DEMAIS DOCUMENTOS

Categoria Interpretação ambiental

Subcategoria: Curso de capacitação de condutores de visitantes

Codificação	Percepções positivas (Narrativas n = 12)	Percepções negativas (Narrativas n = 18)	Perguntas relacionadas	Referências/documentos secundários			
Condutores Entrevistados	C2; C3; C4; C5; C7; C8; C10; C14; C17	C1; C2; C5; C6; C10; C11; C16; C17; C19; C20	Tu fizeste o curso de capacitação de condutores de visitantes pelo Parque? Em que ano tu fez o curso? O que te motivou a fazer o curso de capacitação? Como funciona o curso de capacitação de condutores hoje em dia? Quais são as principais matérias dadas no curso?	Portaria ICMBio 769/2019; Rodrigues e Abruccio (2019); Nogueira (2011); Contrato concessão; ROVUC; Relatório de Gestão do PNCV (2019); Andrade et al. (2020); Andrade (2014);			
Analistas Ambientais	A1 e A2	-	Como você vê a atividade de condução de visitantes realizada dentro do Parque? Quais os motivos que levaram o processo de não obrigatoriedade da condução no Parque? Quais foram as mudanças principais depois dessa medida? Na sua opinião, qual foi a influência da criação da instrução normativa nº8 de 2008 que autoriza a atividade de condução dentro das U.C.?	Total de condutores entrevistados 15			
				Frequência de entrevistados		Frequência de respostas	
Data da informação do caderno de campo	- 10/06/2019 – Vale da Lua. Observação do trabalho de condutores.; - 12/06/ 2019 – Conversa informal com ex-condutor.		Quais são as exigências para ser condutor de visitantes? Quais conhecimentos são passados no curso de capacitação? Como a atividade de condução de visitantes está se desenvolvendo na região? Quais os melhores direcionamentos para a atividade de condução contribuir com uma consciência e incentivo de valores com a base da educação ambiental crítica? De que forma a atividade vem sendo administrada e gerida em seus cursos de capacitação?	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
				60%	67%	47%	53%
Informação coletadas nas mídias sociais	- Postagem de 17 de setembro de 2020: Facebook AGQK. - Site oficial da AGQK - Postagem de 14 de julho de 2014: canal de notícia do ICMBio.		Em que ano foi feito o último de curso de capacitação e qual foi o seu valor? Construção da linha do tempo dos cursos de capacitação ao longo dos anos.				

Legenda: C = Condutores entrevistados; A = Analista ambientais entrevistados

QUADRO - RELAÇÃO DAS CATEGORIAS COM OS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E DEMAIS DOCUMENTOS

Categoria Interpretação ambiental								
Subcategoria: Curso de curta duração								
Codificação	Primeiros socorros, busca resgate e salvamento	Geologia	Observação de aves	Manutenção de trilhas	Interpretação de trilhas	Linguas /Floral	Perguntas relacionadas	Referências/documentos secundários
Condutores Entrevistados	C1; C2; C3; C5; C6; C8; C10; C12; C13; C14; C15; C16; C18; C19; C20.	C1; C2; C4; C5; C2 C13; C14; C17; C18; C21.	C1; C2; C5; C7; C8; C9; C12; C18.	C1; C2; C3; C4; C5; C12; C6; C7; C8; C9; C10; C11; C12; C16; C20; C21	C11.	C6.	Tu fizeste o curso de capacitação de condutores de visitantes pelo Parque? Em que ano tu fez o curso? O que te motivou a fazer o curso de capacitação? Como funciona o curso de capacitação de condutores hoje em dia? Quais são as principais matérias dadas no curso? A associação promove algum curso para vocês?	Torres; Ramos (2015); Silva; Pires (2016); Cotes et al. (2017); Ferreira; Coutinho (2010); Botelho et al. (2015).
	Garimpos histórico	Plantas medicinais	Animais peçonhentos	Flora e fauna	Fotografia/Educação Ambiental	Mountain bike/Canionismo/Gestão ambiental		
	C6; C11; C12; C13; C14; C16; C18; C21.	C11; C12; C14; C16; C18; C21.	C5; C12; C17.	C11; C14; C17.	C17	C14		
Analistas Ambientais	A1 e A2				Quais os motivos que levaram o processo de não obrigatoriedade da condução no Parque? Quais foram as mudanças principais depois dessa medida? Na sua opinião, qual foi a influência da criação da primeira instrução normativa nº8 de 2008 que autorizava a atividade de condução dentro das U.C.?			
Informação coletadas nas mídias sociais	- Notícia “Universidade Federal de Goiás (UFG) desenvolve projeto de Geoparque para Chapada dos Veadeiros”; - Notícia “Inventário do Patrimônio Geológico da Chapada dos Veadeiros”.				Como os cursos realizados com a professora de Geologia se conectaram ao Geoparque?			

Legenda: A= analistas ambientais C = condutores de visitantes entrevistados

QUADRO - RELAÇÃO DAS CATEGORIAS COM OS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E DEMAIS DOCUMENTOS

Categoria Interpretação ambiental								
Subcategoria: Curso de curta duração								
Codificação	Primeiros socorros, busca resgate e salvamento	Geologia	Observação de aves	Manutenção de trilhas	Interpretação de trilhas	Linguas /Floral	Perguntas relacionadas	Referências/documentos secundários
Condutores Entrevistados	C1; C2; C3; C5; C6; C8; C10; C12; C13; C14; C15; C16; C18; C19; C20.	C1; C2; C4; C5; C2 C13; C14; C17; C18; C21.	C1; C2; C5; C7; C8; C9; C12; C18.	C1; C2; C3; C4; C5; C12; C6; C7; C8; C9; C10; C11; C12; C16; C20; C21	C11.	C6.	Tu fizeste o curso de capacitação de condutores de visitantes pelo Parque? Em que ano tu fez o curso? O que te motivou a fazer o curso de capacitação? Como funciona o curso de capacitação de condutores hoje em dia? Quais são as principais matérias dadas no curso? A associação promove algum curso para vocês?	Torres; Ramos (2015); Silva; Pires (2016); Cotes et al. (2017); Ferreira; Coutinho (2010); Botelho et al. (2015).
	Garimpos histórico	Plantas medicinais	Animais peçonhentos	Flora e fauna	Fotografia/Educação Ambiental	Mountain bike/ Canionismo/ Gestão ambiental		
	C6; C11; C12; C13; C14; C16; C18; C21.	C11; C12; C14; C16; C18; C21.	C5; C12; C17.	C11; C14; C17.	C17	C14		
Analistas Ambientais	A1 e A2				Quais os motivos que levaram o processo de não obrigatoriedade da condução no Parque? Quais foram as mudanças principais depois dessa medida? Na sua opinião, qual foi a influência da criação da primeira instrução normativa nº8 de 2008 que autorizava a atividade de condução dentro das U.C.?			
Informação coletadas nas mídias sociais	- Notícia “Universidade Federal de Goiás (UFG) desenvolve projeto de Geoparque para Chapada dos Veadeiros”; - Notícia “Inventário do Patrimônio Geológico da Chapada dos Veadeiros”.				Como os cursos realizados com a professora de Geologia se conectaram ao Geoparque?			

Legenda: A= analistas ambientais C = condutores de visitantes entrevistados.

QUADRO - RELAÇÃO DAS CATEGORIAS COM OS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E DEMAIS DOCUMENTOS

Categoria Condutor enquanto sujeito social							
Subcategoria: Motivação pessoal para se tornar condutor							
(Narrativas n = 32)							
Codificação temática	Econômico	Influência da Família	Estilo de vida	Missão de vida	Perguntas relacionadas		
Entrevistados	C3; C4; C6; C9; C10; C11; C14; C15; C19.	C4; C10; C11; C12; C13; C14; C16.	C1; C5; C8; C9; C10; C11; C12; C16; C18; C20; C21	C2; C7; C8; C14; C17; C21.	O que te motivou a fazer o curso de capacitação? Quanto tempo tu trabalhas com condução de visitantes?		
Data da informação do caderno de campo	- 09/06/2019 – Camping. Conversa com moradora do camping. - 19/06/ 2019 – Mirante da Janela		Como os condutores compreendem e se conectam com os visitantes? Como ocorre o espaço da fala e cuidado com o visitante? Como ele traz suas ideias e concepções com o local em todas as suas faces? Como o condutor se conecta com o ambiente a sua volta? E a região? O que motiva as pessoas se mudarem para região? Qual a classe social que geralmente essas pessoas têm? Como elas enxergam as relações existentes entre o morador local, a área protegida e os impactos do turismo na região?				
Informação coletadas nas mídias sociais	-Webinar "Turismo de observação de fauna e as trilhas de longo curso" -Webinar "Planejamento de destinos turísticos e a integração de TLCs ³ ao território" -Documentário Ser Tão Velho Cerrado; -Postagens do Instagram da Chapada Solidária; -I Ciclo de Web Conferências sobre o Uso Público em Unidades de Conservação. Web conferência “O trade turístico e o desenvolvimento local”		Como é a mobilização dos condutores nas mídias sociais?				
			Total de entrevistados 21	Codificação	Econômico	Influência da Família	Estilo de vida
Referências/documentos secundários	Gentile, Franco e Sayago (2016); Carvalho (2012); Ferreira e Coutinho (2010); Botelho et al. (2015).		Frequência de respostas	28%	19%	19%	34%
			Frequência de entrevistados	43%	29%	29%	52%

Legenda: C = Condutores entrevistados

QUADRO- RELAÇÃO DAS CATEGORIAS COM OS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E DEMAIS DOCUMENTOS

Categoria Condutor enquanto sujeito social							
Subcategoria: importância para a comunidade local (Narrativas n = 42)							
Codificação temática	Econômico	Intermediário	Intérprete	Geração de condutores	Guardião	Perguntas relacionadas	
Entrevistados	C1; C2; C3; C4; C5; C6; C8; C9; C11; C12; C13; C14; C16; C17; C18; C19; C20; C21.	C2; C7; C16; C18; C21; C3.	C7; C9; C10; C11; C15; C16; C17; C19; C20,	C20; C13; C10.	C5; C7; C11; C16; C17; C20.	Quanto tempo tu trabalhas com condução de visitantes? O que te motivou a fazer o curso de capacitação? Como tu enxerga a atividade de condução para a comunidade local?	
Referências/documentos secundários	Gentile, (2016); Carvalho (2012); Ferreira e Coutinho (2010).		Analistas Ambientais (b)		A1 e A2	Como anda a situação da Chapada dos Veadeiros durante esse período da pandemia?	
Data da informação do caderno de campo	- 09/06/2019 – Camping. Conversa com moradora do camping. - 13/06/2019 – Entrevista com Condutor. - 15/06/2019 - PNCV Trilha vermelha atrativo Carioca e Cânions II. - 19/06/ 2019 – Mirante da Janela		Como o condutor traz suas ideias e concepções sobre o local em todas as suas faces? Como o condutor se conecta com o ambiente a sua volta? E a região? Como o condutor enxerga as relações existentes entre o morador local, a área protegida e os impactos do turismo na região? Quais são as interações entre condutores e visitantes para além daqueles que o contratou? Qual as formas de relação que existe entre visitante e condutor? Como é a relação dos condutores com o Parque Nacional atualmente?				
Informação coletadas nas mídias sociais	- Documentário Ser Tão Velho Cerrado; - Postagens do Instagram da Chapada Solidária;		Como é a mobilização dos condutores nas mídias sociais?				
	Total de entrevistados 21	Codificação	Econômico	Intermediário	Intérprete	Geração de condutores	Guardião
		Frequência de Respostas (%)	43%	14%	21%	7%	14%
		Frequência de entrevistados (%)	86%	29%	43%	14%	29%

Legenda: C = Condutores entrevistados

QUADRO RELAÇÃO DAS CATEGORIAS COM OS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E DEMAIS DOCUMENTOS

Categoria Interpretação ambiental							
Subcategoria: conhecimentos transmitidos para os visitantes (Narrativas n = 40)							
Codificação temática	Ecossistêmico	Aspectos Históricos, Sociais e Culturais	Parque Nacional	Geologia/geografia	Interpretação Ambiental (Narrativas n = 18)	Perguntas relacionadas	
Entrevistados	C1; C4; C5; C9; C11; C14; C18; C20; C21.	C1; C2; C3; C4; C6; C7; C8; C9; C12; C13; C16; C18; C19; C20; C21.	C1; C2; C3; C15; C16; C17; C20; C21.	C1; C2; C5; C7; C8; C9; C12; C18.	C1; C2; C3; C4; C5; C12; C6; C7; C8; C9; C10; C11; C12; C16; C20; C21.	O que tu mais gostas de contar para os visitantes? Quais são as principais matérias dadas no curso?	
Referências/documentos secundários	Gentile, (2016); Carvalho (2012); Vasconcellos (2006); Saraiva, 2006; Andrade (2014).						
Data da informação do caderno de campo	- 13/06/2019 – PNCV Corredeiras. - 15/06/2019 - PNCV Trilha vermelha atrativo Carioca e Cânions II. - 19/06/2019 – Mirante da Janela		Como o condutor traz suas ideias e concepções sobre o local em todas as suas faces? Como o condutor se conecta com o ambiente a sua volta? E a região? Como o condutor enxerga as relações existentes entre o morador local, a área protegida e os impactos do turismo na região? Quais são as interações entre condutores e visitantes para além daqueles que o contratou? Quais as formas de relação que existe entre visitante e condutor? Como os condutores compreendem e se conectam com os visitantes? Como ocorre o espaço da fala e cuidado com o visitante? Em que local reside a história do povo da Chapada? Onde está a valorização da cultura da comunidade local? Quais reflexões um turista tira dos atrativos?				
Informação coletadas nas mídias sociais	- Site da agência Alternativas Ecoturismo; - Site da agência de turismo Travessia Ecoturismo; - Site da agência de turismo EcoRotas Turismo.		Como funciona as agências locais de turismo citadas pelos entrevistados?				
	Total de entrevistas: 21	Codificação	Biodiversidade	Cultura e história	Parque Nacional	Geologia/geografia	Interpretação Ambiental (Entrevistados n = 17)
	Frequência de Respostas (%)		23%	38%	20%	20%	-
	Frequência de entrevistados (%)		43%	71%	38%	38%	81%

Legenda: C = Condutores entrevistados

QUADRO RELAÇÃO DAS CATEGORIAS COM OS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E DEMAIS DOCUMENTOS

Categoria Interpretação ambiental									
Subcategoria: curiosidades dos visitantes (Narrativas n = 35)									
Codificação temática	Biodiversidade	História e cultura	Ufologia	Curiosidades sobre o condutor	Geologia	Segurança	Queimada/ Agricultura	Perguntas relacionadas	
Entrevistados	C3; C6; C8; C9; C11; C17; C18; C20.	C1; C5; C11; C12; C13; C15; C19.	C1; C2; C7; C08; C12; C16; C21.	C10; C14; C16; C17; C18; C20.	C2; C7; C11.	C3; C20.	C02; C12.	O que os visitantes mais perguntam para ti?	
Referências/documentos secundários	Gentile, (2016); Carvalho (2012); Vasconcellos (2006); Saraiva, 2006; Andrade (2014).								
Data da informação do caderno de campo	- 13/06/2019 – PNCV Corredeiras. - 15/06/2019 - PNCV Trilha vermelha atrativo Carioca e Cânions II. - 19/06/ 2019 – Mirante da Janela		Como o condutor traz suas ideias e concepções sobre o local em todas as suas faces? Como o condutor se conecta com o ambiente a sua volta? E a região? Como o condutor enxerga as relações existentes entre o morador local, a área protegida e os impactos do turismo na região? Quais são as interações entre condutores e visitantes para além daqueles que o contratou? Quais as formas de relação que existe entre visitante e condutor? Como os condutores compreendem e se conectam com os visitantes? Como ocorre o espaço da fala e cuidado com o visitante? Em que local reside a história do povo da Chapada? Onde está a valorização da cultura da comunidade local? Quais reflexões um turista tira dos atrativos? Será que o ambiente é só espaço de apreciação da beleza sem nenhuma reflexão do que aquele local significa?						
Informação coletadas nas mídias sociais	- Site da agência Alternativas Ecoturismo; - Site da agência de turismo Travessia Ecoturismo; - Site da agência de turismo EcoRotas Turismo.		Como funciona as agências locais de turismo citadas pelos entrevistados?						
	Total de entrevistados: 20	Codificação	Biodiversidade	História e cultura	Ufologia	Curiosidades sobre o condutor	Geologia	Segurança	Queimada/ Agricultura
	Frequência de Respostas (%)		23%	20%	20%	17%	9%	6%	6%
	Frequência de Entrevistados		40%	35%	35%	30%	15%	10%	10%

Legenda: C = Condutores entrevistados.

QUADRO RELAÇÃO DAS CATEGORIAS COM OS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E DEMAIS DOCUMENTOS

Categoria Interpretação ambiental							
Subcategoria: Motivos de contratação do condutor pelos visitantes (Narrativas n = 32)							
Codificação temática	Segurança	Informação	Indicação/mídias sociais	Perguntas relacionadas			
Entrevistados	C1; C2; C3; C4; C5; C6; C7; C8; C9; C10; C12; C13; C14; C15; C16; C21.	C1; C3; C4; C5; C6; C7; C8; C10; C14; C16; C21.	C11; C13; C16; C21.	O que os visitantes mais perguntam para ti?			
Data da informação do caderno de campo	- 15/06/2019 - PNCV Trilha vermelha atrativo Carioca e Cânions II.		Como o condutor traz suas ideias e concepções sobre o local em todas as suas faces? Como o condutor se conecta com o ambiente a sua volta? E a região? Quais as formas de relação que existe entre visitante e condutor? Como os condutores compreendem e se conectam com os visitantes? Como ocorre o espaço da fala e cuidado com o visitante? Quais reflexões um turista tira dos atrativos? Será que o ambiente é só espaço de apreciação da beleza sem nenhuma reflexão do que aquele local significa?				
Informação coletadas nas mídias sociais	- Site da agência Alternativas Ecoturismo; - Site da agência de turismo Travessia Ecoturismo; - Site da agência de turismo EcoRotas Turismo.		Como funciona as agências locais de turismo citadas pelos entrevistados?				
			Total de respostas: 17	Codificação	Segurança	Informação	Indicação/mídias sociais
			Frequência de Respostas (%)		50%	38%	13%
			Frequência de entrevistados (%)		16	12	4

Legenda: C = Condutores entrevistados

ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título: A interface entre a condução de visitantes e a interpretação ambiental: perspectivas para o uso público no parque nacional da chapada dos veadeiros - GO

OBJETIVO DO ESTUDO: O objetivo deste projeto é compreender o papel da condução de visitantes na dinâmica de visitação do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros (GO), considerando a contribuição para a interpretação ambiental e os desafios para a melhoria da atividade no parque.

ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: Voc e tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para compreender as dinâmicas existentes entre condutores locais, ICMBio e visitantes. Se voc e não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/estudantil.

PROCEDIMENTO DO ESTUDO: Se voc e decidir integrar este estudo, voc e participar  de uma entrevista individual que durará aproximadamente 1 hora, sendo as informações fornecidas por voc e ao longo da entrevista coletadas para o trabalho final como parte do objeto de pesquisa.

GRAVAÇÃO EM ÁUDIO: Todas as entrevistas serão gravadas em  udio. Os arquivos de áudio serão ouvidos por mim e por uma entrevistadora experiente e serão marcadas com um número de identificação durante a gravação e seu nome não será utilizado. O documento que cont m a informação sobre a correspondência entre números e nomes permanecerá confidencial em um arquivo de CD, específico desta pesquisa. Os arquivos de áudio serão utilizados somente para coleta de dados. Se voc e não quiser ser gravado em áudio, voc e não poderá participar deste estudo.

RISCOS: Voc e pode achar que determinadas perguntas incomodam a voc e, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim voc e pode escolher não responder quaisquer perguntas que o faç am sentir-se incomodado.

BENEFÍCIOS: Sua entrevista ajudar  a compreender o papel da condução de visitantes na aproximação entre população local e a gestão do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo voc e fornecer  mais informações sobre o lugar e relevância desses escritos para própria instituição em questão.

CONFIDENCIALIDADE: Como foi dito acima, seu nome não aparecerá nas fitas de áudio, bem como em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, os pesquisadores não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado.

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: Esta pesquisa está sendo realizada no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros em Goiás. Possui vínculo com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO através do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação - PPGEC sendo a aluna Natália de Oliveira Maboni a pesquisadora principal, sob a orientação da Prof.^a Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues e coorientação do Prof. Celson Roberto Canto Silva.. As investigadoras estão disponíveis para responder a qualquer dúvida que você tenha através do e-mail: n.oliveiramaboni@gmail.com e no telefone (51) 999789384. Caso seja necessário, contacte o Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC, no telefone (21) 2542-4278, ou o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UNIRIO no telefone (21) 2542-7796 ou e-mail cep@unirio.br. Você terá uma via deste consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contactar em caso de necessidade.

Eu concordo em participar deste estudo.

Assinatura: _____

Data: _____

Endereço _____

Telefone de contato _____

Assinatura

Pesquisador _____

Nome: _____

Data: _____